



**Prefeitura de
Porto Alegre**
Secretaria Municipal de Administração



ARTIGOS PUBLICADOS NO SITE

**PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ESCOLA DE GESTÃO PÚBLICA**



1º SEMESTRE DE 2010

Prefeito de Porto Alegre
José Fortunati

Secretária Municipal da Administração
Sônia Vaz Pinto

Coordenadora Geral Diretiva
Rita de Cássia Reda Eloy

Supervisora de Recursos Humanos
Suzana Reis Coelho

Assessoria de Comunicação Social
João Luiz Guedes

Coordenadora da Escola de Gestão Pública
Tanise Amália Pazzim

Servidores da Escola de Gestão Pública

Adriana Beiler
Camila Macedo Silva
Denise Rejane Mello da Silva
Elisa Marcon Aquino Kerber
Fábio Sager
Jeanine Dutra Wallauer
Maria Beatriz Costa Cabral Costa e Silva
Nelson Barbieux Langaro
Roberto de Azevedo Westphalen
Simone Dani
Themis Regina Barreto Krumenauer

| | |
|---|-----|
| APRESENTAÇÃO | 4 |
| JANEIRO | 5 |
| A gestão do currículo nas instituições educacionais: perspectivas culturais, desafios e alternativas. ... | 5 |
| FEVEREIRO..... | 8 |
| O Enigma da sala de Aula | 8 |
| Portal de Gestão – O Canivete Suíço da Prefeitura de Porto Alegre | 11 |
| Programa de Preparação para Aposentadoria (PPA) – um trabalho emergente | 12 |
| MARÇO..... | 15 |
| Os Desafios na Implementação da Estratégia | 15 |
| A Mudança na Arquitetura Organizacional da PMPA a partir do Novo Modelo de Gestão. | 18 |
| Modelo de gestão, a fábula. | 20 |
| A importância do cargo de Administrador no serviço público..... | 22 |
| Registro de Gestão | 25 |
| Planejamento Estratégico PMPA | 26 |
| Políticas e Práticas Integradas..... | 27 |
| A EGP e a sua própria evolução..... | 28 |
| Princípios de Gestão ou Princípios de Mudança?..... | 30 |
| Promoção da Saúde dentro do Espaço Educacional | 32 |
| Trilhas ecológicas como ferramentas para educação ambiental nos parques de Porto Alegre | 34 |
| Universidade Corporativa | 38 |
| Os processos de trabalho do Serviço Social num desenho contemporâneo..... | 40 |
| Vulnerabilidade socioeconômica em Porto Alegre: Uma abordagem territorial com base em Análise Multivariada | 43 |
| ABRIL..... | 64 |
| Os Sem-Lugar: uma análise de trajetórias de jovens que vivem nas ruas de Porto Alegre | 64 |
| A boa aplicação dos recursos públicos..... | 77 |
| Meritocracia: Porque não na PMPA? | 79 |
| Educação Ambiental utopia ou realidade? | 80 |
| O conceito de estágio curricular e suas implicações na organização das atividades práticas na área da saúde..... | 81 |
| Metodologias de uma Educação Ambiental Inclusiva | 82 |
| A Segurança Alimentar e a Intersetorialidade das Políticas Sociais | 89 |
| MAIO | 99 |
| Conhecimento Adquirido: O benefício da expansão na equipe. | 99 |
| Dança do Ventre e Terceira Idade | 100 |
| JUNHO..... | 102 |
| Espelhos da alma..... | 102 |
| O dispositivo rede integrada de atendimento à criança e ao adolescente e outras redes na operacionalização da lei 8069/90: Estatuto da criança e do adolescente..... | 115 |
| NORMAS PARA PUBLICAÇÃO | 131 |

APRESENTAÇÃO

A Escola de Gestão Pública (EGP) da Secretaria Municipal de Administração (SMA) é um centro para articulação, produção e difusão de conhecimentos ligados às questões estratégicas da gestão pública e à prática cotidiana dos servidores municipais.

Tem como objetivo promover a formulação de novos conhecimentos no âmbito da gestão pública e a permanente qualificação dos servidores, nos aspectos técnicos e gerenciais.

Desde setembro de 2009, a EGP destinou um espaço para a publicação de artigos dos servidores no site (<http://www.portoalegre.rs.gov.br>), no link da Secretaria Municipal de Administração – Espaço do Servidor - Escola de Gestão Pública, com o objetivo de despertar nos servidores o hábito da pesquisa, estudo, reflexão e comprometimento com a melhoria da qualidade do serviço público.

Entre os textos recebidos encontramos opiniões, relatos de experiências e artigos científicos. Relacionamos a seguir a compilação dos artigos já publicados no site da Prefeitura Municipal de Porto Alegre referente ao período de janeiro à junho de 2010.

Tanise Amália Pazzim
Coordenadora da Escola de Gestão Pública

JANEIRO

A gestão do currículo nas instituições educacionais: perspectivas culturais, desafios e alternativas.

César Augusto Ferrari Martinez (SMED)¹

Em sua etimologia, o currículo vem do latim (*curriculum*) e significa “pista de corrida” (SILVA, 2007). Às concepções tradicionais de educação, este termo corresponde restritamente a uma listagem de conteúdos a serem desenvolvidos pelo professor em sala-de-aula. Entretanto, as teorias críticas e pós-críticas vieram complexificar a concepção de currículo nos meios acadêmicos e escolares, tratando-no não só como um documento engessado, mas um campo de batalhas político, ideológico e cultural.

Todo campo é um campo científico (...) é um campo de forças e um campo de lutas para conservar ou transformar este campo de forças (BOURDIEU, 2004, p.23). A construção do currículo é uma evidente relação de poder onde, a todo o momento, se privilegia e se despreza o que se ensinar. Nesta relação, os agentes podem ter participações distintas, manifestando-se ou calando-se ao processo de aprendizagem e aos temas abordados em suas aulas. No ambiente escolar, professores, alunos, coordenação, direção e comunidade em geral apresentam-se como potenciais atores da formação de um currículo que não é neutro e nem isento. As perguntas que em geral são feitas na sua composição não se limitam apenas ao “o que” ensinar, mas ao “como”, “por que” e “para quem” estamos ensinando.

Além disso, o currículo é o como administrar pedagogicamente o manancial de artefatos culturais ao qual é submetido o aluno da educação básica e que também compõem os seus conhecimentos. Para Silva (2007), a forma envolvente pela qual a pedagogia cultural está presente nas vidas das crianças e jovens não pode simplesmente ser ignorada por qualquer teoria contemporânea do currículo. Portanto, deve-se entender que também nas manifestações da mídia, da publicidade, dos produtos, das relações sociais existe um currículo, ou seja, conhecimentos que são formadores e que interferem, direta ou indiretamente, nas identidades dos sujeitos.

No entanto, conforme Steinberg (1997), “as organizações que criam esse currículo cultural não são instituições educacionais, mas, em vez disso, interesses comerciais que agem, não em favor do bem social, mas da vantagem individual”. Propõe a autora (ibid) que, dessa forma, as grandes corporações assumem papel central no processo educativo. Configura-se, dessa maneira, uma nova abordagem do currículo a partir do conceito de *Kindercultura*, a necessidade de se pensar a criança em um período onde ela se reaproxima da idade adulta, interrompendo o distanciamento que lhes foi dado pelas sociedades tradicionais do século XIX para cá. Também não se trata de reduzir este tipo de cultura ao conceito de cultura popular, pois, como dito por Giroux e Simon (1994), “(...) pensamos ser um equívoco reduzir a discussão sobre cultura popular a uma discussão sobre produtos”.

Portanto, a Pedagogia Cultural traz importante ingrediente às reflexões geradas dentro da própria escola: não só sobre o que ensinar, mas para que ensinar. Sobre a mídia televisiva, um dos mais influentes instrumentos de *kindercultura*, Fischer (2003) ressalta que

'desmanchar' os materiais televisivos, através de um trabalho pedagógico, sério, criativo, significa operar sobre a mídia e a publicidade, dois dos setores que mais crescem na sociedade contemporânea, ou seja, significa trazer professores, crianças, adolescentes e jovens para uma tarefa de leitura criteriosa da esfera cultural – tarefa que certamente inclui o debate acerca das

¹ Professor de Geografia da E.M.E.F. Porto Alegre – Licenciado em Geografia (UFRGS), Especialista em Educação Ambiental (SENAC-RS) e Mestrando em Geografia (UFRGS).

formas de controle da sociedade civil sobre aquilo que é produzido e veiculado pela televisão.

A tarefa torna-se mais complexa, desafiadora e, por que não dizer, utópica, quando tomamos consciência da conectividade entrelaçada entre as diferentes mídias e, principalmente, a dificuldade de se estabelecer padrões de identificação entre as mesmas. Harvey (2004) ressalta que “há inúmeros pontos de contato entre os produtores de artefatos culturais e o público em geral (...). Nem sempre é claro quem está influenciando quem no processo”.

Posições políticas e ideológicas, sentidos, emoções sexualidade, questões de gênero (LOURO, 1995) são todos tópicos estimulados e fantasiados pela indústria de informações a que estão submetidas as crianças através de inúmeras ferramentas de contato com a mídia.

(...) pensando sobre estes múltiplos artefatos e discursos com os quais as crianças de relacionam, veiculados nas mais diferentes linguagens (virtual, audiovisual, escrita, oral, gráfica, corporal, cinestésica, etc.), poderemos entrar em contato com importantes constituintes das identidades e subjetividades infantis, já que aqueles não somente reproduzem ou comunicam conteúdos e formas, mas, também, constituem os próprios sujeitos que os consomem, através dos modelos e das representações que veiculam. (CARVALHO, FERREIRA, 2005)

Temos, portanto, que elencar alguns dos pontos que serão importantes no exercício constante de construção do currículo:

- Fortalecimento da base democrática: mais desenvolvido será o processo de ensino-aprendizagem que garantir uma efetiva participação da comunidade escolar em seu processo de construção.
- Estudo de realidade: conhecer a comunidade é fundamental na construção do currículo, diagnosticando elementos culturais e levantando saberes populares do público atendido.
- Definição da metodologia: estabelecer uma linha metodológica de trabalho é indispensável no gerenciamento de qualquer planejamento pedagógico.
- Dinâmica na avaliação: quanto mais variadas forem as categorias de avaliação, mais completo será o processo avaliativo. O currículo que estiver pronto para ser constantemente avaliado, estará pronto a efetuar as mudanças necessárias para o cumprimento de seus objetivos.
- Pedagogia da Mídia: a realização de uma análise profunda por parte dos educadores dos artefatos midiáticos que compõem o universo de seus alunos surge como uma possibilidade impreterível de desenvolvimento de um cidadão que realiza a leitura crítica de meios de comunicação.

Bibliografia:

BOURDIEU, Pierre. **Os usos sociais da ciência.** Por uma sociologia clínica do campo científico. São Paulo: Editora da UNESP, 2004.

CARVALHO, Rodrigo Saballa de; FERREIRA, Taís. Cenas de infâncias pós-modernas: articulando múltiplas linguagens na constituição das crianças na contemporaneidade. In: MOLL, Jaqueline. **Múltiplos Alfabetismos:** diálogos com a escola pública na formação de professores. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2005.

FISCHER, Rosa Maria Bueno. **Televisão e Educação:** fruir e pensar a TV. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.

GIROUX, Henry; SIMON, Roger. Cultura Popular e Pedagogia Crítica: a vida cotidiana como base para o conhecimento curricular. In: MOREIRA, Antônio Flávio; SILVA, Tomaz Tadeu da. **Currículo, Cultura e Sociedade.** São Paulo: Cortês Editora, 1994.

HARVEY, David. **A condição pós-moderna**: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

LOURO, Guacira Lopes. Educação e Gênero: a escola e a produção do feminino e do masculino. In: SILVA, Luiz Heron; AZEVEDO, José Clóvis de. **Reestruturação Curricular**: teoria e prática no cotidiano da escola. Petrópolis: Vozes, 1995.

SILVA, Tomaz Tadeu da. **Documentos de Identidade**. Uma introdução às teorias do currículo. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

STEINBERG, Shirley. Kindercultura: a construção da infância pelas grandes corporações. In: SILVA, Luiz Heron, et.al. **Identidade social e construção do conhecimento**. Porto Alegre: SMED/POA, 1997.

FEVEREIRO

O Enigma da sala de Aula

Celso Luiz Mastrascusa (SME)¹

Vejo-me novamente sentado em uma sala de aula. A partir daí, percebo meus colegas, minha professora.

Nesta sala de aula, a qual percebo, a professora faz questão de visualizar a todos e marcar, em cada um, seu sorriso. Cada um, marcado, devolve-lhe aquilo que lhe marcou.

E a sala de aula anda... ativas as energias, o deslocamento é proposto.

Com esta trivial colocação inicia o que estou chamando o Enigma da sala de Aula, que, à Luz das reflexões do Seminário 2 de Lacan, tentaremos desvendar. Lacan, no início desse Seminário, propõe à platéia:

Não devem procurar dizer coisas elegantes, destinadas a valorizá-los e a aumentar a estima que já se possa ter por vocês. Estão aqui para abrirem-se a coisas que ainda não foram vistas por vocês, e que são, em princípio, inesperadas. [...] Em outros termos, a única crítica que lhes poderia fazer, se posso permitir-me, é a de quererem todos parecer inteligentes demais. Todo mundo sabe que vocês o são. Então para que querer parecê-lo? E, de qualquer modo, que importância tem isto, quer para o ser, quer para o parecer? [...] o interesse destes encontros é que tenham consequência. (LACAN, 1985, p 41)

Assim que o deslocamento é proposto em uma sala de aula, vão aparecendo nossos Eus, pois o Eu não é inteiriço, e sim uma colagem de partes, fragmentos que vão se incorporando (Eus). Percebo Lacan provocar a assistência, provocá-la para que deixe surgir o inesperado, o profundo, sendo necessário a busca de efeito, alcance, importância para cada um reconhecer-se.

Na sala de aula, habitualmente acontece o “Conhecer”, mas me parece que não é o bastante. Proponho o “Reconhecer”. E o professor, o que geralmente espera então? Que se aprenda a lição. E nesta lição, onde ficam os Eus? Atados aos Nós.?

Desaprender a Lição

Jerusalinski coloca que a Escola enuncia três princípios como básicos e verdadeiros, os quais são: o sujeito autônomo, porém desconectado com o social; o saber que sempre vira conhecimento (teorema lógico), deixando de lado as verdades singulares (cotidiano), e, finalmente, a felicidade, que está na complementariedade com o objeto e não com o outro, ou seja, dominar o objeto trás a felicidade (informação oral)².

Estes três princípios, tidos como ideais sociais até o momento, determinaram a estagnação desta entidade por, pelo menos, cento e cinquenta anos.

Nesta escola, sala de aula, aos Eus, está sendo dada cada vez menos importância, para que os Nós sejam prevalentes. Nós, no sentido da padronização de comportamentos e resultados. Prevalência que se dá pela massificação da informação, universo globalizado, onde tudo chega instantaneamente em todos os lugares, com enorme rapidez e uniformidade. Cada vez mais estão presentes os padrões, pois, com a rapidez, não se pode "perder" tempo com a singularidade, a individualidade. Esta requer paciência, tolerância e muito mais concentração, portanto, sem resultado imediato.

O instantâneo e o rápido forçam a aprendizagem andar neste mesmo ritmo alucinante, veloz, facetado, colocado em pacotes. O aprendiz aceita a velocidade, se incorpora em uma mesma ação. Quem consegue “pegar”, muito que bem; aquele que não “pegou” se afunda, desaparece na sua unidade. A ele, o diferente, é negado sua diferença.

¹ Celso Luiz Mastrascusa, Doutorando em Psicanálise e Educação pela FACED/ PPG-EDU/UFRGS; Mestre em Psicanálise e Educação pela FACED/ PPG-EDU/UFRGS; Especialista em Psicomotricidade Relacional; PUC-ACM-CIAR; Especialista em Educação Psicomotora UFRGS-ESEF; Professor do Centro Universitário Metodista IPA; Professor da PMPA-SME.

² Colocação feita por Alfredo Jerusalinski em palestra na UFRGS-FACED, em janeiro de 2002, Porto Alegre.

A partir deste ponto é que tentarei elucidar o “desaprender a lição”. Afonso Romano de Sant'anna, poeta, em seu discurso na formatura de uma turma de Educação da Universidade Federal do Rio de Janeiro, propõe a seguinte reflexão:

Há uma idade em que se ensina o que se sabe, mas em seguida vem outra idade em que se ensina o que não sabe" e segue afirmando que é preciso "desaprender", "deixar trabalhar o imprevisível" até que surja a chamada "sapiência", uma sensação de "nenhum poder", "um pouco de saber", mas com "o maior sabor possível...

E onde se situa a possibilidade de surgimento do imprevisível, dentro da sala de aula, para que surja a sapiência? Na postura do professor e do aluno, pois percebam na seqüência de seu discurso:

[...] o professor pensa ensinar o que sabe, o que recolheu nos livros e na vida. Mas o aluno aprende do professor não necessariamente o que o outro quer ensinar, mas aquilo que quer aprender. Assim o aluno pode aprender o avesso ou o diferente do que o professor ensinou. Ou aquilo que o mestre nem sabe que ensinou, mas o aluno reteve. O professor, por isto, ensina também o que não quer, algo de que não se dá conta e passa silenciosamente pelos gestos e paredes da sala. Assim o melhor professor seria aquele que não detém o poder nem o saber, mas que está disposto a perder o poder, para fazer emergir o saber múltiplo. Nesse caso, perder é uma forma de ganhar e o saber é recomeçar.

A lição desaprendida, aquela que vem romper os Nós, favorece, desta forma, o surgimento, reconhecimento e potencialização das diferenças dos Eus, compondo a diversidade dos saberes que brotam na sala.

De volta ao Enigma

Voltando à sala de aula, àquela referida no início do texto, vejo os Nós e sinto os Eus. Ao dizer isto, procuro situar o enigma juntando as pontas destes Nós que são os padrões impostos, a que todos, moldados, respondemos. Já os Eus são as diferenças que só poderão ser sentidas através do reconhecer, reconhecendo-se e reconhecendo o outro. Lacan (1985) afirma que a estruturação do eu se efetua em torno da imagem especular do próprio corpo, da imagem do outro.

Aquele sorriso da professora marca não só o Conhecer, mas também e principalmente o Reconhecer, fazendo emergir todos os Eus da sala de aula, indo além do simples saber, mas em busca do sabor.

Eis a grande tarefa para qualificar, desmitificando a prática usual do ensino: tornar visível este segredo das “salas de aulas” que permanecem escondidos atrás dos conteúdos, disciplinas, provas, tema e sistema.

O enigma que não se ousa mexer, pois o resultado é de difícil mensuração. Como medir mentes livres, sorrisos, tristezas, desejos, sabores do saber e saber dos sabores? É mais fácil seguir o combinado, etiquetar as dificuldades a fim de dar as soluções, e ser agradecido por ter enunciado as várias problemáticas apresentadas pelos aprendizes. Este afinal não é o poder do professor.

Porém, o deslocamento desta "sala de aula" já vem de muito tempo. Então, como realizar tamanha mudança?

Imaginemos marinheiros que, em alto-mar, estejam modificando sua embarcação rudimentar, de uma forma circular para outra mais afunilada... Para transformar o casco de seu barco utilizam madeira encontrada à deriva e madeira da velha estrutura. Mas não podem colocar a embarcação no seco para reconstruí-la desde o princípio. Durante seu trabalho permanecem no velho barco e lutam contra violentas tormentas e ondas tempestuosas... Esse é nosso destino como cientistas. (DE MASI, 1999, p. 61)

O mistério, segredo desta aventura, está na dificuldade de que “[...] não basta retirar-lhe sua roupa comprada pronta para que ele tenha um terno feito sob medida”.(LACAN, 1985, p. 69).

Em 25 de abril de 1953, na prestigiada revista Nature, Watson e Crick publicavam um artigo que anunciava a descoberta da estrutura do DNA. Por persistirem em suas pesquisas e em busca de suas verdades é que conseguiram chegar ao seu intento. Chegaram com uma idéia de escada em caracol, para representar esta estrutura e foram

fortemente atacados pelos grandes pesquisadores da época, pois estavam propondo algo totalmente **fora dos padrões** de pensamento do início dos anos 50, uma formação com Hélice dupla. Porém, próximos ao segredo da vida, as duas cigarras podem cantar vitória e mostrar ao mundo sua genial e belíssima criação. (DE MASI, 1999, p. 65)

Estes pesquisadores se fossem alunos de uma classe regular de nosso ensino, provavelmente não teriam chegado a esta tamanha ousadia, decifrar o segredo da vida. Tudo estava "alí" diante dos olhos de todos Nós, porém, seus Eus descobriram o imprevisível. A ousadia, o desejo da descoberta, foi propulsora para a sapiência.

Os enigmas da sala de aula continuarão presentes, tanto no professor, quanto no aluno. Porém, devemos ter a coragem de marcar as diferenças, incrementando o poder através do perder e buscar o saber através do sabor.

REFERÊNCIAS

DE MASI, Domênico. **A Emoção e a Regra**. Rio de Janeiro: José Olympio, 1999.

LACAN, Jaques. **O Seminário, Livro 2: o eu na teoria de Freud e na técnica da psicanálise**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

SANT'ANNA, Afonso R. Desaprendendo a Lição. **Jornal do Brasil**, Rio de Janeiro, 20 mai. 1990. Caderno Idéias, p. 9.

Portal de Gestão – O Canivete Suíço da Prefeitura de Porto Alegre

Carlos Felipetto (SMS)¹

Certamente você já viu ou ouviu falar de um canivete suíço. Esta ferramenta criada no final de 1800 para os soldados suíços e aprimorada ao longo do tempo, foi popularizada pelos soldados americanos na segunda grande guerra.

Pois bem, a administração pública da cidade de Porto Alegre, desde 2005, tem um canivete suíço à disposição do seu corpo gerencial e funcional para planejar, acompanhar a execução, verificar o desempenho e agir na tomada de decisões ou na correção do que não tenha um desempenho satisfatório, na gestão administrativa dos seus serviços.

Esta ferramenta de gestão está disponível no site da Prefeitura e se chama PORTAL DE GESTÃO. Este portal permite gerenciar projetos e serviços ou mesmo acompanhar a execução real e orçamentária de serviços e atividades rotineiras dos diversos órgãos municipais.

A gestão de projetos se baseia em dividir os problemas, ordenar, organizar, agir e controlar, com disciplina e simplicidade, levando em conta que os pilares da gestão são as pessoas, os processos e a informação. E para isto o portal, que é um sistema desenvolvido e aprimorado pela PROCEMPA, permite fazer com muita facilidade. É claro que precisa de um pouco de conhecimento de informática, um pouco de vontade de fazer e uma ousadia de acrescentar algo novo no seu dia-a-dia. Mas, depois de conhecer, utilizar e constatar como esta ferramenta pode ajudar na realização e acompanhamento do trabalho e, principalmente, como fica fácil de verificar onde é necessário agir para atingir as metas, o portal passa a ser um grande aliado no trabalho.

O serviço público tem sido tencionado, com justa razão, a fazer cada vez mais e melhor com cada vez menos. Depende de nós, servidores públicos, evitar o desperdício da carga tributária para manter a máquina pública, gerindo bem os recursos financeiros recolhidos pelos impostos. E isto não é fácil. É realmente muito difícil de conseguir, por isso o uso de instrumentos que melhorem nosso desempenho, diminua riscos e aumentem a chance de sucesso nos projetos é fundamental.

Através do uso do Portal de Gestão é mais fácil definir o escopo, ou seja, o foco, o objetivo do trabalho, a organização do tempo, a avaliação e o acompanhamento dos custos, a definição de metas e a avaliação do desempenho, bem como a inter-relação com outras atividades e mesmo outras secretarias envolvidas na realização de nossas atividades.

A organização da gestão está a cargo de Gerentes de Ação, vinculados aos Programas de Gestão e de Líderes de Ação, vinculados às ações e etapas das atividades desenvolvidas nas secretarias. Procure conhecer os Programas e as Ações de sua secretaria, fale com os líderes de ação que tenham relação com o que você faz e venha aprender a utilizar este “canivete suíço” que está à sua disposição.

Como tudo na vida, isto vai requerer um pouco de empenho de sua parte, mas com certeza as vantagens de saber usar uma boa ferramenta vão fazer diferença no seu futuro profissional. Afinal de contas quem sabe usar bem todas as possibilidades de um canivete suíço faz a diferença em qualquer lugar.

¹ Administrador; Líder da Ação Hospital Materno Infantil Presidente Vargas do Programa “A Receita é Saúde”, Secretaria Municipal de Saúde.

Programa de Preparação para Aposentadoria (PPA) – um trabalho emergente

Tanise Amália Pazzim (SMA)¹
Jeanine Dutra Wallauer (SMA)²

A perspectiva de envelhecimento da população mundial tem gerado profundas transformações na sociedade, despertando o interesse no desenvolvimento de iniciativas voltadas à terceira idade.

França (2008) refere que no mundo inteiro a expectativa de vida está aumentando. Em 2002, o número estimado de pessoas com mais de 60 anos era 600 milhões. Em 2050, projeções apontam para uma população de dois bilhões de idosos. Será a primeira vez em que essa faixa etária ultrapassará o número de crianças menores que 14 anos. Essas projeções apontam que as pessoas que atingirem 60 anos irão viver mais (esperança de vida). No Brasil, os homens de 60 anos esperam viver até os 77 e as mulheres de 60 até os 80 anos.

Esses dados justificam as urgentes ações de competência pública e privada de preparação da sociedade e do indivíduo para o momento pós-carreira. As pessoas estão se aposentando na faixa etária de 50-60 anos, tendo uma expectativa de vida de mais 30 anos após a aposentadoria, sendo necessário um investimento que promova a saúde e a qualidade de vida dos cidadãos. Além disso, este público ainda pode ser produtivo, representando uma força de trabalho mais experiente e qualificada.

Desta forma, percebemos que há cada vez mais uma demanda por aconselhamento pré-aposentadoria e, diante desta necessidade, muitas organizações passaram a estabelecer programas de preparação para aposentadoria contemplando desde planos fechados de previdência privada até informações sobre saúde e lazer.

Diante deste contexto, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre implantou o Programa de Preparação para Aposentadoria (PPA). A iniciativa começou no Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE), órgão responsável pelo saneamento básico. O referido programa surgiu devido às observações realizadas pela Psicologia e Serviço Social do Gabinete Médico (Recursos Humanos) referente às dificuldades dos funcionários em se aposentar.

No ano de 2006 o DMAE deu início ao Programa com 15 participantes. Em 2007, não aconteceu o PPA por diversos motivos, e em 2008, ocorreram duas turmas, cada uma com 30 servidores pré-aposentados.

Em 2008, a Escola de Gestão Pública (EGP) da Secretária Municipal de Administração, órgão responsável pela capacitação e desenvolvimento dos servidores públicos municipais, implantou 04 (quatro) turmas do Programa de Preparação para Aposentadoria (PPA) na Prefeitura Municipal de Porto Alegre.

O PPA surgiu devido ao levantamento realizado pela EGP de que existia um grande número de servidores públicos com previsão de aposentadoria nos próximos 03 anos seguintes a contar da data do início do programa. Da mesma forma como no DMAE, era observado pelos técnicos da EGP (administradores, pedagogos, etc), através dos relatos dos servidores em participação em cursos de capacitação, da dificuldade em aposentar-se, e da necessidade de haver um Programa oferecido pela Prefeitura para discutir estas questões.

¹ Psicóloga; especialista em Psicologia Organizacional no Instituto de Desenvolvimento Global (IDG); especialista em Coordenação de Dinâmicas de Grupo na Sociedade Brasileira de Dinâmicas de Grupo (SBDG); Especialista em Gestão Pública (UFRGS); especialista em Tecnologias e Educação a Distância (Universidade de São Paulo); Coordenadora da Escola de Gestão Pública (EGP/SMA) da Secretaria Municipal de Administração (SMA). E-mail: tanisepazzim@gmail.com

² Pedagoga (FAPA-RS); especialista em Psicopedagogia Institucional (UCB-RJ). Técnica da Escola de Gestão Pública (EGP) da Secretaria Municipal de Administração (SMA). E-mail: je_wallauer@hotmail.com

O PPA, tanto no Departamento Municipal de Água e Esgotos como na Escola Gestão Pública teve um caráter interdisciplinar, contando com profissionais (internos e externos a organização) oriundos de diversos campos do conhecimento e que ao abordar o tema aposentadoria, o fazem a partir de seus referenciais específicos de conhecimento, porém de forma conjugada, procurando tratar a questão em suas múltiplas facetas.

A diferença entre o PPA do DMAE e da EGP era que, o programa do DMAE destinava-se somente para os servidores daquele Departamento com previsão de aposentadoria, e da EGP para todos dos servidores da Prefeitura.

O Programa de Preparação para Aposentadoria da Escola de Gestão tem a seguinte estrutura:

| | |
|-------------------------|---|
| | A estrutura do programa da EGP: |
| Histórico do Programa | Desde 2008. |
| Perfil dos funcionários | - 73% mulheres e 27 % homens. - Diversos cargos, desde operários até nível superior. - Acima de 48 anos. |
| Crítérios de ingresso | - Com 3 anos de antecedência da aposentadoria. - Desejo em participar do Programa. |
| Equipe do Programa | Duas técnicas da EGP. |
| Estrutura do Programa | São 9 encontros, com 4 horas de duração, realizados uma vez por mês, perfazendo 36 horas a carga horária do programa. |
| Temas | - Encontro de sensibilização - Previdência Pública - Planejamento Pessoal e Profissional - Aspectos médicos e psicológicos - Partilhando experiências e contatos sociais - A dimensão familiar no momento da aposentadoria - Discussão sobre filmes - Gestão de recursos financeiros e domésticos - Relação com o corpo |
| Definição dos temas | Alguns temas já são pré-determinados pela EGP, entretanto, no primeiro dia do Programa, há um instrumento onde os participantes podem colocar numa ordem de prioridade os encontros. Há também um espaço para sugestão de novos temas. |
| Facilitadores | Internos da PMPA e externos. |
| Divulgação | E-mail, jornal eletrônico por e-mail, cartaz e folder. |

CONCLUSÃO

Este programa trata de um assunto bastante importante, principalmente na área pública, onde muitas

vezes encontramos funcionários realizando o seu trabalho de forma mecanizada e burocrática, e através do programa, busca-se prover um espaço para refletir sobre a sua carreira e pós-carreira, significado do trabalho e da aposentadoria.

O assunto é de extrema atualidade e importância para as organizações, uma vez que é conhecida a dificuldade enfrentada pelos profissionais que estão na iminência de se aposentar, principalmente para aqueles que exercem cargos da alta administração. Além disso, com a proximidade da aposentadoria, principalmente se for efetuada de modo abrupto, de acordo com Zanelli e Silva (1996), torna-se um momento fortemente propício a incidências de separações conjugais, doenças severas e até suicídios.

Recomenda-se que as organizações – tanto as da iniciativa pública, privada ou multinacionais – continuem investindo neste tipo de Programa, pois além de beneficiar o público-alvo específico dos funcionários (aqueles com previsão de se aposentar em 5 anos), os outros funcionários da organização também se sentirão satisfeitos, valorizados e respeitados por ter uma organização que está preocupada com estas questões.

REFERÊNCIAS

FRANÇA, Lúcia. O desafio da aposentadoria: os exemplos dos executivos do Brasil e da Nova Zelândia. Rio de Janeiro: Rocco, 2008.

ZANELLI, José Carlos; SILVA, Narbal. Programa de Preparação para Aposentadoria. Florianópolis: Insular, 1996.

MARÇO

Os Desafios na Implementação da Estratégia

Izabel Matte (GPE)¹

Philip KOTLER (1975): “O Planejamento Estratégico é uma metodologia gerencial que permite estabelecer a direção a ser seguida pela Organização, visando maior grau de interação com o ambiente”.

R. Kaplan e D. Norton: “O orçamento estratégico, além de ser uma nova categoria orçamentária, deve ser gerenciado de forma segregada dos outros investimentos, tendo como responsáveis os mesmos líderes encarregados pela gestão da estratégia da organização para assegurar o comprometimento e o sucesso na implantação da estratégia”.

Peter Drucker: “O planejamento não é uma tentativa de prever o que vai acontecer. O planejamento é um instrumento para raciocinar agora, sobre que trabalhos e ações serão necessários hoje, para merecermos um futuro. O produto final do planejamento não é a informação: é sempre o trabalho”.

A utilização de Planejamento Estratégico em empresas ocorre a partir da percepção que atualmente ocorrem mudanças muito rápidas nos ambientes econômico, social, tecnológico e político. Somente poderá crescer e progredir quem conseguir ajustar-se à conjuntura, e o Planejamento Estratégico é uma técnica comprovada para que tais ajustes sejam efetivados com inteligência. A necessidade de avaliação contínua dos resultados obtidos é fator decisivo para uma organização que deseja atingir seus objetivos.

Este entendimento já está bastante incorporado no setor privado, no qual se percebe a utilização de ferramentas e metodologias cujo objetivo é o de aumentar a eficiência e reduzir os custos de produção.

No ambiente público, esta prática vem sendo introduzida aos poucos, tendo por objetivo modernizar a gestão com foco em resultados para o cidadão.

Inserido neste contexto, em 2005, Porto Alegre passa a contar com um governo que decidiu adotar um Modelo de Gestão com o desafio de romper com uma estrutura compartimentada e desarticulada, para implantar um sistema alicerçado nos princípios da territorialidade, da transparência e da transversalidade.

O estabelecimento da visão sistêmica permitiu a definição da atuação dos diversos órgãos em eixos, a identificação da territorialidade e a necessidade de interlocução com estes diferentes atores e a adoção de estruturas coletivas, a fim de aumentar a eficácia na tomada de decisão. Esta estruturação foi determinante na definição dos fatores que compõem o Modelo de Gestão. A Gestão da Estratégia, a Gestão de Processo e a Gestão do Conhecimento são os pilares que sustentam este Modelo. Resumidamente pretendemos abordar os principais aspectos relativos a estas três frentes.

A utilização de planejamento estratégico permite a identificação de objetivos a serem alcançados e quais são os diferentes atores que devem se articular para a obtenção dos resultados pretendidos. O Balanced Scorecard - BSC é a ferramenta que expressa os objetivos estratégicos com o objetivo de direcionar o foco de atuação. O orçamento por programas é outra ferramenta utilizada para reforçar a atuação de forma transversal, além de integrar o orçamento à estratégia, fator fundamental para êxito na sua implantação.

O gerenciamento dos processos visa a melhoria contínua, tanto sob ponto de vista físico como

¹ Arquiteta, Pós-graduada em Gerenciamento de Projetos, Coordenadora Geral do Gabinete de Planejamento Estratégico, do Gabinete de Planejamento Estratégico.

financeiro. Por isso, devem ser monitorados sistematicamente através da aplicação de metodologias e ferramentas voltadas à eficiência e eficácia dos processos, a serem mensurados por meio de indicadores de desempenho e análise dos cronogramas físicos.

O conhecimento é o fator que trata da comunicação e do sistema de capacitação e reconhecimento. Estes dois processos são responsáveis por promover o alinhamento da organização visado o entendimento da estratégia. Trata-se de um procedimento desafiador, pois dele depende a mudança de cultura de uma organização que tem na sua composição heterogênea de servidores públicos e lideranças políticas. Neste contexto é evidente a diversidade de interesses contidos dentro de um ambiente público. Para a sustentação desta mudança é essencial o alinhamento da alta administração associado à motivação dos servidores. A sensibilização é fator chave de sucesso para a implementação do modelo de gestão.

A sociedade - cidadãos, entidades e instituições governamentais – constitui-se de agentes externos que também estão envolvidos neste processo de mudança que, através da sua participação, influenciam o comportamento das administrações.

A análise que cabe realizar, a partir destas considerações, é sobre o status atual da implementação do modelo de gestão na administração de Porto Alegre.

Após cinco anos, são visíveis os avanços conseguidos. Podemos citar a estruturação da Secretaria de Gestão e Acompanhamento Estratégico (Smgae) com a contratação de servidores públicos concursados, bem como a incorporação dos gerentes dos programas na equipe de planejamento e gestão da estratégia.

Outro avanço é representado pela análise qualitativa da execução financeira, a partir da observação dos líderes das ações e dos gerentes, com o objetivo de subsidiar a tomada de decisão dos gestores no Comitê Gestor de Segunda Instância. Destaque também para o Sistema de Capacitação e Reconhecimento, responsável pela seleção de 15 servidores para um curso de duas semanas na George Washington University e mais vinte servidores para um curso e visitas a instituições em Brasília. E ainda, o monitoramento dos programas a partir da matriz de evolução EGPE (Evolução de Gerenciamento dos Programas Estratégicos), que atualmente pode ocorrer diariamente.

A ferramenta gerencial, Portal de Gestão está em permanente processo de melhoria através de customizações necessárias para evoluirmos no monitoramento da estratégia. O aspecto mais relevante foi a possibilidade de interface com o sistema orçamentário, permitindo o acompanhamento da execução orçamentária por programa e por ação. A revisão dos 21 programas da gestão 2005- 2008 para 12 na gestão 2009 – 2012 proporcionou maior foco para a formulação das políticas e, conseqüentemente, para a execução da estratégia.

Entretanto, é previsível que existam melhorias que devemos perseguir com o objetivo de consolidar este modelo.

Para esta reflexão incluo alguns pensamentos de autores como Kotler, Norton e Kaplan no sentido de auxiliar na avaliação de como enfrentar os próximos passos.

Kotler afirma que uma criteriosa alocação de recurso ao portfólio do negócio é uma das idéias básicas do planejamento estratégico.

Norton e Kaplan explicam porque as estatísticas indicam que entre 60% e 80% das empresas não obtêm o sucesso previsto com as novas estratégias. *Em primeiro lugar, a liderança da empresa pode não ter articulado a estratégia nem comunicado bem a toda a organização. Em segundo lugar, a empresa pode não ter pensado detalhadamente na necessidade de integrar as unidades de negócios e as de apoio à estratégia corporativa. Em terceiro lugar, é muito comum as empresas não alocarem recursos suficientes para iniciativas e projetos que são fundamentais no desenvolvimento de suas capacidades de execução da estratégia. Esse gasto estratégico é reprimido ou subordinado a preocupações operacionais de curto prazo. Em quarto e último lugar, as empresas continuam a usar firmemente tema orçamentário e de relatórios financeiros como seu sistema básico de gestão. Esses sistemas alocam recursos e relatam com base em desempenho passado, mas não ajudam a monitorar e orientar as empresas para um desempenho futuro.*

Os dois pensadores ressaltam a importância da Perspectiva de Aprendizado e Crescimento: *essa perspectiva identifica a infraestrutura que a empresa deve construir para gerar crescimentos e*

melhoria em longo prazo. Identifica também os fatores mais críticos para o sucesso atual e futuro. O aprendizado e crescimento organizacionais provêm de três fontes principais: pessoas, sistemas e procedimentos organizacionais. Os objetivos financeiros, do cliente e dos processos internos no Balanced Scorecard, normalmente revelam grandes lacunas entre as capacidades atuais das pessoas, sistemas e procedimentos, e o que será necessário para alcançar um desempenho inovador. Para fechar essas lacunas, as empresa precisarão investir na reciclagem de funcionários, no aperfeiçoamento da tecnologia da informação e dos sistemas, e no alinhamento dos procedimentos e rotina.

A partir das abordagens dos autores é possível identificar a necessidade de melhoria nos seguintes processos:

- Comunicação e Capacitação: articular e melhorar a comunicação do modelo de gestão para a organização. Atualmente atuamos com uma participação muito restrita de servidores, o que torna o processo bem mais difícil de implementar. A alta administração também necessita ser mais envolvida para que atue mais diretamente com seus líderes. A dificuldade de compreensão destas ferramentas e metodologias voltadas ao gerenciamento e à busca por resultados são enormes na prefeitura, indicando uma premência de um projeto junto a Escola de Gestão ou outra organização, com o objetivo de neutralizar ou minimizar esta dificuldade.

- Execução Financeira: aprimorar a definição do orçamento em relação à estratégia, melhorando o estabelecimento dos processos finalísticos que são realmente estratégicos, com a alocação dos recursos a partir da análise das metas estabelecidas. Melhorar a análise qualitativa do gasto, isto é, utilizar as estruturas coletivas de gestão com o objetivo de tomada de decisão transversal, a partir da efetiva observação do que está estabelecido na estratégia. A execução das ações deve perseguir os resultados pretendidos, portanto, somente com a observação dos líderes das ações, dos gerentes dos programas e dos secretários envolvidos, este procedimento poderá ter êxito. Dessa forma podemos romper com a lógica da estrutura vertical e também com a da análise pontual do gasto sem analisar mais detidamente o estabelecido na estratégia. Igualmente é necessário adequar os sistemas, orçamentário e de despesas, a este formato gerencial. A adaptação facilitaria a compreensão por todos os envolvidos.

- Redesenho de Processos: definir os processos que estão impactando negativamente na execução da estratégia e verificar a possibilidade de elaboração de projeto com o objetivo de minimizar este impacto.

- Sistema de Informação: estabelecer um projeto que possibilite melhorar o nível de informações gerenciais. Para podermos avançar com o BSC é imprescindível que haja melhoria nos dados produzidos pela organização. Hoje não contamos com dados confiáveis que permitam o estabelecimento de um conjunto de indicadores capazes de medir a estratégia. Esta deficiência gera uma dificuldade de avançarmos na consolidação do modelo, pois fragiliza de maneira significativa a comunicação dos resultados obtidos na execução das ações. Por consequência, se não medimos, não gerenciamos.

As observações visam apontar os pontos relevantes para avançarmos na implementação deste modelo de gestão. O projeto tem um valor inestimável para a melhoria da administração pública e para o desenvolvimento local. A adoção de modelos similares por outras instituições municipais, estaduais e federais indicam que estamos no caminho certo, cabendo a nós, servidores públicos e gestores, zelar e lutar para que se possa continuar avançando. Para isto é indiscutível que temos muitas melhorias a fazer e há a necessidade de sermos firmes e persistentes para que tenhamos sucesso no imenso desafio que é consolidar esta mudança.

A Mudança na Arquitetura Organizacional da PMPA a partir do Novo Modelo de Gestão.

Ênio José Mariani (GP)¹

No livro “Modernidade Líquida”, Bauman (2001, p. 21), entende que o declínio rápido e progressivo dos modelos de estruturas coletivas, surgidas principalmente na segunda metade do século XX, é efeito direto da nova ordem mundial pautada pela “leveza” e pela “fluidez” do poder, sendo este cada vez mais “móvel, escorregadio, evasivo e fugitivo”. E aponta enfaticamente: “para que o poder tenha liberdade de fluir, o mundo deve estar livre de cercas, barreiras, fronteiras fortificadas e barricadas”. Esta visão pós-moderna sobre as atuais relações, cada vez menos padronizadas e controláveis, instiga para uma reflexão sobre o futuro das relações internas e externas no âmbito da organização pública municipal, também postas em xeque pela nova ordem.

A PMPA, procurando fazer uma leitura deste novo contexto e seus requisitos de rápida adaptação e integração, questiona e busca alternativas viáveis para modificar (inovar) a sistemática de organização herdada, baseada na existência de vários órgãos municipais independentes, “feudalizados”, desarticulados, com intervenções isoladas sobre processo que em tese deveriam ser planejados, operados e monitorados em conjunto. Estes problemas resultavam em grande desperdício de recursos, re-trabalhos e perdas de energia organizacional inaceitáveis.

Com a introdução do “Novo Modelo de Gestão” (NMG), a PMPA faz movimento amplo e organizado de alinhamento do planejamento e operação da estrutura pública municipal com esta crescente fluidez, rapidez e leveza nas relações de poder e seus desdobramentos nos processos práticos. Procurando desfazer feudos organizacionais históricos, os gestores públicos da PMPA, amparado por administração democrática e legítima, estão introduzindo novas ferramentas e métodos gerenciais, que buscam qualificar o modelo arquitetônico organizacional para garantir maior agilidade e qualidade nos serviços prestados à comunidade. A atual administração não se furta de enfrentar o problema histórico das estruturas organizacionais pesadas, lentas e com poucos canais de relacionamentos internos e externos.

A PMPA atenta a esta tendência irreversível, adota modelo gerencial mais ágil e efetivo. Introduz nas práticas internas novas ferramentas e métodos que buscam qualificar seus fluxos estratégicos, tornando-os mais leves, ágeis, com múltiplas portas ou pontos de toque, facilitando o relacionamento efetivo e qualificado entre os agentes públicos e os usuários dos produtos destes processos.

Pela introdução metódica e determinada, por exemplo, das chamadas “estruturas coletivas de gestão”, aponta para um novo formato de organização pública municipal, mais simples, direta, e acima de tudo mais efetiva, com maior capacidade de adaptação ao ambiente local em constante e rápida mutação no cumprimento de sua finalidade constitucional. As estruturas coletivas de gestão valorizam os contatos produtivos e as interações internas realmente necessárias para a operação dos processos estratégicos, em detrimento das clássicas estruturas hierárquicas com seu excesso de níveis, que tornam os fluxos, como o de planejamento, de tomada de decisão, de execução orçamentária, de comunicação interna, dentro outros, mais lentos e ineficazes. Valorizam os contatos multidirecionais, tanto verticais, como horizontais, além de contatos diagonais, na relação entre os diversos órgãos municipais, e seus respectivos setores, que necessitam atuar de maneira articulada e integrada para o atendimento das demandas municipais.

¹ Administrador de Empresas, Especialização em Planejamento e Marketing, Especialização em Gestão Pública, Gerente de Programa estratégico, Gabinete do Prefeito (GP).

Uma das alternativas adotadas foi a qualificação dos processos de trabalho internos da PMPA, tidos com relevantes, pela introdução de práticas como o planejamento por programas estratégicos, portal de gestão, matriz de impacto, EGPE, comitês de gerenciamentos regulares, além das novas tecnologias de informação, do uso racional da informática, da telecomunicação e investimentos em gestão do conhecimento.

Não é simples levar a cabo e aprofundar estas mudanças. Trata-se de desafio complexo, visto que as estruturas públicas ainda apresentam traços das velhas e rígidas hierarquias militares, que evoluíram para as estruturas burocráticas, muito utilizadas na segunda metade do século XX, onde representaram uma resposta eficiente às demandas e ao contexto daquela fase histórica. Tiveram seu apogeu e contribuíram para o desenvolvimento da sociedade local. Mas não representam mais uma resposta efetiva frente aos principais desafios vivenciados pelo serviço público municipal nesta primeira década do século XXI.

Na era da globalização não é aceitável esperar por respostas, por serviços. O acesso à informação municipal pública deve estar a um “clic” do usuário, dentro de um “site”. O contexto de relações cada vez mais rápidas gera novas expectativas da comunidade para com a forma e com a qualidade do atendimento prestado pelo Município. A PMPA através do NMG está prospectando e introduzindo na gestão ferramentas e métodos viáveis para fazer frente a estes desafios.

REFERÊNCIAS

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores, 2001.

Modelo de gestão, a fábula.

Airton Carlos da Costa (GPE)¹

Havia um rio muito conhecido pelo seu potencial em razão de grandes afluentes (também chamados tributários). Era um rio virtuoso e orgulhoso de seu status e de seu volume, mas que acabou sendo difamado no mundo da Água Doce, quando passou a ser chamado de lago. Mas não se abateu e continuou a sua missão, dentre as quais, levar água à comunidade de seu entorno, oferecer alimentação e um leito navegável.

Para administrar todos os serviços havia, de tempos em tempos, uma consulta a todos os peixes e botos que exerciam sua atividade no rio. Os peixes eram de vários tamanhos e tipos e os botos eram do tipo marinho, comum no extremo sul. A consulta era para escolher quem administraria os serviços do rio no período de quatro anos. Os alevinos não participavam da consulta em razão da sua tenra idade. A consulta teve como resultado a escolha de um dos peixes grandes que assumiu o cargo de Peixe-rei.

O novo administrador soube cercar-se de uma equipe qualificada de botos e peixes grandes, alguns com conhecimento de modernas ferramentas de gestão. Logo que saiu o resultado oficial da escolha do Peixe-rei, essa equipe debruçou-se em estudos para explorar o potencial do rio com o objetivo de fornecer maior volume de serviços e com mais qualidade. Foi elaborada a estrutura de uma hidrelétrica através da qual seria possível gerar energia para melhorar a qualidade de vida desse ecossistema.

Todos os integrantes da equipe assinaram um pacto simbólico do seu comprometimento para atingir esse objetivo. Houve grande movimentação em todo o leito principal do rio e também nos afluentes, com reuniões e indicação de peixes para a composição de um *cardume técnico* que receberia uma capacitação para operar as novas rotinas, quando da implantação da hidrelétrica. E tudo foi acontecendo de forma simultânea às rotinas até então existentes nesse meio aquático.

Com o apoio do Programa Gerador de Quociente Pluviométrico nas nascentes do rio, foi contratada a construção da hidrelétrica, cujo projeto contou a participação de botos da família *consultoria*, muitos originários de outras regiões do país, bem como com a expertise dos castores, para a construção da obra.

Pela amplitude e ineditismo no âmbito dos rios, essa obra passou a chamar-se *Modelo*. Muitos peixes e botos assistiam a movimentação e até participavam de algumas reuniões, mas não entendiam muito bem do que se tratava. Também havia o cardume dos cétricos. Achavam que tudo não passava de teoria e que na prática em nada contribuiriam para melhorias. Os peixes Traíra dominavam o cardume dos cétricos e estavam sempre torcendo para que não funcionasse, bem como espalhavam boatos tentando desqualificar e até boicotar a atuação do cardume técnico, pois queriam continuar com as suas antigas rotinas. Os Jacarés, conhecidos pela sua fama “boca grande”, se encarregaram de espalhar a boataria no rio principal e nos afluentes. Dizem até que houve casos em que os jacarés fizeram grandes movimentações com suas caudas junto às margens para turvar a água e com isso prejudicar a pureza e a limpidez da água junto aos pontos de captação.

Veio então o primeiro desconforto. Foi criado um desvio no leito do rio, enquanto era construída a Hidrelétrica *Modelo*. Por esse desvio, continuou a transitar, pela *correnteza* de sempre, o volume recebido dos tributários (afluentes). Terminada a construção da hidrelétrica, o rio foi reconduzido ao seu leito. As maiores resistências começaram quando foi instalado o *painel de controle* da hidrelétrica. Quando ainda estava em fase de teste, começou a despertar uma reação da *correnteza*, acostumada a atuar sempre sobre o mesmo leito sem se preocupar com o volume advindo dos tributários. Através do *painel* passou a ser possível medir a capacidade tanto do leito principal como dos afluentes, os seus volumes, a quantidade de peixes, o acompanhamento dos alevinos

¹ Administração de Empresas (PUC), Pós-graduação em Administração de Recursos Humanos (FDRH-PUC). Assessor Técnico do Gabinete de Planejamento Estratégico (GPE).

desamparados, assim como foi possível identificar o quanto e como cada afluente contribuía para o volume total, bem como para a pureza e qualidade da água.

Não demorou muito para que o cardume das Traíras ganhasse mais adeptos, pois a identificação dos processos dos principais serviços oferecidos pelo rio descortinou os poços profundos e outras depressões no leito do rio e seus afluentes, que escondiam cardumes que atuavam com total independência sem compartilhar o que produziam. Para desfazer dos resultados e dados constantes no *Painel*, o cardume das Traíras, com a especial ajuda dos jacarés, começou a espalhar que os dados relativos aos volumes dos tributários (afluentes) estavam desatualizados e incorretos, pois eram coletados e registrados no *painel* por integrantes do cardume técnico. Foi aí que se resolveu buscar as informações na própria fonte (nascente) dos tributários e com isso a credibilidade do *painel* foi recuperada.

Seguiram os trabalhos nas estruturas da hidrelétrica, que eram desenvolvidos por um cardume especial composto de botos e peixes grandes, para um exercício de tomadas de decisão coletivas. Porém, como essa composição não produzia efeitos nas rotinas diárias tanto no rio como nos tributários, e sempre havia alguma ave, que *metia o bico* na água de vez em quando, dispersando os cardumes, houve um esvaziamento natural, reduzindo a participação dos botos e peixes grandes, que delegaram para os peixes médios e pequenos.

Outro fator que contribuiu para isso foi o fato de que o rio, ao retornar a seu leito, confrontou-se com a barragem da hidrelétrica e com isso teve alterada a sua *correnteza* e, para que não houvesse uma resistência maior, foi possibilitado que os botos e peixes grandes, responsáveis pelos tributários, pudessem transitar com seus cardumes e volumes d'água diretamente pelas *Comportas de Segunda Altura*. Mesmo com todas as resistências, surgiram resultados surpreendentes na melhoria dos serviços e nos controles internos. Tão surpreendentes e bons que conduziram o Peixe-rei ao exercício de mais um período.

E assim, diante do novo desafio, foram feitos alguns ajustes, como por exemplo, o fechamento das *Comportas de Segunda Altura* para a passagem direta do volume dos tributários, fazendo com que todos tivessem o mesmo roteiro de circulação pelos canais coletivos da nova hidrelétrica. Outra medida de impacto positivo foi a reestruturação dos cardumes especiais, com a exigência de participação dos botos e peixes grandes sem a possibilidade de delegação a peixes médios e pequenos. Paralelamente, foram agregados ao *Cardume de Coordenação*, os peixes salmão que, pela sua habilidade de saber nadar contra a *correnteza*, orientavam e conduziam os *cardumes estratégicos*.

E, finalmente, por todos os resultados obtidos, foi reconhecida a importância da construção da *Hidrelétrica Modelo*, monitorada pelo *Cardume de Coordenação* que, através do *painel de controle*, mantém constante vigilância e atenção à força da correnteza e aos desvios — que são naturais da água diante de algum obstáculo —, pois a menor fissura aberta no concreto poderá por tudo por água abaixo.

A importância do cargo de Administrador no serviço público.

João Luis Linde (SMA)¹

Começo minha contribuição para este importante espaço disponibilizado ao servidor municipal, fazendo uma rápida retrospectiva de minha curta vida funcional na Prefeitura Municipal de Porto Alegre, que, mesmo sendo curta, me oportunizou vivenciar muitas experiências novas e que não imaginava que iria vivenciar. Dessa análise identifico uma observação que me é muito relevante nesse momento, a baixa ocorrência de administradores em postos de coordenação e direção e ainda a pouca valorização do cargo de administrador frente aos demais. Essa primeira impressão me remete a um texto que ouse transcrever integralmente abaixo e penso ser de extrema importância, especialmente por ter sido escrito há alguns anos e ainda hoje é atual, principalmente no que esta relacionado à valorização anteriormente externada:

A Era do Administrador

Por que os Estados Unidos são o país mais bem-sucedido do mundo? Porque são um país que resolveu o problema da miséria e da estagnação econômica, ao contrário do Brasil? O segredo americano, e que você jamais encontrará em nenhum livro de economia, é que os Estados Unidos são um país bem administrado, um país administrado por profissionais. Dezenove por cento dos graduados de universidades americanas são formados em administração. Administração é a profissão mais freqüente, e portanto a que dá o tom ao resto da nação. Infelizmente, o Brasil nunca foi bem administrado. Sempre fomos administrados por profissionais de outras áreas, desde nossas empresas até o governo. Até recentemente, tínhamos somente quatro cursos de pós-graduação em administração, um absurdo! De 1832 a 1964 a profissão mais freqüente no Brasil era a de advogado, e foi essa a profissão que exerceu a maior influência no país, tanto que nos deu a maioria de nossos presidentes até 1964. A revolução de 1964 acabou com a era do advogado e a legalidade, e tivemos a era do economista, que perdura até hoje.

Nos próximos dez anos isso lentamente mudará. O Brasil já tem 2.300 cursos de administração, contra 350 em 1994. Estamos logo depois dos Estados Unidos e da Índia. Administração já é hoje a profissão mais freqüente deste país, com 18% dos formandos. Antes, nossos gênios escolhiam medicina, direito e engenharia. Agora escolhem medicina, administração e direito, nessa ordem. Há dez anos tínhamos apenas 200.000 administradores, e só 5% das empresas contavam com um profissional para tocá-las. O resto era dirigido por “empresários” que aprendiam administração no tapa. Por isso, até hoje 50% das empresas brasileiras quebram nos dois primeiros anos e metade de nosso capital inicial vira pó.

O que o aumento da participação dos administradores na gestão das empresas significará para o Brasil? Uma nova era muito promissora. Finalmente seremos administrados por profissionais, e não por amadores. Daqui para frente, 75% das empresas não quebrarão nos primeiros quatro anos de vida, e nossos investimentos gerarão empregos, e não falências. Em 2010, teremos 2 milhões de administradores formados, e se cada um empregar vinte pessoas haverá 40 milhões de empregos novos. Será o fim da exclusão social. Administradores nunca foram ouvidos por políticos e deputados nem concorriam a cargos públicos. Em 2010, é muito provável que teremos nosso primeiro presidente da República formado em administração. Por incrível que pareça, nunca tivemos um executivo no Executivo. Muitos de nossos ministros e governantes aprendiam administração no próprio cargo, errando a um custo social imenso para a nação. Foi-se o tempo em que o mundo era simples e não havia necessidade de ter um curso de administração para ser um bom administrador. Em 2006, o candidato da oposição que demonstrar boa capacidade gerencial será um forte candidato à sucessão de Lula. João Paulo Cunha, do PT, já o alertou de que, “se houver um bom administrador, ele conquistará o eleitorado da periferia”. Não quero exagerar a importância dos administradores, mas

¹ Administração de empresas, Pós-graduação em administração de empresas com ênfase na área pública (Ufrgs).
Administrador da Secretaria Municipal de Administração (SMA).

somente lembrar que eles são o elo que faltava. Ordem não gera progresso, estabilidade econômica não gera crescimento de forma espontânea, sempre há a necessidade de um catalisador. Não será uma transição fácil, pois as classes dominantes não aceitam dividir o poder que têm. Há muita gente interessada em manter essa bagunça e desorganização, como vivem denunciando Luiz Nassif, Arnaldo Jabor e José Simão. Gente que é contra supervisão, eficiência e organização. Administradores têm pouco espaço na imprensa para defender suas idéias e soluções. Em pleno século XXI, sou um dos raros administradores com uma coluna na grande imprensa brasileira, e mesmo assim mensal.

Peter Drucker há quarenta anos tem uma coluna semanal em dezenas de jornais americanos, ele e mais trinta gurus da administração. Administradores têm outra forma de encarar o mundo. Eles lutam para criar a riqueza que ainda não temos. Economistas e intelectuais lutam para distribuir a pouca riqueza que conseguimos criar, o que só tem gerado mais impostos e mais pobreza. Se esses 2 milhões de jovens administradores que vêm por aí ocuparem o espaço político que merecem, seremos finalmente um país bem administrado, com 500 anos de atraso. Desejo a todos coragem e boa sorte.

Stephen Kanitz é administrador por Harvard (www.kanitz.com.br)

Editora Abril, Revista Veja, edição 1886, ano 38, nº 1, 5 de janeiro de 2005, página 21

O artigo escrito em 2005 pelo colunista da revista Veja, **Stephen Kanitz**, expressa bastante do que se percebe ultimamente em termos de valorização equivocada de algumas profissões e no caso dos servidores municipais de alguns cargos e suas valorizações e remunerações.

A valoração de um cargo ou outro deve estar ligada à sua importância estratégica e à atividade que será desenvolvida no longo prazo, por isso a penso que a mobilização dos administradores municipais é fundamental, especialmente para que a sociedade possa perceber a sua importância para a organização e complementarmente para o atendimento à população. O administrador é quem está habilitado para exercer o controle e direção, especialmente dos bens de propriedade pública, por serem os que mais deveriam ter essas exigências de um profissional habilitado para sua gerência, assim como em outras áreas, o que não acontece atualmente e ajuda explicar muito da falência em que se encontram muitas das atividades públicas. O administrador, por seu conhecimento científico, diferencia-se de outros profissionais quanto à aplicação de suas habilidades sistemicamente, combinando recursos, sempre com um olhar adiante, interdisciplinar, interagente e dinâmico, cujos impactos extrapolam os domínios da organização, muito embora esta seja seu foco principal. Isso é definido como *holismo*, ou seja a riqueza advinda da organização racional do trabalho (associada às técnicas hodiernas), pode ainda gerar excedentes, cuja apropriação pela população estaria garantida pela maior produtividade, redução de desperdícios e, conseqüentemente, possíveis reduções de custos operacionais.

Um das principais atividades exercidas pela administração, de racionalização, implementada na cadeia de produção privada ou na complexa máquina pública poderia propiciar maior acesso ao consumo e melhoria da qualidade de vida, respectivamente, e isso é uma possibilidade possível, muito embora muitos concordem que o Brasil está longe de atingir níveis considerados bons, especialmente quando se fala em qualidade de serviços públicos e eficiência de maneira geral.

Cabe ao administrador funções mais amplas que as de organizar, planejar, dirigir e controlar as simultâneas necessidades da organização e de seus membros. Do administrador se espera as posturas de negociador e interventor nas ações coletivas, devendo inclusive ser o protagonista de ações sociais. Afinal os sistemas são abertos. O processo político, incluindo o partidário, talvez seja o viés condicionante para que o próprio administrador, as empresas, as organizações públicas, por fim, a sociedade entenda que o papel desse profissional é indispensável para o crescimento do PIB, por exemplo, e, conseqüentemente, da melhoria das condições sócio-econômicas e ambientais de forma sustentada. A sustentabilidade também perpassa pela abordagem da empregabilidade – inclusive do administrador. Ou ainda, deve responder às indagações: Como o mercado percebe ou sente a necessidade dessa mão-de-obra? É dispensável? É indispensável? É substituível? Serão os

administradores os próximos profissionais considerados de “segunda classe”, como equivocadamente alguns vêem outros profissionais que também não tem a sua valorização devida?

O administrador municipal deveria estar se mobilizando, sendo seu próprio agente político e de mudança, participando efetivamente das ações que lhe são afetas, avocando à sua responsabilidade as demandas de sua responsabilidade, ocupando assim seu espaço e não permitindo que o reconhecimento de sua importância seja segmentado e diminuído pela falta de ação.

Finalmente vejo a necessidade de constante aprimoramento dos serviços públicos, busca pela eficiência e primazia pela eficácia, modernização de processos e sistemas, aumento constante da demanda de atendimento público à população, que exige a cada dia novas ações, administração de serviços essenciais de uma cidade que é referência nacional em educação e politização e, por isso mesmo, muito mais crítica e exigente, dentre outras necessidades a curto e médio prazos; não vejo nenhum meio capaz de atender, mesmo que parcialmente, estas demandas que não seja através da valorização e qualificação do corpo funcional, corrigindo disfunções e anomalias, incentivando a criatividade e capacidade individual, respeitadas as diferenças e qualificações, com a colocação de cada servidor em sua atividade profissional para o qual está qualificado plenamente.

Registro de Gestão

Adel Dionisio Silva Goldoni - (GPE/GP)¹

Quando olhamos para frente e vislumbramos o longo caminho que temos a percorrer para alcançarmos a plenitude do planejamento estratégico, em desenvolvimento na Administração Municipal de Porto Alegre, pode parecer, para alguns, que pouco conseguimos até agora. Entretanto, entendo que a visão da realidade depende do ângulo, ou do ponto de referência que estabelecemos para essa avaliação. Para mim, que sou profissional do serviço público há 39 anos, olhar para trás e constatar tudo o que conseguimos realizar em quase cinco anos revela uma situação surpreendente, devido a velocidade em que o processo, a princípio inconcebível, se implanta e transforma a concepção do servidor municipal quanto ao entendimento do que deve ser a gestão pública.

Estamos falando em planejar, desenvolver um escopo para os projetos, aplicar os investimentos da Prefeitura com controle, visibilidade e eficácia, ter ferramentas de monitoramento de todas as Ações da Administração. Além disso, poder controlar as etapas e sub-etapas de cada ação, com informações diretas aos gestores e transparência a qualquer cidadão de nossa cidade. Hoje, os gestores dos programas de governo, vertentes desta estratégia, foram capacitados e aparelhados, pela tecnologia necessária, para rodar este sistema que vai se ramificando na estrutura, por meio de líderes e responsáveis pelas atividades mais subliminares, mas que gradativamente vão subvertendo a ordem estabelecida até então, tecendo uma rede de relações intersecretarias e departamentos. Com isso, vão se fragilizando, pouco a pouco, velhas fortalezas do corporativismo, que vem retardando ou até mesmo estancando, muitas vezes, o processo de desenvolvimento de nossa cidade.

Entendo que o marco fundamental, para consolidação real e legal desse novo paradigma da gestão da Prefeitura de Porto Alegre, foi à adequação da Lei Orçamentária por Programas de Governo, e não mais por Secretarias. Até ocorrer esse avanço, estava engessava a organização vertical e departamentalizada estabelecida no Município, tornando a apropriação das informações sobre a ordenação orçamentária da Prefeitura um privilégio de poucos. Outro fator balizador desse processo foi o espaço criado de interlocução, na análise e deliberação do encaminhamento das Ações - os Comitês de Gerenciamento -, que proporcionam, em sua mais sumária definição, a relação, o elo de ligação entre os quadros políticos do governo e a estrutura tecno-administrativa do Município, falicitada e mediada pelos Gerentes de Programas. Essa relação nunca existiu como processo de gestão até o advento do planejamento estratégico da Administração Municipal.

Uma ferramenta que viria agregar comprometimento das equipes, transversabilidade nos processos e socialização do mérito de Ações, promovendo parceria e sinergia no processo, seria um fórum, reunindo Prefeito, Secretários, Diretores Gerais e Gerentes de Programa, talvez com uma periodicidade trimestral. O fórum seria pautado pelas Ações e demandas estratégicas do Governo, previsão de Calendário de Resultados para o trimestre subsequente e deliberações de governo que possam influir diretamente na correção das políticas governamentais.

Tenho certeza de que nós, os Gerentes de Programa, somos agentes da mudança de cultura dos servidores e da Administração da Prefeitura Municipal de Porto Alegre, criando um marco que estabelece o “antes” e o “depois” da gestão de 2005 a 2012, por meio de um governo que já é referencia em administração pública no Brasil.

¹ Arquitetura e Urbanismo. Auxiliar de Serviços Técnicos, Gerente do Programa CRESCE PORTO ALEGRE, do Gabinete de Planejamento Estratégico (GPE/GP)

Planejamento Estratégico PMPA

Leandro Nunes (GPE)¹

Importância do Planejamento Estratégico nas empresas

Num ambiente de incertezas onde estão inseridas as empresas, torna-se imprescindível o Planejamento Estratégico. Embora essa prática seja relativamente nova em nosso país, comparando com EUA e Europa, o Planejamento Estratégico está cada vez mais presente nas empresas que almejam manterem-se saudáveis e competitivas. A realidade global mostra que a tendência é a diminuição das receitas públicas. Portanto, para uma gestão clara, objetiva e correta é condição fundamental a utilização de uma ferramenta de gerenciamento eficaz: o Planejamento Estratégico. É um processo que garante a otimização dos recursos.

Ainda que muitas empresas privadas, e menos ainda instituições da esfera pública, não operem a partir de um Planejamento Estratégico, a PMPA está à frente da maioria das prefeituras do Brasil, pois iniciou esse processo há cinco anos.

Dificuldade: mudança de cultura

A implantação de um Planejamento Estratégico esbarra, principalmente, na dificuldade de uma mudança de cultura. Isto é, existe uma significativa resistência de colaboradores que, acostumados a não planejarem (e não serem cobrados por isso) e, conseqüentemente, não mostrarem resultados, não compreendem o sentido e a importância de um planejamento. Geralmente em nossas vidas não planejamos o futuro, por isso, é muito difícil que as pessoas em seu trabalho consigam planejar suas tarefas. Contudo, quando elas percebem o quão fundamental são os benefícios trazidos pelo planejamento e pela organização de seus processos, elas valorizam e acabam por serem partícipes do projeto.

Percebo que muitos funcionários já estão bem adaptados ao Planejamento Estratégico. Porém, há um grupo que resiste às mudanças, ora pelo receio à exposição, ora pela dificuldade de modificar a rotina pseudo segura de suas atividades. Há também o grupo que não modifica sua prática, em razão de suas opiniões não terem sido consideradas, quanto a alterar ou não a forma de trabalho.

Entendo que a aceitação do Planejamento Estratégico, como ferramenta imprescindível à evolução do trabalho, por parte daqueles que ainda resistem, dar-se-á a partir dos resultados positivos das pessoas que atualmente estão inseridas num modelo de gestão comprometido com a melhoria dos processos.

Desafio: perpetuar o Planejamento Estratégico e suas ferramentas de Gestão

Acredito que com o Planejamento Estratégico estruturado e com seus processos bem definidos, o trabalho de todos será valorizado e renderá muitos benefícios aos funcionários e, principalmente, para a população de Porto Alegre. O trabalho bem estruturado traz transparência aos porto-alegrenses, quanto às ações da Prefeitura que, mesmo com a redução da receita municipal, não se exime de suas responsabilidades. Essa clareza demonstra que os poucos recursos não se configuram como motivos de ineficiência do serviço público.

É muito importante que o processo do Planejamento Estratégico seja documentado e mapeado. Todas as ações devem ser bem fundamentadas para que, aqueles que chegarem em meio ao processo, possam adaptar-se e dar continuidade, sem comprometer a objetividade do planejamento e/ou favorecer o retrocesso administrativo.

¹ Formação em administração de empresas (FAPA), cargo administrador, coordenador de eixo do modelo de gestão, do Gabinete de Planejamento Estratégico (GPE).

Políticas e Práticas Integradas

Marcia Boeckel (GPE)¹

A proposta do modelo de gestão na Prefeitura Municipal de Porto Alegre trouxe inovação aos servidores e à administração pública em termos de possibilidade de renovação e transformação. Entretanto, para que esta evolução ocorra, necessita que todos os envolvidos - secretários, gerentes, coordenadores, equipes diretivas e servidores em geral, - sejam de fato, participantes, agentes deste processo, motivados e comprometidos por uma gestão de qualidade.

A minha trajetória nesta metodologia iniciou-se em 2006, enquanto líder de ação do Programa Gurizada Cidadã. Em 2007 fui convidada a gerenciar o Programa Bem Me Quer, através da Fundação de Assistência Social e Cidadania (Fasc), que na época era o órgão coordenador do Programa. Desde então, este trabalho já se constituía um desafio, considerando a característica das políticas adotadas, de um funcionamento departamentalizado, para dentro e para fora das secretarias, em contraste com a necessidade real de funcionamento integrado intra e inter secretarias.

Em 2009, ao candidatar-me à gerência, e com uma visão sistêmica das Políticas Sociais, a transversalidade foi o motor de minha motivação. Apoiar a nova fase do modelo de gestão, fui selecionada para gerenciar o Programa Porto da Inclusão que, devido ao reordenamento dos 21 programas, foi integrado e ampliado no seu leque das ações do campo social, sendo algumas de grande impacto para o alcance da inclusão social.

Nesta nova etapa, permanecem alguns desafios que são inerentes ao processo, desafios importantes como o que envolve as lideranças, considerando não apenas os líderes de ação, mas todos os envolvidos na gestão. A prática mostra que temos conhecedores das políticas nas quais estão inseridos, da metodologia dos programas e projetos que executam, mas pretendemos e precisamos avançar no desenvolvimento das lideranças, pois este papel é fundamental para o êxito da gestão. Levando em conta que estamos em transição, de uma visão compartimentada para uma visão global, de executores de políticas isoladas para uma visão mais integrada, de direção comum através da união de esforços, devemos continuar apostando no compartilhamento de informações e conhecimentos, dando visibilidade ao que está acontecendo e ao que não está e adotando estratégias para superação. Assim permitiremos um melhor aproveitamento dos potenciais de realização, desenvolvendo continuamente as capacidades e habilidades.

Do mesmo modo, a atual estrutura da Secretária de Gestão e Acompanhamento Estratégico (Smgae), buscando equacionar os desafios da implementação do modelo de gestão a partir da adequação do quadro de pessoal, tem o desafio interno de uma formação de equipe coesa, que trabalhe de forma integrada, com clareza de papéis e ajuda mútua, atitudes positivas e colaborativas, com vistas ao atingimento dos objetivos comuns.

A gestão pode ser melhorada com estudo e prática, com bons planejamentos e investimento em capital intelectual, humano, incluindo práticas de reconhecimento e valorização, ou seja, de gestão de pessoas. Tudo isto pode ser viabilizado através de programas de desenvolvimento contínuo, além de uma gestão participativa, com um plano de gestão compartilhado, integrado, de forma que todos se sintam responsáveis pelo resultado coletivo, que devem se sobrepor ao espaço das suas políticas, procedimentos e práticas individuais.

A visão de política pública, necessariamente inserida na articulação intersetorial com outras políticas sociais, garante ações mais integradas e conseqüentemente maior efetividade das ações, para possibilitar o acesso e a qualidade dos serviços aos cidadãos.

¹ Formação em Pedagogia, Pós-graduação em Psicopedagogia. Gerente do Programa Porto da Inclusão do Gabinete de planejamento Estratégico (GPE)

A EGP e a sua própria evolução

Marcelo Neubauer da Costa (SMGAE)¹

Consolidados os conceitos do pioneiro e inédito⁽¹⁾ Modelo de Gestão na Prefeitura de Porto Alegre, ainda no primeiro ciclo de governo, concluiu-se pela necessidade de acompanhar e mensurar objetivamente o Gerenciamento dos Programas Estratégicos. Para que isto acontecesse, foi desenvolvida uma matriz de acompanhamento, chamada de EGP, que significa Evolução Gerencial dos Programas.

A EGP é basicamente um sistema cartesiano: nas linhas são descritos e estabelecidos os critérios de avaliação e seus intervalos de pontuação, assim como os pesos relativos entre os critérios. Os programas estratégicos estão dispostos por coluna. A ferramenta utilizada para apurar e consolidar os resultados da EGP é uma planilha MS-Excel⁽²⁾.

Os critérios de avaliação estão agrupados por temas, sendo que na primeira fase da implantação da EGP o objetivo fundamental era o de comparar o andamento de cada programa, assim como o desempenho de cada gerente, tanto de modo absoluto como relativo, através da comparação entre programas.

Os conceitos adotados pelo PGQP⁽³⁾ norteiam o estabelecimento de cada critério da EGP, estando baseados na excelência da qualidade, funcionando como experimento para que a administração pública adote os mesmos padrões utilizados pela iniciativa privada, fundamentalmente, entendendo que o cidadão é cliente e proprietário do serviço público.

Os temas dos critérios de avaliação estão divididos em cinco grupos, os quais representam as bases do Modelo de Gestão: indicadores⁽⁴⁾, orçamento⁽⁵⁾, planejamento⁽⁶⁾, estruturas coletivas de gestão⁽⁷⁾ e complexidade dos programas, a qual visa dar equilíbrio entre os programas, pois há programas “maiores” e “menores”, que se expressam por terem mais ou menos recursos, mais ou menos ações ou etapas.

A apuração da EGP é mensal, sendo que a cada ciclo (período de três meses) há uma análise dos critérios de avaliação e dos intervalos de pontuação, com retirada ou redimensionamento de parâmetros que se tornaram estáveis, assim como a colocação de novos critérios que visem, principalmente, verificar como está o “rodar do PDCA”⁽⁸⁾

Após dois anos de utilização da EGP, verificou-se que o esforço de apuração da mesma era maior que o próprio resultado dela apurado ou a avaliar, visto que o trabalho de apuração era manual, através de inúmeras contagens no Portal de Gestão⁽⁹⁾, possibilitando incorreções, que causavam acalorados debates entre gerentes e coordenadores de eixo. Então, foi introduzida na planilha da EGP uma segunda aba, que continha uma tabela-questionário, a qual tanto diminuiu a contagem manual, como melhorou a qualidade do trabalho de apuração realizado.

Porém, ainda existiam inconsistências na apuração da EGP, ocasionando inúmeros pedidos de revisão todo mês, o que impulsionou a terceira etapa do processo, quando em junho de 2009, iniciou-se o processo de apropriação direto de dados do Portal de Gestão por meio de planilhas eletrônicas. A partir de três planilhas do Portal⁽¹⁰⁾, “orçamento de ações”, “medições de indicadores” e “etapas e subetapas”, que associadas a outras planilhas (“reuniões”⁽¹¹⁾, “apuração”⁽¹²⁾ e “comparação”⁽¹³⁾), compõem o conjunto atual de planilhas integradas da EGP.

Desta forma, o que era inviável anteriormente, ou seja, de ter-se uma posição atualizada diária das informações do Portal em relação a medições dos indicadores, execução orçamentária por ação e planejamento estratégico das ações em nível de etapa e subetapas, agora é possível, e em menos de uma hora o processo de apuração pode ser concluído.

Entende-se que os próximos passos evolutivos para a EGP são: a visualização dos resultados por órgão, no curto prazo, o que permitirá ter-se uma visão vertical de como estão os programas a partir das secretarias, e no longo prazo, que o próprio Portal, ou sistema que venha a substituí-lo, presente em tempo real como está a Evolução Gerencial dos Programas Estratégicos.

¹ Servidor da Secretaria de Gestão e Acompanhamento Estratégico

Portanto, pode-se concluir que o atual resultado do processo evolutivo da EGP demonstra que:

- Atualmente pode-se ter um acompanhamento diário do gerenciamento dos programas estratégicos;
- Existe a necessidade urgente da centralização de dados da Prefeitura em um banco de dados, com formato de repositório único e padrão, a fim de que sejam evitado redundância e conflitos de informações;
- O Modelo de Gestão consolida-se como ferramenta técnica de administração pública.

Notas do autor:

- (1) Pioneiro e inédito, pois em 2005, o Prefeito José Fogaça implementava pela primeira vez no Brasil uma ferramenta de administração pública baseada na transversalidade de ações (agrupadas por eixos e programas estratégicos), as quais tinham como alvo atingir objetivos finalísticos que impactariam direto na vida dos cidadãos, ultrapassando, portanto os tradicionais governos hierárquicos e verticais fundamentados em secretárias estanques.
- (2) MS-EXCEL – É uma planilha eletrônica (software aplicativo) desenvolvido pela empresa Microsoft, que possibilita a realização de cálculos matemáticos através de funções, operadores e equações lógicas.
- (3) PGQP – Programa Gaúcho da Qualidade e Produtividade.
- (4) Indicadores – Ato de estabelecer metas e medir resultados.
- (5) Orçamento – Ato de gerir recursos, principalmente, o da qualidade da despesa.
- (6) Planejamento – Ato de estabelecer e acompanhar etapas e subetapas.
- (7) Estruturas coletivas de gestão – Reuniões dos gerentes com os secretários, líderes de ação e responsáveis por etapas e subetapas.
- (8) PDCA – Ciclo de um processo de gestão, onde P é de “Plan” (planejar, estabelecendo metas e plano de ação), D é de “Do” (fazer, executando e realizando as atividades conforme planejado), C é de “Check” (verificar, comparando periodicamente metas e realizados) e A é de “Act” (agir, corrigindo os processos e estabelecendo novos planos de ação).
- (9) Portal de Gestão – Sistema aplicativo na Internet em que são registrados os indicadores, orçamento e planejamento dos programas estratégicos, tanto em nível de ações como etapas e subetapas.
- (10) Planilhas do Portal – A partir do link “Gerenciamento”, colocado no cardápio vertical à esquerda, é possível acessar “Tabelas em Planilhas” obtendo-se posição com dados do dia anterior.
- (11) Reuniões – planilha preenchida diariamente pelos coordenadores de eixo.
- (12) Apuração – planilha que faz a consolidação do resultado, possuindo diversas abas.
- (13) Comparação – planilha que apresenta a visualização dos resultados do mês atual e do anterior.

Princípios de Gestão ou Princípios de Mudança?

Renê José Machado de Souza (GPE)¹

Quando nos foi apresentado o desafio de escrevermos sobre a Gestão, fiquei a pensar e refletir sobre o que temos de diferente das não poucas gestões anteriores em que tive a oportunidade de integrar e atuar. Neste contexto, me veio imediatamente as bases em que atuamos.

Primeira, a da transversalidade, e a forma mais simples de abordar - e que tem sido uma memória viva para mim - remete a quando, ao assumir a coordenação de um dos programas estratégicos do governo, quase que de imediato me deparei em uma reunião com técnicos de vários órgãos municipais, todos especialistas em sistema viário, pavimentação e urbanismo, juntamente com uma técnica da área social que estava ali muito mais para subsidiar o grupo com informações sobre as famílias que seriam atendidas com a obra. Estava em discussão uma via a ser implantada. A via deveria ter dez metros de largura, informação confrontada com a realidade local, que impunha algumas restrições, como o número de famílias que deveriam ser reassentadas com a implantação da via, bem como a existência de um canal de drenagem pluvial que impedia o deslocamento do eixo da via, além de uma área que permaneceria suscetível a ocupação irregular se a implantação fosse no lado oposto ao proposto. Depois de mais de uma hora de debates em uma segunda reunião, totalizando mais de três horas de análises, e a quase a tomada de decisão de que a via não deveria ser implantada naquele momento de desenvolvimento do programa, a técnica social acabou por sugerir: por que não dividimos a largura e implantamos metade de cada lado do canal de drenagem? Foi então que todos trocaram olhares, não compreendendo os motivos pelos quais, até então, nenhum daqueles especialistas tinha chegado a esta proposta, que atendia as restrições que o local impunha.

Foi também naquele momento que compreendi a real importância da transversalidade, na qual um técnico com uma formação totalmente diversa do tema em discussão, com uma experiência profissional extremamente focada na área em que atuava, apresentou a solução de um impasse quase que intransponível para os outros especialistas. Estávamos ali exercendo, de forma efetiva e sem talvez compreender com toda a clareza necessária, o que se entende por Grupo de Trabalho em toda a sua dimensão.

A segunda, a da transparência, na qual a realização dos Comitês de Gerenciamento, nesta segunda fase, tem demonstrado uma característica fundamental para a mudança, que é a participação da alta liderança do processo, assim como a presença de outras lideranças em níveis inferiores, manifestando-se sobre temas e problemas comuns de execução das atividades, assumindo, esclarecendo e defendendo posições que demonstram ao grupo exatamente o que cada um entende como melhor para a cidade e para a sociedade. Assim, repercute no grupo o movimento de exercício da liderança, motivando a todos para atingir os propósitos e as metas ali estabelecidas.

Ao refletir sobre estes princípios percebi os motivos que nos levam a sermos diferentes, pois estas práticas nunca tiveram a sistematização que a atual gestão estabeleceu, definindo que não só a forma de organização esta presente, mas também a memória está preservada. Com a disponibilidade de uma ferramenta informatizada que nos permite resgatar encaminhamentos e responsabilidades assumidas, o resultado é o comprometimento dos integrantes da administração, sejam eles do quadro permanente ou transitório, ao mesmo tempo em que impede que determinados temas tenham que ser retomados do seu início.

O processo está pautado por um terceiro princípio, que é o da territorialidade, e este talvez seja aquele que ainda possui maior fragilidade para efetivamente nos aproximarmos dos problemas diários da cidade, de forma a atingirmos um grau de eficiência no encaminhamento das questões que a sociedade clama por solução.

Claro, este é um processo contínuo e uma mudança da cultura institucional, e cabe a cada um de nós, lideranças dos processos de trabalho, atuarmos como referência no sentido de mobilizarmos

¹ Formação em Engenharia Civil, cargo Auxiliar de Serviços Técnicos, Gerente de Programa Cresce Porto Alegre do Gabinete de Planejamento Estratégico (GPE)

cada vez mais os nossos colegas. Dessa forma eles perceberão a importância destes princípios para a administração pública e que é possível oferecermos um serviço cada vez mais eficiente e termos a plena consciência de que somos servidores públicos.

Promoção da Saúde dentro do Espaço Educacional

Saadya Bellini (SMED)¹

Vivemos, inegavelmente, num paradigma de mundo preenchido por hábitos cartesianos, organizados de forma tal, que a qualidade e motivação de vida tem sido seriamente ameaçada. em todos os grupos de trabalho e convívio, especificamente, dentro das instituições educacionais que até certo ponto, têm se esforçado em promover a formação integral de sua comunidade. Porém, ainda, encontramos necessidade de intensificar tais investimentos, no sentido de ocuparmo-nos com o desenvolvimento dos potenciais humanos em todas as áreas. O excesso de racionalismo que tem fragmentado o ser humano, diminui as possibilidades de expansão de sua subjetividade nas áreas cognitiva, emocional, espiritual e simbólica, resultando na formação de uma consciência restrita e diminuta quanto as suas reais possibilidades, o que compromete as formações psicológica, social, moral, bem como o fortalecimento do senso de cidadania e, conseqüentemente, a promoção da saúde dentro de um enfoque preventivo e sistêmico.

É dentro deste contexto, que gostaria de situar o trabalho musical realizado com jovens e adultos no CMET/PAULO FREIRE, com vistas, antes de tudo, a demonstrar a possibilidade de prevenir a doença e promover saúde dentro de um ambiente educacional.

Estou considerando o conceito de “saúde” (CAPRA, 1988) como um processo dinâmico que reflete o estado do organismo inteiro como um todo e que mantém relações de equilíbrio consigo, com os outros e com o meio ambiente, implicando na formação de todas as dimensões humanas, anteriormente referidas. Em outras palavras, para promover saúde é necessário que todas as partes se relacionem e interajam sem exceções, caso contrário, iniciar-se-á um processo de desequilíbrio sistêmico, comprometendo a interdependência entre as manifestações biológicas, mentais, psicológicas e sociais do ser humano, o que vem a prejudicar seu sistema imunológico, abrindo aí, um campo favorável para a instauração de uma doença física ou mental.

Em outras palavras a doença é o resultado da falta de harmonia e sincronia dentro do organismo e do organismo para com a realidade social e ecológica. Neste processo, quero chamar a atenção para a importância da expressão, pois ela reflete o resultado da sincronia e harmonia do organismo como um todo, além de atuar como agente de organização e integração pessoal e social.

Parece que o montante de destruição encontrado nos indivíduos é proporcional ao montante a que a expansividade da vida é reduzida... Parece que se essa tendência é frustrada, a energia dirigida para a vida, sofre um processo de decomposição e se transforma em energia dirigida para a destruição.....o caminho para a vida e o caminho para a destruição estão numa interdependência oposta. Quanto mais frustrado é o caminho para a vida, mais forte é o caminho para a destruição. A destruição provém da vida não vivida. (FROMM apud READ, 2002, p. 158)

Na citação acima, encontramos uma contraposição entre construção e destruição, expressão e contenção, vida e morte, podendo-se estabelecer paralelos opostos entre saúde e doença. E é neste contexto que inserimos a música.

Conforme Alvin (s.d.), musicoterapeuta e pesquisadora musical, “usamos a música para extrair nossas experiências subjetivas e para restabelecer nosso equilíbrio pessoal”. À medida que favorecermos experiências que possibilitem a vivência e expressão da subjetividade com quem estamos trabalhando, estaremos, naturalmente, propiciando um ambiente favorável ao desencadeamento de um processo de interiorização (auto-conhecimento) e exteriorização (expressividade) e, concomitantemente, a organização e integração de todos os elementos que

¹ Pedagogia (Or. Educacional), Psicopedagogia, Mestrado em Educação, Educadora Musical e bacharelada em Musicoterapia. Centro Municipal de Educação de Jovens e Adultos Paulo Freire, da Secretaria Municipal de Educação (SMED)

compõem o sistema orgânico (aspectos mental, espiritual, biológico e social) e assim, contribuindo para a manifestação da saúde.

A música representa uma fonte mobilizadora de sentimentos, sensações, recordações, projeções, pensamentos, criações mentais, movimentos motores e outros fenômenos. Ou seja, nela existe um caráter dinâmico, relaxante ou estimulante, por meio dos quais, podemos transformar para melhor muitas variáveis subjetivas que interagem e influenciam negativamente a nossa postura diante da vida, indo de encontro ao que entendemos por saúde, pois sabemos que noventa por cento das doenças, são de caráter psicossomático (desarranjos emocionais).

Como exemplo, posso citar depoimentos dos alunos com quem trabalho que dizem frequentar as oficinas de música, pelo fato de, além de aprenderem a linguagem específica, sentirem-se melhores acerca de si mesmos e, o mais interessante: saírem renovados.

Capra (op.cit.), bem como muitos pesquisadores da área médica, entendem que os estados físicos e psicológicos influenciam fortemente a implantação de múltiplas doenças. Um exemplo típico e comum é a depressão, responsável pelo desencadeamento de muitos males, pois devido a determinados condicionamentos sócio-culturais, muitas pessoas acham impossível resolver problemas estressantes de maneira saudável e, portanto, optam, consciente ou inconscientemente, por ficarem doentes como uma forma de saída ou mecanismo de defesa. E aí se incluem doenças físicas e mentais, bem como desvios de comportamento, como drogas e a criminalidade (manifestação de desequilíbrios/doenças).

Neste sentido, concebo a escola, como uma instituição que tem ou deveria ter como meta principal a promoção da saúde aliada à aprendizagem. Como? Favorecendo múltiplas atividades ou oficinas que contemplem a pessoa como um todo, possibilitando sua expressividade das mais diversas maneiras e utilizando diferentes formas de linguagem (racional e simbólica). Destaco a linguagem simbólica, por esta valorar significativamente o aspecto subjetivo e inconsciente, favorecendo, assim, o processo de organização e integração de uma gama muito ampla de possibilidades que necessitam ser acordadas e integradas dentro do campo mental (Self) do ser humano.

Enquanto meus alunos ensaiam e se apresentam em eventos diversos nas mais variadas instituições, como asilos, hospitais, casas de integração, escolas e outros lugares, estão exercendo a expressividade musical por meio da voz, do corpo e da mente, estão se conhecendo e aprendendo a se estimar, que podem se manifestar de forma harmônica e sincrônica com um grupo, e com ele interagir, aceitando as diferenças, aprendendo que podem exercer a cidadania e solidariedade junto à sociedade, que têm conteúdos e valores saudáveis que precisam ser integrados; que podem e é bom fazer o bem, enfim, sentem-se melhores acerca de si mesmos, sentem-se renovados. Suas consciências são ampliadas. Aprendem sobre si e suas potencialidades diante da vida. Aprendem que podem ser felizes e responsáveis por sua saúde, pois criam um estado mental compatível.

Portanto, hábitos de vivência e expressão saudáveis contribuem para a melhoria da saúde e prevenção de muitos males. A música na escola representa um poderosíssimo recurso para atingir padrões de comportamento mais saudáveis por sua capacidade de mobilizar e proporcionar a integração de aspectos subjetivos do ser humano.

REFERÊNCIAS

- ALVIN, Juliette. *Musicoterapia*, Buenos Aires, Paidós, s.d.
 BELLINI, Saadya. Dissertação de Mestrado, *A Auto-estima e sua Relação com Sentimentos Expressos a partir de Estímulos Musicais Tonais*, PUCRS, Porto Alegre, 1989.
 CAPRA, Fritjof. *Sabedoria Incomum*, São Paulo, Cultrix, 1988.
 READ, Herbert. *A Educação pela Arte*, São Paulo, Martins Fontes, 1990.

Trilhas ecológicas como ferramentas para educação ambiental nos parques de Porto Alegre

Jaqueline Lessa Maciel (SMAM)¹
 Chalissa Beatriz Wachholz (SMAM)²
 Clarissa Oliveira Alminhana (SMAM)³
 Paloma Gusmão Bitar (SMAM)⁴
 Rita Paradedda Muhle (SMAM)⁵

Resumo

Porto Alegre caracteriza-se como uma capital de boa qualidade de vida e um dos motivos é o número de parques existentes e o potencial de uso dos mesmos. A Secretaria Municipal do Meio Ambiente, através do Centro de Educação e Informação Ambiental, visando proporcionar a sensibilização e a problematização quanto às questões ambientais, desenvolveu o projeto Trilhas nos Parques, utilizando estas áreas verdes como ferramenta para os trabalhos de Educação Ambiental. Este resgate é feito através da integração durante as trilhas, onde são mostradas as peculiaridades dos parques, resgatando e respeitando a identidade cultural, a fauna e a flora existentes.

Palavras-chave: educação ambiental; parques; sensibilização.

Introdução

A questão ambiental é, atualmente, um dos temas considerados estratégicos nos compromissos e tratados internacionais promovidos por agências intergovernamentais, como as que integram a ONU. O modelo de desenvolvimento estabelecido a partir da Revolução Industrial (final do século XVIII) gerou um aumento qualitativo e quantitativo no processo de destruição da natureza. Esse processo desencadeou reações e provocou a organização de parcela importante da sociedade em torno da conservação da natureza, moldando o movimento ambientalista. Na década de 70, houve um fortalecimento dos movimentos em defesa do meio ambiente em todo mundo, o que se evidenciou na realização de encontros internacionais, intergovernamentais e interinstitucionais. Uma estratégia consensual para modificar o processo de destruição da natureza, presente nos documentos resultantes desses eventos, foi a educação.

Em Estocolmo, em 1972, se realizou a primeira conferência internacional intergovernamental destinada a tratar especificamente da questão ambiental, da qual resultou a “Declaração sobre o Ambiente Humano”. Nessa ocasião, as ações educativas foram consideradas fundamentais para a resolução das questões ambientais, resultando no Programa Internacional de Educação Ambiental, consolidado posteriormente em Belgrado (1975).

¹ MSc, Bióloga, Coordenadora do Centro de Educação e Informação Ambiental da Secretaria Municipal do Meio Ambiente/SMAM. Av. Carlos Gomes, 2120, sala 206. Bairro Três Figueiras. Cep. 90480-002. Porto Alegre/RS E-mail: jaquelessa@smam.prefpoa.com.br

² Estudante do curso de Ciências Biológicas PUCRS, estagiária do Centro de Educação e Informação Ambiental/SMAM. E-mail: chalibw@msn.com

³ Estudante do curso de Ciências Biológicas PUCRS, estagiária do Centro de Educação e Informação Ambiental/SMAM. E-mail: clarissa.alminhana@hotmail.com.br

⁴ Estudante do curso de Pedagogia IPA, estagiária do Centro de Educação e Informação Ambiental/SMAM. E-mail: palomabitar@hotmail.com

⁵ Estudante do curso de Ciências Biológicas PUCRS, estagiária do Centro de Educação e Informação Ambiental/SMAM. E-mail: rpmbio@hotmail.com

A primeira conferência intergovernamental dedicada especialmente à Educação Ambiental ocorreu em Tbilisi, em 1977; nela foram definidos os objetivos, os princípios orientadores e as estratégias para o desenvolvimento da educação ambiental. A Educação Ambiental foi então definida pela ONU como:

[...] uma dimensão dada ao conteúdo e à prática da educação, orientada para a resolução dos problemas concretos do meio ambiente através de enfoques interdisciplinares e de uma participação ativa e responsável de cada indivíduo e da coletividade.

A idéia de sustentabilidade foi pela primeira vez introduzida na discussão ambientalista em 1987, no documento “Nosso Futuro Comum”. E seria a sustentabilidade, considerada a chave para a solução dos problemas ambientais, o tema central a nortear os debates durante a conferência Rio 92. Ainda em 1987, na Conferência Internacional sobre Educação e Formação Ambiental realizada em Moscou, se decidiu incluir a Educação Ambiental nas políticas educacionais dos países. Na Rio 92, a educação foi apontada como fator fundamental para a promoção do desenvolvimento sustentável e de uma efetiva participação na tomada de decisões.

Neste contexto, a SMAM, através do Centro de Educação e Informação Ambiental (CEIA), atua como um agente de transformação, visando sensibilizar e conscientizar os cidadãos porto-alegrenses em relação à preservação, conservação e o respeito, principalmente, às áreas verdes e vias públicas da cidade, ressaltando a importância das mesmas.

A manutenção da vida no planeta está intimamente relacionada com a existência das árvores, elas possuem uma grande importância nos diversos processos ecológicos, auxiliando a conservação do ambiente ecologicamente equilibrado.

Nos grandes centros urbanos as árvores são de caráter indispensável para a manutenção da qualidade de vida, pois proporcionam inúmeros benefícios para a comunidade existente. Elas melhoram a qualidade do ar, oferecem sombra e amenizam as altas temperaturas, servem de abrigo e produzem alimentos aos animais, funcionam como barreira acústica, melhoram as condições do solo, valorizam os imóveis do ponto de vista estético e ambiental, caracterizam a beleza natural da cidade e representam valores culturais da memória histórica da mesma. Além das características acima, as árvores possuem um valor intrínseco que deve ser enfatizado.

Na região da cidade de Porto Alegre as primeiras formações vegetais desenvolveram-se há aproximadamente 400 milhões de anos. A vegetação característica desta cidade é resultante de um processo de integração de espécies que migraram de diferentes regiões da América do Sul, como a Amazônia, o Chaco, o Pampa e a Mata Atlântica.

A ocupação humana caracteriza-se por ser um processo rápido e muitas vezes indiscriminado, que resulta na alteração da paisagem natural das regiões. Geralmente esta paisagem é substituída pela urbanização ou pelo uso agrícola. Em Porto Alegre, restam apenas 24,1% de remanescentes da cobertura vegetal original, ainda que sob diferentes graus da alteração. Deste, 10,2% são remanescentes campestres e 13,9% são remanescentes florestais.

Além da alteração da paisagem original, a intervenção antrópica também traz a introdução de espécies exóticas. Estas espécies são causadoras de diversos problemas de desequilíbrio ambiental, como a competição por nutrientes e abrigo com as espécies nativas da região.

Com base nesta constatação a Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre (SMAM) elaborou em seu Plano Diretor de Arborização Urbana (PDAU) diretrizes para planejar a arborização nas diferentes regiões da cidade. Implementando o uso de espécies nativas em projetos de arborização, observando a vocação original das áreas a serem utilizadas, visando promover a biodiversidade e a preservação do equilíbrio fisiográfico, incorporando à paisagem urbana elementos que possibilitem sua integração com o entorno.

O PDAU é o setor da secretaria responsável por promover a arborização, como instrumento de desenvolvimento urbano e qualidade de vida, além da manutenção do equilíbrio ambiental metropolitano, sendo assim um instrumento de planejamento municipal para implantação da política de plantio, preservação, manejo e expansão da arborização na cidade.

Através das diretrizes e procedimentos apontados pelo PDAU, pretende-se assegurar que cada árvore plantada tenha condições adequadas para desenvolver plenamente o seu ciclo de vida, evitando ser mutilada, quando adulta, pela incompatibilidade com as redes áreas, subterrâneas ou outros obstáculos.

O adequado tratamento da arborização é o resultado de anos de trabalho de uma equipe de técnicos, funcionários e estagiários da SMAM, com a colaboração de outras secretarias e departamentos municipais e estaduais.

Atualmente percebe-se que a sociedade está compreendendo a importância de um ambiente ecologicamente equilibrado e que está buscando uma aproximação maior com a natureza.

Metodologia

A busca por uma cidade bem arborizada é de interesse dos órgãos públicos e da população. Na SMAM a quantidade de expedientes solicitados para plantios é em média 250 por ano. Em acréscimo a este número há a ocorrência de plantios voluntários, realizados pela própria população, com intuito de valorizar os diversos benefícios de uma árvore e também pela satisfação que o ato proporciona, buscando contribuir assim para melhoria do meio ambiente. É importante ressaltar que muitos aspectos estão envolvidos nestes plantios e necessitam de auxílio técnico, assim como informações do setor de educação ambiental desta secretaria, o CEIA, para evitar posteriores complicações.

O CEIA tem o compromisso de alertar a população dos cuidados referentes à arborização urbana, promovendo a sensibilização da comunidade, compartilhando e divulgando conhecimentos e técnicas que contribuam para formar agentes multiplicadores desta idéia.

Através de palestras, oficinas, cursos, teatro, jogos, conversas, contação de histórias e teatros prévios aos plantios, mostramos a importância das árvores e a necessidade de preservá-las, procurando comprometer cada cidadão com o tema, e salientando a importância do seu envolvimento neste processo.

A solicitação do plantio geralmente acontece pela manifestação de interesse da comunidade juntamente com a avaliação dos técnicos. Em reuniões junto a Assessoria Comunitária da SMAM (ACOM), em diferentes regiões da cidade, lideranças comunitárias comprometidas com a questão ambiental empenham-se em sensibilizar a comunidade para que se realize o plantio.

Aprovando-se o plantio, o CEIA é encarregado de fazer um contato com a comunidade, a fim de efetuar um trabalho de Educação Ambiental com a mesma. O local e as atividades são diversos, assim como o público, mas todos com o mesmo objetivo, a preservação das mudas.

Utilizando as 17 regiões do Orçamento Participativo, o CEIA realiza um contato prévio ao plantio com as lideranças comunitárias, assim como com associações de bairros e escolas da rede pública e privada, para organizar então um cronograma de atividades que será desenvolvida em tempo hábil, para que o ato do plantio seja de total êxito.

Após o contato com a comunidade, avaliamos qual o trabalho mais adequado a ser desenvolvido pela equipe. Este trabalho é elaborado conforme o público alvo, visando sensibilizar e multiplicar a importância não só do ato de plantar, mas também da conservação das árvores.

Seguem, a seguir, algumas fotos das atividades de educação ambiental realizadas pelo CEIA visando a sensibilização da população para a melhor conservação da arborização urbana de Porto Alegre:

Resultados e discussão

Em 2007, foram realizados 256 pedidos de plantio via o serviço de atendimento da prefeitura. Destes, 157 foram atendidos, totalizando 503 mudas plantadas. Os demais pedidos foram indeferidos pelo PDAU por diversos motivos, dentre eles: local inapropriado para a muda; outro setor (zonais – subunidades da secretaria localizadas em diferentes bairros) da SMAM já havia se comprometido em realizar o plantio ou o mesmo já havia sido realizado, e ainda por dificuldades em localizar a área

referida. Além destes, houve muitos pedidos junto a ACOM, com uma média de 5 árvores por plantio.

A partir destas ações de mobilização da sociedade e do atendimento da prefeitura, observa-se a formação de uma rede entre o órgão público e a comunidade, onde permeiam não somente atitudes pontuais relacionadas às questões ambientais, mas também ações e iniciativas futuras da comunidade no que se refere à educação ambiental para aquela região.

A afetividade, a compreensão e a responsabilidade são valores indispensáveis em um processo que depende da cooperação. Visto que as inquietações, vivências e ambições divergem dentro de uma população, trabalhar em conjunto exige sensibilidade e uma plasticidade dos pensamentos. Em um diálogo entre representantes do governo e da sociedade, estas virtudes serão necessárias para combater nossos paradigmas e preconceitos, e assim encontrarmos um consenso entre as possibilidades da prefeitura e interesse da comunidade. Para atividades como os plantios comunitários, tornam-se necessários movimentos coletivos da comunidade, possibilitando resultados mais plausíveis.

A ação coletiva é um aprendizado que só é possibilitado pela experiência, e quando ocorre satisfatoriamente, as partes envolvidas tornam-se mais íntimas, confiáveis e compreensíveis. A partir desta relação a participação da comunidade na construção da cidade se torna um processo cada vez mais recíproco, contínuo e progressivo.

O órgão público tem a obrigação de atender as necessidades da população, esta por sua vez, tem o dever de seguir as leis do governo. Mas uma sociedade não se sustenta apenas de direitos e deveres, e sim com ações de cidadania e participação, características de uma sociedade admiravelmente democrática.

A essência da cooperação e da co-responsabilidade, entre o órgão público e a população está nestas práticas de construção coletiva. Entretanto, se não houver seriedade por alguma das partes nestas ações participativas, esta relação pode se tornar muito distante.

O plantio junto à comunidade é mais uma ferramenta para formar este elo de participação na construção das cidades, portanto muito além de procurar a preservação das plantas, é uma atividade que proporciona uma maior aproximação da comunidade junto à prefeitura podendo otimizar posteriores trabalhos com outras secretarias.

REFERÊNCIAS

BACKES, P. R. **Árvores do sul: guia de identificação e interesse ecológico**. [s/l.]: Inst. Souza Cruz, 2002.

CAPRA, Fritjof. **A Teia da vida: uma nova compreensão científica dos sistemas vivos..** São Paulo: Cultrix, 1996

CARVALHO, Isabel C. de M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.

CORNELL, J. **A alegria de aprender com a natureza**. São Paulo: Senac, Melhoramentos, 1997.

_____. **Vivências com a natureza: guia de atividades para pais e educadores**. São Paulo: Aquariana, 1998.

MATURANA, H. **Cognição, Ciência e vida cotidiana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.

MORIN, E. **Ciência com Consciência**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996.

RÜCKERT, M. R. Integração sociobiológica a partir de trilhas de percepção ambiental. **Revista do Professor** (Porto Alegre), Vol. 22, N°.86 (2006), pp. 37-39.

Universidade Corporativa

Nadia Maria Lorini (DMAE)¹

Pressionadas pela concorrência e pela velocidade das mudanças, as organizações alegam que as áreas de treinamento e desenvolvimento não conseguem dar conta de uma educação corporativa, que prepare os profissionais para que respondam às necessidades diárias específicas do seu negócio de atuação. Exige-se cada vez mais das pessoas, em todos os níveis hierárquicos, uma postura voltada ao autodesenvolvimento e à aprendizagem contínua.

Para criar esse novo perfil; Eboli (2004) refere que as empresas precisarão implantar sistemas educacionais que privilegiem o desenvolvimento de atitudes, posturas e habilidades e não apenas a aquisição de conhecimento técnico e instrumental.

Neste sentido, uma das soluções que as organizações, tanto as privadas como as públicas, estão encontrando é a implantação de suas Universidades Corporativas, criadas com o objetivo de instaurar valiosos espaços de gestão de conhecimento e desenvolvimento de competências, imprescindíveis aos negócios das mesmas.

Segundo Teixeira (2001), a Universidade Corporativa (U.C.) é uma nova visão de desenvolvimento de pessoas que envolvem, não somente a área de treinamento das empresas, como também toda a organização, incentivando a participação de instrutores internos, do alto escalão da empresa e, mais ainda, firmando convênios com Instituições de Ensino, Consultorias e todos aqueles que possam contribuir com a formação profissional.

Mundim corrobora esta idéia nos trazendo que a missão das universidades corporativas consiste em formar e desenvolver os talentos humanos na gestão do negócio, promovendo a gestão do conhecimento organizacional (geração, assimilação, difusão e aplicação), por meio de um sistema de aprendizagem ativa e contínua (2002, p.68).

Essa também é a visão de uma das maiores especialistas no assunto da atualidade, Jeanne C. Meister, que refere a U.C. como sendo o guarda-chuva estratégico para o desenvolvimento e a educação de funcionários, clientes e fornecedores com o objetivo de atender às estratégias empresariais de uma organização.

Dessa forma, o público-alvo que as mesmas devem abranger para que suas ações surtam os efeitos esperados deve ser ampliado, caracterizando uma quebra de paradigma, pois não são somente os colaboradores internos que interferem na imagem da empresa, mas sim todos os envolvidos no contexto organizacional.

Os conteúdos dos cursos e programas precisam ser diversificados e múltiplos, conforme a natureza da organização, suas características, área de atuação, abrangência, porte, cultura organizacional, etc..., visando atender todos os sistemas organizacionais do negócio bem como os envolvidos do ciclo empresarial.

O princípio metodológico da educação corporativa é de uma cultura de aprendizagem contínua, assim a partir desta concepção as Universidades Corporativas deram-se conta de que não conseguiriam atingir seus objetivos somente com o ensino presencial (fórmula exclusiva de sala de aula), sendo assim passam a adotar múltiplas formas de aprendizagem com o objetivo de promover a geração, assimilação, difusão e aplicação do conhecimento organizacional.

UNIVERSIDADE CORPORATIVA DO DMAE

A Universidade Corporativa do DMAE - UNIDMAE foi constituída pelo Decreto 15.489 de oito de fevereiro de 2007 com a finalidade de implantar um sistema de educação corporativa voltada para o saneamento público e alinhada aos objetivos estratégicos do Departamento, promovendo o desenvolvimento e a qualificação da cadeia de colaboradores, tais como: terceirizados, empresas co-

¹ Psicóloga; pós-graduada em Gestão do Capital Humano na FAPA. Coordenadora, em exercício da Universidade Corporativa do DMAE.

irmãs, prestadores de serviços, entre outros.

A Universidade tem como objetivo estratégico focar a capacitação na educação corporativa e como ação principal à execução da Matriz de Capacitação e Desenvolvimento. A referida matriz tem suas ações definidas e validadas pelo Conselho Universitário, a partir das diversas atividades apontadas no levantamento de necessidades de capacitação e desenvolvimento pelos treze grupos de processos do Dmae.

Essas ações são implementadas principalmente na modalidade de sala de aula, sendo que a partir de meados de 2009, em parceria com o SENAI, a Unidmae vem implementando a modalidade do *on the job training* (treinamento no local de trabalho) como uma metodologia de ensino que visa atender os treinamentos operacionais.

Nesses três anos de trabalho, a Universidade centrou seus esforços na educação e na qualificação profissional de seus colaboradores internos, com ações que buscaram a ampliação da escolarização, como o Projeto de Educação de Adultos e a concessão de bolsas de estudo nas modalidades ensino técnico e graduação, bem como nas capacitações que envolveram a Certificação da Norma ISO 9001 e a melhoria dos processos de trabalho com a adesão ao Programa Gaúcho da Qualidade.

Visando consolidar o trabalho, a Universidade pretende, com a parceria da Divisão de Recursos Humanos, focar suas ações para implantar a gestão de pessoas por competências. Neste sentido, está sendo contratada a prestação de serviços de consultoria para construção de mapas de cargos e matrizes de capacitação para o DMAE. Além disso, pretende-se implantar a avaliação de desempenho dos servidores, momento em que será possível identificar as lacunas do desempenho, bem como apontar uma ação de capacitação e/ou desenvolvimento para cada servidor. Outra frente de trabalho importante é a contratação do Programa de Desenvolvimento Gerencial que visa desenvolver as competências requeridas para os gestores do DMAE.

Referências

- EBOLI, Marisa. **Educação Corporativa no Brasil: mitos e verdades**. São Paulo: Editora Gente, 2004.
- MEISTER, Jeanne C. **Educação corporativa: a gestão do capital intelectual através das universidades corporativas**. São Paulo: Makron Books, 1999.
- MUNDIM, Ana Paula Freitas. **Desenvolvimento de Produtos e Educação Corporativa**. São Paulo: Atlas, 2002.
- TEIXEIRA, Andréa. **Universidades Corporativas x Educação Corporativa: o desenvolvimento do aprendizado contínuo**. Rio de Janeiro: Qualitymark Editora, 2001.

Os processos de trabalho do Serviço Social num desenho contemporâneo

Karen Ramos Camargo (FASC)¹

Os processos que vivenciamos na atualidade, decorrentes das mudanças estruturais advindas das transformações sócio-históricas, nas relações entre o Estado e a sociedade, submetida à ordem financeira do grande capital, incidem diretamente no ser e fazer profissional.

Ressaltamos que é esse contexto que altera a demanda de trabalho do Assistente Social, modifica o mercado de trabalho, altera os processos de trabalho e as condições em que se realizam, nos quais os assistentes sociais ingressam enquanto profissionais assalariados.

Embora regulamentado como uma profissão liberal na sociedade, o Serviço Social não se realiza como tal. O Assistente social não detém todos os meios necessários para a efetivação de seu trabalho: financeiros, técnicos e humanos necessários ao exercício profissional autônomo.

Assim, a condição de trabalhador assalariado não só enquadra o Assistente Social na relação de compra e venda da força de trabalho, mas molda a sua inserção socioinstitucional na sociedade brasileira. Essas relações de trabalho tendem a ser desregulamentadas e flexibilizadas.

Enfim, tem-se um redimensionamento das condições do nosso exercício profissional, porque ele se efetiva pela mediação das condições do assalariamento. Essa condição de assalariamento envolve necessariamente a incorporação de parâmetros institucionais e trabalhistas que regulam as relações de trabalho, estabelecendo as condições em que este trabalho se realiza e regulando a realização do trabalho coletivo normatizado pelas instituições empregadoras, públicas e privadas.

Portanto, se a questão social é o fruto de uma organização social que tem em sua base o sistema produtivo, cabe ao assistente social trabalhar com os desdobramentos desta questão, levando em conta a ética profissional/ social, para isso deve ter grande flexibilidade frente às mudanças do cotidiano na dinâmica da sociedade. Mudanças já existentes de cultura, classe, modo de vida, cotidiano, valores e práticas políticas e as que acontecem de acordo com o momento histórico.

Destas múltiplas formas de invenção e reinvenção da vida construídas no cotidiano da sociedade civil onde está inserido, o assistente social, deve levar em consideração como estão estruturadas nesta sociedade, para que possa tanto aprender as várias expressões que assumem na atualidade, as desigualdades sociais, quanto projetar e forjar formas de resistência e de defesa da vida.

Sendo assim, decifrar a questão social é também demonstrar as particulares formas de luta, de resistência material e simbólica acionadas pelos indivíduos sociais à questão social.

Neste sentido Iamamoto (2001), constata que há, portanto, uma alteração no perfil do assistente social para enfrentar um processo de intensas modificações nas relações político-econômicas e sócio-históricas. Dizendo que para isso torna-se necessário o acompanhamento dos processos sociais, a pesquisa da realidade social e organização e fortalecimento da categoria profissional como componentes essenciais da profissão e não como atividades complementares.

Considerações:

Sendo assim, o contexto contemporâneo onde o Serviço Social se gesta e se desenvolve como profissão tendo por pano de fundo o desenvolvimento capitalista industrial e a expansão urbana.

Esse posicionamento emerge em resposta às exigências apresentadas pela realidade histórica

¹ **Formação Profissional:** Assistente Social **Lotação:** Módulo de Assistência Social Moradas da Hípica – Fundação de Assistência Social e Cidadania/ FASC **E-mail:** karenrc@fasc.prefpoa.com.br ou kcamargo13@gmail.com **Celular:** 96330169

quando o próprio contingente profissional vem das “camadas médias” da sociedade que também sofre os embates de uma política econômica amplamente desfavorável aos setores populares.

O propósito de explicitação das atribuições profissionais vêm aliados à busca de fundamentos teórico-filosóficos e científicos mais sólidos que orientam a atuação, ultrapassando a mera atividade técnica, procurando resgatar, sistematizar e fortalecer o potencial inovador contido na vivência cotidiana dos trabalhadores, criando alternativas de resistência ao processo de dominação, consonantes com o projeto ético-político profissional.

A ética das profissões não está dissociada do contexto sócio-cultural e do debate filosófico. A ética profissional guarda uma profunda relação com a ética social e, conseqüentemente, com os projetos sociais. Não há, portanto, um hiato entre a ética profissional e a ética social, pois seria cindir a própria vida do homem na sua totalidade, isto é, em seus diversos pertencimentos: trabalho, gênero, família, ideologia, cultura, desejos, etc. Na verdade, é o “homem inteiro”, na acepção luckacsiana, que participa da cotidianidade. Isto significa que o homem, no processo de produção de sua vida material e cultural, constrói valores que passam a nortear as relações consigo mesmo e com os outros homens, constituindo-se, assim, como sujeito ético no processo de sociabilidade. (Brites e Sales apud Barroco, 2004).

Contudo, as mudanças conjunturais, com a minimização do Estado decorrente do sistema capitalista neoliberal e globalizante, alterou significativamente as condições objetivas postas ao exercício profissional de consolidar o projeto ético-político da profissão.

Assim, constitui-se o crescimento de uma tendência de atuação do Assistente Social nas áreas da assessoria e consultoria, não pela lógica da natureza da profissão enquanto profissional liberal, mas como conseqüência da, também crescente, flexibilização e desregulamentação das relações de trabalho do sistema neoliberal globalizado.

No entanto, cabe ao Assistente Social ocupar estes espaços emergentes, pois se os mesmos são chamados a essa ocupação de espaços vazios no seu âmbito profissional, eles devem fazê-lo de modo criativo e crítico, desenvolvendo competências tais como: a assessoria e a consultoria em outras áreas de especialização. Para isso o profissional precisa possuir uma visão da totalidade e não restrita.

O Assistente Social dispõe de um espaço de autonomia que pode ser ampliado ou não, conforme a capacidade de vislumbrar estratégias de mediação que substituam velhas fórmulas assistencialistas e/ou ações em conjunção com propostas que vão ao encontro de uma lógica excludente.

Portanto, fica evidente que a capacitação permanente dos profissionais, à luz dos princípios do Código de Ética profissional, como forma de direcionamento do exercício profissional, reafirma o projeto ético-político, para reafirmar também, o compromisso expresso com a qualidade dos serviços prestados e a busca permanente de um projeto com conteúdo crítico propositivo para o pensar e agir do Assistente Social, indo ao encontro da transformação social desejada pela categoria profissional e sinalizando para a construção de novos caminhos em busca de uma sociedade mais justa, com universalização dos direitos e realmente democrática.

Diante deste contexto, outros expedientes como os movimentos sociais, inclusive da categoria profissional, devem ser novamente pensados e redimensionados de maneira a tornarem-se alternativas para um trabalho de base, de mobilização, de educação, de organização popular em contraposição à naturalização do discurso neoliberal.

Aliados a isto, torna-se necessário à elaboração e publicização de material sobre a área, a matéria e a unidade do Serviço Social, em articulação com unidades de ensino e outras entidades da categoria, de acordo com o projeto ético-político da profissão.

Referências Bibliográficas:

BARROCO, M. L. Ética e Sociedade. Curso de capacitação Ética para agentes multiplicadores. 2 ed. CFESS. 2004

IAMAMOTO, Marilda Vilela. O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional. São Paulo: Cortez, 2001.

Vulnerabilidade socioeconômica em Porto Alegre: Uma abordagem territorial com base em Análise Multivariada

Carlos Eduardo Gomes Macedo (SMCPGL)¹
Valéria D. Sartori Bassani (SMCPGL)²

Resumo: Aplicaram-se as técnicas de Componentes Principais e Análise de Agrupamentos a 29 variáveis do Atlas do Desenvolvimento da Região Metropolitana de Porto Alegre do ano de 2000 referentes a 163 Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) do município de Porto Alegre. Com as Componentes Principais buscou-se reduzir a quantidade inicial de variáveis a apenas duas componentes que explicam 84,9% da variância total. Com a média ponderada dos escores das duas componentes construiu-se o Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica (IVSE) e, com base neste, aplicou-se a Análise de Agrupamentos (AA). A AA, por meio do método de Ward permitiu a visualização de 4 agrupamentos de UDHs com níveis de vulnerabilidade distintos. O georreferenciamento dos 4 agrupamentos permitiu uma melhor visualização espacial da vulnerabilidade socioeconômica do município de Porto Alegre. Com efeito, verificou-se que existiam, em 2000, 55 UDHs na situação de alta vulnerabilidade, mas com posições diversas quanto à classificação no Agrupamento de IVSE Alto. Ou seja, foi possível agrupar as UDHs com alta vulnerabilidade, mas com graus diferentes de vulnerabilidade.

Palavras-chaves: Análise Multivariada; Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica; Agrupamentos; vulnerabilidade espacial do Município de Porto Alegre.

¹ Economista do Observatório da Cidade de Porto Alegre/ Secretaria de Coordenação Política e Governança Local da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. E-mail: ceduardo@smgl.prefpoa.com.br

² Estatística do Observatório da Cidade de Porto Alegre/ Secretaria de Coordenação Política e Governança Local da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. E-mail: valeria@smgl.prefpoa.com.br

INTRODUÇÃO

Temos o privilégio de viver em uma época na qual a disponibilidade de informações é imensa e precisamos, na maioria das vezes, apenas de um clique no computador ou um toque em algum tipo de celulares para termos acesso a elas. Não precisamos mais das enfadonhas pesquisas em enciclopédias de papel que ocupavam prateleiras inteiras e cujo manuseio só é requerido atualmente por saudosistas que insistem na cultura do papel. Mas nem tudo é maravilhoso neste novo mundo digital da informação abundante e de acesso rápido. Ter muita informação não implica em capacidade de degluti-la. Se não tivermos a capacidade de síntese e de discernimento, de pouca valia terá uma quantidade tão grande de informação.

Para que possamos usufruir a imensa quantidade de informações precisamos fazer uso de uma das características que nos diferencia dos outros animais e que tem sido utilizada há milênios: a capacidade de classificar. No século IV a.C., Aristóteles já havia construído um elaborado sistema de classificação de espécies do reino animal o qual dividia os animais em dois grupos: os que tinham (vertebrados) e os que não tinham (invertebrados) sangue vermelho. Observe-se que este sistema teve influência sobre os trabalhos posteriores elaborados por Theophrastus sobre a estrutura e a classificação das plantas. Este sistema só seria superado nos séculos XVII e XVIII (Everitt, 1980).

Vemos, portanto, como a necessidade de classificar tem estado há muito tempo entre nós e que a consequência imediata ao ato de classificar tem sido a capacidade de agregar/agrupar em função de alguma característica do que se pretende ter um melhor conhecimento. Ou seja, o conhecimento tem estado fortemente relacionado com a capacidade de classificar e esta, por sua vez, tem evoluído com a capacidade de agregação/agrupamento de dados e/ou informações.

Muitas técnicas novas para classificar e agregar/agrupar dados e/ou informações surgiram desde o último quarto do século XX. Mas o que tornou estas técnicas mais “populares” foi o desenvolvimento de softwares estatísticos com grandes capacidades e velocidade de cálculos. Além disto, técnicas que permitem o conhecimento exploratório e confirmatório de grande quantidade de dados e/ou informações foram desenvolvidas neste mesmo período e têm sido aplicados em várias áreas que vão da psicologia à economia. Este é caso das técnicas de Análise Multivariada tais como Análise de Componentes Principais e Análise de Agrupamentos (Cluster). A primeira permite que se descubra a estrutura subjacente (constructo) de uma grande quantidade de variáveis por meio da decomposição espectral de sua matriz de covariâncias ou correlações. O resultado é a redução das variáveis iniciais a poucas componentes que explicam a maior parte da variância das variáveis. A segunda permite que se produzam agrupamentos (clusters) por meio de métodos estatísticos aplicados à matriz de distâncias dos valores das variáveis.

A evolução recente dos softwares estatísticos bem como o manuseio amigável dos mesmos tem possibilitado a aplicação das técnicas de análise multivariada a uma infinidade de dados e/ou informações. Nesse sentido, pensamos em aplicar tais técnicas a uma seleção de variáveis oriundas do Atlas do Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Porto Alegre, doravante Atlas da RMPA. Lançado em dezembro de 2008, o Atlas da RMPA tem mais de uma centena de variáveis distribuídas em vários níveis geográficos que vão do nível do município, passando pelas Regiões de Orçamento Participativo, às Unidades de Desenvolvimento Humano, doravante UDHs. Como o objetivo fundamental do Atlas da RMPA era conhecer a heterogeneidade das regiões das cidades da RMPA, os mais de 100 indicadores foram gerados para 330 UDHs. Com as UDHs podem-se ver com maior riqueza de informações as várias cidades dentro de uma mesma cidade. Ao mesmo tempo em que esta riqueza de informações georreferenciadas permitiu a focalização das políticas públicas, ela também gerou a percepção de que era possível o agrupamento de UDHs em função da proximidade dos valores das principais variáveis. Com efeito, o presente trabalho se propõe a aplicar as técnicas de Componentes Principais e Análise de Agrupamento a um conjunto de 29 variáveis das 163 UDHs do município de Porto Alegre referentes ao ano de 2000 com vistas a agrupar as regiões mais semelhantes. Por meio da aplicação de Análise de Agrupamentos teremos condições de gerar agregações de UDHs que nos permitam visualizar as segregações espaciais não perceptíveis em

indicadores que sumarizam a cidade como um todo ou, o contrário, a repartem em unidades tão pequenas que acabam por diluir em demasia a focalização das políticas públicas.

1. METODOLOGIA

Muitas são as técnicas de Análise Multivariada, e descrevê-las de forma exaustiva é menos importantes do que compreender o fundamento das mesmas. Qualquer que seja a técnica utilizada, seu fundamento é o cálculo do que se chama Variável Estatística. Variável Estatística é um tipo de constructo, uma variável latente, uma combinação linear de variáveis com pesos empiricamente determinados. Ao pesquisador cabe a escolha das variáveis; à técnica multivariada, o cálculo dos pesos (Hair et al., 2005). Conforme Hair et al. (2005), podemos definir matematicamente uma Variável Estatística como:

$$VE = w_1 X_1 + w_2 X_2 + w_3 X_3 + \dots + w_n X_n$$

Onde:

VE = Variável Estatística

X_n = Variável observada

w_n = Pesos determinados pela técnica multivariada

Por conta desta capacidade de geração de variáveis estatísticas com grande capacidade de resumo de dados, a análise multivariada tem contribuído sobremaneira para a investigação científica quando se deseja a redução ou simplificação estrutural de dados, classificação e arranjo, investigação de dependência entre variáveis, predição e construção de hipóteses e testes (Johnson e Wichern, 2002).

No presente estudo, faremos uso inicialmente da Análise de Componentes Principais para a prospecção de dois componentes capazes de explicar 84,9% da variância das 29 variáveis referentes a 163 UDHS da cidade de Porto Alegre. Após o cálculo das duas componentes, será possível calcular os escores das componentes para cada UDH. Como os escores representam um tipo de pontuação que cada UDH tem em cada componente, é possível seu agrupamento por meio da Análise de Agrupamentos. Nesse sentido, podemos ordenar as UDHS gerando grupos homogêneos e, assim, termos uma idéia mais precisa da distribuição geográfica das UDHS.

1.1. Técnicas Estatísticas

Nesta seção apresentamos de forma sintética os conceitos das duas técnicas de análise multivariada utilizadas. A compreensão das técnicas de análise multivariada exige o conhecimento dos conceitos elementares da álgebra matricial. Contudo, não é objetivo deste trabalho a exposição de conceitos da álgebra matricial. Quando muito faremos alguns comentários com vistas a ajudar na elucidação de alguns dos conceitos fundamentais para a compreensão das técnicas aqui utilizadas.

1.1.1. Análise de Componentes Principais

A Análise de Componentes Principais, doravante ACP, é um tipo de análise fatorial na qual os fatores comuns não têm a mesma importância que têm para a Análise de Fatores Comuns (Análise de Fatorial propriamente dita, doravante AFC). Um dos conceitos relevantes para entender esta diferença é o de Comunalidade. A Comunalidade é a variância total que uma variável compartilha com todas as outras variáveis. A variância total pode ser dividida em três tipos: a) variância comum, ou seja, aquela que uma variável compartilha com todas as outras variáveis; b) variância específica, ou seja, aquela que é associada a apenas uma variável; c) variância do erro, ou seja, aquela que se deve à não-confiabilidade no processo de agrupamento de dados, erro de medida ou em uma componente aleatória no fenômeno medido (Hair et al., 2005). Para os propósitos de nosso trabalho, basta que entendamos a distinção entre as variâncias comuns e específicas. Outra diferença entre ACP e AFC está em que a utilização da ACP

não exige o atendimento ao pressuposto de que as variáveis tenham distribuição normal multivariada (Johnson e Wichern, 2002). Por fim, uma diferença marcante está em ser a análise confirmatória ou exploratória. Se desejarmos confirmar algum modelo ou classificação teórica, será mais apropriado o uso de AFC. Caso o objetivo seja a exploração de dados com vistas a prospectar as relações lineares entre as variáveis e as componentes, deveremos fazer uso da ACP. Resumindo, a ACP é um procedimento mais simples do que a AFC, pois não necessita do atendimento ao pressuposto de distribuição normal multivariada e nem de um modelo teórico. Com ACP parte-se dos dados e trabalha-se na direção de um modelo hipotético (Fachel, 1982). Em resumo, ACP visa à explanação da estrutura da variância-covariância de um conjunto de variáveis por meio de poucas combinações lineares destas variáveis. Seus objetivos gerais são redução e interpretação de dados. Algebricamente, componentes principais são combinações lineares particulares de p variáveis aleatórias X_1, X_2, \dots, X_p . Geometricamente, estas combinações lineares representam a seleção de um novo sistema de coordenadas obtido pela rotação do sistema original com X_1, X_2, \dots, X_p como eixos coordenados. Os novos eixos representam as direções com máxima variabilidade e oferecem uma simples e mais parcimoniosa descrição da estrutura da covariância (Johnson e Wichern, 2002).

Tomando-se m componentes e p variáveis (m, p), a compreensão da ACP como uma combinação linear das variáveis originais pode ser melhor expressa com a seguinte formulação matemática sugerida por Reis (2001):

$$\begin{aligned} CP_1 &= a_{11}X_1 + a_{21}X_2 + \dots + a_{p1}X_p \\ CP_2 &= a_{12}X_1 + a_{22}X_2 + \dots + a_{p2}X_p \\ &\dots \\ CP_m &= a_{1m}X_1 + a_{2m}X_2 + \dots + a_{pm}X_p \end{aligned}$$

Onde:

CP_m = Componente Principal m

a_{pm} = Carga da variável X_p da componente m

Os passos gerais para o cálculo das componentes principais são: 1) escolha das variáveis que farão parte da análise (se tivéssemos optado pela AFC, a escolha envolveria verificar o pressuposto de distribuição normal multivariada); b) geração da matriz de covariâncias ou de correlações (sugere-se a matriz de correlação por afastar os problemas de diferenças de escalas entre as variáveis); c) decomposição espectral da matriz de correlações (cálculo dos pares de autovalor e autovetor); d) escolha das componentes com maior variância; e) aplicação de um método de rotação que facilite a interpretação da correlação entre as variáveis e as componentes (rotação é apenas um artifício que produz nos eixos iniciais uma mudança de tal forma a aproximar as variáveis das componentes, aumentando o poder de interpretação e identificação das componentes).

Por ser a decomposição espectral da matriz de correlações um dos passos mais importantes na geração das componentes principais (também dos fatores da AFC), desenvolveremos as operações matemáticas envolvidas no cálculo dos pares de autovalores e autovetores³. Conforme Johnson e Wichern (2002), matrizes quadradas (matrizes de correlações são matrizes quadradas) são melhor entendidas em termos de quantidades chamadas autovalores e autovetores. Fundamental, então, torna-se saber como extrair estas quantidades. Façamos \mathbf{A} ser uma matriz quadrada $k \times k$ e \mathbf{I} ser uma matriz identidade $k \times k$. Então os escalares $\lambda_1, \lambda_2, \dots, \lambda_k$ que satisfazem a equação polinomial $|\mathbf{A} - \lambda\mathbf{I}| = 0$ são chamados de autovalores (ou raízes características da matriz \mathbf{A}). A equação $|\mathbf{A} - \lambda\mathbf{I}| = 0$ (como uma função de λ) é chamada de equação característica. Ainda seguindo a exposição de Johnson e Wichern (2002), observemos os seguintes exemplos de como calcular autovalores e autovetores.

³ O detalhamento sobre as formulações matemáticas pode ser encontrado em Johnson e Wichern (2002) e Reis (2001).

$$\text{Seja } \mathbf{A} = \begin{bmatrix} 1 & 0 \\ 1 & 3 \end{bmatrix}$$

$$\begin{aligned} \text{Então } |\mathbf{A} - \lambda \mathbf{I}| &= \begin{vmatrix} 1 & 0 \\ 1 & 3 \end{vmatrix} - \lambda \begin{vmatrix} 1 & 0 \\ 0 & 1 \end{vmatrix} \\ &= \begin{vmatrix} 1 - \lambda & 0 \\ 1 & 3 - \lambda \end{vmatrix} = (1 - \lambda)(3 - \lambda) = 0 \end{aligned}$$

implica que há duas raízes, $\lambda_1 = 1$ e $\lambda_2 = 3$. Os autovalores de \mathbf{A} são 1 e 3.

Tomemos a mesma matriz \mathbf{A} de dimensão $k \times k$ com λ sendo um de seus autovalores. Se \mathbf{x} for um vetor não nulo ($\mathbf{x} \neq \vec{0}$), tal que $\mathbf{Ax} = \lambda \mathbf{x}$, então \mathbf{x} é chamado de autovetor (vetor característico) da matriz \mathbf{A} associado ao autovalor λ . Dando seguimento ao exemplo de Johnson e Wichern (2005), veremos como calcular os autovetores associados aos autovalores $\lambda_1 = 1$ e $\lambda_2 = 3$. Para tanto basta que se resolvam as seguintes equações:

$$\text{Para } \lambda_1 = 1, \text{ teremos } \begin{bmatrix} 1 & 0 \\ 1 & 3 \end{bmatrix} \begin{bmatrix} x_1 \\ x_2 \end{bmatrix} = 1 \begin{bmatrix} x_1 \\ x_2 \end{bmatrix}$$

$$\mathbf{A} \mathbf{x} = \lambda_1 \mathbf{x}$$

$$\text{Para } \lambda_2 = 3, \text{ teremos } \begin{bmatrix} 1 & 0 \\ 1 & 3 \end{bmatrix} \begin{bmatrix} x_1 \\ x_2 \end{bmatrix} = 3 \begin{bmatrix} x_1 \\ x_2 \end{bmatrix}$$

$$\mathbf{A} \mathbf{x} = \lambda_2 \mathbf{x}$$

Efetuando a multiplicação das matrizes da primeira equação, resulta:

$$\begin{aligned} x_1 &= x_1 \\ x_1 + 3x_2 &= x_2 \Rightarrow x_1 = -2x_2 \end{aligned}$$

Como há muitas soluções para x_1 e x_2 , podemos escolher arbitrariamente $x_2 = 1$ implicando em $x_1 = -2$. O autovetor correspondente ao autovalor 1 será:

$$\mathbf{x} = \begin{bmatrix} -2 \\ 1 \end{bmatrix}$$

Efetuada a multiplicação das matrizes da segunda equação, resulta:

$$\begin{aligned} \mathbf{x}_1 &= 3\mathbf{x}_1 \\ \mathbf{x}_1 + 3\mathbf{x}_2 &= 3\mathbf{x}_2 \Rightarrow \mathbf{x}_1 = -2\mathbf{x}_2 \end{aligned}$$

Escolhendo arbitrariamente $\mathbf{x}_2 = 1$, teremos $\mathbf{x}_1 = 0$. O autovetor correspondente ao autovalor 3 será:

$$\mathbf{x} = \begin{bmatrix} 0 \\ 1 \end{bmatrix}$$

Para entender a importância da decomposição espectral e seguindo a exposição de Reis (2001), façamos uma matriz \mathbf{A} ter autovetores $[\mathbf{a}_1 \mathbf{a}_2 \dots \mathbf{a}_p]$ e vetor de componentes principais \mathbf{Y} . Então $\mathbf{Y} = \mathbf{A}' \mathbf{X}$, implicando em que a matriz variância/covariância de \mathbf{Y} seja $\text{Var}[\mathbf{Y}] = \mathbf{A}' \Sigma \mathbf{A} = \Lambda$, sendo

$$\Lambda = \begin{bmatrix} \lambda_1 & \mathbf{0} & \dots & \mathbf{0} \\ \mathbf{0} & \lambda_2 & \dots & \mathbf{0} \\ \dots & \dots & \dots & \dots \\ \mathbf{0} & \mathbf{0} & \dots & \lambda_2 \end{bmatrix}$$

Como \mathbf{A} é uma matriz ortogonal ($\mathbf{A} \cdot \mathbf{A}' = \mathbf{I}$), então $\Sigma = \mathbf{A} \cdot \Lambda \cdot \mathbf{A}$. Sendo os autovetores interpretados como as variâncias das respectivas componentes principais, a soma destas variâncias será:

$$\sum_{j=1}^p \text{Var}[y_j] = \sum_{j=1}^p \lambda_j = \text{Tr}(\Lambda)$$

Onde $\text{Tr}(\Lambda)$ é o traço da matriz Λ , ou seja, a soma da diagonal principal desta matriz.

Concluimos, portanto, que o traço da matriz Λ corresponde à soma dos autovalores λ que, por sua vez, são iguais a variância total. Disto decorre que um valor particular de λ , por exemplo λ_1 , ou um soma como $\lambda_1 + \lambda_2$, podem ser considerados uma fração da soma total dos autovalores, o que significa

termos a condição de saber quanto da variância total pode ser devida a uma componente ou a uma soma de componentes. Ou seja, a j -ésima componente explica:

$$\frac{\lambda_j}{\sum_{j=1}^p \lambda_j}$$

da variação total original. Da mesma forma as primeiras m componentes explicam:

$$\frac{\sum_{j=1}^m \lambda_j}{\sum_{j=1}^p \lambda_j}$$

da variância total.

Chegamos, portanto, ao ponto central para a compreensão da importância de se calcular os pares de autovalor e autovetor, pois a ACP, como já enfatizamos, tem como objetivo reduzir a quantidade inicial de variáveis a um pequeno número de componentes (fatores na AFC) que respondem pela maior parte da variância total.

A ACP tem sido utilizada como uma etapa intermediária para outras técnicas de análise multivariada. Tendo em vista a possibilidade de redução considerável no número de componentes ou fatores que ACP e a AFC permitem, estas técnicas podem servir como geradoras de uma base sobre qual se aplique, por exemplo, a Análise de Agrupamentos. Com efeito, como é nosso objetivo prospectar uma possível distribuição espacial das UDHs tendo como base uns poucos, mais significativos, indicadores, passaremos, na próxima seção, à explanação sintética sobre a Análise de Agrupamentos.

Análise de Agrupamentos (Cluster)

Conforme Everit (1980), devido ao uso em campos tão diversos como psicologia, zoologia, biologia, botânica, sociologia, inteligência artificial e recuperação de informações, a técnica de Análise de Agrupamentos tem sido referida como Análise de Cluster, Q-Análise, Tipologia, arranjo, agrupamento, classificação etc. Independente do modo como tem sido chamada esta técnica, seu objetivo se refere à necessidade de, dado um número de objetos ou indivíduos, cada um descrito por um conjunto de medidas, organizar um esquema de classificação para arranjar os objetos em número de classes tais que os objetos dentro das classes sejam similares em algum aspecto e diferentes dos objetos das outras classes (Everit, 1980). Em suma, trata-se de maximizar a homogeneidade interna dos elementos (dentro do grupo) e heterogeneidade externa (entre os grupos). “Assim, se a classificação for bem sucedida, os objetos dentro dos agrupamentos estarão próximos quando representados graficamente e diferentes agrupamentos estarão distantes (Hair et al., 2005)”. Doravante nos referiremos à Análise de Agrupamentos como AA.

Da mesma forma como procedemos em relação à ACP, faremos uma breve descrição dos passos para a obtenção de agrupamentos ou clusters. Dos cinco passos sugeridos por Reis (2001) para uma boa aplicação da AA, desenvolveremos os quatro a seguir. 1) seleção de indivíduos ou de uma amostra a serem agrupados; 2) definição de um conjunto de variáveis a partir das quais será obtida a informação necessária ao agrupamento dos indivíduos; 3) definição da medida de semelhança ou distância entre cada dois indivíduos; 4) escolha de um critério de agregação ou desagregação dos indivíduos, isto é, a definição de um algoritmo de partição/classificação.

Nos primeiro e segundo passos fica patente o quanto a AA tem um caráter muitas vezes subjetivo, pois nesta etapa é preciso ter claro que a escolha das variáveis é uma categorização de dados na qual não há um procedimento matemático ou estatístico e sim o julgamento do pesquisador sobre a relevância das variáveis para o propósito da classificação. O mesmo pode ser dito sobre a escolha dos objetos ou indivíduos. Também não há, em geral, uma base teórica para determinar o número de variáveis a serem mensuradas, e o problema deve ser abordado empiricamente (Everit, 1980).

Tendo em conta estas dificuldades em ter uma base mais matemática ou estatística para a escolha das variáveis, dos objetos ou indivíduos e do número de variáveis, Everit (1980) sugere como forma de superar estes problemas a aplicação da ACP aos dados originais e, então, o uso dos escores das primeiras componentes como variáveis de entrada para processo de agrupamento. Adiantamos que foi este o caminho escolhido para o presente trabalho, e os procedimentos bem como resultados e análises serão tratados na seção 3.

O passo 3 é aquele no qual precisamos definir um medida de semelhança (similaridade) ou distância⁴ entre os indivíduos. Tendo em vista que faremos uso do critério de agregação dos indivíduos conhecido como Ward e de que, em geral, a bibliografia consultada sugere que quando do uso deste critério seja mais apropriado o uso da Distância Euclidiana ao Quadrado, doravante DEQ, não vamos nos deter na exposição das outras medidas de distância. Apenas como referência, arrolamos as outras medidas de distância: 1) distância Euclidiana; 2) distância Absoluta; 3) distância de Minkowski; 4) distância de Mahalanobis; 5) distância de Chebishev.

A DEQ entre dois indivíduos (i e j) é definida como o somatório dos quadrados das diferenças entre os valores i e j para todas as variáveis. Ou seja:

$$d_{ij} = \sum_{k=1}^p (X_{ik} - X_{jk})^2$$

Onde X_{ik} é valor da k -ésima variável para o i -ésimo indivíduo.

No quarto passo definimos qual o critério de agregação dos indivíduos ou objetos. Como já referido, faremos uso do critério ou método conhecido como Ward. Apenas como referência, arrolamos os outros critérios ou métodos: 1) método do vizinho do mais longo; 2) método do vizinho mais afastado; 3) método das médias dos grupos; 4) método do centróide.

Segundo Everit (1980), J. H. Ward, em 1963, sugeriu que em qualquer estágio, a perda de informação resultante do agrupamento de indivíduos pode se mensurada pela soma total dos quadrados dos desvios de qualquer ponto em relação à média do grupo ao qual ele pertence. Se para cada grupo k , fizermos SQD_k ser a Soma dos Quadrados dos Desvios de cada item em relação à média do grupo (centróide), então a existência de K grupos define SQD como a soma de SQD_k , ou seja:

$$SQD = SQD_1 + SQD_2 + \dots + SQD_k$$

A cada etapa da análise, a fusão de cada possível par de grupos é considerada e dois grupos, cuja fusão resulta em um mínimo de incremento na soma dos quadrados dos desvios (perda mínima de informação), são combinados. Inicialmente, cada grupo consiste de um simples item, e, se existirem N itens, $SQD = 0$, com $k = 1, 2, \dots, N$, então $SQD = 0$. No extremo oposto, quando todos os grupos são combinados em um simples grupo de N itens, o valor da SQD será dada por:

⁴ Similaridades são medidas que tomam valores entre 0 e 1. Distâncias são medidas que podem tomar qualquer valor positivo (Everit, 1980).

$$SQD = \sum_{j=1}^N (X_j - \bar{X})(X_j - \bar{X})$$

Onde X_j é a medida multivariada associada com o j -ésimo item e \bar{X} é a média de todos os itens. Os resultados da aplicação do método de Ward podem ser visualizados por meio de um diagrama chamado dendrograma, no qual o eixo vertical mostra os valores da SQD para cada fusão ocorrida (Johnson e Wichern, 2002).

1.2. Base de Dados

A escolha das variáveis sobre as quais se aplicou as ACP e AA tem como fonte os dados das 163 UDHs do município de Porto Alegre para o ano de 2000. Estes dados foram extraídos do Atlas do Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Porto Alegre elaborado por meio de convênio entre o PNUD (Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento), a Fundação João Pinheiro, a Prefeitura Municipal de Porto Alegre (cuja coordenação coube aos autores do presente artigo) e a METROPLAN (Fundação Estadual de Planejamento e Desenvolvimento e Regional do Rio Grande do Sul).

De um montante de mais de 100 variáveis, foram escolhidas 29 em função de sua recorrência em outros estudos de mesmo cunho e também em função de critérios estatísticos tais como:

Correlações significativas;

Utilização da matriz anti-imagem para verificar as Medidas de Adequação da Amostra Kaiser-Meyer-Olkin cujos resultados foram:

0,94 para a matriz como todo (situação classificada como “Muito Boa” conforme Reis, 2001);

acima de 0,8 para todas as variáveis individuais (situação classificada como “Boa” conforme Reis, 2001);

Teste de Bartlett⁵ para testar a hipótese de ser a matriz de correlações uma matriz identidade, resultando na rejeição desta hipótese e mostrando ser a matriz de correlações apropriada para a aplicação da ACP;

Experiência dos técnicos do Observatório da Cidade de Porto Alegre atestada pela confecção de vários estudos diagnósticos sobre a situação socioeconômica do município, em especial, o Atlas do Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Porto Alegre⁶ e o Mapa da Inclusão e Exclusão Social de Porto Alegre.

Tabela 1 mostra os resultados da aplicação dos testes KMO e Bartlett sobre as 29 variáveis.

| | | |
|---|---------------------|----------|
| Medida de Adequação da Amostra Kaiser-Meyer-Olkin | | 0,94 |
| Teste de Esfericidade de Bartlett | Aprox. Qui-Quadrado | 11432,77 |
| | gl | 406 |
| | Sig. | 0 |

Fonte: Resultados da Análise ACP

⁵ Testa a seguinte hipótese: H_0 : Matriz de correlações = I (matriz Identidade). A estatística de teste para testar esta hipótese é: $- [n - 1 - 1/6(2p + 5)] \ln |R|$. Onde: $|R|$ é o determinante da Matriz de correlações. Esta estatística tem uma distribuição assintótica de χ^2 com $[1/2 p(p - 1)]$ graus de liberdade.

⁶ Metodologia desenvolvida pela Fundação João Pinheiro, IPEA e PNUD.

2. RESULTADOS E ANÁLISE

Nesta seção apresentamos os resultados da aplicação das técnicas multivariadas às 163 UDHS medidas conforme as 29 variáveis escolhidas. O primeiro passo foi a aplicação da ACP às 29 variáveis. Como resultado obtivemos 2 componentes principais que responderam por mais de 84,9% da variância total. Sobre estas duas componentes foi aplicada a AA. Diante das opções apresentadas pela aplicação da AA, optamos por uma linha de corte na etapa 159 na qual o Coeficiente de Aglomeração foi de 0,623 implicando em 4 agrupamentos. A Tabela 2 mostra a relação dos códigos utilizados para identificar as variáveis.

| Tabela 2 | |
|---|---|
| Código e identificação das variáveis¹ | |
| Código | Identificação |
| X01 | % de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada |
| X02 | Mortalidade até cinco anos de idade (por mil nascidos vivos) |
| X03 | Razão de dependência |
| X04 | % de pessoas que freqüentam o ensino médio em relação à população de 15 a 17 anos |
| X05 | % de mulheres de 25 anos ou mais analfabetas |
| X06 | % de pessoas com mais de 25 anos analfabetas |
| X07 | Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade |
| X08 | Índice de envelhecimento |
| X09 | % de pessoas que freqüentam o fundamental em relação à população de 7 a 14 anos |
| X10 | % de pessoas entre 18 e 24 anos analfabetas |
| X11 | Renda per Capita |
| X12 | % de mulheres responsáveis pelo domicílio com renda até 1 SM ² |
| X13 | % de homens responsáveis pelo domicílio sem rendimento |
| X14 | % de mulheres responsáveis pelo domicílio sem rendimento |
| X15 | Renda média dos homens responsáveis pelo domicílio |
| X16 | Renda média das mulheres responsáveis pelo domicílio |
| X17 | % de pobres |
| X18 | % de pessoas que vivem em domicílios com computador |
| X19 | Média de anos de estudo das mulheres responsáveis pelo domicílio |
| X20 | Média de anos de estudo dos homens responsáveis pelo domicílio |
| X21 | % das pessoas ocupadas com rendimento do trabalho de 1 a 2 SM |
| X22 | Rendimento médio mensal das pessoas ocupadas |
| X23 | % das pessoas ocupadas com rendimento do trabalho de 2 a 3 SM |
| X24 | Taxa de desemprego da população de 25 a 59 anos |
| X25 | Taxa de desemprego da população de 15 anos e mais |
| X26 | Taxa de participação da PEA na PIA de 15 anos e mais |
| X27 | Taxa de participação da PEA na PIA de 18 a 24 anos |
| X28 | % de ocupados com fundamental incompleto |
| X29 | % das pessoas ocupadas com rendimento do trabalho inferior a 1 SM |

Fonte: Atlas do Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Porto Alegre

Nota 1: Todos os dados se referem ao ano de 2000

Nota 2: SM significa Salários Mínimos

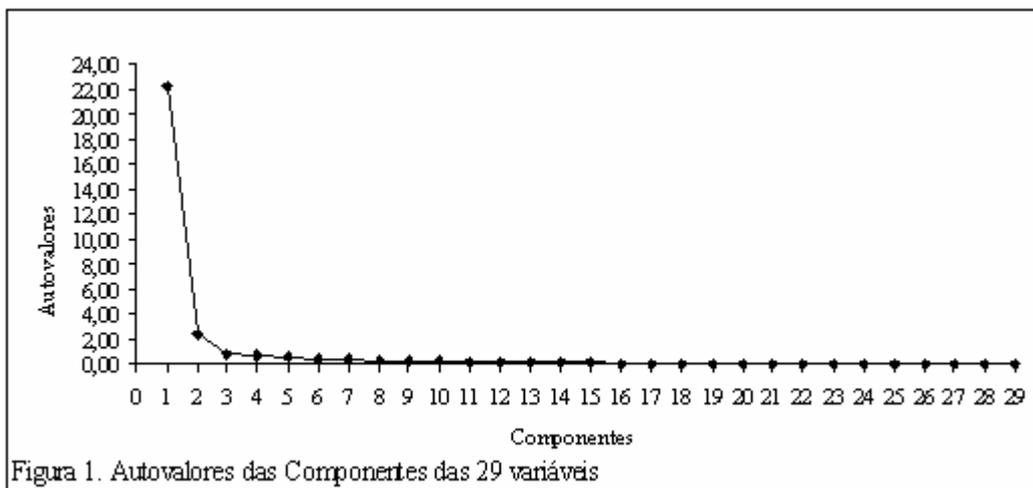
2.1. Aplicação da Análise de Componentes Principais

Como já referido, o objetivo fundamental da ACP é a decomposição espectral da matriz de correlações, pois assim são gerados os autovalores e autovetores. Como os autovalores correspondem às variâncias de cada componente principais, verificamos que apenas 2 componentes acabaram respondendo por 84,9% da variância total. Um dos critérios de escolha do número de componentes a serem considerados para efeitos de compreensão da estrutura dos dados bem como para a aplicação da AA é a escolha das componentes que sejam maiores do que 1. Isto equivale a dizer que devemos escolher as raízes da equação polinomial que são maiores do que a unidade. Esta é uma fase importante, pois precisamos ter confiança na escolha do número de componentes. Será sobre estas que a tentativa de agrupamento será feita. De uma boa escolha das componentes dependem os resultados do trabalho como um todo. Outro critério que pode auxiliar na escolha das componentes é a confecção

de um gráfico onde são plotados os autovalores de cada componente e no qual é possível visualizar com bastante clareza a importância de cada componente. A Tabela 3 abaixo mostra apenas as componentes com autovalores maiores do que 1. Abaixo da Tabela 3, a Figura 1 mostra o gráfico dos autovalores para todas as componentes.

| Componentes | Autovalores Iniciais | | | Extração da Soma dos Quadrados das Cargas | | | Rotação Varimax da Soma dos Quadrados das Cargas | | |
|-------------|----------------------|----------------|-------------|---|----------------|-------------|--|----------------|-------------|
| | Total | % da Variância | Acumulada % | Total | % da Variância | Acumulada % | Total | % da Variância | Acumulada % |
| 1 | 22,257 | 76,75 | 76,75 | 22,257 | 76,75 | 76,75 | 15,979 | 55,10 | 55,10 |
| 2 | 2,364 | 8,15 | 84,90 | 2,364 | 8,15 | 84,90 | 8,643 | 29,80 | 84,90 |

Fonte: Resultados da ACP



Percebemos pela combinação dos dois critérios que de fato temos uma boa parte da variância total explicada por apenas duas componentes, pois o gráfico dos autovalores plotados para cada componente não deixa dúvidas de que, a partir da componente 3 (inclusive), a curva se confunde com o eixo das ordenadas. Antes de analisarmos as correlações (cargas fatoriais) entre as variáveis originais e as duas componentes principais, precisamos compreender o que significa a coluna Rotação Varimax da Soma dos Quadrados das Cargas da Tabela 3. A Rotação Varimax é um artifício geométrico utilizado para melhorar a interpretação da relação entre as cargas de cada variável e a componente. Dito de outra forma, o artifício consiste em fazer uma rotação nos eixos coordenados, que nada mais são que as próprias componentes, permitindo uma melhor distribuição das cargas em relação às componentes selecionadas. Após a rotação, as cargas ficam melhor distribuídas entre as duas componentes sem, contudo, alterar o percentual de variância explicada pelas mesmas, ou seja, 84,9%. Existem outros tipos de rotação. Entretanto, escolhemos a rotação Varimax por manter os eixos ortogonais o que, em outras palavras, significa manter as componentes independentes.

Quanto aos autovetores, sua importância está em que eles representam a carga de cada variável em cada componente. Em outras palavras, os autovetores representam as correlações entre as variáveis e as componentes. A Tabela 4 abaixo mostra as correlações (cargas) das variáveis originais com a componente 1. Esperamos que esta tabela nos auxilie na identificação de características que permitam dar um nome a Componente 1.

Tabela 4
Variáveis originais com as mais altas correlações (cargas) com a Componente 1

| Variáveis | COD Variável | Carga |
|---|--------------|---------|
| % de pobres | X17 | 0,9517 |
| % das pessoas ocupadas com rendimento do trabalho inferior a 1 SM | X29 | 0,8941 |
| Mortalidade até cinco anos de idade (por mil nascidos vivos) | X02 | 0,8791 |
| Razão de dependência | X03 | 0,8652 |
| % de ocupados com fundamental incompleto | X28 | 0,8608 |
| % de pessoas ocupadas com rendimento do trabalho de 1 a 2 SM | X21 | 0,8409 |
| % de pessoas com mais de 25 anos analfabetas | X06 | 0,8348 |
| % de mulheres de 25 anos ou mais analfabetas | X05 | 0,8336 |
| Taxa de desemprego da população de 25 a 59 anos | X24 | 0,7984 |
| % de pessoas entre 18 e 24 anos analfabetas | X10 | 0,7939 |
| Taxa de desemprego da população de 15 anos e mais | X25 | 0,7791 |
| % de mulheres responsáveis pelo domicílio com renda até 1 SM | X12 | 0,7698 |
| % de mulheres responsáveis pelo domicílio sem rendimento | X14 | 0,7661 |
| % de homens responsáveis pelo domicílio sem rendimento | X13 | 0,7425 |
| Índice de envelhecimento | X08 | -0,7119 |
| Média de anos de estudo das mulheres responsáveis pelo domicílio | X19 | -0,7203 |
| Média de anos de estudo dos homens responsáveis pelo domicílio | X20 | -0,7300 |
| Média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais de idade | X07 | -0,7481 |
| % de pessoas que frequentam o ensino médio em relação à população de 15 a 17 anos | X04 | -0,9072 |
| % de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada | X01 | -0,9408 |

Fonte: Resultados da ACP

Como se percebe não há o predomínio de um tipo de variável que nos permita sermos categóricos quanto à denominação da Componente 1. O que vemos é uma combinação de variáveis econômicas, de nível de ensino, de saneamento básico e de saúde. A rigor temos apenas uma variável de saúde e uma de saneamento básico. Contudo a importância destas duas variáveis é atestada por suas altas correlações com a Componente 1. A variável de saúde, além de ter uma alta e positiva correlação com a Componente 1, corrobora o estudo de Possoli (1984), o qual verificou, utilizando o mesmo tipo de análise multivariada que estamos utilizando, que a mortalidade até cinco anos de idade apresentou a maior carga fatorial no Índice do Nível de Saúde por ele proposto tendo com base dados oriundos da Secretaria de Saúde do Rio Grande do Sul para o ano de 1979. A Componente 1 parece ser algum tipo de indicador de vulnerabilidade, pois ela apresentou correlações positivas e altas com variáveis como % de pobres, % de pessoas de pessoas ocupadas com rendimento do trabalho inferior a 1SM, Mortalidade até 5 anos de idade etc., e correlações negativas e altas com variáveis como % de pessoas que vivem em domicílios com banheiro e água encanada, % de pessoas que frequentam o ensino médio em relação à população de 15 a 17 anos, Média de anos de estudo das pessoas com 25 anos ou mais de idade etc.

A Tabela 5 abaixo mostra as correlações (cargas) das variáveis originais com a componente 2. Da mesma forma que a Tabela 4, esperamos que a Tabela 5 nos ajude a denominar a Componente 2. Frisamos que tanto para a Componente 1 quanto para a Componente 2, selecionamos apenas as correlações (cargas fatoriais) que são maiores do que 0,7. Como pretendemos aplicar a AA sobre os escores das duas componentes, estamos preocupados nesta fase apenas em termos uma ideia geral da estrutura das componentes.

Tabela 5
Variáveis originais com as mais altas correlações (cargas) com a Componente 2

| Variáveis | COD Variável | Carga |
|---|--------------|---------|
| Taxa de participação da PEA na PIA de 18 a 24 anos | X27 | 0,8775 |
| % de pessoas que frequentam o fundamental em relação à população de 7 a 14 anos | X09 | 0,8012 |
| % das pessoas ocupadas com rendimento do trabalho de 2 a 3 SM | X23 | 0,7364 |
| % de pessoas que vivem em domicílios com computador | X18 | -0,7388 |
| Renda média das mulheres responsáveis pelo domicílio | X16 | -0,7752 |
| Rendimento médio mensal das pessoas ocupadas | X22 | -0,8018 |
| Renda média dos homens responsáveis pelo domicílio | X15 | -0,8035 |
| Renda per Capita | X11 | -0,8060 |

Fonte: Resultados da ACP

Ao contrário da Componente 1, a Componente 2 sugere que as variáveis com maiores correlações (cargas fatoriais) são indicativas das características econômicas. A variável % das pessoas que frequentam o fundamental em relação à população de 7 a 14 anos não se enquadraria na categoria econômica em sentido estrito, contudo não deixa de ter importância se considerarmos que o capital escolar pode ser compreendido com um requisito para a capacidade de inserção qualificada no mercado de trabalho bem como para a busca de níveis de remuneração melhores a serem alcançados no futuro. Também a variável % das pessoas que vivem em domicílios com computador pode ser vista pela ótica econômica geral se a consideramos como a expressão da capacidade aquisitiva. Com efeito, a Componente 2 pode ser denominada provisoriamente como um índice de nível econômico. Como este índice está correlacionado negativamente com variáveis que medem o rendimento e domicílios com computador, parece-nos que ele indica algum tipo de vulnerabilidade econômica. Ademais, podemos considerar a Taxa de participação da PEA (População Econômica Ativa) na PIA (População em Idade Ativa) de 18 a 24 anos como um tipo de pressão da população jovem que ingressa no mercado de trabalho e que exige uma capacidade maior de geração de postos de trabalho. Encerramos esta seção com a Figura 2 a qual mostra as cargas das variáveis com as 2 componentes após a rotação Varimax.

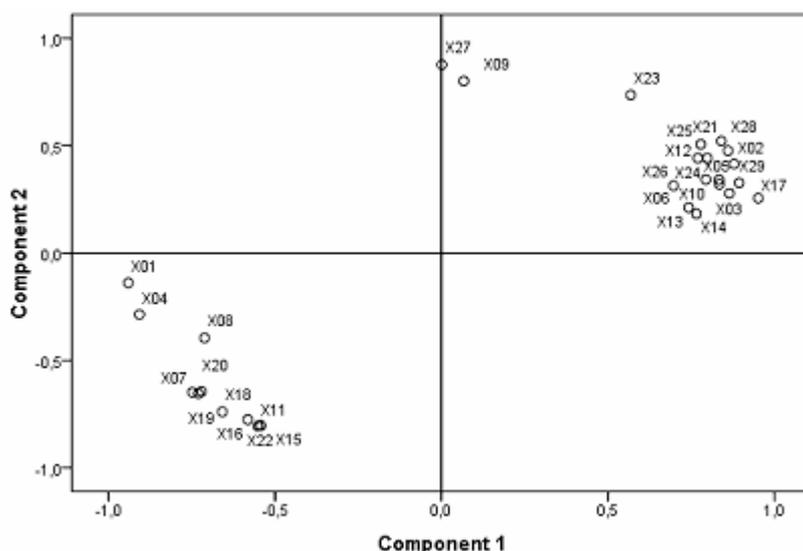


Figura 2 - Gráfico das cargas das variáveis nas duas Componentes no espaço rotacionado

2.2. Aplicação da Análise de Agrupamentos

Como já referido na seção metodológica, a ACP é, em geral, utilizada como uma etapa intermediária para a aplicação de outras técnicas multivariadas. Com os resultados que temos até esta etapa, precisamos decidir sobre que base iremos aplicar AA. Estudos recorrentes bem como manuais de análise multivariada têm sugerido que se aplique a AA sobre os escores das componentes, ou seja, sobre o valor que os objetos ou indivíduos teriam se calculássemos os escores por meio da aplicação da transformação linear das variáveis originais. Contudo, temos a Componente 1 com 55,10% e a Componente 2 com 29,80% de explicação da variância total após a rotação Varimax. Nesse sentido, teríamos que escolher sobre qual componente aplicar a AA. Devido à importância das duas componentes e tendo em vista a possibilidade de geração de agrupamentos que reflitam de fato esta importância, sugerimos calcular a média ponderada dos escores, utilizando como pesos os autovalores (variâncias) das duas componentes. Para facilitar a compreensão da média ponderada transformamos os resultados em um índice calculado da seguinte forma:

$$IVSE_{UDHi} = \frac{(EMi - EM \text{ min})}{(EM \text{ max} - EM \text{ min})}$$

Onde:

IVSE = Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica da UDH i

EMi = Escore Médio da UDH i

$EM \text{ max}$ = Escore Médio Máximo

$EMi \text{ min}$ = Escore Médio Mínimo

Por conta desta transformação dos escores médios de cada UDH, a interpretação será bastante facilitada, pois o IVSE irá variar entre 0 e 1. Sem a construção do IVSE, a interpretação ficaria bem mais difícil, pois não temos ideia do que pode significar uma vulnerabilidade de Escore Médio Ponderado com sinal negativa, ou seja, de pouco nos adianta saber se uma vulnerabilidade é negativa ou positiva. A confusão que uso dos Escores Médios Ponderados como informação final causaria seria muito grande. Observe que o denominador do IVSE é a diferença entre os valores máximo e mínimo dos escores, ou seja, a unidade de comparação se origina nos próprios escores médios. Em outras palavras, é como se criássemos uma régua com variação contínua entre os valores máximo e mínimo dos Escores Médios Ponderados. Nesta régua, a UDH com valor igual a 0 terá IVSE Baixo, pois ela está situada na posição inicial da régua. No extremo oposto, estará situada a UDH de valor igual a 1, tendo IVSE Alto. Como o IVSE é contínuo, será possível verificar as heterogeneidades dentro cada agrupamento. Dito de outra forma, poderemos verificar dentro do agrupamento de IVSE Alto, quais UDHs estão em situação de vulnerabilidade extrema. É por estes motivos que arrolamos, e também em função das variáveis apresentarem escalas diferentes, que muitos pesquisadores têm recorrido à construção de índices. A Tabela 6 mostra as 10 primeiras e as 10 últimas UDHs em função de seus valores no IVSE.

Tabela 6
10 maiores e 10 menores IVSE das 163 UDHs

| UDHs | Escore Médio | IVSE | Classificação |
|--|--------------|-------|---------------|
| <i>FLORESTA-Loteamento Santa Terezinha</i> | 1,104 | 1,000 | 1 |
| <i>LOMBA DO PINHEIRO-Vila Recreio da Divisa</i> | 1,030 | 0,968 | 2 |
| <i>ANCHIETA-Vila Dique II</i> | 1,023 | 0,965 | 3 |
| <i>SARANDI-Vila Vitória da Conquista</i> | 0,969 | 0,941 | 4 |
| <i>LOMBA DO PINHEIRO-Vila Biriba</i> | 0,958 | 0,937 | 5 |
| <i>SARANDI-Vila Santíssima Trindade</i> | 0,957 | 0,936 | 6 |
| <i>SÃO JOÃO-Vila Dique I</i> | 0,930 | 0,924 | 7 |
| <i>SÃO JOÃO-Vila Nazaré</i> | 0,889 | 0,907 | 8 |
| <i>RESTINGA-Quinta Unidade</i> | 0,882 | 0,904 | 9 |
| <i>AZENHA-Vila Zero Hora</i> | 0,882 | 0,904 | 10 |
| <i>JARDIM CARVALHO-Plano 100</i> | -0,934 | 0,115 | 154 |
| <i>PRALA DE BELAS 2/MENINO DEUS 2</i> | -0,935 | 0,114 | 155 |
| <i>FARROUPILHA-Redenção/SANTA CECÍLIA/SANTANA 1</i> | -0,950 | 0,108 | 156 |
| <i>JARDIM LINDÓLA</i> | -0,982 | 0,094 | 157 |
| <i>BOA VISTA/PASSO D'AREA-Vila Keddie</i> | -0,991 | 0,090 | 158 |
| <i>PETRÓPOLIS-Avenida Ijuí</i> | -1,005 | 0,084 | 159 |
| <i>BOM FIM/INDEPENDÊNCIA 1/RIO BRANCO</i> | -1,013 | 0,080 | 160 |
| <i>AUXILIADORA/MONT'SERRAT</i> | -1,026 | 0,075 | 161 |
| <i>MOINHOS DE VENTO/RIO BRANCO-IPA/INDEPENDÊNCIA 2</i> | -1,136 | 0,027 | 162 |
| <i>BELA VISTA/PETRÓPOLIS-Grêmio Náutico União</i> | -1,198 | 0,000 | 163 |

Fonte: Resultados da ACP

A Tabela 7 abaixo reproduz os 10 últimos estágios de aglomeração como base no método de Ward.

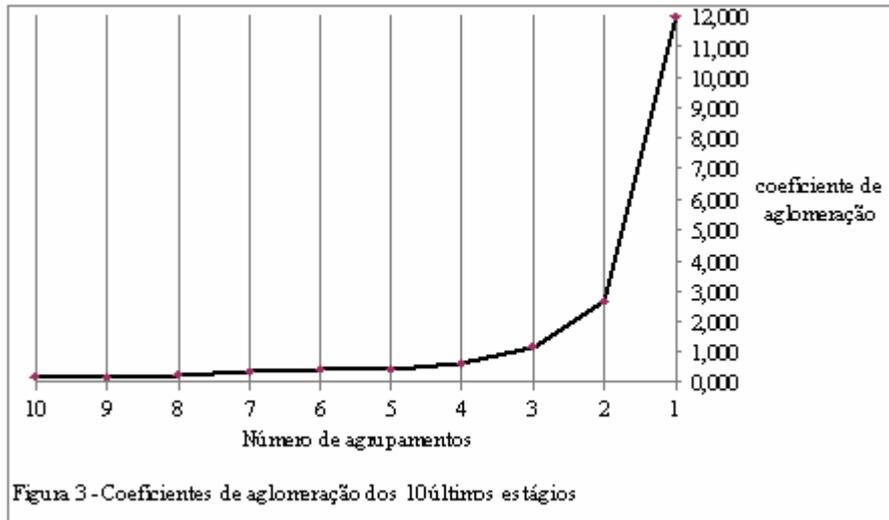
Tabela 7
Esquema de aglomeração da AA pelo método de Ward para os 10 últimos estágios

| Número de agrupamentos | Estágio | Agrupamento Combinado | | Coeficientes de Aglomeração |
|------------------------|------------|-----------------------|---------------|-----------------------------|
| | | Agrupamento 1 | Agrupamento 2 | |
| 10 | 153 | 6 | 7 | 0,119 |
| 9 | 154 | 4 | 5 | 0,145 |
| 8 | 155 | 2 | 12 | 0,176 |
| 7 | 156 | 8 | 9 | 0,244 |
| 6 | 157 | 1 | 3 | 0,323 |
| 5 | 158 | 6 | 21 | 0,419 |
| 4 | 159 | 2 | 4 | 0,623 |
| 3 | 160 | 1 | 8 | 1,179 |
| 2 | 161 | 2 | 6 | 2,647 |
| 1 | 162 | 1 | 2 | 11,996 |

Fonte: Resultados da AA (Análise de Agrupamento)

Um bom indicativo de corte para a determinação do número de agrupamentos é o coeficiente de aglomeração (última coluna da Tabela 7). Este coeficiente varia do máximo de detalhamento (cada UDH é o próprio grupo) à generalidade completa (um agrupamento único com todas as UDHs). A rigor, o coeficiente de aglomeração representa a perda de informação à medida que mais grupos vão sendo agregados. Observe que nos últimos estágios as variações entre um estágio e outro parecem ser maiores, sendo que a partir do estágio 159 elas são mais acentuadas. Se olharmos os estágios do fim para o começo da agregação, verificamos que no último estágio, quando temos apenas um grupo com todas as UDHs, o coeficiente de aglomeração é máximo, o que é o mesmo que dizer que a perda de informação é tamanha que não ganhamos nada em termos de conhecimento ao colocarmos todas as

UDHs em um único agrupamento. Para auxiliar na escolha do ponto de corte, construímos o gráfico da Figura 3 abaixo. No eixo vertical temos os coeficientes de aglomeração referentes a cada um dos últimos 10 estágios de aglomeração. O gráfico da Figura 2 parece indicar que um bom ponto de corte seja no estágio 159 com 4 agrupamentos, pois além da curva começar a ter saltos maiores a partir deste ponto, o coeficiente de aglomeração de 0,623 representa apenas 5,19% do coeficiente de aglomeração que representa a perda máxima de informação, ou seja, 11,996.



Outro tipo de gráfico gerado pela maioria dos softwares estatísticos é o dendrograma. Um dendrograma é uma árvore hierárquica de vínculos na qual podemos verificar no eixo vertical a perda de informação à medida que avançamos nos estágios de aglomeração. A Figura 4 reproduz o dendrograma que auxiliou na escolha dos 4 agrupamentos. Como o eixo horizontal do dendrograma contém as 163 UDHs de Porto Alegre, sua visualização em tamanho A4 fica prejudicada. Para quem acessar o trabalho em meio digital, sugerimos ampliar a imagem para uma melhor visualização. As Tabelas 8, 9, 10 e 11 apresentam a relação das UDHs em cada agrupamento (AG) conforme sua classificação no IVSE. As UDHs que ocupam as primeiras posições na Classificação são as que têm pior IVSE. A coluna Classificação permite, assim, que se possam verificar as diferenças dentro de um mesmo agrupamento.

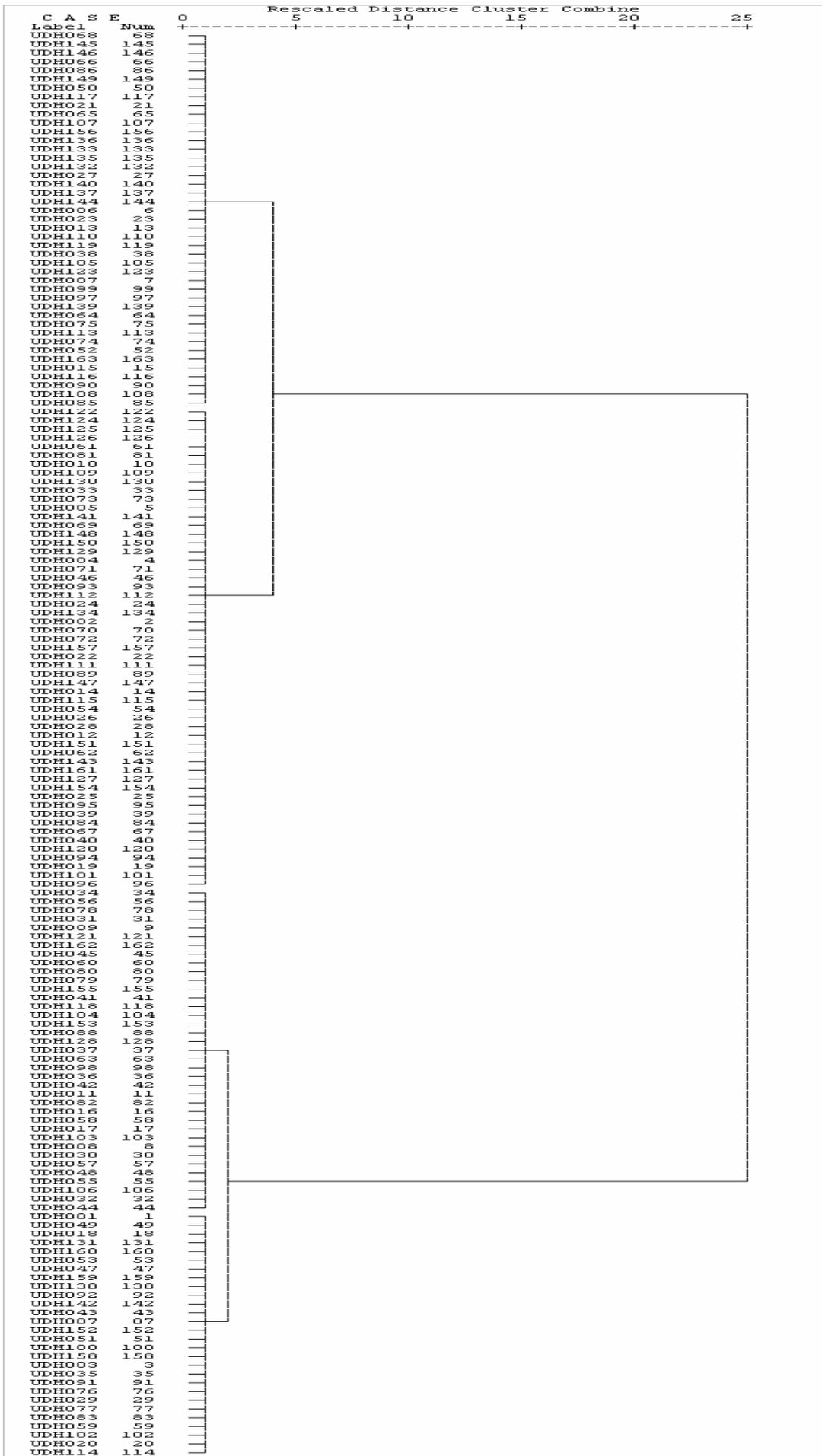


Figura 4 - Dendrograma segundo o Método de Ward
 Fonte: Resultados da Análise de Agrupamentos

Tabela 8
Relação das UDHs do Agrupamento de IVSE Alto (AG1)

| UDH | Classificação | UDH | Classificação |
|--|---------------|---|---------------|
| FLORESTA-Loteamento Santa Terezinha | 1 | CRISTAL-Vila Cristal | 28 |
| LOMBA DO PINHEIRO-Vila Recreio da Divisa | 2 | MORRO SANTANA-Vila das Laranjeiras | 29 |
| ANCHIETA-Vila Dique II | 3 | CASCATA-Vila Graciliano Ramos | 30 |
| SARANDI-Vila Vitória da Conquista | 4 | PARTENON-Vila Cachorro Sentado | 31 |
| LOMBA DO PINHEIRO-Vila Biriba | 5 | SANTA TEREZA-Vilas Tronco | 32 |
| SARANDI-Vila Santíssima Trindade | 6 | TERESÓPOLIS-Vila Silva Paes | 33 |
| SÃO JOÃO-Vila Dique I | 7 | VILA NOVA-Condomínio Campos de Cristal | 34 |
| SÃO JOÃO-Vila Nazaré | 8 | SARANDI-Vila Fraternidade | 35 |
| RESTINGA-Quinta Unidade | 9 | JARDIM SABARÁ-Vila Margarita | 36 |
| AZENHA-Vila Zero Hora | 10 | BELÉM NOVO-Praia das Garças | 37 |
| ARQUIPÉLAGO/FARRAPOS 1/HUMAITÁ 1 | 11 | SERRARIA | 38 |
| SARANDI-Vila Dique | 12 | CAVALHADA-Loteamento Cavalhada | 39 |
| MÁRIO QUINTANA-Loteamento Timbaúva | 13 | CASCATA-Vila Nossa Senhora da Glória | 40 |
| CHAPÉU DO SOL-Loteamento Chapéu do Sol | 14 | JARDIM CARVALHO-Colina do Prado | 41 |
| MENINO DEUS-Condomínio Lupicínio Rodrigues | 15 | CAMAQUÁ-Vila do Fumil(São Vicente Martir) | 42 |
| JARDIM SABARÁ-Vila Ernesto Pelana | 16 | RESTINGA-Restinga Velha | 43 |
| SANTA TEREZA-Vila Figueira | 17 | NONOAI-V Alto Erechim e parte da V Chácara Sperb | 44 |
| SANTA TEREZA-Vila Rio Branco | 18 | SARANDI-Vila Páscoa | 45 |
| SANTA TEREZA-Vila Ecologia | 19 | BELÉM VELHO-Condomínio Mariante | 46 |
| SANTA TEREZA-Vila Cruzeiro do Sul | 20 | RUBEM BERTA-Jardim Leopoldina II | 47 |
| PARTENON-Vila Santa Clara | 21 | MÁRIO QUINTANA-Chácara Fumaça e Jd Protásio Alves | 48 |
| PASSO DAS PEDRAS-Jardim dos Coqueiros | 22 | LOMBA DO PINHEIRO-Vila Pitinga | 49 |
| BOM JESUS-Vilas Divinéia, Mato Sampaio e Pinto | 23 | AGRONOMIA-Vila Esmeralda | 50 |
| CRISTAL-Vila do Valão | 24 | VILA CONCEIÇÃO-Vila Pellin | 51 |
| SANTA TEREZA-Orfanotrófio I | 25 | RESTINGA-Vila Bitá | 52 |
| PARTENON-V Maria da Conceição (Pq Casa da Criança) | 26 | PARTENON-V Maria da Conceição (N Senhora do Brasil) | 53 |
| LOMBA DO PINHEIRO-Loteamento Quinta do Portal | 27 | SÃO JOSÉ-Vila Sudeste | 54 |
| | | CASCATA-Loteamento Vila Jardim Renascença | 55 |

Fonte: Resultados da Análise de Agrupamento (AA)

Tabela 9
Relação das UDHs do Agrupamento de IVSE Médio-Alto (AG2)

| UDH | Classificação | UDH | Classificação |
|--|---------------|--|---------------|
| SÃO JOSÉ 2/V JOÃO PESSOA 2/CEL APARÍCIO BORGES 2 | 56 | SARANDI-Santa Rosa | 78 |
| SÃO JOSÉ-Morro da Cruz | 57 | PARTENON-Vila Tijuca e Vila dos Sargentos | 79 |
| SARANDI-Asa Branca | 58 | RUBEM BERTA-Conjunto Residencial | 80 |
| CAVALHADA-Cidade de Deus | 59 | LAGEADO | 81 |
| SARANDI-Vila Ipê São Borja | 60 | MÁRIO QUINTANA-Vila Jardim das Colinas | 82 |
| SARANDI-Vila Míriano | 61 | MÁRIO QUINTANA-Rua 19 de Fevereiro | 83 |
| SARANDI-Loteamento Vila São Borja | 62 | IPANEMA-Beco da Bagunça | 84 |
| RUBEM BERTA-Vila Amazônia | 63 | VILA NOVA-Vila Monte Cristo e Vila Monte Cristo II | 85 |
| HÍPICA-Beco do Adelar | 64 | BELÉM VELHO-H Fq Belém/CASCATA-Vale dos Camudos | 86 |
| SARANDI-Vila Nova Brasília | 65 | RUBEM BERTA-Loteamento Vila Max Geiss | 87 |
| LOMBA DO PINHEIRO-Rarefeita | 66 | RESTINGA-Costa Gama | 88 |
| SARANDI-Vila Nossa Senhora Aparecida | 67 | PARTENON-Hospital São Pedro e PUC | 89 |
| SARANDI-Vila União | 68 | MORRO SANTANA-Vila Estrutural | 90 |
| MORRO SANTANA-Vila Tijuca | 69 | RESTINGA-Restinga Nova | 91 |
| LOMBA DO PINHEIRO-Densa | 70 | SANTA TEREZA-Arroto Passo Fundo | 92 |
| SARANDI-Loteamento Vila Santo Agostinho | 71 | BELÉM NOVO-Vila Flores da Cunha | 93 |
| RESTINGA-Barro Vermelho | 72 | ARQUIPÉLAGO-Ilha da Pintada (norte e oeste) | 94 |
| VILA ASSUNÇÃO-Vila Guaíba | 73 | CAMPO NOVO/VILA NOVA-Loteamento COHAB Cavalhada | 95 |
| CAMAQUÁ-Loteamento Vila Maria | 74 | CRISTAL-Vila Cai | 96 |
| LAMI | 75 | PONTA GROSSA/CHAPÉU DO SOL-Bairro/BELÉM NOVO-Bair | 97 |
| PASSO DAS PEDRAS 1/RUBEM BERTA 1 | 76 | SANTA TEREZA-Vila Dona Malvina | 98 |
| ARQUIPÉLAGO-Ilha das Flores (norte) | 77 | | |

Fonte: Resultados da Análise de Agrupamento (AA)

Tabela 10
Relação das UDHs do Agrupamento de IVSE Médio-Baixo (AG3)

| UDH | Classificação | UDH | Classificação |
|--|---------------|---|---------------|
| JARDIM CARVALHO-bairro | 99 | PASSO DAS PEDRAS-V Ingá/RUBEM BERTA-Costa e Silva | 113 |
| BOM JESUS-bairro/VILA JARDIM-Rua Conde da Figueira | 100 | JARDIM SABARÁ-bairro | 114 |
| SÃO JOSÉ 1/V JOÃO PESSOA 1/CEL APARÍCIO BORGES 1 | 101 | CAMAQUÃ-Bairro | 115 |
| AGRONOMIA-Campus do Vale UFRGS | 102 | RUBEM BERTA-Jardim Leopoldina | 116 |
| HÍPICA-Bairro/GUARUJÁ/ESPÍRITO SANTO 1/PANEMA 1 | 103 | MORRO SANTANA-bairro | 117 |
| VILA NOVA-Avenida Vicente Monteggia | 104 | MEDIANEIRA-Coorigha/STA TEREZA-B Ouro e B Solidão | 118 |
| VILA JARDIM-Avenida Circular | 105 | CAVALHADA-VTC e Cecopam/NONOAL-Av Dr. Campos Velho | 119 |
| GLÓRIA/CASCATA-Vila Dona Veva | 106 | MEDIANEIRA-Av Niterói/STA TEREZA-V dos Comerciantes | 120 |
| SARANDI-Parque dos Maías | 107 | CRISTAL-Avenida Coronel Massot | 121 |
| TERESÓPOLIS-Loteamento Estrada dos Alpes | 108 | PARTENON-Intercap e Jardim Bento Gonçalves | 122 |
| FARRAPOS 2/HUMAITÁ 2 | 109 | ANCHIETA 1/HUMAITÁ 3/NAVEGANTES/SÃO GERALDO | 123 |
| NONOAL-Avenida Nonoal/TERESÓPOLIS-Asmobame | 110 | PASSO DAS PEDRAS 2/RUBEM BERTA 2 | 124 |
| PARTENON-Loteamento Vila Batista Xavier | 111 | HÍPICA-Loteamento Jardim Amazônia | 125 |
| SARANDI-Vila Elizabeth e Vila Leão | 112 | VILA IPIRANGA-Educandário/JARDIM ITU-R Paul Harris | 126 |

Fonte: Resultados da Análise de Agrupamento (AA)

Tabela 11
Relação das UDHs do Agrupamento de IVSE Baixo (AG4)

| UDH | Classificação | UDH | Classificação |
|---|---------------|---|---------------|
| CRISTAL-Museu Iberê Camargo | 127 | CIDADE BAIXA | 146 |
| JD FLORESTA/JD SÃO PEDRO/STA MARIA GORETTI/SÃO JOÃO | 128 | JARDIM DO SALSO | 147 |
| PASSO D'AREIA-Vila do IAPI | 129 | MEDIANEIRA-Loteamento Carlos Barbosa | 148 |
| CRISTAL-Avenida Dr. Campos Velho | 130 | CENTRO-Parte Histórica e Comercial | 149 |
| ESPÍRITO SANTO-Clube do Professor Gaúcho/IPANEMA 2 | 131 | JARDIM ITU-Parque Brigada Militar | 150 |
| S SEBASTIÃO/V IPIRANGA-Pç N Árabs/JD ITU-Jd Itati | 132 | CENTRO-Cientec/PRAIA DE BELAS-Parque Harmonia | 151 |
| CRISTO REDENTOR | 133 | CHÁCARAS DAS PEDRAS/TRÊS FIGUEIRAS | 152 |
| TERESÓPOLIS-Teresópolis Tênis Clube | 134 | HIGIENÓPOLIS/SÃO JOÃO-Sogipa | 153 |
| PETRÓPOLIS-Rua Ivo Corseuil/JARDIM BOTÂNICO | 135 | JARDIM CARVALHO-Plano 100 | 154 |
| SANTO ANTÔNIO/PARTENON-Partenon Tênis Clube | 136 | PRAIA DE BELAS 2/MENINO DEUS 2 | 155 |
| NONOAL-Morro Teresópolis | 137 | FARROUPILHA-Redenção/SANTA CECÍLIA/SANTANA 1 | 156 |
| SANTA TEREZA-Próximo ao Menino Deus | 138 | JARDIM LINDÓIA | 157 |
| AZENHA-Shop João Pessoa/SANTANA-Inst de Cardiologia | 139 | BOA VISTA/PASSO D'AREA-Vila Keddie | 158 |
| VILA NOVA-Condomínio Village | 140 | PETRÓPOLIS-Avenida Ijuí | 159 |
| FLORESTA/INDEPENDÊNCIA-Shopping Total | 141 | BOM FIM/INDEPENDÊNCIA 1/RIO BRANCO | 160 |
| MEDIANEIRA-Pç Alci Maia/STA TEREZA-Pç Montese | 142 | AUXILIADORA/MONT'SERRAT | 161 |
| TRISTEZA/V ASSUNÇÃO/V CONCEIÇÃO/PEDRA REDONDA | 143 | MOINHOS DE VENTO/RIO BRANCO-IPA/INDEPENDÊNCIA 2 | 162 |
| MENINO DEUS 1/AZENHA 1/PRAIA DE BELAS 1 | 144 | BELA VISTA/PETRÓPOLIS-Grêmio Náutico União | 163 |
| JARDIM SABARÁ-Parque do Sol | 145 | | |

Fonte: Resultados da Análise de Agrupamento (AA)

Tendo em vista a ampliação da capacidade de visualização espacial que o georreferenciamento permite, geramos a Figura 5 com o mapa do Município de Porto Alegre com os 4 agrupamentos. No mapa ficam explícitos os enclaves de vulnerabilidade que retalhavam uma cidade tida como homogênea. A rigor esta heterogeneidade já tinha sido constatada na 163 UDHs de Porto Alegre constantes do Atlas do Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Porto Alegre. Como o estudo que agora apresentamos, verifica-se que, mesmo agregando UDHs de locais diferentes da cidade, persistiam em 2000 indicações de que não eram poucos os espaços de vulnerabilidade. Fica-se, portanto, com uma boa impressão de como as técnicas de Análise Multivariada podem auxiliar na simplificação e estruturação da vasta quantidade de dados gerados pelos censos. A expectativa quanto à disponibilidade de novos e mais detalhados dados que serão gerados pelo Censo de 2010, sugere um horizonte promissor para a aplicação das técnicas que acabamos de fazer uso com os dados do Censo de 2000.

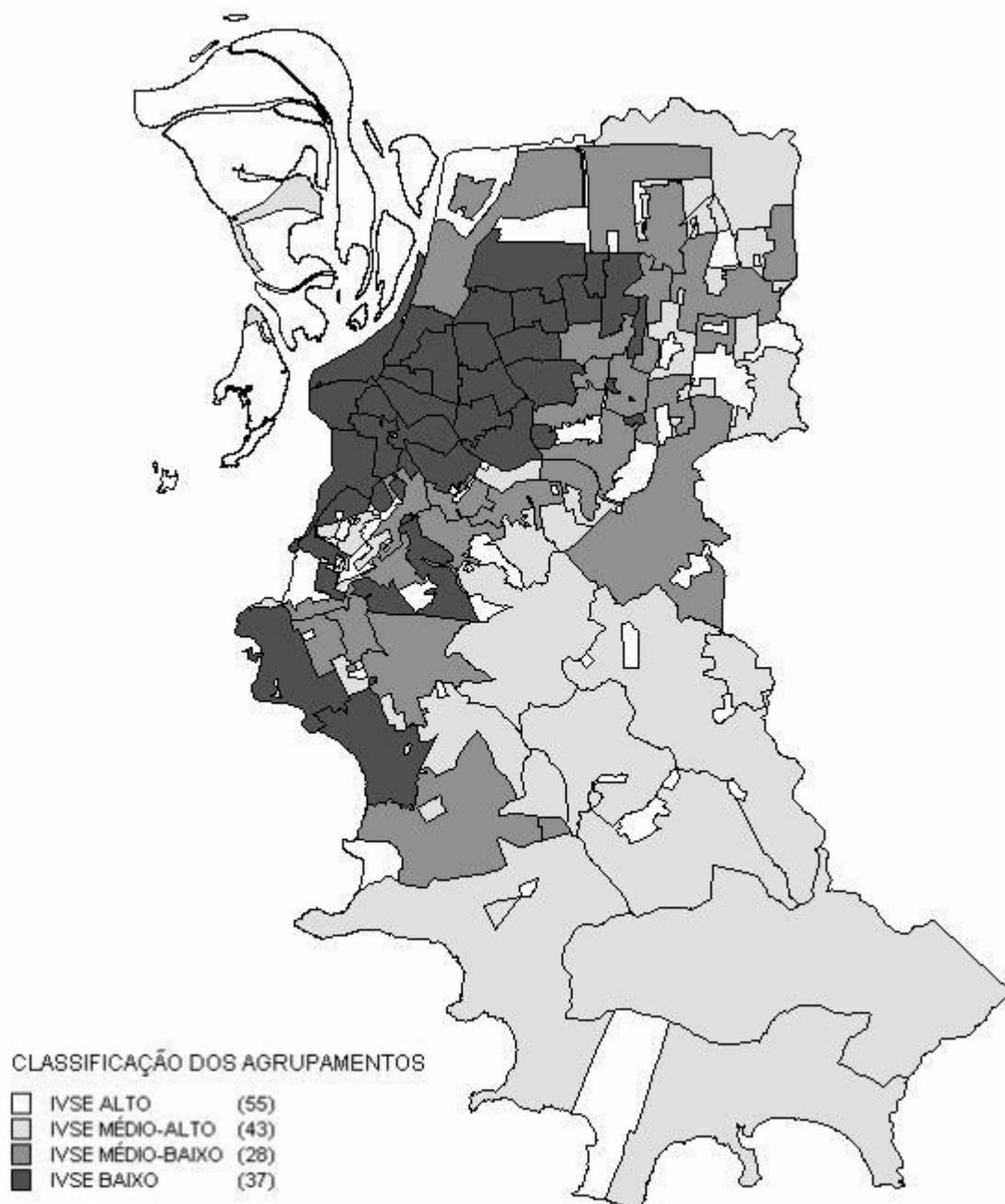


Figura 5 - Mapa do Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica de Porto Alegre - 2000
Elaborado pelo técnico do Observatório da Cidade de Porto Alegre Luis Antônio Thomas Fernandes

3. CONCLUSÃO

O presente trabalho agrega-se a tantos outros que sugerem que a aplicação de técnicas de Análise Multivariada pode auxiliar na simplificação e estruturação de um conjunto extenso de informações. Nesse sentido, aplicou-se a Análise de Componentes Principais para transformar de 29 variáveis em apenas duas componentes com capacidade para explicar 84,9% da variância total das variáveis originais. Estas componentes permitiram a construção de um Índice de Vulnerabilidade Socioeconômica (IVSE) para o Município de Porto Alegre sobre o qual aplicou-se a Análise de Agrupamentos. A Análise de Agrupamento permitiu que se juntassem em agrupamentos as UDHS mais homogêneas. A redução do número de variáveis e a geração de agrupamentos foram feitas com pouca perda de informação, ficando claro que os resultados alcançados podem servir de ferramenta auxiliar na identificação de desigualdades intra-urbanas. Tendo em vista o número elevado de UDHS em cada agrupamento, a classificação pode servir como uma forma de verificar a heterogeneidade remanescente no interior dos agrupamentos, permitindo a focalização das políticas públicas sem perda da noção de contextualização que o agrupamento permite.

4. REFERÊNCIAS

Atlas do Desenvolvimento Humano da Região Metropolitana de Porto Alegre. – Porto Alegre: Prefeitura Municipal/Secretaria de Coordenação Política e Governança Local; Metroplan; PNUD; Fundação João Pinheiro, 2008.

EVERIT, B. **Cluster analysis**. London, Heinemann Educational Books. Second Edition, 1980.

FACHEL, J.M.G. **Análise Multivariada da Estrutura Social Urbana do Município de Porto Alegre**. Atas do 1.º Encontro de Docentes de Estatística da Região Sul – Departamento de Estatística da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 12 a 16 de julho de 1982.

FLURY, B., RIEDWYL, H. **Multivariate statistic: a practical approach**. London, Chapman and Hall Ltd. , 1988.

HAIR, J.R.Jr., ANDERSON, R.E. TATHAM R.L.e BLACK W.C. **Análise Multivariada de Dados**. 5ed. - Porto Alegre: Bookman, 2005.

JOHNSON, R.A. & WICHERN, D.W. **Applied Multivariate Statistical Analysis**. Fifth Edition. Prentice Hall, 2002.

MINGOTI, S.A. **Análise de Dados Através de Métodos de Estatística Multivariada: uma abordagem aplicada**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2005.

POSSOLI, S. **Técnicas de Análise Multivariada para Avaliação das Condições de Saúde dos Municípios do Rio Grande do Sul**. Revista de Saúde Pública, São Paulo, 18:288 – 300, 1984.

REIS, E. **Estatística Multivariada Aplicada**. 2ed. – Lisboa: Edições Silabo, Lda., 2001.

ABRIL

Os Sem-Lugar: uma análise de trajetórias de jovens que vivem nas ruas de Porto Alegre

Anelise Gregis Estivalet (SMDHSU)¹

Pesquisar acerca de meninos/as que vivem nas ruas do Brasil não é uma tarefa fácil. Ao contrário, é uma proposta que trilha caminhos tortuosos e difíceis. Primeiro, porque pesquisamos sobre crianças e jovens que experimentam o abandono e a sobrevivência nas ruas. Segundo, porque uma criança ou um jovem ao optar por este tipo de vida está fazendo uma escolha muito difícil. Ir para a rua como última alternativa é um ato de coragem. A rua constitui-se em um espaço possível, uma estratégia de sobrevivência. Carmem Craidy no livro "Meninos de rua e analfabetismo" traz resultados de uma experiência de alfabetização realizada em Porto Alegre no ano de 1991. Neste trabalho, discute a significação da língua escrita buscando uma mediação entre o que são e como vivem os meninos de rua e a construção do significado da língua escrita em suas vidas, situando como o processo de exclusão social e construtor do analfabetismo.

Segundo Craidy (1998):

"A rua não se constitui para o menino como espaço alternativo, mas sim como espaço possível. Não é lugar de liberdade (ainda que seja por muitos vista como tal), mas um lugar de confinamento."(p.22)

Escolhi como tema para esta pesquisa a trajetória² de jovens de 17 a 20 anos, investigando como ocorreu sua saída, os momentos mais significativos (na perspectiva dos sujeitos) e a situação desses jovens no momento da investigação. Acredito que esta seja uma forma de atentar para os problemas vivenciados pelos jovens como a morte precoce e o uso abusivo de drogas como o crack que vem assolando a vida dos meninos de rua em Porto Alegre. Também creio que ao mostrar os relatos desses quatro jovens que estão entrando na maioridade e suas disposições em adotar uma trajetória de vida diferente demonstra-nos que é possível vermos de outra forma a vida dos meninos de rua e não apenas condená-los ao fatalismo da morte. Os relatos de nossos jovens demonstram uma boa vontade em mudar, em acreditar que o futuro será diferente.

Esta pesquisa se justifica inicialmente pela freqüente visão que as pessoas e as instituições têm desses indivíduos, gerando, muitas vezes, uma idéia estigmatizada que não contribui para o sucesso das políticas públicas destinadas a essas crianças e jovens; em segundo, por perceber que as iniciativas institucionais devem considerar os meninos/as que vivem nas ruas como sujeitos de deveres e direitos e garantir a eles a atenção necessária para o seu pleno desenvolvimento físico, mental e para o exercício da cidadania³.

Defini como objetivo geral pesquisar sobre o jovem que vive na rua e sua relação com o cotidiano em que está inserido. Melucci (2005) nos diz que uma das dimensões cruciais da sociedade contemporânea é a importância da vida cotidiana como espaço no qual os sujeitos constroem o sentido do seu agir e no qual experimentam as oportunidades e os limites para a ação. Segundo ele, o atentar para a vida cotidiana estende o foco sobre a particularidade dos detalhes e a unidade dos acontecimentos que dificilmente servem para ser observados, contidos e organizados dentro dos

¹ Socióloga formada pela UFRGS. Mestre em Educação pela UFF. Trabalha atualmente na Assessoria de Pesquisa e Formação da SMDHSU.

² A noção de trajetória representa uma série de posições sucessivas ocupadas por um agente (ou um mesmo grupo) num espaço, ele mesmo em devenir e submetido a incessantes transformações, conforme Bourdieu (1986).

³ Cidadania é aqui entendida como uma representação social que se faz da política, daquilo que cada sujeito histórico entende seja seu direito e sua disponibilidade de ação.

modelos de análise unicamente quantitativos:

"Na vida cotidiana, os indivíduos constroem ativamente o sentido da própria ação, que não é mais somente indicado pelas estruturas sociais e submetido aos vínculos da ordem constituída. O sentido é sempre mais produzido através de relações e esta dimensão construtiva e relacional acresce na ação o componente de significado na pesquisa" (p.29).

Neste sentido, tive como objetivos específicos o desejo de entender: 1) o modo como ocorre a saída da criança e/ou jovem para a rua; 2) a relação mantida com os pais ou responsáveis antes e depois; 3) os motivos que os levam a permanecer ou não nessas condições de vida; 4) as suas percepções e vivências mais significativas. Trabalhei com a hipótese de que esses jovens, mesmo trilhando caminhos acidentados e difíceis em suas trajetórias de vida, são capazes de construir novas formas de se relacionar com o mundo, que não através do abandono e da violência. E, a partir das entrevistas realizadas, percebi que a hipótese se confirmou.

Parti da idéia de que os jovens que estão vivendo nas ruas confrontam-se, pelo menos, com um limite ao entrarem na maioridade: o tempo biológico como uma moratória vital.

A oficina de produção de papel reciclado da qual dois dos quatro meninos entrevistados faziam parte não foi objeto de pesquisa, mas várias vezes fiquei aguardando que encerrassem a atividade que estavam fazendo para que depois pudéssemos conversar. Sempre que produziam algo: capas de agenda, cadernos, agendas telefônicas faziam questão de me mostrar o produto de seu trabalho.

1 - TRILHANDO CAMINHOS...

A vontade de realizar este trabalho teve origem em minha experiência profissional. E foi justamente por esta vivência que comecei a me preocupar com a entrada na maioridade de jovens com os quais trabalhava, e que isso seria de grande importância para a obtenção dos dados que me interessavam para a pesquisa.

Pressupus que uma pesquisa etnográfica poderia dar maior riqueza de detalhes aos quais estava disposta a pesquisar. A pesquisa etnográfica propõe ao pesquisador que vá a campo com um novo olhar, após a apropriação de pesquisas e teorias ligadas à problemática a ser estudada, fazendo uma leitura longitudinal do processo de construção de cada sujeito e da sua atual dinâmica de vida. É uma busca de se familiarizar com o estranho e estranhar o familiar (Velho, 1994). O objetivo é captar os processos em movimento. Para Fonseca (1994): "...o sucesso do contato educativo depende do diálogo estabelecido entre o agente e seu interlocutor e é nessa área de comunicação que o método etnográfico atua" (p.02). Desta forma, o trabalho de pesquisa de campo consistiu em observações sobre o cotidiano dos jovens nas ruas e realização de entrevistas. Para Sarti (2007):

"As entrevistas constituem sobretudo uma oportunidade singular na vida das pessoas pesquisadas, a oportunidade de falar e principalmente de ser escutado. São a prova rara do conhecimento de sua existência por alguém que não pertence a seu mundo"(p. 24).

A pesquisa foi realizada em um dos locais onde os meninos mais convivem atualmente: a Escola Municipal Porto Alegre, localizada na zona central da cidade de Porto Alegre. A escolha se deu por ser um local que além de acolher as crianças e jovens em situação de rua, proporciona ensino. Não oferece apenas ensino regular, mas também oficinas de trabalho educativo. Tem por objetivo:

"ser um espaço de acolhimento, organização e socialização de saberes, assegurando à criança e ao adolescente socialmente excluído o acesso ao conhecimento elaborado historicamente, a partir da socialização e reconstrução deste conhecimento, potencializando ações voltadas para o trabalho educativo na perspectiva da construção de um projeto de vida autônomo" (p.125).

Nas primeiras visitas à escola procurei conhecer o ambiente, o espaço físico, as atividades realizadas, as pessoas que ali trabalham e as crianças e jovens que frequentam o espaço. As entrevistas

foram realizadas em um período de três meses: agosto, setembro e outubro de 2007.

Os convites iniciais aos meninos para fazer as entrevistas foram feitos por mim, explicando que queríamos conversar sobre a "vida dos meninos de rua". A direção da escola e a vice-diretora foram bastante receptivas ao trabalho, mostrando-se sempre disponíveis e disponibilizando um espaço no qual pudéssemos conversar a sós e com tranquilidade com os alunos. No caso das meninas, fiz três tentativas com três diferentes meninas que se negaram a conversar sobre o assunto. Uma delas ressaltou: "Não gosto de falar da minha vida, tudo o que aconteceu desde a minha infância foi triste e o que não foi triste aconteceu por causa de algum fato triste antes" (Ca, 18 anos). Outra menina grifou: "Não quero falar do presente porque também é ruim e não sei se vou ter futuro" (C, 18 anos). A terceira nos disse que simplesmente "não queria conversar" (V, 17 anos), de modo que depois destas tentativas resolvi não insistir.

Foi a partir de um roteiro temático que busquei conhecer a trajetória de vida de cada um. A elaboração do roteiro temático da entrevista se fundamentou na hipótese inicial da pesquisa de que esses jovens, mesmo trilhando caminhos acidentados e difíceis em suas trajetórias de vida, seriam capazes de construir novas formas de se relacionar com o mundo, que não através do abandono e da violência, e com o cotidiano que os rodeia. Foi por isso que estruturei o roteiro de entrevista tendo como base três momentos significativos desse processo: o momento que antecede a decisão de ida para a rua e como eram suas vidas em família; os motivos que os levaram a sair para as ruas; o período de permanência na rua; e o momento atual de suas vidas. Nesses três momentos: a saída para a rua, a vida na rua e o momento atual, buscamos identificar o tipo de relação que, objetiva e subjetivamente, tiveram com os principais agentes de interação social nesse período, focando nosso interesse nos seguintes temas: família, comunidade, escola, grupo de amigos e instituições de atendimento.

Coletei os dados para a pesquisa a partir dos relatos de quatro jovens em situação de rua, que possuíam idade entre 17 e 20 anos e que tinham tido a rua como seu local de moradia, identificando os fatores que contribuíram para a decisão de ir às ruas ou de sair delas. A partir das entrevistas, busquei recompor suas trajetórias de vida, tendo como referência que a vida é uma história e é inseparavelmente o conjunto de acontecimentos de uma existência individual, concebida como uma história e a narrativa desta, ainda que os acontecimentos não ocorram, necessariamente, numa sucessão cronológica: *"o real é descontínuo, formado por elementos justapostos sem razão, cada um é único, e tanto mais difíceis de entender porque surgem sempre de modo imprevisto, fora de propósito, de modo aleatório"*(Alain Robbe-Grillet apud Bourdieu, 1986, p. 76).

Desta forma, o campo da pesquisa foi realizado com alguns jovens já conhecidos e outros desconhecidos. Foram escolhidos jovens em situação de rua que tiveram acesso a diferentes instituições, sendo que em uma delas trabalhou a pesquisadora, o que possibilitou a facilidade de acesso aos dados e documentos envolvendo a situação destes jovens. Tive, portanto, um universo de quatro jovens entre 17 a 20 anos, que vivem ou viveram em situação de rua. Esta definição de escolher jovens nesta faixa etária representa uma diferenciação, principalmente no contexto constitucional, que faz com que tenham diferentes tratamentos das políticas sociais. Até os 18 anos as crianças e os jovens estão dentro da proteção integral abrangida pela legislação. Ao completarem 18 anos, estes mesmos jovens passam a ser legalmente responsáveis pelos seus atos e perdem benefícios legais, como direito a abrigo e alimentação em instituições diferenciadas, além de passarem a responder por crimes que venham a praticar, recebendo por estes penas integrais.

A opção por trabalhar com jovens do sexo masculino deu-se pela menor presença de mulheres no espaço social dos moradores de rua. Através de uma primeira análise dos prontuários, obtive o seguinte perfil:

QUADRO 1 - PERFIL DO GRUPO

| NOME | SEXO | IDADE DE ENT/RUA | IDADE ATUAL | ESCOLARIDADE | ÚLTIMA INSTITUIÇÃO DE ATENDIMENTO |
|-----------|------|------------------|-------------|--------------------------|-----------------------------------|
| G | M | 09 anos | 19 anos | 2ª série Ensino Fund. | ESCOLA PORTO ALEGRE |
| RR | M | 12 anos | 18 anos | 3ª série Ensino Fund | EPA/ACOLHIMENTO NOTURNO |
| L | M | 09 anos | 20 anos | 5ª série Ensino Fund | ESCOLA PORTO ALEGRE |
| DA | M | 09 anos | 17 anos | 5ª série Ensino Fund | EPA/ACOLHIMENTO NOTURNO |

Tabela 1 - perfil dos jovens que foram entrevistados

A tabela acima demonstra-nos que os quatro jovens vieram para as ruas muito cedo, na maioria dos casos com nove anos. A escolaridade deles é muito baixa e não ultrapassa a 5ª série do ensino fundamental. Os locais referidos como instituições de atendimento são os seguintes: Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre (EPA), que é uma escola com objetivo específico de trabalho e atendimento a crianças e jovens em situação de rua; e o Acolhimento Noturno, que é um local de pernoite para jovens de ambos os sexos na mesma. A tabela acima demonstra-nos que os quatro jovens vieram para as ruas muito cedo, na maioria dos casos com nove anos. A escolaridade deles é muito baixa e não ultrapassa a 5ª série do ensino fundamental. Os locais referidos como instituições de atendimento são os seguintes: Escola Municipal de Ensino Fundamental Porto Alegre (EPA), que é uma escola com objetivo específico de trabalho e atendimento a crianças e jovens em situação de rua; e o Acolhimento Noturno, que é um local de pernoite para jovens de ambos os sexos na mesma situação. Este prevê a redução de danos, oferecendo serviços somente à noite e é um local onde tomam banho, fazem refeições, atividades lúdicas e pedagógicas e dormem. No Acolhimento Noturno os jovens entram às 19h e saem às 7h da manhã seguinte. Como percebemos pela tabela, todos os jovens tiveram como seu último local de atendimento o trabalho de redução de danos do Acolhimento Noturno.

Os relatos foram levantados através de entrevistas semi-estruturadas com os quatro jovens. Foram semi-estruturadas porque foram compostas por frases curtas e incompletas, solicitando aos jovens que as completassem com a primeira idéia que lhes ocorresse. Em estudos realizados com esta metodologia (Raffaelli, Koller, Reppold, Kuschick, Krum e Bandeira, 2001 apud Neiva-Silva & Koller, 2002) a reação imediata a uma sentença aberta, eliciava respostas espontâneas, sem tempo para a censura. Mais ainda: o fato de as sentenças serem estruturadas facilitava ao participante que as completasse, sem que ele mesmo tivesse que elaborar uma frase estruturada.

Outro instrumento de pesquisa que foi utilizado para registrar os dados de campo foi a fotografia. Esta revelou-se um instrumento para auxiliar no diário de campo, objetivando registrar situações que, posteriormente, foram descritas.

Compartilho da posição de Melucci (2005) ao destacar que pesquisar acerca dos meninos que vivem nas ruas *"muda a atenção para as dimensões culturais da ação humana e acentua o interesse e a importância da pesquisa de tipo qualitativo"* (p.29).

2 - "COMO ERA SUA FAMÍLIA?"

G. morava com a mãe e os irmãos e em alguns momentos com companheiros de sua mãe. Seu

pai não morava com eles, nem os visitava: *"eu morava com a minha mãe ntes né, com minha mãe e com os meus irmãos: J., G. e com o J.M."*. A mãe teve os filhos de vários relacionamentos: *"conheci ele (o pai) uma vez que ele foi lá em casa leva o J., que o J. morava lá com ele, que ele também é filho do meu pai. Os meus outros irmãos são de outros cara"*. O pai de G. nunca pagou pensão alimentícia para nenhum dos filhos: *"ele nunca deu assistência pra nenhum dos filhos"*. Repetindo uma prática comum nas famílias de baixa renda, G. foi morar com a avó: *"Aí eu pedi pra mora com a minha vó, porque a minha vó queria cuida dos neto"*. Quanto ao relacionamento com a mãe, G. tem ressentimentos quanto as atitudes da mãe e faz ressalvas quanto ao comportamento alcoolista. Declara, ainda, que tem um bom relacionamento com a avó materna, a que conhece.

A família de D. era também numerosa com oito irmãos, no entanto, todos eram filhos da mesma união. D., quando ainda pequeno também veio a residir com uma "madrinha" em Porto Alegre que era irmã de sua mãe: *"Aí eu conheci a minha madrinha por causa que ela foi lá me busca né pra me adota, porque ela é minha tia"*. Segundo ele, esta madrinha não tem filhos biológicos e:

"já tinha pegado a minha irmã, porque quando a minha irmã nasceu minha mãe não queria ela daí a minha mãe ia dá a minha irmã só que aí a minha madrinha viu que ela ia dá e pegou pra cria e ela tá com ela até hoje, a minha irmã já tá com uns 20 e poucos anos, já tem até um filinho e mora com a minha madrinha até hoje, ela tem o marido dela, na verdade o segundo marido porque o primero morreu daí ela arrumo outro e agora tá grávida desse".

Ele e a madrinha têm um bom relacionamento apesar de ele alegar que não se dá bem com o marido da madrinha:

"sim, porque a minha madrinha sempre...já conhece porque ela é da família e ela já conhece como é que é lá, daí ela sempre me entendeu, quando eu ligo sabe ela sempre me atende e o meu padrinho quando ele atende ele desliga".

A família de L. tem histórico parecido com a dos outros: *"há! Eu morava lá na Alvorada, no Úmbu lá com a minha mãe aí a gente foi mora lá na casa da minha tia"*.

Tem seis irmãos. O pai não morava com eles. O cunhado, namorado de uma das irmãs era quem tentava ser a imagem masculina da casa, mas foi uma tentativa que não foi bem aceita por L.:

"é que naquele tempo minha mãe e meu pai não se davam muito e eu não me dava muito com o meu cunhado, o namorado da minha irmã, a gente brigava muito eu não era bem educado eu era adolescente, mas hoje nós já somo adulto. Porque ele queria manda na gente queria fazê as coisa e que a gente baxasse a cabeça mas um dia eu pensei que ele ia vim e eu não ia aceita vô te que fazê alguma coisa porque ele tinha uma maldade".

L. conta que ainda pequeno também passou a morar com a tia, que não tinha filhos e a avó materna: *"Há! A minha mãe largo a gente com a minha tia quando eu tinha sete ano, ela foi pro serviço e não volto e a minha tia não tem filho (...) Minha tia saiu de Alvorada vendeu a casa e veio morá com a minha vó"*.

A história de R. não é diferente, pois mora com a avó desde pequeno: *"eu morava com a minha vó, minha vó foi quem me criou desde pequeno"*. Seu pai biológico ele nunca conheceu, somente o padrasto que foi quem o registrou: *"o meu pai eu não conheço e a minha mãe morava em outro lugar. A minha vó criou eu, minha prima e meu outro irmão"*. Ele só passou a morar com a mãe quando ela veio morar em Porto Alegre e R. estava com onze anos. No entanto, R. atribui o início de seu interesse pela rua a partir deste período, pois: *"Daí eu comecei a mora com ela só que ela não me tratava que nem a minha vó. Tipo se eu faltasse o coléjo a minha vó me batia, me dexava de castigo ou me xingava e a minha mãe nem se importava, tanto faz (...) Porque ela nunca se preocupo e a minha vó sempre corria atrás de mim, mas eu não dava bola"*.

R. também tem seis irmãos. Atualmente não tem conhecimento de como está sua família porque segundo ele: *"Se eles quisessem me vê eles já teriam me procurado. Eles cortaram até o telefone pra mim não liga mais pra lá. (...) Eu ligo pra lá e dá número inexistente"*. R. também não

teve muita convivência com o padrasto e do difícil relacionamento com a mãe:

"Porque ele só vinha em véspera de alguma coisa, no natal tipo assim, aí ele fico de vim no ano novo só que ele não veio aí depois eu nunca mais vi ele. Se eu soubesse onde ele trabalha eu ia lá fala com ele. E ainda quando ele ia lá em casa ele ficava num bar, ele gostava de ficar do jeito que ele quisesse, era num bar ele tomando a cerveja dele e a gente tomando refri, tava sempre chapado, mas esse é o pai que me registro porque o meu pai biológico eu nunca conheci (...) Porque a minha mãe achava que eu era doente, que eu tinha uma doença como é o nome, leucemia, aí ela me deu pra minha vó. Minha vó foi me busca. E a minha mãe nunca me falô do meu pai. Às vez tava tudo bem aí começava a bebe e discuti. Porque a maioria dos meus irmão nunca moraram com a gente sempre iam embora com os pais".

Podemos dizer que as famílias de G., D., L. e R. apresentam vários traços característicos das famílias de baixa renda. *"A sobrevivência dos grupos domésticos das mulheres "chefes de família" é possibilitada pela mobilização cotidiana de uma rede familiar que ultrapassa os limites das casas"* (Sarti, 2007, p.68). Apesar de as mães de G., L. e R. terem tido vários companheiros vemos que foram sempre ela que permaneceram como adultos de referência da família, mas a partir daí: *"O exercício dos papéis sexuais, nos casos em que se desfaz a relação conjugal, passa para a rede familiar mais ampla, mantendo o princípio da complementaridade de papéis, transferidos para fora do núcleo conjugal. Nesses casos, além dos familiares consanguíneos, tem papel importante a instituição do compadrio"* (Sarti, 2007, p.68). Isto fica evidente quando, a partir de uma certa idade, G., L., D. e R. passam a residir com os avós ou padrinhos:

"Para entender o lugar das crianças nas famílias pobres é, mais uma vez, necessário diferenciar as famílias que cumpriram as etapas do seu desenvolvimento sem rupturas, em que os filhos tendem a se manter no mesmo núcleo familiar, e as que se desfizeram nesse caminho, alterando a ordenação da relação conjugal e a relação entre pais e filhos" (...) Nos casos de instabilidade familiar, por separações e mortes, aliada à instabilidade econômica estrutural e ao fato de que não existem instituições públicas que substituam de forma eficaz as funções familiares, as crianças passam a não ser uma responsabilidade exclusiva da mãe ou do pai, mas de toda a rede de sociabilidade em que a família está envolvida" (Sarti, 2007, p. 77).

Em novas uniões conjugais, quando há filhos de uniões anteriores, os direitos e deveres entre pais e filhos no grupo doméstico ficam abalados, na medida em que os filhos não são do mesmo pai e da mesma mãe, levando a ampliar essa rede para fora desse núcleo. Nessa situação, os conflitos entre pais e filhos e o novo cônjuge podem levar a mulher a optar por dar para criar seus filhos, ou alguns deles, ainda que temporariamente. As criança são, então, confiada a outra mulher, normalmente da rede consanguínea da mãe como é o caso de D. e L.

Nos casos de separação, pode haver preferência da mãe pelo novo companheiro, como no caso de G. prevalecendo o laço conjugal, circunstancialmente mais forte que o vínculo mãe-filhos. Uma nova união tem implicações na relação da mãe com os filhos da união anterior que expressam o conflito entre conjugalidade e maternidade. No entanto, a instabilidade familiar, embora seja um fator importante, não esgota o significado da circulação de crianças, que pode acontecer mesmo em famílias que não se romperam.

2.1 - FAMÍLIA....

Família é, para nós, considerado como uma referência, que possui códigos de obrigações próprios sendo também uma linguagem através da qual as pessoas traduzem o mundo onde vivem. Ao nascer, é a família que faz o elo de ligação entre nós e o mundo. Pensemos, então, como fica esse nosso elo quando não somos bem vindos em uma família desde o nosso nascimento. Muitas famílias de baixa renda não tem o que comer, moram em condições precárias, convivendo com os ratos, sem falar da total deficiência de saneamento básico. Nessas condições, uma pessoa a mais na família pode representar a privação de outras coisas: *"Não ter o que comer, a fome, significa não apenas a brutal*

privação material, mas a privação da satisfação de dar de comer, que vem da realização de um valor moral"(Sarti, 2007, p.62).

A maioria das famílias, de onde os meninos de rua saem, é chefiada por mulheres com pouca qualificação profissional e/ou com muitas crianças. Os relatos de nossos quatro jovens demonstram isso claramente.

Este foi um dos pontos que mais me chamou atenção durante a realização da pesquisa. As histórias dos jovens, em certos momentos de suas vidas, pareciam se repetir.

Estudos demonstram que existe uma forte relação entre pobreza e chefia feminina, pois a pobreza afeta, de modo geral, a moral e o papel de provedor do homem na família. Podemos dizer, então, que as famílias desfeitas são mais pobres e, num círculo vicioso, as famílias mais pobres desfazem-se mais facilmente. Autores como Lopes e Gottschalk (1990) mostram que as famílias chefiadas por mulheres estão numa situação estruturalmente mais precária, mais independente de variações conjunturais, quando comparadas com as famílias pobres, equivalentes no ciclo familiar, que têm chefe masculino presente, dadas as diferenças nas formas de inserção da mulher no mercado de trabalho.

Segundo Sarti (2007), percebe-se que, na maioria dos casos em que a mulher assume a responsabilidade econômica da família, ocorrem modificações importantes no jogo de relações de autoridade, e efetivamente a mulher pode assumir o papel masculino de "chefe" (de autoridade) e definir-se como tal. No entanto, o problema está em manter a dimensão do respeito, conferida pela presença masculina:

"Um pouco a minha mãe falava que não tinha condição de criar eles. Porque a minha vó sempre batalhó, ela criou três sem ajuda, sem nada, agora que ela tá tendo uma ajuda, mas antes ela não tinha. E eu acho que se ela tivesse como cria os outros filhos da minha mãe ela criava. Mas a minha mãe não tem sentimento pelos filhos porque dá pra outro cuidar? Eu não tiro a razão dela mas acho que se fosse eu, eu não dava"(R.).

Quando as mulheres sustentam economicamente suas unidades domésticas, podem continuar designando, em algum nível, um "chefe" masculino.

Entretanto, não é o que percebemos ter ocorrido com as famílias de nossos quatro jovens. Seus relatos chamam a atenção para as atitudes "relapsas" de suas mães:

"Porque quando eu crescer na vida eu vou lá na minha mãe e ela vai ver que eu não tô roubando, não tô me drogando, que eu tô seguindo o meu caminho porque se eu fico em casa, se eu dependê da minha mãe ou da minha família não tem nada pra mim" (G.).

Segundo Peralva (1997), *"escolarização e sentimento familiar se desenvolvem como dimensões complementares e contraditórias da experiência individual: por um lado, enviar a criança ao colégio traduz a atenção particular de que ela passa a ser objeto no seio da família"* (p.15).

Isso significa que, mesmo nos casos em que a mulher assume o papel de provedora, a identificação do homem com a autoridade moral, a que confere respeitabilidade à família, não necessariamente se altera. Para L. família é: *"família é a mesma coisa que escola. Onde um falha na família todos falham"*.

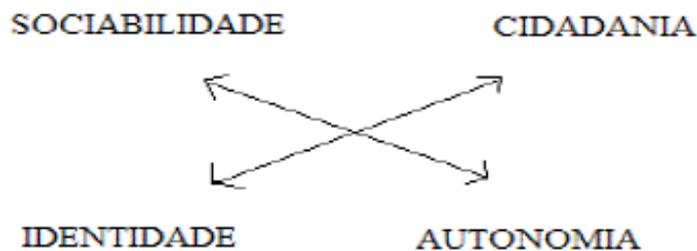
Se a comunicação dentro da rede de parentesco revela o papel crucial da mãe, conforme observa Woortmann (1987), isso não significa "centralidade" da mulher na família, mas o cumprimento de seu papel sexual, de mantenedora da unidade familiar, numa estrutura que não exclui o papel complementar masculino, deslocado para outros homens que não o pai.

Contudo, as relações com as figuras masculinas que permearam suas vidas sempre apareceram com uso da violência: o namorado de uma das irmãs de L. o agredia; o padrasto de G. agredia ele e os irmãos; o pai e o padrinho de D. eram violentos com os filhos e o padrasto de R. não os dava importância, numa espécie de violência desvelada (ignorar alguém). D. comenta que: *"eu só não tô em casa por causa do meu padrinho, por causa que ele é muito brabo, porque ele fala muita coisa assim,*

aí ele já se irrita, já começa a quere briga". Quanto ao pai: *"desde pequeno sempre andando na rua aí quando a gente voltava pra casa a gente já conhecia a maldade da rua, daí o meu pai vinha me bate e eu já não aceitava mais tinha uns 8, 9 anos".* D. diz que a ele não interessa saber notícias dos pais. A meu ver, o fato de eles não trabalharem, viverem da mendicância, usarem drogas e não ter interesse pelos filhos contribuiu para o desinteresse de D.

Percebemos, também, que em nenhum dos casos os jovens tiveram uma referência masculina positiva em suas vidas, seja de tios, padrinhos ou avôs. Nos relatos, aparece-nos sempre a figura da avó mas nunca a do avô insinuando que, provavelmente, suas mães tiveram a mesma instabilidade conjugal que as avós.

2.2 – IDENTIDADE



O esquema acima visa demonstrar que a sociabilidade influencia na construção da autonomia, assim como a constituição da cidadania na construção e reconstrução da identidade do sujeito. Podemos dizer também que o "ser cidadão" influencia na autonomia do sujeito e na sua sociabilidade e construção de sua identidade. Todos os fatores se relacionam e influenciam entre si.

A família é uma referência simbólica para a identidade dos sujeitos, especialmente para os pobres, seja dentro ou fora de casa. *"A família, pensada como uma ordem moral, constitui o espelho que reflete a imagem com a qual os pobres ordenam e dão sentido ao mundo social"* (Sarti, 2007, p. 22). E mais:

"A família não é apenas o elo efetivo mais forte dos pobres, o núcleo da sua sobrevivência material e espiritual, o instrumento através do qual viabilizam seu modo de vida, mas é o próprio substrato de sua identidade social. Em poucas palavras, a família é uma questão ontológica para os pobres. Sua importância não é funcional, seu valor não é meramente instrumental, mas se refere à sua identidade de ser social e constitui a referência simbólica que estrutura sua explicação do mundo" (p.52 e 53).

Estudos sobre os pobres urbanos, ressaltam a importância da casa como referência básica na constituição de sua identidade social. Assim, na (des)ordem da casa ou do corpo estariam as marcas dos moradores de rua.

Trabalhamos aqui com identidades sociais, ou seja, aquelas que são, por definição, identidades em movimento, definidas e redefinidas por contrastes. Identidades que estão sempre se estruturando e reestruturando. É pela relação com o outro e em oposição ao outro que construímos nossa identidade.

Na sociedade capitalista urbana convivemos diariamente com os apelos da sociedade de consumo. Consumo este que várias famílias de baixa renda não podem usufruir. Por conviverem em um espaço repleto de apelos ao consumo, tornam-se expostos às aspirações e desejos que este meio cria que podem torná-los insatisfeitos e frustrados.

Assim, o trabalho e a família constituem as referências básicas através das quais os pobres constroem sua identidade social positivamente:

"Neste processo relacional que constitui a construção da identidade social dos pobres, no qual há identificação - pela necessidade de afirmação de um grupo de referência - e diferenciação - pela necessidade do contraste para sua definição positiva, a constante oposição, o contraste a que nos referimos, opera como um mecanismo estrutural. Não são, entretanto, os termos que se opõem, mas é a oposição que define os termos. Não é o bandido que se opõe ao trabalhador, o marginal ao homem de bem, a puta à mulher honesta, mas é a oposição que precede e define os

termos, porque a oposição é constituinte desse processo relacional de construção de identidades sociais. Esta formulação diz respeito a uma análise estrutural" (Sarti, 2007, p.135).

Segundo Sarti (2007), existe uma pluralidade de referências que delimitam a identidade social dos pobres urbanos. Há, também, uma lógica de oposições, correspondendo, assim, a um mecanismo estrutural de construção de suas representações e de sua identidade social. Embora essa lógica de oposições, que preside as relações entre iguais, seja própria do processo, em si, de construção de identidades sociais, não sendo específica dos pobres nem da sociedade de classes onde vivem, transfigura-se, neste caso, num mecanismo que procura responder à particularidade de sua situação na sociedade desigual onde vivem. O processo relacional de construção de sua identidade social opera, então, como ideologia - noção que envolve relações desiguais de poder, quando se trata da sociedade capitalista, num mecanismo de relativização e de compensação por sua localização como "pobres" nesta sociedade.

Cabe, então, possibilitar às classes de baixa renda a constituição de uma identidade positiva e da noção de dignidade própria. Possibilitar-lhes, ainda, a construção de uma identidade pessoal, de privacidade, individualidade e autonomia, não confundindo aqui individualidade com individualismo.

Pierre Bourdieu, acerca dos trabalhos que realizou na década de 1980 na França sobre a gênese do Estado e sua relação com os cidadãos e a economia dos bens simbólicos, escreve sobre os campos de produção da cultura trabalhando, entre outros assuntos, com as chamadas "marcas intelectuais". Para Bourdieu, uma trajetória de vida é previsível de acordo com a origem social da pessoa. Esta terá um "espaço de possíveis". A pessoa se orienta em direção a tais ou quais possibilidades oferecidas e, com frequência, de maneira inconsciente. Para ele, há uma correspondência entre a hierarquia de posições e a hierarquia das origens sociais.

Considerando a noção de trajetória, Bourdieu reflete em seu texto sobre a ilusão biográfica acerca do nome próprio como fator constitutivo da identidade. Questionamos como fica, então, a constituição da identidade desses jovens que vivem nas ruas, muitas vezes sem sobrenome e, nem mesmo, um nome próprio. Para Bourdieu (1986):

"Por essa forma inteiramente singular de nominação que é o nome próprio, institui-se uma identidade social constante e durável, que garante a identidade do indivíduo biológico em todos os campos possíveis onde ele intervém como agente, isto é, em todas as suas histórias de vida possíveis" (p.186).

Lemos (2002), acerca do trabalho que realizou com jovens moradores de rua de Porto Alegre, nos diz que:

"Assim, entre os codinomes e apelidos que adquirem na rua, o local em que se identificam aparece como um sobrenome. Tanto há quem assina 'Jorge M.S.', que não é sobrenome, mas quer dizer Morro Santana, quanto há o 'Marcos da Praça XV', a 'Ritinha da Ponte', o Luizinho do Postão' (Posto de Saúde da Vila Cruzeiro) e o 'Zeca City" (p.49).

O nome próprio seria, então, a representação de uma individualidade biológica socialmente instituída, que permite ao seu portador uma constante através do tempo e uma unidade nos espaços ocupados por diferentes agentes sociais que são a manifestação dessa individualidade nos diferentes campos. O nome próprio, como instituição, assegura além das variações de lugar e de momento, a constância nominal, de identificar-se consigo mesmo (Bourdieu, 1986).

2.3 - PLANOS E PROJETOS PARA O FUTURO...

As entrevistas nos revelaram que os quatro jovens, mesmo já tendo passado por caminhos tortuosos e difíceis, são capazes de terem planos e elaborar projetos pensando no futuro. Em geral, eles sonham em ter uma casa e, depois que tiverem concluído o Ensino Médio e uma boa colocação no mercado de trabalho pretendem constituir família e ter filhos.

L. começa nos revelando que seu objetivo é se tornar um programador de computadores e deixa bem claro como quer ser: *"o que eu pretendo é chegar no nível do haquer, mas tem haquer assim que desvia dinheiro ou roba dinheiro, que baxa um programa pra roba dinheiro do pessoal, mas eu quero sê um haquer assim do bem né, uma pessoa assim profissional"*. Ele tem em mente que este objetivo não é para um futuro próximo, pois diz que: *"Há vai demora um pouco pra mim me forma do primeiro grau porque eu vô pode arranja um emprego melhor e mais rápido se eu tive o segundo grau"*. Sabe que para alcançar seus objetivos tem que estar fora das ruas e com um local de moradia estável: *"Quem tá na rua é irresponsável, agora eu sô responsável porque eu sei o que eu faço e o que eu deixo de fazê. Os curso que eu gosto, o diálogo com as pessoa boa, isso influenciô a minha auto-estima pra melhor"*.

Pensa também em constituir família e ajudar os irmãos menores: *"no futuro eu penso em montá uma família pra mim e ajudá os meus irmão porque eles ainda são meio criança às vez eles dizem que querem fugi e eu digo "ô meu não é assim" porque o que aconteceu comigo não tem que acontece com eles"*. No entanto, tem consciência de que deve realizar alguns planos antes disso: *"Eu não penso em tê filhos até eu termina os meus estudo e consegui um emprego. Por que um filho significa mais responsabilidade, mais amadurecimento. É uma experiência e uma coisa boa, é da vida né, é do ciclo."*

Outro relato, o de G. que demonstra grande força de vontade: *"tô lutando né meu. Tô procurando meus bagulho. Eu queria algumas coisa que eu não conseguia, tipo assim te a minha casa, o meu videogame, a minha tv, minha bicicleta, te a minha ropa todos os dia assim, te vários bagulho que nem os otros guri tem tá ligada"*. Ele ressalta que o dinheiro que vem recebendo de uma bolsa de apoio ao jovem adulto, no valor de R\$ 200,00 sacia suas necessidades: *"geralmente eu compro ropa, comida porque eu gosto de comê massa, guisado, refri. Compro rôpa, camisa, calça, óculos, relójo pinto meu cabelo de vez em quando há faço várias coisa com o dinheiro"*.

O jovem D. pensa em retornar para a casa de sua madrinha ou alugar um local para morar: *"há eu quero ou volta pra casa ou alugá uma casa pra mim, uma peça, eu e mais algum amigo né"*. Quer colocar em prática o que aprendeu em um curso que fez e começar a trabalhar em um emprego formal: *"é, eu acharia legal né porque daí eu ia trabalhá ali e eu ia mostra pro meu padrinho pra ele tê confiança aí eu podia volta pra casa. Eu até tava pensando que eu podia compra uma casa"*. Tem consciência, também, que tem que concretizar algumas coisas antes de tudo:

"Eu acho que primero eu tenho que estuda e se tive um trabalho pode trabalha pra podê tê o que quer porque se a gente não se ajuda ninguém ajuda ninguém e trabalha pra não precisa tira nada de ninguém. Mas se a pessoa tive força e vontade tem que luta porque na vida a gente sempre vai te uma pedra no caminho e se o cara vai exalta por qualquer coisa não vai arruma nada na vida".

E, por último, R. corrobora com o desejo dos outros entrevistados:

"Eu tenho que arranja um lugar pra fica e depois estuda. Porque eu tenho que vê se eu vô continuá aqui ou se eu vô mora numa república pra vê onde eu vô estuda. Eu penso numa coisa melhor, seria melhor se as coisas acontecessem mais rápido porque eu não consigo me conformá com certas coisa, tipo eu queria tê mais liberdade".

Quanto aos cursos que vem realizando tem bem claro qual o seu objetivo:

"eu não pretendo trabalha como padêro, eu vô fazê esse curso sabe junta meu dinheiro abri uma conta, pega a minha identidade. E eu vô junta dinheiro pra fazê um curso de vigilante, mas eu também já tô ajeitando isso aí. Porque o dinheiro que eu tô recebendo da bolsa é só três meses mas já dá pra junta alguma coisa".

Creio que o mais importante seja que em seus depoimentos a forma de pensar que o futuro deles poderá ser melhor é a que mais conta para que possam realizar alguns de seus objetivos: *"Porque eu era um cara que não acreditava em mim mesmo, que eu tinha força pra faze as coisa, que eu vi que não era nada do que eu pensava... há eu vi que "tudo posso naquilo que me fortalece" (risos) Mas eu*

acho que eu tenho capacidade".

No entanto,

"a elaboração de projetos individuais para melhorar de vida através do trabalho esbarra nos obstáculos do próprio sistema onde se inserem como pobres e torna-se particularmente problemática diante das obrigações morais em relação a seus familiares ou a seus iguais, com os quais obtêm os recursos para viver. Assim, os projetos, em que a idéia de melhorar de vida está sempre presente, são formulados como projetos familiares" (Sarti, 2007, p.84 e 85).

Para estes jovens: *"trabalhar não deixa de significar a afirmação de sua individualidade, ao abrir a possibilidade de conquistar um espaço de liberdade, na tentativa de ter acesso a bens de consumo e a padrões de comportamento que definem as marcas do jovem urbano: tênis, jaquetas, som etc"* (Sarti, 2007, p.105).

Quanto à possibilidade de terem filhos sabe-se que *"os filhos dão à mulher e ao homem um estatuto de maioridade, devendo torná-los responsáveis pelo próprio destino, o que implica idealmente se desvincular da família de origem e constituir novo núcleo familiar. O filho pode, então, tornar-se um instrumento para essa desvinculação"* (Sarti, 2007, p.74).

Penso que o leitor esteja se questionando como meninos que em tão pouco tempo de vida enfrentaram tantas dificuldades podem pensar em projetos de vida futura tão saudáveis? Mas penso também que o leitor deva refletir "e porque não tê-los?"

2.4 - O TEMPO BIOLÓGICO (MORATÓRIA VITAL)

2.4.1 - O TEMPO BIOLÓGICO - O QUE É COMPLETAR 18 ANOS?

Considerando algumas características em comum entre os jovens de nossa pesquisa, os fatos de estarem a ponto de completar dezoito anos e o de terem vivido nas ruas parece refletir no que eles pensam sobre a entrada na maioridade: foi unânime a opinião de que ao se completar dezoito anos os indivíduos se tornam mais responsáveis: *"sê de maior é mais responsável"* (G.).

Para L., fazer dezoito anos significou um obstáculo a ser enfrentado:

"eu tô mais maduro porque agora eu já tô entrando na dificuldade dos 20 né. Com 18 muda a estatística assim da pessoa, a gente fica mais maduro não é mais aquele guri de 15, 16 ano" (...) quando a gente faz 20 ano é que nem tê um problema pra resolve é que nem quando a gente tem o primero filho porque se a gente não tem o conhecimento fica difícil né, pra convive com as otras pessoa é assim na parte adulta".

L. também admite que depois que entrou na maioridade mudou até seu modo de agir: *"hoje eu sô uma pessoa séria, um cara dedicado"*.

R. refere que completar dezoito anos era um momento de reflexão, de pensar sobre o que havia feito nesses dezoito anos: *"há isso aí pra mim é uma mudança da vida porque todo dia eu acordo e penso "o que que eu fiz? Eu não fiz nada né meu. Parece que eu to estudando aqui, mas não adianta de nada. O cara fica com mais responsabilidade. Tipo eu tenho que me alistá e tô tri atrasado e mais otras coisa. Sozinho né meu porque eu fiz coisas erradas que não era pra te feito"*. Continua sua reflexão, com uma afirmação positiva sobre seu comportamento: *"eu acho que eu tenho capacidade"*.

Já D. salienta que fazer dezoito anos é como se algo o estivesse alertando para que mude seu comportamento: *"porque eu não quero ficá nêgo veio aí morando na rua, as pessoa ficá na rua aí com os filho debaixo da ponte"*. Entrar na maioridade também significa para ele adquirir respeito frente aos outros: *"Quando eu fizer 18...aí ele (padrinho) vai ver que não sô mais aquele pequenininho de antes (...) acho que ganha um poco mais de respeito. Até quando a gente tá na rua a gente nota o respeito"*. No entanto, ele tem receio quanto a forma que será tratado pela polícia. Diz ter medo porque, segundo ele, os brigadianos já "pegam no seu pé" agora e depois que fizer dezoito poderá ir para o presídio.

O jovem G. vê a entrada na maioridade como um fenômeno positivo em sua vida:

"até que por um lado foi bom porque eu já tava enjoando do Acolhimento já, tava me sentindo mal, aquele banheiro lá, só pequenininho tinha lá. Eu não tenho medo de ir pro presídio só se fizer coisa errada. Eu já fui pra Fase mas porque um guri lá robô e o brigadiano achô que era eu".

Ainda, em um de nossos encontros G. referiu estar com muito sono e eu então disse à ele que talvez isso ocorresse porque ele ainda era adolescente... mas prontamente ele me respondeu: *"eu adolescente? Eu sô adulto.*

CONCLUSÕES GERAIS

A posição relativista foi proposta para pensar como trazer a palavra ou a cultura do silenciado partindo de um projeto de convivência da humanidade em termos mais tolerantes em uma ordem mundial mais democrática e pluralista. Desta forma as pesquisas na ciências sociais tem de incorporar à sua análise a consciência social, enquanto dado, que a vítima das situações sociais adversas tem da adversidade e de si mesma. Ao realizarmos este trabalho e alertando-nos para a importância dada por esses jovens às suas famílias concluímos que o sistema transfere para o grupo familiar parte de suas irracionalidades, isto é, o próprio custo social da transição para um modelo de capitalismo tecnicamente mais desenvolvido, de capital de composição orgânica mais alta.

Percebemos que nossos jovens, ao integrar-se no mundo do ter e do parecer, também afirmam os valores próprios dessa sociedade, reafirmando os valores da sociedade de consumo. Percebemos também que a deterioração dos valores éticos que deveriam permear as relações sociais, e que daí resulta, já produz seus desastrosos efeitos na socialização anômica das novas gerações, na vivência cotidiana atravessada pela violência. Nosso objetivo aqui não é o de questionar como os valores desses jovens se constituíram mas sim de tentar entender como eles se constituíram.

Não há como deixar de fazer alguns comentários sobre dois assuntos que permearam as nossas entrevistas: o uso de drogas e as instituições de abrigamento.

O que pudemos notar é que as mães de todos os jovens eram alcoolatras e/ou usuárias de drogas. Não que o fato de eles terem usado seja uma consequência do uso das mães, mas todos eles também acabaram tornando-se usuários. Dos nossos quatro entrevistados, três ainda são usuários, mas confessam ter diminuído muito a quantidade consumida.

L. ficou algum tempo em uma fazenda para desintoxicação devido ao uso de drogas e passou por vários abrigos. R. morou três anos em um Centro de Recuperação para usuários de drogas. G. morou em vários abrigos até os quinze anos de idade. E, D. morou em dois abrigos também. O que eles tem em comum é que nunca conseguiam permanecer muito tempo nos abrigos, no máximo dois meses.

Infelizmente não foram poucas as vezes, quando ainda trabalhava como educadora social que escutei a solicitação para "recolher" os meninos/as de onde estavam, como se fossem um saco de lixo. Esta percepção da sociedade deixa a entender que os meninos/as que vivem nas ruas não são humanos, ou seja, não se enquadram nos modelos sociais de comportamento ou de consumo e, por isso, não são considerados cidadãos. Nos relatos, percebemos que há um desejo constante de nossos jovens de se integrarem ao modelo de consumo. Deixam a entender que se pudessem adquirir mais tênis, roupas, acessórios sua auto-estima seria favorecida.

Portanto, percebemos que se a rua representa violência e perigo para as famílias e a sociedade em geral, então quem vive nela passa também a representar esses atributos, de violento e perigoso.

Nossos jovens, em geral, possuem carências de ordem emocional e familiar, contudo, o que mais me chamou a atenção é que mesmo eles terem enfrentado grandes conflitos e dificuldades em suas trajetórias de vida ainda permanecem com um grande desejo de que o futuro seja melhor do que o passado.

RERERÊNCIAS

- BOURDIEU, Pierre. Razões práticas: sobre a teoria da ação. Campinas: Papyrus, 1996.
- CRAIDY, Carmem Maria. Meninos de rua e analfabetismo. Porto Alegre: ArtMed, 1998.
- FONSECA, Cláudia. Família, Fofoca e Honra: Etnografia das Relações de Gênero e Violência em Grupos Populares. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 2000.
- _____. Caminhos da Adoção. São Paulo: Cortez, 1995.
- GREGORI, Maria Filomena. Meninos de rua e instituições: tramas, disputas e desmanche. São Paulo: Contexto, 2000.
- LE MOS, Miriam Pereira. Ritos de entrada e ritos de saída da cultura da rua: trajetórias de jovens moradores de rua de Porto Alegre. [dissertação de mestrado]. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2002.
- MELUCCI, Alberto. Por uma sociologia reflexiva: pesquisa, qualidade e cultura. Petrópolis: Vozes, 2005.
- NEIVA-SILVA, Lucas; KOLLER, Sílvia Helena. A rua como contexto de desenvolvimento. In: R. LORDELO, A. M. Carvalho; KOLLER, S. H. (orgs). Infância brasileira e contextos de desenvolvimento.(p. 205-230). São Paulo: Casa do Psicólogo - Salvador: Ed. UFBA, 2002.
- RIZZINI, Irene. Vida nas ruas: Crianças e adolescentes nas ruas: trajetórias inevitáveis? Rio de Janeiro: Ed. PUC-Rio; São Paulo: Loyola, 2003.
- SARTI, Cynthia Andersen. A família como espelho: um estudo sobre a moral dos pobres. São Paulo: Cortez, 2003.
- VELHO, Gilberto. Projeto e Metamorfose: Antropologia das sociedades complexas. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1994.
- WOORTMANN, Klass. A família das mulheres. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro/CNPq, 1987.
- ZALUAR, Alba. Cidadãos não vão ao paraíso. São Paulo: Editora Escuta; Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1994.

A boa aplicação dos recursos públicos.

Fernando Zamboni (SMF)¹

É obrigação do Estado o atendimento das necessidades públicas e a busca do bem comum.

As necessidades da sociedade são ilimitadas, e atendidas pelo uso – limitado - dos recursos públicos, oriundos do poder de tributar do estado.

Os recursos do Estado (impostos, taxas...) são gerados pela ação empreendedora e pela capacidade criativa dos cidadãos, de gerarem riquezas. As operações comerciais e de serviços realizadas pelas empresas, e o trabalho diário do cidadão comum, ao mesmo tempo em que formam diretamente a fonte de sustento da coletividade, igualmente abastecem os cofres públicos com recursos que serão utilizados para a manutenção da máquina e a realização das ações de políticas públicas.

Ao contribuinte (sujeito passivo da obrigação tributária), cabe repassar aos cofres públicos a parcela tributável relativa a venda de bens, a prestação de serviços e a obtenção de rendas.

Fazem parte da receita pública, além das receitas tributárias, as receitas de contribuições, patrimonial, de serviços, industrial, agropecuária e as transferências.

Quanto mais escassos, forem os recursos, maiores serão as dificuldades do governo, para a implementação das políticas públicas.

Desta forma, devemos ser zelosos, criteriosos e vigilantes com relação ao uso do dinheiro público.

Mau gasto, não deriva apenas de grandes operações administrativas e/ou financeiras, realizadas pelo governo.

Também decorre de outras formas de desperdício, menores, e nem por isso menos condenáveis e lesivas ao erário.

Pequenos desperdícios, somados, representam uma considerável perda financeira para o ente público.

Uma torneira pingando, um equipamento deixado ligado sem necessidade, são alguns exemplos de gastos inúteis.

Cabe aos servidores públicos a identificação de esbanjamentos, a busca de soluções, e meios para evitá-los.

Gasto racional representa mais recursos para o atendimento das demandas da sociedade.

Através do Gerenciamento Matricial da Despesa - GMD (método gerencial que tem como objetivo a redução de custos), que foi implantado no Município de Porto Alegre, sob a supervisão do Gabinete de Programação Orçamentária, inúmeras ações visando à economia foram implantadas com sucesso.

Trago ao conhecimento, algumas ações do GMD, outras por mim idealizadas.

Atenho-me às mais simples, por serem de fácil e rápida aplicação nos diversos setores/seções da administração pública, portanto não dependendo de decisões burocráticas para implementação, bastando apenas a boa vontade dos agentes públicos em realizá-las. Ações simples e que podem gerar uma importante economia financeira.

Abaixo, sugestões para redução do desperdício.

- Telefone:

- Adequar o número de terminais com permissão para ligações externas, a real necessidade da repartição;
- Análise minuciosa da fatura mensal, visando à identificação de excessos;
- Cobrança dos excessos cometidos pelos servidores;
- Utilização de crédito telefônico para uso dos servidores (via Procempa).

- Água:

- Manter as torneiras em perfeito funcionamento, evitando desta forma fugas de água;
- Para as torneiras de grande vazão, colocar um redutor de fluxo, tornando-as desta forma mais eficientes e econômicas;
- Caixas de descarga dos banheiros, verificar, periodicamente a existência de vazamentos;

¹ Técnico em Contabilidade, Líder da Ação GMD, da Secretaria Municipal da Fazenda.

- No momento da higiene bucal, enquanto realizar a escovação, manter a torneira fechada.

- **Energia Elétrica:**

- Apagar as luzes das salas, no intervalo do almoço e no final do expediente;
- Reduzir as quantidades de luminárias acesas nos corredores, nos horários de intervalo;
- Desligar o ar condicionado no intervalo do almoço e no final do expediente;
- Quando do uso do ar condicionado, manter a sala totalmente fechada; recinto aberto aumenta sobremaneira o consumo;
- Manter limpos os filtros dos condicionadores de ar;
- Setores/seções que utilizam cafeteiras elétricas devem usá-las apenas para a preparação do café, passando-o em seguida para garrafas térmicas;
- No horário do almoço, se possível, desligar os equipamentos de informática;
- Utilização dos elevadores de modo racional;
- Utilização de luminárias econômicas;
- Disseminar o uso do Excel para cálculos matemáticos, evitando-se o uso das calculadoras elétricas.

- **Material de Expediente:**

- Utilizar o modo rascunho (econômico) para impressão de documentos de menor importância, gerando desta forma economia de toner;
- Racionalizar o uso da impressora, imprimindo apenas os documentos necessários, usando a visualização na tela para os demais casos;
- Criar nas secretarias um banco de troca de materiais em sobra (grampeadores, perfuradores de papel, régua...), evitando-se desta forma um gasto desnecessário com novas aquisições;
- Estabelecer critérios e formas de controle para distribuição dos materiais;
- Utilizar racionalmente os papéis toalha dos banheiros (04 folhas são suficientes para uma eficiente secagem).

Boas práticas de economia e racionalização no uso dos recursos públicos, devem ser compartilhadas por todos os agentes públicos. Campanhas internas são ótimas formas de disseminação de idéias e ações.

Uma sociedade somente será dignamente atendida, quando os recursos públicos forem aplicados com responsabilidade, e as políticas públicas executadas com seriedade, honestidade, profissionalismo e eficiência.

Gestão é a capacidade de fazer o que precisa ser feito.

Façamos no dia-a-dia a nossa “gestão individual”.

Meritocracia: Porque não na PMPA?

Cibele Martins Almeida de Oliveira (SMA)¹

Diante da escassez de recursos e das demandas ilimitadas da sociedade, o serviço público vivencia hoje o grande desafio de introduzir uma adequada ferramenta de gestão de pessoal que contribua para aproximação entre o desempenho humano e os resultados a serem obtidos na organização.

A meritocracia, definida como o conjunto de valores que postula que as posições sociais dos indivíduos na sociedade devem ser resultado do mérito de cada um, ou seja, de suas realizações individuais, vem constituindo-se na ideologia que permeia a construção de modernas ferramentas de Gestão de Pessoal nas mais diversas organizações.

A situação na PMPA não deve ser diferente, não podemos mais conceber e conviver com a ausência de mecanismos eficazes na aferição de resultados e, principalmente, com a inexistência de processos de gestão e de seleção de pessoal que colaborem para a alocação adequada do RH aos propósitos da nossa Instituição Prefeitura, considerando que estamos a serviço de uma população que “lá fora” aguarda a eficiência na execução das políticas públicas.

Carecemos nós, servidores e gestores, da implementação de uma nova lógica de gestão de recursos humanos que tenha por pressupostos a ideologia meritocrática e o estreitamento do vínculo entre as competências profissionais de cada servidor, sejam técnicas ou comportamentais, e as diretrizes da estrutura a qual está vinculado, tendo por objetivo fim, justamente, a viabilização dos serviços públicos.

Tendo em vista que competência pode ser definida como a capacidade do servidor de mobilizar seus conhecimentos, habilidades e atitudes e de demonstrar um saber agir responsável que o leve a obter desempenho compatível com as expectativas de seu espaço ocupacional, o foco de uma política de RH precisa ser identificar, desenvolver e estimular as competências profissionais necessárias para que os objetivos organizacionais sejam atingidos.

Os colaboradores mais produtivos são aqueles mais identificados com a cultura da empresa e, por isso, constituem-se em parceiros da instituição. As organizações bem sucedidas são aquelas que contam com as pessoas certas, na quantidade certa e na hora certa e, para tanto, é necessário o mapeamento de competências e a definição de perfis adequados para condução de projetos estratégicos.

Através de ferramentas de gestão de pessoal que garantam a transparência e a inibição de critérios subjetivos nas realocações de pessoal e também nas designações de funções gratificadas, estaremos oportunizando que os servidores se aproximem de atividades mais identificadas com o seu perfil, possibilitando aos nossos gestores que encontrem servidores com as competências necessárias para o desenvolvimento de projeto e/ou atividades específicas nas suas respectivas pastas.

Esse pode constituir-se em um primeiro passo da longa caminhada na busca por uma Gestão de Pessoal Meritocrática na PMPA, entretanto, será somente através do desenvolvimento de projetos dessa natureza, alicerçados em um investimento paralelo na formação dos servidores municipais para o exercício de suas funções, em conformidade com as diretrizes organizacionais, que estaremos nos aproximando das teorias mais modernas de gestão de pessoal.

Importante destacar, por fim, que a inserção desses conceitos na política de RH, além de favorecer o alcance de resultados institucionais, contribuirá para a melhoria do desempenho, a motivação e o comprometimento dos servidores com esta Instituição.

¹ Assistente Administrativa da Secretaria Municipal de Administração (SMA), formação em Ciências Econômicas (UFRGS), pós graduada em “Gestão Pública Participativa” (UERGS).

Educação Ambiental utopia ou realidade?

Gustavo Hack de Barros Falcão (DMAE)¹

Estaria a raça humana se encaminhando para a extinção? Poderíamos realmente mudar o rumo dos acontecimentos? Embora ainda existam aqueles que não acreditem em alterações ambientais a realidade nos tem comprovado o contrário. As condições para que haja vida no planeta se aproximam do limite. A educação ambiental se propõe a mudar este quadro, mas o pensamento de que precisamos salvar o planeta parece ser nosso maior empecilho. A verdade é que ele não precisa ser salvo. Os seres que o habitam é que estão em perigo. Nesse sentido o processo de educação ambiental pode ser considerado uma utopia. Antes de pensarmos em grandes ações que estão fora do nosso alcance o verdadeiro desafio é a mudança interna de paradigma. Como descartamos nossos resíduos? Como usamos a água potável? Que tipo de produtos utilizamos? Qual a origem? Como são feitos? Qual a verdadeira necessidade daquilo que consumimos? Se o nível de consumo de todos os habitantes da Terra fosse o mesmo da população norte americana já teríamos consumido o equivalente a cinco planetas iguais ao nosso. A realidade é que nosso atual modo de vida é insustentável. Sempre achamos um culpado para a poluição do ar, os desmatamentos, a morte de animais, o degelo das camadas polares, o aquecimento global, enfim, é melhor não continuar. Mas, e quanto as nossas atitudes? Nossos hábitos diários? Já paramos para pensar qual o impacto das nossas escolhas? Já nos propusemos a uma verdadeira mudança em nossas vidas? Essa simples modificação é o verdadeiro enfoque da educação ambiental, o que a torna realidade, ressaltar que todos temos participação na preservação do ambiente, e que não temos a intenção de salvar o planeta, mas de manter as condições para que as próximas gerações continuem a habitá-lo.

Diante de tamanho desafio a equipe de educação ambiental do Dmae, composta por educadores com formação nas áreas da pedagogia, biologia, comunicação, geografia e geologia, atua observando o princípio da interdisciplinaridade e sempre respeitando as características próprias das comunidades e indivíduos participantes do trabalho desenvolvido. Desta forma, o Programa de Educação Ambiental visa incentivar a população a desenvolver hábitos que vão ao encontro de uma política estruturada de desenvolvimento sustentável, tornando o cidadão um multiplicador das ações instituídas. Nesse sentido as atividades desenvolvidas são embasadas em fundamentos teóricos e práticos com enfoque primordial no saneamento público e atenção especial à preservação dos mananciais, quais sejam: sensibilizar a população quanto à importância de uma postura ambiental sustentável; reduzir, por meio de atividades educativas, a poluição dos mananciais hídricos do município; demonstrar o funcionamento e os benefícios do saneamento público; orientar a população quanto às diversas formas de se evitar o desperdício de água potável no cotidiano; qualificar e capacitar pessoas para a multiplicação dos conceitos e conhecimentos que englobem água potável, ciclo hidrológico, esgotamento cloacal, misto e pluvial, preservação do ambiente, coleta, separação e reciclagem de resíduos sólidos.

Por meio de agendamento prévio, o Programa de Educação Ambiental oferece oficinas interativas, palestras, debates, visitas orientadas nas estações de tratamento de água (ETA) e de esgoto (ETE) e apresentações de teatro para alunos e professores de todos os níveis de ensino em instituições da rede pública e privada de Porto Alegre. Essas atividades também são desenvolvidas em unidades básicas de saúde, centros comunitários e empresas públicas e privadas, segundo as necessidades dos diferentes segmentos da sociedade.

¹ Jornalista e Técnico em Meio Ambiente, Coordenador de Educação Ambiental do Departamento Municipal de Água e Esgotos (DMAE).

O conceito de estágio curricular e suas implicações na organização das atividades práticas na área da saúde.

Denise de Castro Oliveira (SMS)¹

Conforme a Lei Federal Nº 11.788, *estágio é um ato educativo supervisionado, desenvolvido no ambiente de trabalho, que integra o itinerário formativo do aluno, visando à contextualização curricular.* A recuperação deste conceito mobilizou as Instituições de Ensino, especialmente no que tange aos estágios curriculares obrigatórios, uma vez que não mais é possível repassar esta responsabilidade a alunos e supervisores locais. Ao introduzir o plano de atividades, a necessidade de professor orientador e avaliação, a legislação instituiu um dispositivo de qualificação de estágios e, no caso da área de saúde, também de integração entre ensino e assistência. A partir da inviabilidade de aproveitamento de horas complementares de estágios “extracurriculares ou voluntários“ emergiu a necessidade de reestruturação dos projetos pedagógicos dos cursos para dar conta da formação integral do aluno. Também o movimento do Ministério da Saúde junto ao da Educação, através das atuais Diretrizes Curriculares dos cursos da área de saúde e da Política Nacional de Educação Permanente, como estratégia de formação de profissionais para o Sistema Único de Saúde, transformação e qualificação das práticas de atenção à saúde da população, vem contribuindo para a reformulação das parcerias interinstitucionais, com vistas à inserção, cada vez mais precoce, de estudantes em cenários de aprendizagem (Ministério da Saúde, Ministério da. Educação, 2006).

Então, se por força de lei já não basta o Termo de Compromisso de Estágio, a Equipe de Estágios da Secretaria Municipal de Saúde de Porto Alegre vem propondo aos seus supervisores a elaboração do plano de atividades e preenchimento de um instrumento de avaliação com a participação de professores e alunos, para além da pura e simples burocracia, rumo a um novo modo de organização das atividades práticas.

Fica o convite para repensarmos os estágios e os serviços de saúde, sob um novo enfoque metodológico.

REFERÊNCIAS:

BRASIL. Ministério da Saúde. Ministério da Educação. A aderência dos cursos de formação em Enfermagem, Medicina e Odontologia às Diretrizes Curriculares Nacionais. Brasília: Ministério da Saúde, 2006.

BRASIL. Lei Federal Nº 11.788. Publicada no Diário Oficial da União em 26 de setembro de 2008.

¹ Enfermeira, especialista em Metodologia do Ensino Superior e Práticas Analíticas e Sociais, chefe da Equipe de Estágios da Secretaria Municipal da Saúde.

Metodologias de uma Educação Ambiental Inclusiva

Jaqueline Lessa Maciel (SMAM)¹
 Chalissa Beatriz Wachholz (SMAM)²
 Clarissa Oliveira Alminhana (SMAM)³
 Paloma Gusmão Bitar (SMAM)⁴
 Rita Paradedá Muhle (SMAM)⁵

Resumo

A Secretaria Municipal do Meio Ambiente de Porto Alegre, junto com a Rossi Residencial, através do Centro de Educação e Informação Ambiental, idealizou a inédita Cartilha Naturecos em Braille, contendo informações sobre a importância da preservação do meio ambiente, abordando uma visão holística das diferentes questões ambientais. Para otimizar o potencial deste material, foi elaborado, paralelamente, uma metodologia que utiliza diferentes ferramentas, como o jogo “Semente se Sente”, as essências “Aromas da Terra”, o CD com cantos de pássaros e Trilhas Sensoriais, que estimulam outros sentidos, proporcionando aos deficientes visuais uma nova e estimulante percepção do meio em que vivem.

Palavras-chave: educação ambiental; inclusão; ferramentas.

Introdução

A questão ambiental é, atualmente, um dos temas considerados estratégicos nos compromissos e tratados internacionais promovidos por agências intergovernamentais. O modelo de desenvolvimento estabelecido a partir da Revolução Industrial (final do século XVIII) gerou um aumento qualitativo e quantitativo no processo de destruição da natureza.

Nas décadas de 1950 e 60, impulsionado por avanços tecnológicos, o homem ampliou a sua capacidade de produzir alterações no ambiente natural, principalmente nos países mais desenvolvidos, sendo que na década seguinte os efeitos sobre a qualidade de vida já eram evidentes (DIAS, 2004).

Nesse período, fortalecia-se no mundo o processo de implementação de modelos de desenvolvimento fortemente liberais, regidos pela norma do maior lucro possível no menor espaço de tempo. Com o pretexto da industrialização acelerada, apropriava-se cada vez mais violentamente dos recursos naturais e humanos, levando, na década de 70, a uma forte crise ambiental.

Nessa época, a Educação Ambiental ainda não aparecia neste cenário. Existia um movimento conservacionista anterior, de proteção à natureza, que se interessava em proteger determinados recursos naturais contra a exploração abusiva e destruidora, alegando razões gerais de prudência ética ou estética. O novo movimento ambiental, sem descartar essas motivações, superou-as, estendendo seu interesse a uma variedade maior de fenômenos ambientais. Alegava que a violação dos princípios ecológicos teria alcançado um ponto tal que, no melhor dos casos, ameaçava a qualidade de vida e, no pior, colocava em jogo a possibilidade de sobrevivência, em longo prazo, da própria humanidade

¹ MSc, Bióloga, Coordenadora do Centro de Educação e Informação Ambiental da Secretaria Municipal do Meio Ambiente/SMAM. Av. Carlos Gomes, 2120, sala 206. Bairro Três Figueiras. Cep. 90480-002. Porto Alegre/RS E-mail: jaquelessa@smam.prefpoa.com.br

² Estudante do curso de Ciências Biológicas PUCRS, estagiária do Centro de Educação e Informação Ambiental/SMAM. E-mail: chalibw@msn.com

³ Estudante do curso de Ciências Biológicas PUCRS, estagiária do Centro de Educação e Informação Ambiental/SMAM. E-mail: clarissa.alminhana@hotmail.com.br

⁴ Estudante do curso de Pedagogia IPA, estagiária do Centro de Educação e Informação Ambiental/SMAM. E-mail: palomabitar@hotmail.com

⁵ Estudante do curso de Ciências Biológicas PUCRS, estagiária do Centro de Educação e Informação Ambiental/SMAM. E-mail: rpmbio@hotmail.com

(MEDINA, 1997).

Em 1962 a Jornalista Rachel Carson lançava seu livro *Primavera Silenciosa* – que se tornaria um clássico na história do movimento ambientalista mundial –, com grande repercussão. Ela tratava da perda da qualidade de vida produzida pelo uso indiscriminado e excessivo dos produtos químicos e os efeitos dessa utilização sobre o ambiente (DIAS, 2004). Impulsionados pelo livro de Rachel Carson, os movimentos ambientalistas mundiais cresceram, sendo também alimentados pela crescente exploração dos recursos naturais e degradação ambiental.

A preocupação com a qualidade ambiental aumentou e, em 1972, realizou-se em Estocolmo, Suécia, a Conferência da ONU⁶ sobre o Ambiente Humano. A Conferência de Estocolmo, como ficou conhecida, gerou a Declaração sobre o Ambiente Humano e estabeleceu o Plano de Ação Mundial com o objetivo de inspirar e orientar a humanidade para a preservação e melhoria do ambiente humano. Reconheceu o desenvolvimento da Educação Ambiental como o elemento crítico para o combate à crise ambiental no mundo, e enfatizou a urgência da necessidade do homem reordenar suas prioridades (DIAS, *op. cit.*). Desde então, a Educação Ambiental passa a ser considerada como campo de ação pedagógica, adquirindo relevância e vigência internacionais.

A UNESCO⁷, em colaboração com o PNUMA⁸, em resposta à recomendação da Conferência de Estocolmo, cria, em 1975, o Programa Internacional de Educação Ambiental (PIEA), destinado a promover, nos países-membros, a reflexão, a ação e a cooperação internacional nesse campo.

Ainda em 1975, mas agora em Belgrado, na Iugoslávia, a UNESCO promove o Encontro de Belgrado, como ficou conhecido, onde foram formulados os princípios e orientações para um programa internacional de EA.

A primeira conferência intergovernamental dedicada especialmente à Educação Ambiental (EA) ocorreu em Tbilisi, no ano de 1977. Nela foram definidos os objetivos, os princípios orientadores e as estratégias para o desenvolvimento da EA. Esta foi, então, definida como um processo contínuo no qual os indivíduos e a comunidade tomam consciência do seu meio ambiente e adquirem o conhecimento, os valores, as habilidades e a determinação que os tornam aptos a agir e resolver os problemas ambientais (DIAS, 2004).

A idéia de desenvolvimento sustentável foi, pela primeira vez, introduzida na discussão ambientalista através do documento “Nosso Futuro Comum”, produzido na Conferência Internacional sobre Educação e Formação Ambiental realizada em Moscou em 1987. Na mesma conferência decidiu-se, também, incluir a EA nas políticas educacionais dos países.

Posteriormente, na conferência Rio 92, ocorrida no Rio de Janeiro, em 1992, a sustentabilidade, considerada a chave para a solução dos problemas ambientais, seria o tema central a nortear os debates. Neste contexto, a EA foi apontada como fator fundamental para a promoção deste desenvolvimento sustentável.

Desde sua origem, o conceito de “meio ambiente” tem sido utilizado como sinônimo de “Natureza” ou “recursos naturais”. Ainda hoje permanece forte a influência do pensamento conservacionista, o qual a “Natureza” deve ser reverenciada e isolada do homem para ser salva. No entanto, reduzir esse conceito a aspectos exclusivamente “naturais” exclui as interdependências e interações com a sociedade.

O meio ambiente, ou simplesmente ambiente, não é formado apenas pela flora e fauna, água, solo e ar, como era tradicionalmente definido. “*Hoje, as atividades humanas sobre a Terra produzem tantas influências que a sua cultura passou a fazer parte da definição de meio ambiente*” (DIAS, 2004). Atualmente, o conceito de meio ambiente é compreendido, conforme art. 4, inciso II, da Política Nacional de Educação Ambiental, pela “[...] *interdependência entre o meio natural, o socioeconômico e o cultural, sob o enfoque da sustentabilidade*” (PNEA, 1999).

Desta forma, tem se verificado a necessidade de levar em conta o “Homem” como parte integrante, indissociável e modificadora desta “Natureza”. Ou seja, depende do ambiente e das

⁶ Organização das Nações Unidas.

⁷ Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura.

⁸ Programa das Nações Unidas para o Meio Ambiente.

diversas relações ecológicas que nele ocorrem, incorporando as dimensões sociais, econômicas, políticas, culturais e históricas que levaram e levam ao atual contexto ambiental.

A EA é uma ação interdisciplinar para ser trabalhada por todas as idades, comunidades e realidades, considerando-se o meio ambiente em sua totalidade: o resgate e o surgimento de novos valores sociais que conduzam a um modo de vida mais consciente e sustentável.

Essa educação deveria preparar o indivíduo, mediante a compreensão dos principais problemas do mundo contemporâneo, proporcionando-lhe conhecimentos técnicos e as qualidades necessárias para desempenhar uma função produtiva, com vistas a melhorar a qualidade de vida e proteger o meio ambiente, prestando a devida atenção aos valores éticos.

No Brasil, desde 1997, a temática ambiental é de caráter obrigatório no ensino escolar formal, introduzido pelos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN's) sob a forma de tema transversal. Em geral, as escolas restringem sua prática de EA a projetos temáticos desarticulados do currículo e das vivências cotidianas dos estudantes em suas comunidades. Frequentemente são campanhas ou ações isoladas em datas comemorativas. Muitas vezes são iniciativas de alguns professores interessados, que acabam por desenvolvê-las de forma extracurricular.

O município de Porto Alegre, desde o ano de 2005, tem como política de governo a EA, com a campanha "*Porto Alegre, cidade da Educação Ambiental*" e a criação do Comitê Gestor de Educação Ambiental, que integra as diversas secretarias e departamentos. As ações são coordenadas pelo Centro de Educação e Informação Ambiental (CEIA) da Secretaria Municipal do Meio Ambiente (SMAM) e têm como objetivo sensibilizar a população em geral dos problemas ambientais observados em Porto Alegre, utilizando-se, principalmente, de multiplicadores de EA (educadores, estudantes, líderes comunitários, etc.), que transmitem aos mais diversos segmentos da sociedade conhecimentos e experiências que promovam conscientização, valorização e ação na busca por um ambiente mais sustentável.

Devemos levar em conta a satisfação das necessidades e desejos de todos os cidadãos da Terra, promovendo o desenvolvimento de suas capacidades e singularidades. O que se busca é a erradicação das causas básicas da pobreza, da fome, do analfabetismo, da poluição, do preconceito, da dominação e exploração entre outras formas de mazelas sociais.

O bem-estar e a sobrevivência da humanidade dependem do valor que as pessoas os atribuem: ao respeito e consideração pelos outros, particularmente aos menos favorecidos; ao cuidado e à proteção dos recursos da humanidade; à promoção de ações que beneficiam a humanidade como um todo e melhorem a qualidade ambiental.

O acesso igualitário a todos os espaços da vida é um pré-requisito para os direitos humanos universais e liberdades fundamentais do cidadão. O esforço rumo a uma sociedade inclusiva é a essência do desenvolvimento social sustentável.

Segundo dados do IBGE (2002), 14.5% da população nacional possuem algum tipo de deficiência física, mental ou sensorial. Desse índice, os deficientes visuais representam o maior grupo, correspondendo a 48.1%.

O interesse em trabalhar as questões ecológicas, incluindo o público com necessidades especiais, nos remete a uma reflexão sobre sensibilização e o sentido mais íntimo de educação ambiental. A deficiência visual não é barreira para o contato com a natureza e há muitas iniciativas que estimulam a inclusão, mostrando que as belezas naturais, além de apreciadas com os olhos, podem ser também percebidas por outros sentidos.

A inclusão de pessoas com deficiência em atividades em áreas naturais como exercícios físicos, recreação e contemplação da natureza proporcionam a promoção da auto-estima e socialização dessas pessoas. Este fator concorre para a formação de um indivíduo com valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes voltadas para a conservação e uso sustentável do meio ambiente, e de uma visão holística sobre os espaços que compõe a cidade.

Desenvolvimento

Em Porto Alegre, aproximadamente 50 alunos cegos ou com baixa visão estão matriculados em

escolas municipais regulares do Ensino Fundamental e Educação de Jovens e Adultos (EJA), tendo todo o material adaptado em Braille ou ampliado. Além disso, três escolas disponibilizam a estes alunos, no turno inverso, o atendimento para complementação pedagógica em salas especialmente equipadas e com profissionais especializados na área.

Buscando atender a este público, surge, como iniciativa inédita no Brasil, a idéia de transformar a Cartilha Naturecos em tinta, que já era utilizada nos trabalhos de educação ambiental desenvolvidos pelo CEIA, numa versão em Braille e em áudio (CD) (Foto 1).

Esta cartilha é utilizada em sala de aula, trazendo informações sobre a importância da preservação do meio ambiente, onde as informações nela contidas abordam uma visão holística das diferentes questões ambientais referentes, principalmente, ao município de Porto Alegre. Tais informações são abordam temas como flora, fauna, água, ar, resíduos, coleta seletiva, espécies em extinção, arborização urbana, efeito estufa, saúde ambiental e animais domésticos.

Escrita de maneira lúdica, objetiva e acessível, as importantes informações ambientais, curiosidades, desenhos e jogos, que também estão presentes na cartilha, a tornam um material divertido e eficiente para se trabalhar às questões ambientais tanto com deficientes visuais quanto com os alunos que não possuem visão integral.

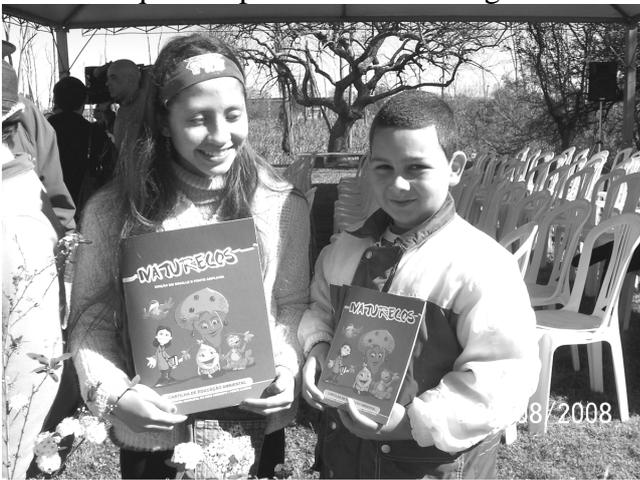


Foto 1: Aluna com deficiência visual e aluno com visão integral mostrando, respectivamente, a Cartilha Naturecos em Braille e em tinta que receberam durante atividade desenvolvida pelo CEIA.

Procurando-se otimizar todo o potencial deste material, a Cartilha Naturecos não é trabalhada isoladamente. Paralelamente a ela foi elaborada, pela equipe do CEIA, uma metodologia que utiliza diferentes ferramentas, como o jogo “Semente se Sente”, as essências “Aromas da Terra”, o CD com cantos de pássaros e as Trilhas Sensoriais, que estimulam outros sentidos além da visão, proporcionam aos deficientes visuais uma nova e estimulante percepção do meio em que vivem.

Todas estas ferramentas são trabalhadas juntas, sendo que, cada uma estimula diferentes formas de percepção da natureza. Tudo isto foi elaborado com a finalidade de que a cartilha não servisse apenas como uma publicação com informações ambientais, mas, que o conjunto, cartilha e as ferramentas, fosse uma metodologia efetiva e útil nos projetos com respectivo enfoque.

A instituição pública, não tendo condições de realizar publicações neste nível, buscou parcerias com a iniciativa privada comprometida com questões sócio-ambientais. Neste contexto, a Rossi Residencial S.A. foi importante e essencial colaboradora na construção deste projeto tão inovador.

A cartilha em Braille foi lançada no dia vinte e cinco de agosto de 2008, no Parque Marechal Mascarenhas de Moraes e contou com a presença de secretários, entidades de deficientes visuais, e escolas inclusivas, assim como imprensa e convidados. Para a boa qualidade da transcrição deste material, tivemos a colaboração da Fundação Dorina Nowill para cegos, que a mais de seis décadas tem se dedicado à inclusão social das pessoas com deficiência visual por meio da educação e cultura, atuando na produção de livros em Braille entre outros.



Foto 2: Alunas com baixa visão lendo a cartilha em Braille.

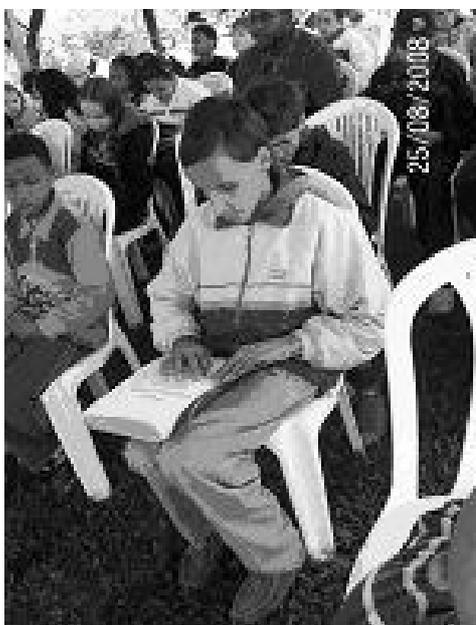


Foto 3: Em meio ao evento de lançamento, aluno concentrado na leitura da cartilha em Braille.

Após o lançamento, foi montado um kit contendo a Cartilha Naturecos em Braille, a cartilha em tinta e em áudio e enviado para as Instituições que desenvolvem trabalhos com deficientes visuais no RS e alguns outros Estados. Junto a isto, para as instituições da Grande Porto Alegre, nos colocamos a disposição para a realização das atividades complementares elaboradas pelo CEIA, sendo as seguintes:

Semente se Sente: O jogo Semente se Sente é um jogo de memória confeccionado com seis diferentes pares de sementes. Uma semente de cada par é deixada dentro de uma caixa especial com o nome da espécie em Braille e a outra é deixada fora da caixa, misturada com as demais para que o jogador encontre o par correto através do tato.



Foto 4: Deficientes visuais interagindo com a natureza através do jogo Semente se Sente durante uma das atividades de inclusão desenvolvidas pelo CEIA.

Aromas da Terra: Nesta atividade são colocados pequenos frascos com diferentes essências em uma mesa e os participantes devem adivinhar, através do olfato, ao que corresponde cada aroma. Para a atividade, os participantes que possuem visão integral são vendados.

CD com Cantos de Pássaros: Esta atividade apresenta cantos de diferentes pássaros onde os participantes devem adivinhar, a cada canto, qual é o pássaro. Esta atividade estimula a concentração e trabalha a audição.

Trilhas Sensoriais: Esta atividade consiste em trilhas sensoriais previamente elaboradas de acordo com a idade dos participantes e o local a ser desenvolvido. Para esta atividade podem ser utilizados espaços como parques, praças, ou até mesmo pátios de instituições. Os participantes percorrem determinado trajeto trabalhando seus sentidos através do toque nas árvores, o cheiro da terra, flores e ervas aromáticas e ouvindo os diversos sons que a natureza proporciona. As fotos a seguir mostram um pouco sobre a Trilha Sensorial realizada com um grupo de deficientes visuais no dia lançamento da cartilha, no Parque Mascarenhas de Moraes, em Porto Alegre.



Foto 5: Grupo de participantes da trilha sensorial tocando nas plantas para sentir as diferentes texturas de folhas.

Sendo que muitos indivíduos com deficiência visual estão inclusos no ensino regular, todas as

atividades oferecidas pela equipe são trabalhadas com ambos públicos, concomitantemente, sendo que as pessoas sem esta deficiência ficam de olhos vendados durante as atividades.

Uma nova forma de trabalhar a EA se constitui no CEIA com a idealização e realização deste projeto. Seguindo uma das principais premissas da EA, que é a mudança de paradigmas.

Conclusão

Está, na busca de uma sociedade inclusiva, a essência do desenvolvimento social sustentável. Neste quadro, a EA se apresenta como base para um processo de mudanças, de quebras de paradigmas e de novas performances que independem das tipologias de ordem física e mental apresentadas.

As atividades criadas pelo CEIA tornaram-se uma ferramenta importantíssima para a sensibilização e o trabalho em Educação Ambiental relacionada com a inclusão. Como reconhecimento deste trabalho o projeto foi contemplado com três prêmios de reconhecimento local e nacional concebido pela Federação das Associações de Municípios do Rio Grande do Sul (FAMURS), pela Editora Expressão Ecologia e pela Prefeitura Municipal de Vitória/ES.

Por ser um trabalho materializado, a cartilha em Braille pode ser facilmente distribuída e trabalhada, além disso, ela possui fonte ampliada, possibilitando que pessoas com baixa visão e que não dominem a leitura em Braille possam utilizar o material.

Todos nós, habitantes do planeta Terra, constantemente somos responsáveis por parcelas de sua degradação. A inclusão de deficientes em atividades de EA através da cartilha em Braille é, portanto, uma ação que contribui para a socialização dessas pessoas e para a formação de um indivíduo com valores sociais, conhecimentos, habilidades e atitudes voltadas para a consciência do ambiente em que vivem.

REFERÊNCIAS

- DIAS, G. F. **Educação Ambiental: princípios e práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.
- CARVALHO, Isabel C. de M. **Educação ambiental: a formação do sujeito ecológico**. São Paulo: Cortez, 2004.
- IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil em Números: Censo IBGE 2000**. Rio de Janeiro, 2002.
- MATURANA, H. **Cognição, Ciência e vida cotidiana**. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2001.
- MEDINA, N. M. Breve histórico da Educação Ambiental. In: PÁDUA, S. M.; TABANEZ, M. F. (Org.) **Educação Ambiental: Caminhos Trilhados no Brasil**. Brasília, 1997. p. 257 - 269.
- PNEA. Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999. Disponível em: <<http://www.aipa.org.br/ea-leis-Educacao-ambiental.htm>> Acesso em: 04 de março de 2009.

A Segurança Alimentar e a Intersetorialidade das Políticas Sociais

Lara Campos Ribeiro (FASC)¹

Márcia De Souza Medeiros (FASC)²

Rosclair Longarai Rodrigues (FASC)³

RESUMO

Esse artigo propõe que a política pública de segurança alimentar, por seu cunho fundamental, visto que vinculada à sobrevivência mesma da população, constitua-se num elemento de conexão entre diferentes políticas sociais, com especial destaque para os programas de transferência de renda e em norte das diferentes iniciativas voltadas à promoção do bem estar, dos contingentes vulnerabilizados.

ABSTRACT

This paper argues that public policy on food security for its fundamental imprint, as linked to the very survival of the population, it constitutes an element of connection between different social policies, with particular emphasis on transfer programs and income in North the various initiatives aimed at promoting the welfare of quotas more vulnerable.

TEMA

A segurança alimentar como elemento da intersectorialidade dos programas sociais.

PALAVRAS CHAVE

Segurança alimentar - programas de transferência de renda – intersectorialidade – políticas sociais.

APRESENTAÇÃO

O presente artigo busca sistematizar o esforço pela utilização da segurança alimentar, enquanto política pública que ancora outras políticas sociais, servindo de elo intersectorial, para o futuro planejamento de diferentes ações de promoção de bem estar, relativamente aos contingentes mais fragilizados da população.

Trata-se, tão somente, dos primeiros passos de uma jornada que, espera-se, possa vir a ser desenvolvida de modo pleno. Para tanto, evidentemente, serão imprescindíveis tanto a sensibilidade e a visão de maior alcance dos gestores, como a compreensão e a adesão das equipes técnicas, assim como das instâncias de controle social, em especial os Conselhos Municipais de Direitos.

Abordar-se-á, portanto, no âmbito do município de Porto Alegre, capital do estado do Rio Grande do Sul, a movimentação inicial da equipe técnica responsável pela área de segurança alimentar, para que a mesma se torne um dos fios condutores e isso, de modo privilegiado, da desejada intersectorialidade das políticas sociais, no caso, através de sua associação com programas de transferência de renda e outras ações da Assistência Social.

Ressalte-se que a segurança alimentar acha-se em fase de institucionalização no município, sendo, ainda, muito recente, o que significa que mesmo sua estruturação, ainda está sendo definida. De todo modo, dada sua posição crucial no conjunto das políticas sociais, mesmo não configurando-se, ainda, como área tradicional de interferência do poder público, já é possível, a partir dela, cogitar-se acerca de seu potencial integrador, em termos de políticas públicas, com a conseqüente melhoria do grau de impacto das mesmas e maior benefício à população.

O somatório de esforços públicos para que, a partir de diferentes dimensões, seja possível

¹ Psicóloga - ASSEGIT/FASC - 32894936 - laracr@fasc.prefpoa.com.br

² Socióloga - ASSEGIT/FASC - 32894936 - marcias@fasc.prefpoa.com.br

³ Assistente Social Rosclair Longarai Rodrigues - COSANS – 32894945. rosclair@fasc.prefpoa.com.br

alavancar o patamar de bem estar de determinados contingentes populacionais, os quais sobrevivem em condições bastante precárias, é, assim, o objetivo precípua da proposta aqui esboçada. Somatório cujo norte seria dado pela segurança alimentar, polo irradiador a partir do qual se conectariam diferentes iniciativas em políticas públicas.

1. DO QUE ESTAMOS FALANDO: BREVE HISTÓRICO DA SEGURANÇA ALIMENTAR NO BRASIL E EM PORTO ALEGRE.

Não deixa de causar certa perplexidade, o fato de, num país com padrões de desigualdade constrangedores, no qual a pobreza, ainda hoje, não conseguiu ser cabalmente reduzida, o tema da segurança alimentar, conforme Maluf, Menezes e Valente (1996), só tomar caráter público, na segunda metade da década de 80. A iniciativa do Ministério da Agricultura reduzia-se, naquela oportunidade, à avaliação do estado nutricional, principalmente no que se referia à desnutrição infantil. De acordo com o mesmo artigo, apenas em 1991, é proposta uma Política Nacional de Segurança Alimentar, a qual vai concorrer para que, em 1993, seja estabelecido o Conselho Nacional de Segurança Alimentar (CONSEA), órgão de aconselhamento da Presidência da República, formado por Ministros e representantes da sociedade civil.

É importante frisar que, de acordo com os autores, no ano de 1993, tem-se a Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e Pela Vida, movimento de dimensão nacional, impulsionado pelo Movimento pela Ética na Política - o qual se orienta no sentido de afastar o Presidente Collor, primeiro governante eleito democraticamente, transcorridas duas décadas de regime militar. A Ação dá ressonância à existência de 32 milhões de miseráveis no país, sendo denominada de Campanha Contra a Fome e tendo a atuação do sociólogo Herbert de Souza (Betinho), na articulação de amplos setores da sociedade civil brasileira. Em julho de 1994, ocorre a Primeira Conferência Nacional de Segurança Alimentar - CNSA, desaguadouro da mobilização social, em âmbito nacional, quanto à seguridade alimentar e a agudização da fome. A CNSA resultou de um processo de mobilização social nacional em torno da questão alimentar e da conscientização do agravamento da fome no país. Ela produziu uma declaração política e um documento programático com as condições e requisitos para uma Política Nacional de Segurança Alimentar.

Prosseguem os autores, assinalando que só a partir daí, a questão agroalimentar (políticas agrária, de produção agrícola e agroindustrial) e a fome ingressam na agenda política nacional. Opta-se, na ocasião, pela vinculação da segurança alimentar ao contexto socioeconômico. Assim, a dificuldade de acesso aos alimentos é associada ao desemprego e à pobreza, sendo indicados, portanto, para sua superação, o retorno ao crescimento econômico, a recuperação do emprego e dos salários e a implementação de políticas de regulação dos mercados).

Dessa perspectiva, ainda segundo Maluf, Menezes e Valente (op. cit.), a segurança alimentar passa a ser integrada pelas seguintes dimensões:

- -políticas de produção agroalimentar;
- -comercialização, distribuição e consumo de alimentos (na perspectiva de descentralização e diferenciação regional);
- ações emergenciais contra a fome;
- ações governamentais de controle da qualidade dos alimentos e estímulo a práticas alimentares saudáveis.

A descontinuidade, traço das iniciativas públicas que tem, no Brasil, pulverizado recursos e reduzido o alcance das mesmas, fez com que o CONSEA (Governo Itamar Franco) fosse esvaziado, quando do estabelecimento do Programa Comunidade Solidária (Governo Fernando Henrique Cardoso). No governo Lula, que, por sua vez, reformula a referida área, o Fome Zero constitui-se como o nicho institucional do tema da segurança alimentar, dando prosseguimento à lógica de redução das responsabilidades do estado, em favor de parcerias com entidades civis. Levando tal estratégia a resultados nem sempre tão auspiciosos.

É, também, a partir dos anos 90, que a perspectiva de segurança alimentar aumenta sua presença

nos estados e municípios brasileiros, a princípio, nas áreas de agricultura e abastecimento.

Examinemos no que consiste, afinal, a segurança alimentar, partindo do ponto de vista dos autores referidos:

torna-se fundamental afirmar o acesso à alimentação como um direito em si mesmo. Assumimos, aqui, a convicção de que a alimentação constitui-se no próprio direito à vida. E, por isto, sobrepõe-se a qualquer outra razão que possa justificar sua negação, seja de ordem econômica ou política. Negar este direito é, antes de mais nada, negar a primeira condição para a cidadania, que é a própria vida. “ . Maluf, Menezes e Valente (1996)

Ou seja, quando pensamos nas políticas sociais enquanto recurso de promoção de bem estar, o qual se opõe à pobreza e à desigualdade, a primeira área de intervenção é, forçosamente, a da segurança alimentar. Vinculada que acha-se à existência mesma dos cidadãos, sem que esteja provida, não é possível que as iniciativas nas demais esferas sejam produtivas. A título de exemplo, indaga-se: como atingir indicadores mais favoráveis em educação e saúde, setores cruciais para qualquer aspiração de atenuamento da desigualdade e da pobreza, sem o devido suporte da segurança alimentar?

De outra parte, a segurança alimentar é complexa e multifacetada, implicando em ações variadas, que na visão de Maluf, Menezes e Valente devem articular tanto aspectos assistenciais e compensatórios, visto que há uma premência na resolutividade da fome, passível de gerar patologias e morte, como aspectos estruturais que impliquem em menor custo dos alimentos, em produtos de qualidade e no acesso à informação quanto a práticas alimentares saudáveis e possíveis riscos à saúde, de origem alimentar.

O Brasil, país da periferia capitalista, pelo tamanho de seu mercado interno, assim como pelo padrão produtivo e tecnológico, assume, atualmente, um papel destacado, economicamente falando, com relação aos outros países da América Latina – além, obviamente, de algumas décadas de estabilidade da moeda e da organização das finanças nacionais. A produção de alimentos é importante fonte de divisas, envolvendo tanto o agronegócio como pequenos e médios produtores.

Entretanto, a falta de renda ou sua insuficiência, para a compra de alimentos, na variedade e quantidade requeridas, encarcera contingentes consideráveis da população, na condição de uma contínua insegurança alimentar. É o caso dos moradores de rua das cidades de maior porte e de parte significativa da população residente em subabitações ou em conjuntos habitacionais populares, situados nas franjas dos centros urbanos. Isto é, a segurança alimentar não vem sendo planejada e implementada num ritmo que faça frente à fome e à pobreza que a contextualiza.

No município de Porto Alegre, os Núcleos Fome Zero e o Comitê Gestor do Programa Fome Zero são criados em 2003. A instalação das cozinhas comunitárias se dá a partir de 2004 e a Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - COSANS é estabelecida em agosto de 2005, sendo a instância que articula governo e sociedade civil, no que se refere a ações de segurança alimentar e nutricional sustentável. Em 2009, iniciam-se as atividades do Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável de Porto Alegre – COMSANS.

A Coordenadoria, sediada no órgão responsável pela política de Assistência Social, em âmbito municipal, a Fundação e Assistência Social e Cidadania - FASC, promove ações intersetoriais e transversais, para o desenvolvimento local de comunidades vulneráveis. Fazem parte da COSANS: o Departamento Municipal de Água e Esgoto - DMAE, o Departamento Municipal de Limpeza Urbana - DMLU, a Secretaria Municipal da Educação - SMED, a Secretaria Municipal da Saúde - SMS, a Secretaria Municipal da Coordenação Política e Governança Local - SMCPGL, a Secretaria Municipal de Cultura - SMC, a Secretaria Municipal de Direitos Humanos e Segurança Política - SMDH, a Secretaria Municipal de Indústria e Comércio - SMIC e a Secretaria Municipal de Obras e Viação - SMOV.

A COSANS busca implantar o Sistema, a Política, o Conselho e as Microredes Municipais de Segurança Alimentar Sustentável, desenvolvendo, no momento, os seguintes projetos: cozinhas comunitárias; hortas comunitárias; compra direta da agricultura familiar - CDLAF; agricultura urbana e periurbana e educando para uma alimentação saudável.

2. OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA E ALGUMA POSSIBILIDADE DE EQUIDADE

Sendo a renda, o motivo de primeira grandeza, para o não acesso aos alimentos, na variedade e quantidade necessárias, constitui-se um nexos inescapável entre a política pública de segurança alimentar e os programas de transferência de renda. Abordemos, rapidamente, esses programas. Nas últimas décadas do século passado, face à atualização do modo de produção capitalista, através da reengenharia produtiva que reduz os postos de trabalho e sofisticada, fortemente, as exigências para que os trabalhadores sejam incorporados aos mesmos, torna-se inviável, para um número importante de pessoas, buscar sua sobrevivência no mercado. É a denominada “nova pobreza”, que faz com que o estado, em países do centro do sistema, como a França e a Inglaterra adote programas de transferência de renda.

É importante assinalar que a terceira revolução tecnológica, caracterizada pela microeletrônica e demais avanços científicos das últimas décadas do século passado, de modo a produzir desemprego através da substituição do trabalho vivo, é replicada na periferia do sistema. A mundialização do capital, diferentemente do cenário encontrado no centro capitalista, em que são erodidas as bases de um sistema protetivo importante, projeta-se sobre uma situação originariamente mais dolorosa que é a da pobreza crônica, que tem atravessado gerações. Situação agudizada por um sistema de proteção rarefeito e insuficiente. Ou seja, um volume expressivo de pessoas não consegue inserir-se produtivamente desde sempre, pela baixa escolaridade, não qualificação profissional, más condições de saúde, suporte insuficiente em creches e escolas de turno integral, dentre outros fatores. Quando a esse estado de coisas, adverso em si mesmo, acopla-se um elevado rol de exigências para empregabilidade, transportando-se a crise do trabalho assalariado, de que nos fala Gorz (1993), para os países de capitalismo periférico, os resultados são muito mais danosos.

Nessa perspectiva, os programas de transferência de renda assumem, na periferia do sistema, um caráter ainda mais essencial que no centro. Retomando-se, rapidamente, a implantação dessa modalidade de ação pública no Brasil, verifica-se que os mesmos iniciam-se em âmbito municipal, na década de 90 e tomam feição nacional, nos anos 2000. O Bolsa Escola é estabelecido, pioneiramente, pelo Governador Cristovão Buarque, no Distrito Federal, em 1995. Em 2001, torna-se federal. Também em âmbito federal, é criado o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil - PETI, no ano de 1997. Quando se encerram os dois governos sucessivos de Fernando Henrique Cardosos, uma série de programas de transferência de renda acham-se constituídos, dentre eles, o Bolsa Escola, o Bolsa Alimentação, o Vale Gás e o Cartão Alimentação que seriam unificados no Bolsa Família, em 2003.

No município de Porto Alegre, na década de 90, inicia-se a transferência de renda para famílias com filhos que praticam a mendicância nas sinaleiras (Sinal Verde), projeto que passa, posteriormente, a se denominar Programa Núcleos de Apoio Familiar – NASF e que está orientado a famílias em situação de vulnerabilidade, com acompanhamento e bolsa-auxílio. Os NASF mantêm-se até a presente data, havendo núcleos próprios e núcleos conveniados com entidades não governamentais, tendo sido estabelecido um compromisso de parte a parte, entre o município e a união, para que se busque priorizar a inclusão de famílias já beneficiárias do NASF no Bolsa Família, de modo a reduzir as despesas do município com o repasse de bolsas.

É importante destacar a grande cobertura espacial do Programa Bolsa Família e o número massivo de beneficiários: em 2010, tem-se mais de 14 milhões de famílias, em situação de pobreza e extrema pobreza, caracterizadas pela renda familiar mensal per capita entre R\$ 140 e R\$ 70, respectivamente, percebendo a transferência monetária.

Abaixo, reproduzimos informações constantes do site da Caixa Econômica Federal - CEF, banco federal que opera o Sistema Cadastro Único para Programas Sociais, base de dados pertinente às famílias pobres e extremamente pobres, que processa o pagamento do benefício.

A) OBJETIVOS

Combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; combater a pobreza e

outras formas de privação das famílias; promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, saúde, educação, segurança alimentar e assistência social; e criar possibilidades de emancipação sustentada dos grupos familiares e desenvolvimento local dos territórios.

B) CRITÉRIOS

Podem perceber o benefício:

- famílias com renda de até R\$ 70,00 (setenta reais) por pessoa;
- famílias com renda de R\$ 70,01 (setenta reais e um centavo) a R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) por pessoa, que possuam em sua composição, gestantes, nutrizes, crianças de 0 a 12 anos e adolescentes até 15 anos.
- famílias com renda de R\$ 0,00 (zero) a R\$ 140,00 (cento e quarenta reais) por pessoa, que possuam em sua composição, adolescentes de 16 e 17 anos.

C) BENEFÍCIOS

O programa oferece às famílias três tipos de benefícios: o básico, o variável e o variável para jovem. O básico é concedido às famílias em situação de extrema pobreza. O valor é de R\$ 68,00 mensais, independentemente da composição familiar. O benefício variável é pago de acordo com o número de crianças e adolescentes, entre 0 e 15 anos, até o teto de três benefícios, tendo o valor de R\$ 22 e podendo totalizar R\$ 66,00. Já o benefício vinculado aos adolescentes é de R\$ 33, até o limite de R\$ 66 por família. As famílias em situação de extrema pobreza podem acumular o benefício básico e o variável, até o máximo de R\$ 134,00 por mês. O benefício variável para jovem é concedido às famílias pobres e extremamente pobres que tenham, sob sua responsabilidade, adolescentes entre 16 e 17 anos, matriculados na escola. O valor do benefício é de R\$ 33,00. A família pode acumular até dois benefícios, ou seja, R\$ 66,00.

Cabe assinalar que os programas de transferência de renda, em alguma medida, possibilitam certa equidade no acesso a uma espécie de piso de bem estar, que nuclearia determinada sociedade. Assim, a cidadania passa, necessariamente, pela esfera do consumo e, fundamentalmente, para fins de nossa reflexão aqui, pela possibilidade de prover-se de alimentos. Se outras iniciativas, no âmbito da área de segurança alimentar reduzem a quantidade de renda a ser destinada à aquisição de alimentos, outras necessidades podem passar a ser, minimamente, cobertas: vestuário, pequenas melhorias na habitação, material escolar, lazer, etc. Ou seja, a política de segurança alimentar, dada sua especificidade, tem efeitos exponenciais sobre outras políticas sociais, justificando-se, assim, seu emprego como elo de conexão entre as diferentes dimensões de incidência do poder público.

3. INFORMAÇÃO: REQUISITO DA INTERSETORIALIDADE

Se o horizonte é de sintonia entre políticas sociais diversas, para a racionalização dos recursos respectivos e maior alcance de cada uma delas, o ponto de partida não pode deixar de ser a informação. E o que é preciso que se saiba, primeiramente, é qual a dimensão do público atendido ou que se intenta atender, em determinada ação.

A Fundação de Assistência Social e Cidadania - FASC, órgão municipal responsável pela segurança alimentar, no âmbito do município e, igualmente, pela operação do Sistema Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal e pela execução do Programa Bolsa Família, apenas ao final do ano de 2006, estabelece um setor voltado, especificamente, à informação e tecnologia: a Assessoria de Gestão da Informação e Tecnologia - ASSEGIT. Setor que aloja o sistema e programa mencionados, assim como o Sistema Integrado de Assistência Social - SIAS, o qual tem sua gênese em projeto desenvolvido, conjuntamente, com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico - BNDES, a princípio no município e, depois, criando uma rede de municípios pertencentes à região metropolitana.

Ao sistema, composto, inicialmente, pelo módulo Rede de Proteção, destinado a crianças e adolescentes, foram sendo acoplados diferentes módulos, com terminalidades próprias como, por exemplo, o cadastramento de entidades conveniadas. Assim, o SIAS permite a extração de relatórios

quanto ao perfil de todos os usuários das ações assistenciais, bem como acompanhar o percurso de cada um deles, em mais de uma secretaria e em esferas como os Conselhos Tutelares.

Na cidade de Porto Alegre, o SIAS é utilizado pela Coordenadoria de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável - COSANS, para fins de medição e análise de suas políticas e programas. Nesse sistema, estão cadastradas todas as executoras da COSANS e os programas implementados por cada uma delas. Assim, temos a coordenadoria centralizada e as executoras regionalizadas por bairro, bem como os programas implementados por executora. Quando os usuários acessam a COSANS, são avaliados em suas necessidades e encaminhados para um ou mais programas oferecidos na Rede de Atendimento, obedecendo, preferencialmente, à regionalização (proximidade da residência), como prescreve o SUAS -SISTEMA ÚNICO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL, que está em fase de implantação, no Brasil. O SIAS, Módulo REDEPRO permite que seja visualizado on-line, todo o caminho percorrido pelo usuário, desde a porta de entrada dos serviços, passando pelo encaminhamento para uma unidade regional, até o desligamento do programa.

Ao ingressar no serviço, o usuário é cadastrado no sistema com seus dados de identificação como idade, sexo, raça, escolaridade, trabalho e renda, etc., permitindo que se possa fazer uma análise quantitativa da população atendida. Também é possível a análise qualitativa dos cursos e programas oferecidos, pois o acompanhamento é individualizado e avaliado, constantemente, pelos técnicos. Uma das avaliações possíveis refere-se à vulnerabilidade apresentada pela população, quando do ingresso. Nesse caso, o técnico avalia se, após passar pelo programa, a vulnerabilidade em questão foi superada totalmente, parcialmente ou mesmo, se não foi superada. O que possibilita um aprofundamento das causas da não superação, se são individuais ou se apontam a necessidade de melhoria das políticas públicas respectivas. As vulnerabilidades apresentadas ou motivos de ingresso analisados são os seguintes: Abandono; Adolescente Gestante; Ajuda Técnica - Órteses e Próteses; Área de Risco ; - Moradia; Ausência de Renda; Baixa Renda; Capacitação Profissional; Conselho Tutelar; Desemprego; Desnutrição; Exploração Sexual Comercial; Determinação Judicial; Direito Adquirido por Lei; Exploração no Trabalho; Fragil. Vínc. Afetivos/Relacionais; Fragil. Vínc. Pertenc. Social;/Discriminação;. Deficiência; Fragil. Vínc. Pertenc. Social/Discr. Etária; Fragil. Vínc. Pertenc. Social; Discr. Étnica;Fragil. Vínc. Pertenc. Social/Discr. Gênero;Habilitação;Reabilitação;Informação ou Reinvidicação;Mendicância;Negligência; Passe Gratuito; Risco Nutricional;Sinistro;Situação de Rua / Moradia;Situação de Rua / Sobrevivência;Suspeita de Violência Sexual;Trabalho Infantil;Uso de Substâncias Psicoativas;Violência Doméstica;Violência Física;Violência Psicológica;Violência Psicológica.

O SIAS ainda não está perfeitamente rotinizado na instituição, por dificuldades de ordem diversa, entre as quais, a inexistência ou precariedade de equipamentos adequados e de acesso à internet, nos locais de atendimento ao público e, a não disponibilização de horas de trabalho específicas, para a alimentação do sistema pelos técnicos. Ou seja, não tem sido percebido, até aqui, pelos decisores, como área prioritária para a mobilização de recursos e energia.

No que se refere à segurança alimentar, a experiência do município, como vimos em parte anterior desse texto, é, da mesma forma, recente. Mais do que isso, o levantamento da população abarcada pelas iniciativas de segurança alimentar só começou a ocorrer, de modo mais efetivo, em 2009, tendo se iniciado pelos Núcleos Fome Zero, nos quais, através de organizações não governamentais, são arrecadados e distribuídos alimentos. Segue-se a relação dos núcleos em Porto Alegre, as quais se adequam, em certa dimensão, à distribuição geográfica própria ao Orçamento Participativo e à distribuição dos atuais Centros e Módulos de Assistência Social.

NÚCLEOS FOME ZERO EM PORTO ALEGRE

1.COMITÊ REGIONAL PARTENON

Núcleo Para Superação da Fome e da Miséria da Vila Maria da Conceição

Endereço: Associação de Redutores de Danos de Porto Alegre - Rua Mário de Artagão, 13 - Vila Maria da Conceição

Núcleo Morro da Cruz

Endereço: Associação Comunitária Vila São José - Travessa 25 de Julho, 1589 - Morro da Cruz

Núcleo Vila Batista Xavier

Endereço: Sociedade Beneficente Cultural Realeza - Rua João do Rio, 410 - Partenon

Núcleo Alameda

Endereço: Associação Comunitária Vila São Miguel - Rua Coronel Jesus Linares Guimarães, 41 - Aparício Borges

Núcleo Campo da Tuca

Endereço: Comitê de Desenvolvimento do Campo da Tuca - Rua Ernesto Di Primio Beck, 851 - Campo da Tuca

Núcleo Vila Vargas/Chácara dos Bombeiros

Endereço: Igreja Nossa Senhora Aparecida - Rua Vidal de Negreiros, 652 - Chácara dos Bombeiros

Núcleo Vila Ceres/São Judas Tadeu

Endereço: Sociedade Beneficente e Cultural de Religião Africana Chama de Duas Faces - Rua Marcone, 500/403 - Partenon

COMITÊ REGIONAL LOMBA DO PINHEIRO

Núcleo Lomba do Pinheiro/Vila Saint Hilaire

Endereço: CPCA - Centro de Promoção da Criança e do Adolescente - Av. João de Oliveira Remião, 4444 - Lomba do Pinheiro

Núcleo Recreio da Divisa

Endereço: Associação Recreio da Divisa - Av. João de Oliveira Remião, 6269 - Lomba do Pinheiro

Núcleo UTC - Unidade de Triagem e Compostagem

Endereço: Associação de Triagem de Resíduos Sólidos da Lomba do Pinheiro - Rua Afonso Lourenço Mariante, 4401 - Lomba do Pinheiro

Núcleo Comunidade Guarani

Endereço: Beco do Mendonça, 357 - Parada 22 - Lomba do Pinheiro

Núcleo Comunidade Kaigang

Endereço: Estrada João de Oliveira Remião, 9105 - Parada 25 - Lomba do Pinheiro

Núcleo Jardim Bento Gonçalves

Endereço: Rua Rafael Clark, 620 - Jardim Bento Gonçalves - Partenon

COMITÊ REGIONAL NOROESTE

Núcleo Comitê Regional Noroeste

Endereço: Rua Ernesto Miranda, 172 - Jardim Floresta

Núcleo Vila Dique/Margarida Alves

Endereço: Clube de Mães Margarida Alves - Av. Dique, 517

COMITÊ REGIONAL ARQUIPÉLAGO

Núcleo Ilha das Flores

Endereço: Associação Comunitária dos Moradores da Ilha das Flores - Rua Pescador, 29

Núcleo Ilha dos Marinheiros/Pavão

Endereço: Associação dos Moradores, Carroceiros e Papeleiros da Ilha Grande dos Marinheiros - Rua Nossa Senhora Aparecida, 1900

COMITÊ REGIONAL RESTINGA

Núcleo Restinga Velha / Pró-Renda

Endereço: Rua Nilton Pozzolo de Oliveira, 115 - Restinga Velha

Núcleo 5º Unidade

Endereço: Quinta Unidade da Restinga Av. 7146, nº 95 - Restinga

COMITÊ REGIONAL EIXO BALTAZAR

Núcleo Grande Santa Rosa

Endereço: Associação de Moradores da Grande Santa Rosa - Rua Abelino Nicolau de Almeida, 330 - Rubem Berta

Núcleo Ipê-São Borja

Endereço: Associação Comunitária de Mulheres e Amigos da Vila Ipê São Borja - Rua Ipê, 295 - Sarandi

Núcleo Vila Minuano

Endereço: Associação dos Moradores da Vila Minuano - Rua 24 de Agosto, 375 - Sarandi

Núcleo Asa Branca

Endereço: Associação dos Moradores da Vila Asa Branca - Rua 25 de Outubro, 619 - Igreja Sagrado Coração de Jesus - Sarandi

COMITÊ REGIONAL GLÓRIA/CRUZEIRO

Núcleo Tronco/Postão

Endereço: Diaconia São José - Rua Coronel Neves, 110 - Medianeira

Núcleo Aparício Borges

Endereço: Paróquia São Marcos - Rua São Miguel, 106 - Aparício Borges

COMITÊ LESTE/NORDESTE

Núcleo Jardim Carvalho

Endereço: Igreja Mãe do Perpétuo Socorro - Rua 1, 140 - CEFER II - Jardim Carvalho

Núcleo Vila Fátima/Mato Sampaio

Endereço: Associação dos Amigos da Vila Nossa Senhora de Fátima - Rua 14, 209 - Vila Fátima

Núcleo Africanistas

Endereço: Rua Pio X, 9 - Vila Bom Jesus

Núcleo Timbaúva

Endereço: Casa do Sopão - Estrada Antonio Severino, 1541 - Loteamento Timbaúva

COMITÊ SUL/CENTRO-SUL

Núcleo Região Sul/Serraria

Endereço: Associação de Moradores Santa Cruz - Rua A, 52, Beco 53 - Serraria

Núcleo Morro Alto

Endereço: Associação de Moradores Morro Alto - Ao lado da Escola Gilberto Jorge - Morro Alto

Núcleo Centro-Sul

Endereço: Associação de Moradores Bairro Vila Nova

COMITÊ ESPECIAL

Núcleo Fórum ONG AIDS

Endereço: Rua 3 de Abril, 90 / IAPI

O número aproximado de famílias atendidas nesses locais, é de 2.589, sendo que, quanto a quinze deles, foi feita a verificação de situação no Cadúnico e no SIAS, com os objetivos de aferir qual é a parcela coincidente de população coberta pelas três, melhor acompanhar as trajetórias dessas famílias para intervir de modo mais cabal junto a elas, bem como subsidiar o planejamento de política públicas pertinentes.

Até o momento, 1.007 famílias pertencentes aos núcleos, correspondendo a um universo de 5.035 pessoas, tiveram as informações a elas pertinentes, verificadas junto ao Cadúnico⁴ e ao SIAS. Ainda não estão disponíveis os dados agregados, mas é possível afirmar-se que parcela importante das pessoas atendidas pela ação de segurança alimentar, promovida pelos Núcleos Fome Zero, está na base do Cadastro Único e é beneficiária do Bolsa Família ou do PETI. Sua inserção no SIAS, de outra parte, ainda não se faz do modo como seria desejável.

Considere-se que, em termos do Cadúnico, o fato das famílias participantes dos núcleos serem coincidentes, em uma proporção significativa, com as beneficiárias do Programa Bolsa Família, significa a aproximação das iniciativas de segurança alimentar do programa de transferência de renda federal mais expressivo. No caso do SIAS, trata-se de promover a aproximação da segurança alimentar das diferentes ações assistenciais do município, pois esse sistema possibilita o monitoramento das situações, facultando um diagnóstico mais efetivo e, conseqüentemente, uma intervenção de maior qualidade, tanto da esfera da Assistência como de áreas sociais diversas, especialmente a Saúde e a Educação, que são fundamentais na conformação de um patamar de bem

⁴ A base do Cadúnico, no município de Porto Alegre comportava, em 12/03/2010, 61.854 cadastros (famílias), sendo que a folha de pagamento do Programa Bolsa Família, referente ao mês de março de 2010, possui 29.157 famílias beneficiárias.

estar aceitável.

Ambas as vias, a do Cadúnico e a do SIAS, tomando-se como vértice agregador, a segurança alimentar, permitem constatar-se que, em considerável medida, um mesmo público vulnerabilizado está sendo atendido por diferentes políticas públicas. O que significa que os recursos investidos tendem a ser maximizados e que a possibilidade de bons resultados na promoção do bem estar da população envolvida torna-se maior.

De outra parte, dada a determinação federal, no sentido do acompanhamento das famílias pertencentes ao Bolsa Família, que não cumprem as condicionalidades da educação e da saúde e as quais, muitas vezes, são de difícil localização, devido a mudanças freqüentes de endereço e à substituição, igualmente constante, dos números dos telefones móveis, entendemos que o acesso a essa população poderia ser bastante facilitado, se o chamamento se fizesse a partir dos locais em que se dá o atendimento em segurança alimentar. Até mesmo pelo peso que as ações de tal área têm no cotidiano das famílias em questão, porque, como vimos, sem alimentar-se, como sobreviver?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Nesse artigo, pretendeu-se apontar para a possibilidade de que as ações de segurança alimentar possam se configurar como um elemento de associação de diferentes políticas sociais e, ao mesmo tempo, de potencialização das mesmas, na medida em que não apenas essa é uma dimensão fulcral, na composição do bem estar como, no caso dos programas de transferência de renda, permite que os recursos não empregados em alimentos tornem-se elementos de bem estar, em outra ordem.

A percepção é de que o bem estar dos setores populacionais pior colocados na pirâmide de ganhos de uma sociedade, possa ser promovido pela conjugação de políticas públicas, o que não poderia deixar de ser, porém, a perspectiva aqui adotada é a de um certo norte, conferido pela segurança alimentar. Com essa suposição, pretende-se aproximar as bases de dados de cada um dos projetos da área, anteriormente referidos, daquelas do Cadúnico e do SIAS. Vencida a etapa de cruzamento de informações e inserção das situações faltantes, o passo subsequente será o de emissão dos relatórios para efetuar-se, enfim, a análise dos mesmos e ser factível a elaboração de um diagnóstico da população atendida, com a constituição de um indicador de efetividade em políticas sociais, a partir da segurança alimentar.

Se estabelece uma espécie de cerco às faltas dos contingentes populacionais vulnerabilizados, a partir de iniciativas públicas diversas e de modo integrado, amplia-se o grau de resolutividade possível e otimizam-se os recursos públicos envolvidos. Logicamente, uma série de fatores pode vir a obstar a efetivação das pretensões apresentadas nesse texto, a começar pela dificuldade no levantamento das informações pertinentes ao público das ações de segurança alimentar, âncora da articulação transversal pretendida. Como mencionado em momento anterior, a forte presença de organizações não governamentais nessa área, as quais operam com recursos públicos, principalmente federais e municipais, traz consigo alguns entraves. Um deles é a dificuldade em se obter relações de beneficiários fidedignas. De todo modo, esboça-se uma rota em políticas públicas e há disposição das equipes técnicas municipais em concretizá-la.

Há a intenção, outrossim, de que os resultados da pesquisa e reflexão que ora apenas indicamos sejam levados à população beneficiária, com o propósito de informá-la acerca dos vínculos entre essas diferentes dimensões das políticas públicas: segurança alimentar, transferência de renda e demais ações assistenciais e de como melhor fazer uso dessa necessária articulação. Na conclusão do processo, espera-se poder elaborar material destinado a gestores públicos, de diferentes áreas do Brasil e fora dele, em especial, na América Latina e no continente africano, de modo a que a experiência que recém inaugura-se, no município de Porto Alegre, possa frutificar não apenas aqui, mas alhures.

NOTAS

¹ Esse artigo foi redigido, originalmente, para o II Concurso de Segurança Alimentar e Nutricional da Organização das Nações Unidas para Agricultura e Alimentação, FAO, promovido em 2010, dentro da

linha 4: relação entre o enfoque da SAN e outros enfoques de desenvolvimento OTAS

² A base do Cadúnico, no município de Porto Alegre comportava, em 12/03/2010 , 61.854 cadastros (famílias), sendo que a folha de pagamento do Programa Bolsa Família, referente ao mês de março de 2010, possuía 29.157 famílias beneficiárias.

BIBLIOGRAFIA

Bolsa Escola Educación para enfrentar la pobreza. AGUIAR, Marcelo y ARAÚJO, Carlos Henrique. Brasília, noviembre de 2002.

Contribuição ao Tema da Segurança Alimentar no Brasil. MACIEL, Renato S.; MENEZES, Francisco e VALENTE, Flávia L. Revista Cadernos de Debate, Núcleo de Estudos e Pesquisas em Alimentação. Campinas, UNICAMP,1996.

GORZ, André. Metamorfoses do Trabalho: crítica da razão econômica São Paulo: Annablume: 2003. Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável em Porto Alegre (cartilha) –, Porto Alegre, COSANS, 2007.

Situação de (in)segurança alimentar no Brasil. LEITE, Tasso de Sousa e PISTRAFFESA, José Paulo. Revista da UFG, Vol. 5, No. 1, abr 2003 on line (www.proec.ufg.br)

COLABORADORAS:

NUTRICIONISTA REJANE FONTOURA - COSANS - 32894945

rejanebf@fasc.prefpoa.com.br

ASSISTENTE SOCIAL SIMONE INÊS TEDESCO - ASSEGIT/FASC - 32894936

stedesco@fasc.prefpoa.com.br

ASSISTENTE SOCIAL ROSICLAIR LONGARAI RODRIGUES - COSANS – 32894945.

rosicclair@fasc.prefpoa.com.br

MAIO

Conhecimento Adquirido: O benefício da expansão na equipe.

Adriano Acosta Cruz (SME)¹

Em onze anos de serviço público municipal o que geralmente me chama a atenção é a centralização do conhecimento que se adquire, pelos servidores, dentro dos órgãos e/ou setores em que trabalhamos.

Considerando a realidade da máquina pública e a dificuldade que se tem de qualificar o maior número de servidores de forma que todos consigam ser atendidos, fica sempre a esperança de que os poucos privilegiados que obtêm conhecimento de forma organizada, (através de cursos, palestras, oficinas, etc.) repassem esse “conhecimento adquirido” aos colegas com a mesma atenção e paciência com que foram instruídos. Tenho a idéia de que o conhecimento é algo que deve ser sempre maximizado, para atingir um número cada vez maior de pessoas. A questão é que nem sempre o conhecimento é repassado de forma plausível aos outros. Há quem os repasse pela metade. Há quem nem se preocupe em dividi-lo. Mas há, também, aqueles que enxergam mais longe, que se preocupam com a expansão do conhecimento e com os benefícios que ele traz a uma equipe.

Seja qual for a área do conhecimento (informática, legislação, educativa, etc.) temos que observar que não adianta o adquirirmos se não soubermos fazer bom uso dele, seja aplicando-o em nossas rotinas de trabalho, seja instruindo um colega. É claro que, num primeiro instante, o conhecimento satisfaz nossa própria necessidade de aprendizagem, de reciclagem ou de aperfeiçoamento, mas é com a comunhão com nossos colegas de trabalho que ele realmente começa a dar frutos: a divisão de tarefas fica mais descentralizada, a sobrecarga de trabalho diminui, a igualdade entre a capacidade de colegas fica mais nítida, o serviço tende a ficar mais ágil e eficiente. Se você teve a chance de realizar um curso de informática, por exemplo, aplique em seu local de trabalho, ensine o colega ao lado, ensine seus estagiários para que eles também desfrutem desse conhecimento, pois o “conhecimento adquirido” também é aprimorado quando o dividimos com outrem, quando o colocamos em prática, até que tenhamos domínio sobre o mesmo. O egoísmo intrínseco que ainda hoje nos força a guardar o conhecimento para nós próprios deve ser abolido e para isso temos que aprender a lidar com alguns de nossos medos: devemos dar adeus à timidez, adeus à falta de prática, adeus ao medo de encarar o novo!

¹ Formação em administração de empresas, cargo assistente administrativo, Chefe do Núcleo de Expediente e Pessoal da Secretaria Municipal de Esportes (SME)

Dança do Ventre e Terceira Idade

Claudia Maria Selau Schardosim de Souza (SMA)¹

Falar em mulher aposentada por tempo de serviço é relacionar diretamente com sua idade, remetendo-a ao último período de vida do ser humano chamada também de terceira idade. No Brasil as mulheres se aposentam, geralmente, em torno dos 60 anos de idade, período que já estão também sofrendo com os sintomas da menopausa. Estes dois acontecimentos associados ao envelhecimento do corpo que se torna visível e com a limitação física, vai deixando a mulher triste, sofrendo a perda da identidade feminina, a auto-estima e a sensualidade. É a partir desse momento que se percebe uma clara falta de inserção desta idosa no mundo social em todas as suas formas, falta de saber e sentir o seu real valor no mundo, do se sentir útil e capaz, sentir prazer e alegria.

O envelhecimento e a duração da vida são determinados pela forma como nós decidimos viver. Nesse sentido, para estabelecer ou re-estabelecer uma melhor qualidade de vida, há necessidade de que a mulher que está aposentada reorganize sua vida de forma a promover a longevidade com qualidade. Um dos fatores que contribuem nesse processo é a prática de atividade física.

A dança do ventre, como atividade física, é indicada também para as mulheres da terceira idade, pois além de proporcionar o combate ao sedentarismo prevenindo uma série de doenças como o stress, osteoporose, incontinência urinária, depressão, obesidade, entre muitas outras doenças próprias que surgem com essa fase da vida, é uma atividade completa onde fortalece e estimula a criatividade, o desenvolvimento da auto-imagem, a sensualidade e a confiança. À medida que a mulher vai conhecendo seu corpo pode redimensionar suas atitudes, reconhecer necessidades, explorar novas percepções e transformar a qualidade da própria vida e, quando integrada ao seu cotidiano, fornece novos níveis de sensibilidade, percepção e consciência. Pouquíssimas são as doenças que impedem a mulher de praticar a dança do ventre.

Muitas vezes a mulher que entra em aposentadoria sente um vazio na sua vida sem saber o que fazer durante aquele período do dia que estava trabalhando e então se sente improdutivo, velha, sem perspectivas, sozinha e sem motivação. A dança do ventre pode ter efeito ansiolítico e antidepressivo, possibilitando que a mulher possa encarar sua nova fase de vida de forma consciente e prazerosa além de vivenciar sua nova identidade como fase do ciclo vital. Essa dança ajuda a mulher eliminar os preconceitos, pois qualquer mulher pode praticá-la, independente do tipo físico, da religião e da idade.

De uma forma geral, a dança do ventre contribui para que a mulher aposentada resgate sua vida social, seja nas aulas e/ou apresentações que são realizadas. Elas passam a conhecer novas pessoas e novos grupos das mais variadas idades e percebem que é uma dança que além de ser para todas as idades, trabalha com recursos variados, privilegiando movimentos livres, espontâneos, próprios de cada participante. Assim não precisam se preocupar com o fato de não conseguirem fazer os movimentos pela idade “avançada”. Também tem a oportunidade de se envolver em outras atividades como a confecção de suas próprias roupas e bijuterias de dança, fazer aulas de automaquagem, aprender sobre a cultura do oriente, ritmos, folclore, etc. Enfim, existem várias maneiras e possibilidades de envolvimento com a dança do ventre de forma também a ampliar suas potencialidades sensoriais, sensitivas, perceptivas, sinestésicas, motoras, criativas e comunicativas.

¹ Graduação em Pedagogia (PUC/RS), Especialização em Supervisão Escolar (PUC/RS), Pós-graduação em Dança (PUC/RS). Autora do livro: *Dança do Ventre e da Alma* - em publicação. Professora e coreógrafa de Dança do Ventre pela CQV e ASSERI – SMA. Professora e coreógrafa de Dança do Ventre em Academias e Studios de Dança. Ministrante de oficinas e workshops de Dança do Ventre, acessórios e maquiagem para dança do ventre.

Quando a mulher faz a dança do ventre, livremente, ela consegue expressar suas experiências de vida através do movimento do corpo, dos gestos, das posturas, das evoluções no espaço, traduzindo seus pensamentos, sua afetividade, e o conteúdo emocional de sua imaginação.

A prática dos movimentos da dança pode acontecer em grupo ou individualmente. Vai depender do ritmo interno de cada praticante. Por isso ela tem a oportunidade de criar a partir da sua liberdade e desenvolver um padrão próprio de movimentos respeitando sua essência.

Com o autoconhecimento ela sente-se útil para si, se valoriza e aumenta a auto-estima, respeitando-se como é reorganizando sua auto-imagem corporal. Isto a conduz para uma grande satisfação físico-emocional e à alegria de viver em harmonia com a sua etapa de vida dentro da sua realidade física, mental e social.

A Dança do Ventre também é vantajosa para a mulher aposentada, pois ela já viveu as alegrias e mágoas que a vida lhe permitiu sentir. Assim ela carrega uma bagagem de conhecimentos que a mulher jovem ainda não tem. A sensualidade e a experiência de vida que é colocada nos movimentos é mais envolvente, pura e natural.

Longe de discriminar a mulher por idade ou tipo físico, essa é uma dança que conduz a um equilíbrio entre mente, corpo e alma. É uma atividade feminina em que as mulheres, também quando entram em aposentadoria, podem experimentar essa mudança em suas vidas de forma a conquistar seu espaço, analisando e refletindo diariamente o seu amadurecimento e compreendendo que o fato de não estar mais no mundo do trabalho, não a torna improdutiva e dependente. Por ela já ter muita experiência de vida e se conhecer a mais tempo, ela pode praticar a dança do ventre e aproveitar seus benefícios com intensidade, reorganizando sua auto-imagem para que possa aproveitar seus momentos de vida com segurança, resgatando sua auto-estima e reabilitando-se holisticamente.

REFERÊNCIAS:

- Revista Viva Idade (2007) FUMEC
- FARUK, Lu – Metaforma e Movimento
- BENCARDINI, Patrícia – Dança do Ventre – Ciência e Arte
- CLT – consolidação das Leis do trabalho

JUNHO

Espelhos da alma

Adriana Heidrich Antunes (SMED)¹

Resumo:

Este artigo apresenta uma reflexão sobre a utilização e formação de imagens dentro de um espaço de Criação – Sala de Artes, percorrendo situações vivenciadas durante o Estágio e Curso de Pós Graduação em Arteterapia – realizado em Porto Alegre (2009), e a possibilidade de encontrar nas imagens produzidas e escolhidas no desenvolver processual e dinâmico de um trabalho expressivo, uma plataforma segura ao ingresso ao inconsciente do participante, estimulando o processo de individuação, com propósito terapêutico ou de desenvolvimento do potencial humano e criativo.

EsPeLhOs Da AlMa

*Estranho espelho
Como posso
fugir de ti
Se toda vez que
Te encontro
me encontro?*

Assim como a história, as imagens nos informam. E formam. E transformam. Encontramos-nos nas imagens do mundo. Não há imagem na natureza ela é própria do homem, pois só é imagem a partir de sua consciência. O olho é o condutor da imagem, que a leva e a trás. Olhar não é apenas ver. O olhar transforma as coisas que vemos em atividade mental. A imagem criada mentalmente representa o percebido, passível de ser materializado através de linguagens expressivas.

A representação do imaginário de cada um é percebida desde tempos muito remotos. Nas paredes de Lascaux, na França, há cerca de 17.000 anos atrás, nas paredes de Altamira, na Espanha, há cerca de 18.500 anos atrás, existe o registro de touros, veados, cavalos, figuras humanas e mãos, imagens apreendidas e expressadas através da pintura sobre a pedra. Esta leitura estética, social, cultural do meio em que vive vai dar sentido ao mundo físico, mental e ao mundo verbal dos indivíduos em qualquer tempo e espaço.

Estamos vivendo sob uma chuva ininterrupta de imagens - na era tecnológica das imagens - onde elas são e continuarão sendo, o principal suporte para comunicar, vender, informar e transmitir mensagens. A contemporaneidade nos brinda com uma gama frenética e intensa de imagens que se quer se mantém estáveis. Os estímulos e o contexto onde estamos inseridos influenciam a nossa percepção da realidade e podem, por vezes, distorcer nossa real interação e interpretação da mesma.

No seminário Cinema e Arte: **A imagem necessária**, realizado no Santander Cultural, em 21 de novembro de 2001, na cidade de Porto Alegre, para justificar o estado de embriaguez causado pela imagem a Dra. Maria Ivone dos Santos, palestrante do módulo **As promessas da Imagem**, apresentou uma narrativa aos presentes, que tentaremos discorrer abaixo:

¹Educadora de Artes da rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, na Escola Municipal de Ensino Fundamental Deputado Victor Issler, licenciada em Artes Plásticas pela UFRGS (1990), Graduada em Fotografia pela UFRGS (2000), com especialização na Escola de Criação ESPM (2005), e pós Graduada em Leitura: Teoria e Crítica na FAPA (2005).

Imagine um indivíduo a passear pelos campos. Pelo andar, percebe-se que está muito embriagado.

Não muito distante um touro o observa. Ao tomar ciência deste olhar, o homem exclama:

-Um touro! Entre desconfiado e angustiado, esfrega os olhos para confirmar a imagem.

*- Meu Deus! Não é um, mas dois touros! Preciso fugir! – e imediatamente busca com o olhar algo que lhe sirva de alternativa de fuga. Enxerga uma árvore. Ao se dirigir, correndo, para a árvore, contraindo os olhos, piscando muito, percebe que são duas
Pensou: Preciso escolher uma!*

E foi colhido pelo touro verdadeiro quando estava subindo a árvore falsa.

Como nós, este homem foi surpreendido em um estado de quase total embriaguez diante das imagens, com questionamentos entre o real versus o imaginário. A linguagem visual vem substituindo a verbal e a escrita nos meios de comunicação, pelo seu poder de divulgação e sedução. Diariamente em nossas casas somos bombardeados por imagens que relatam fatos e acontecimentos – imagens jornalísticas, envoltas em imagens que simulam acontecimentos. – propagandas, novelas, filmes e programas, construindo aí uma dualidade para a apreensão da imagem verdadeira, uma vez que o todo em um ambiente tecnológico não é o real, mas a possibilidade de representação deste sob a ótica de algum outro. Fruto da expressão desse outro. Estas são imagens de um mundo externo, dividido, compartilhado e que por vezes clamam tão alto que nos distanciam e muito de nossas imagens reais, internas, que falam do maravilhoso universo interno de cada um, das escolhas de cada um, reflexos verdadeiros de nossas almas.

Somos todos produtores de imagens. E o fazemos de forma involuntária. Ao sonhar, projetamos imagens inconscientemente. Nosso inconsciente possui capacidade criadora para compor, diante das imagens registradas no porão de nossa mente, fluxos e refluxos de nosso dia-a-dia. Imagens tramadas que falam de nós, de nossos medos e desejos, de nossa luz e de nossas sombras. Do que realmente ficou registrado e internalizado. Às vezes, como pesadelos, mas ainda assim, reais para nós, uma vez que encontramos neles o que nos movimenta psicologicamente.

Nossa psique, notadamente, opera através de imagens.

Nos sonhos realizamos desejos, elaboramos situações traumáticas e problemas que perpassam em nosso psiquismo, buscando soluções a dilemas e situações enfrentadas no cotidiano, não possíveis de realizar no estado de vigília, compondo visualmente através de um processo criativo e gerador de sentidos e significados, as experiências emocionais que não foram ainda verbalizadas, facilmente representadas pela linguagem não-verbal dos sonhos, em uma completa entrega da alma a si mesma, regulando e ajustando-se na busca de equilíbrio.

Hugo Munsternberg, psicólogo industrial - que antecipou a teoria da recepção quando explorou o entendimento de que os filmes produzem eventos mentais, e que não estão apenas no celulóide mas na mente daquele que a utiliza –também considerado um dos principais filósofos e teóricos do cinema, em 1915, foi convidado a falar sobre a nova tecnologia - o cinema - e apontou, de forma muito atual, o que ele chamaria de desenvolvimento cinematográficos externos e internos, tendo embasado sua teoria entre a história do veículo e a evolução do uso deste veículo, o filme, pela sociedade. Sem a tecnologia não haveria estas projeções cinematográficas e sem as pressões psicossociológicas estes filmes ficariam guardados em depósitos, em porões, sem serem projetados. É justamente esta avidez pela informação, educação e entretenimento que permite ao cinema existir. Os estágios apontados por ele para a história do cinema – imagem móvel (que facilmente reportamos a todo processo que se apropria da imagem como suporte) foram assim definidos:

- a) estágio um - experimentações tecnológicas sem muito aprimoramento (brincadeiras com insignificâncias visuais);
- b) estágio dois - desempenho educativo, informativo e com função social;
- c) estágio três - A MENTE HUMANA. É bem provável que estejamos no estágio três. As

imagens em movimento estão em todos os lugares, em todas as Bienais, falando diretamente a mente humana. Professores, psicólogos e psiquiatras se utilizam desta ferramenta para compartilhar, educar, fomentar, reequilibrar mentes inquietas e perturbadas e ou apenas passar sua mensagem. Receitam filmes para seus pacientes para que os mesmos aprendam a lidar com suas angústias a partir dos conflitos da ficção. A imagem projetada como solução dos conflitos reais. Nos sonhos, projetamos imagens inconscientes. Sonhos que podem ser de autoregulação, onde o inconsciente alerta, aponta, envia mensagens a consciência na busca de tornar conscientes aspectos do inconsciente de nós mesmos. Nas salas de exposições dos cinemas e nos filmes assistidos em nossos televisores, vídeos, e DVDs, que pode ser interpretado como sonho consciente e articulado de outro, somos tocados, de alguma forma, no plano inconsciente, seja revivendo situações, ou trazendo novas situações e possibilidades que atuam no inconsciente dos que assistem as projeções.

Uma lição de casa que pode facilitar o processo terapêutico na medida em que pode trazer a tona às emoções escondidas, situações mal resolvidas e proporcionar a pessoa em tratamento um novo olhar sobre seus próprios conflitos e maneiras de reagir ao mundo. A matéria “**Nova terapia, no escurinho do cinema**”, no caderno de reportagem do dia 15 de novembro de 2005, do Jornal O Sul, página 14, explica que: “quando mergulhamos na arte, nosso inconsciente costuma ser despertado. Seja pintando um quadro, desenhando, esculpindo ou assistindo um filme”. Assistir estes filmes levariam, segundo a reportagem, a ampliação da percepção e ao aprofundamento da compreensão, permitindo a elaboração de um pensamento crítico. Nada mais é do que uma ferramenta para desencadear, através de imagens em movimento a leitura de uma vida e os possíveis reflexos em sua própria vida, construída na crítica da observação da experiência no plano ficcional versus plano real. Um momento catártico e de estesia uma vez que reverbera na alma de todos que assistem as imagens, em um espetáculo único que se processa no palco da mente de cada um das mais diferentes facetas. Não perceptivo visualmente e ao mesmo tempo revelando inconscientes que habitam dentro de nós

“Os homens criam as ferramentas e as ferramentas recriam os homens”. Machulan, citado no filme documentário “Nós aqui estamos e por vós esperamos” de Marcelo Masagão (1998) ilustra um caminho particular para a recriação, expansão ou redescoberta de nossa essência, de nossa alma.

No espaço de arte com o uso de diferentes ferramentas, materiais e suportes para o surgimento de novas formas construídas na relação mente e mãos, podemos assistir o surgimento de imagens oriundas do inconsciente através do processo criativo onde a imaginação recorre a memória para plasmar o objeto-forma a ser moldado. Espelhamentos capazes de moldar internamente o nosso ser, e externamente, que por sua vez, atuam no inconsciente dos que assistem e dos que executam a ação.

“A produção inconsciente antecipa uma nova fase do desenvolvimento da psique. Quando os sonhos e o fazer artístico, por exemplo, apontam o rumo seguido pela energia psíquica, anunciam para o consciente que está por vir; embora a consciência esteja alheia aos fatos, as situações já se encontram em incubação”. (Jung, apud Diniz 2009. p.29)

O conhecimento do inconsciente é anterior a consciência. A leitura da imagem é anterior a leitura da escrita.

Antes de tecer qualquer comentário ou mesmo construir suposições sobre a imagem resgatada do inconsciente é necessário ter a clareza que o processo artístico é uma abordagem processual e dinâmica, que se utiliza de recursos expressivos e visuais no desenvolvimento humano e terapêutico, sendo um catalisador de energias psíquicas, e que as possíveis leituras deverão acontecer em um tempo, observando o todo, jamais em um único encontro com uma única forma-imagem.

O inconsciente é um solo materno cujas sementes lançadas em seu seio nada mais são do que criadoras de consciência. Não apenas desejos reprimidos, ou incompatíveis, mas principalmente, como afirma Jung, “... de partes da personalidade até agora pouco desenvolvidas e inconscientes que lutam por uma integração no todo do indivíduo”. (Jung, apud Diniz 2009. p. 23)

Utilizando no espaço da sala de artes imagens provenientes do inconsciente revelado e velado

das pessoas que dele fazem uso, e por ser uma imagem de linguagem simbólica, torna-se o fazer artístico uma ferramenta significativa para acessar a alma humana .

Através da imagem criada alcançar possíveis transformações. O próprio movimento criativo carrega em si, o benefício de redistribuir a energia contida em uma nova forma e a experiência do ato de pintar, desenhar, compor com imagens ou esculpir, por si só já é benéfica em termos de efeitos psicológicos. Ser criativo carrega em si a capacitação para elaborar novas possibilidades diante de situações desconhecidas, de romper a distância entre o sabido e o desconhecido, uma vez que implica em desafiar o próprio medo e limitações em busca de suas crenças e ideais, facilitando e fazendo progredir a si e a esfera onde vive.

A criatividade, como coloca Jung é um dos instintos humanos. A pessoa criativa possui a si mesmo e se relaciona com o mundo. Caminha em direção ao seu processo de individuação.

A individuação não tem similaridade com a individualidade egocêntrica. Muito pelo contrário. Segundo Jung escreveu:

[A individuação]... é uma necessidade natural; e a coibição dela por meio de regulamentos, preponderante ou até exclusivamente de ordem coletiva, traria prejuízos para a atividade vital do indivíduo. A individualidade já é dada física e fisiologicamente e daí decorre sua manifestação psicológica de modo correspondente. Pôr-lhe sérios obstáculos significa deformação artificial. É óbvio que um grupo social constituído de indivíduos deformados não pode ser instituição saudável e capaz de sobreviver por muito tempo, pois só a sociedade que consegue preservar sua coesão interna e seus valores coletivos, no máximo de liberdade do indivíduo, tem o direito à vitalidade duradoura. Uma vez que o indivíduo não é ser único, mas pressupõe também o relacionamento coletivo para sua existência, também o processo de individuação não leva ao isolamento, mas ao relacionamento coletivo mais intenso e mais abrangente. (Jung, apud Ammann 2002 p.63)

Nem sempre as imagens projetadas em nossos atos e atitudes com a finalidade de participar do mundo circundante reflete os verdadeiros anseios da alma. Romper a casca que protege o que de melhor e especial, nosso potencial latente, existe dentro de nós não é uma tarefa muito fácil. É como tatear trevas. Não recebemos ao nascer o nosso crachá indicativo do que seremos e o que melhor saberemos fazer. É uma construção que velada se revela no transcorrer do tempo, se estivermos abertos... Inspiramos e expiramos... Colocando para fora na expiração o que é nosso... e inspirando do mundo o que é necessário para nós... para nossa alma.

A frase “suas mãos recriam a vida graças à energia que há em você” cujo autor desconhecemos carrega em si a verdade que somos todos possuidores de energia criativa. Esta energia só será destrutiva quando for obstruída, assim como a respiração. É preciso que seja um processo verdadeiro de troca.

A vontade de olhar para o interior das coisas torna a visão aguçada, a visão penetrante. Transforma a visão em uma violência. Ela detecta a falha, a fenda, a fissura, pelo qual se pode violar o segredo das coisas ocultas. (Bachelard,1990)

A imagem construída no *setting* de uma sala de artes é uma forma de sonhar acordado... Uma ferramenta-desenho do plano externo para um mergulho interno nas emoções, criações e escolhas. Mesmo diante de outros materiais, as novas combinações, os erros, os acertos, a possibilidade e o inusitado nada mais fazem do que favorecer aos momentos externos (de relação com o mundo real) a certeza de nossa força, de nossa capacidade criadora e de adaptação, pois independente dos cortes necessários, das eliminações e soluções apresentadas no processo de cada fazer, sempre existirá a resistência, características do material utilizado, e que a maestria, a forma como nos relacionamos com este, vai depender única e exclusivamente de nós e de nossa interação, no tempo e espaço arteterapêutico, no tempo e espaço de vida.

A construção de imagens no atelier deve ser protegida de qualquer julgamento, uma vez que é o resultado da ânsia da própria alma por se auto revelar e iniciar seu próprio caminho de cura e individuação. Como espelhos, ao visualizar a realidade apresentada, inicia-se o fim da rivalidade de nosso consciente e inconsciente, nos colocando então, ao lado de nossa realidade, em vez de contestá-

la.

Sem julgar artisticamente o ocorrido, muito menos esperar algo esteticamente aplaudido pelo grupo onde a forma surgiu, o caminho da plenitude se encontra justamente na possibilidade de ser. Único e especial, com luzes e sombras, qualidades e defeitos, em um tempo recheado de incertezas com este em que estamos vivenciando. A possibilidade de escolhas – ver não mais as sombras projetadas dos outros e a luz anunciada e desejada subliminarmente do outro de uma forma pouco afetiva a nós mesmos - mas o reconhecimento de nossa forma com suas nuances claro e escuro, luz e sombra, mas totalmente nossas, cuja origem dependem unicamente da nossa entrega. Não aos outros, mas a nós mesmos.

Não existe espaço mais assustador e ao mesmo tempo mais pleno do que o instante em que nos entregamos a nós mesmos. Ao amor por nós mesmos. Ao amor ao outro já estamos familiarizados. Esta entrega, conhecimento, reconhecimento e descobertas, construídos em encontros semanais ou diários, faz com que abracemos a dádiva da existência com alma presente e de forma realmente presente e verdadeira, representativa de quem somos e como somos. Uma forma de tornar-se presente.

Como poderemos autenticar nossa existência dentro de um contexto, sem antes conhecer nossos limites físicos e reais, suas características materiais e imateriais?

Criar percepções sobre a nossa forma, origem, aparência. São possibilidades presentes em atos criativos.. O ser como forma e o ambiente como participante de sua definição. Até que ponto nossa forma é sustentada por elementos próprios e até que ponto nossas amarras são tecidas pelos sistemas em que participamos? As sombras serão totalmente nossas? Nossas armações para participar do sistema sustentam a forma ou a desequilibram? Visualizar é tomar consciência. E, é possível através da arte, do processo relacional do corpo e mente, brotando imagens-formas em diferentes materiais. Um caminho para o processo de individuação... que nada mais é do que nos tornarmos aquilo que sempre fomos, em um espaço que conjuga imagem e ação, uma ponte entre o consciente e inconsciente.

Na visão Bachelariana, a matéria é nosso espelho energético. É um espelho que focaliza nossas potências, iluminando-as com alegrias imaginárias.

Em um ambiente midiático e massificado, como o de nossa atualidade, interpretado, forjado, conduzido e forçado pelos meios de comunicação e mídia em geral, tornamos alienados os estados de nossa alma, a nossa individualidade obscurecida e conseqüentemente bloqueamos uma troca construtiva e sadia com o meio, algo que por si só, seria tão natural e pertinente à alma humana como o processo da respiração.

Ormezzano (2009), cita em seu livro Educação Estética, Imaginário e Arteterapia o posicionamento de Erich Neumann a favor do desenvolvimento individual como uma possível saída diante das situações que não podemos aceitar, sendo, cada vez mais comum em nosso tempo. Discorre assim em seu texto:

“Afirma que todos nós estamos sendo ameaçados e excedidos pelo lado sombrio do ser humano e não acredita em saídas coletivas, políticas, em a colaboração consciente de cada um de nós, seres humanos. Percebe que o desenvolvimento do indivíduo oferece mais possibilidades de soluções positivas do que as que vêm dos grupos coletivos, uma vez que é o indivíduo que sente a ameaça mais intensamente luta para salvar-se do fenômeno do mal. Para sobreviver, necessita, com urgência, entrar em contato com as forças profundas do inconsciente e, a partir delas, descobrir novas formas de vida, valores e símbolos de orientação. Ao mesmo tempo, Neumann vê a correspondência desse coletivo, que assusta e é destrutivo, e aquele que é preciso conhecer, esclarecer e integrar. Tanto o problema como a dimensão que produz a solução são fundados no inconsciente coletivo. (Ormezzano,2009, p.11)

Em um mesmo material de divulgação (folder) do filme “Janela da Alma” de João Jardim e Walter Carvalho (2001), dois pareceres que fazem refletir sobre os espelhamentos: De Leonardo da Vinci sobre o olhar :

“O Olho abraça a beleza do mundo. É a janela do corpo, por onde a alma especula e frui a beleza do mundo. O que há de admirável no olho é que através deste espaço tão reduzido – seja possível a absorção das imagens do universo. De sorte que esse órgão – um ente tantos – é janela da alma, o espelho do mundo”.

E outro sobre o não olhar de Hermeto Pascoal: “Eu pedi a Deus pra Deus me deixar um tempo cego, cego aparente. Porque olhando é tanta coisa ruim que a gente vê que atrapalha a visão certa, a visão das coisas que a gente quer fazer na vida” .

Este excesso de informação e imagens que estamos todos digerindo, não necessariamente nos garantem uma formação saudável capaz de criar alicerces sólidos para enfrentar a nossa existência de maneira menos caótica e sofrida, muito pelo contrário, somente adoecem as almas e podem colocar em dúvida nosso potencial criativo e construtor de realidades positivas. A busca por imagens reais, internas, próprias de cada ser humano, não só o capacita em termos de reconhecimento, auto estima e valorização, como também o torna agente na construção de um mundo realmente melhor.

E novamente retornamos ao espaço artístico. Imagens que surgem nas materialidades e movimentos trabalhados. Frutos de uma conspiração interna, submergem, repentinas, filhotes da escuridão, desejos inconscientes de ser. Surgem nas mais diferentes formas, construídas intencionalmente e carregando consigo a vontade de conhecer a sua origem: O Criador e a criatura. O sujeito observador e objeto observado. Lá as mãos, movidas pela energia e pensamentos internos constroem a beleza de um mundo interior que, por vezes, é tão surpreendente que assusta porque revela o que é desconhecido para nós. Um espelho sim, assustador e encantador em seu caráter simbólico, velando e revelando a cada passo o universo de nossa individualidade.

Considerando-se as transformações pessoais por que passam os seres humanos no decorrer de suas vidas, indispensáveis ao seu processo de individuação, as atividades plásticas e artísticas de construção e reconstrução, que transformam, restauram, reformam, reaproveitam e reciclam variados objetos e materiais, colaboram de maneira efetiva no entendimento, aceitação e eficácia destas transformações tão necessárias, mas nem sempre bem vindas e bem aceitas. Portanto, transformar plasticamente peças de variados tamanhos, cores, texturas, utilidades e composições, dentro do campo material, palpável e visual, pode possibilitar ao campo psíquico experimentar novas sensações e sentimentos, caminhando então para uma nova forma, para uma reestruturação.

Através de diferentes materiais as mãos caminham, de forma real e virtual, nos dois lados da janela da alma.

Como a árvore projeta externamente a árvore enraizada que suga do solo e nele se expande, a energia contida em nossas mãos recria e revela a vida existente e concebida interna e externamente. Segundo Bachelard, a meditação com a matéria pode educar uma imaginação aberta, como uma espécie de psicanálise natural, por que a matéria nos oferece chance de cura rápida por que ela não nos permite enganarmo-nos sobre nossas próprias forças.

Jung coloca que o inconsciente reflete as potencialidades do indivíduo e seu propósito de vida. Nas situações enfrentadas no espaço de criação muitas vezes ficou claro a manifestação inconsciente, por que desconhecidas por parte dos participantes, reveladora de capacidades e fatos que se desencadearam e se desencadearão através de formas-imagens construídas dentro do processo arteterapêutico. Inconsciente este como aponta Jung, “Contém não só o depósito e a totalidade de uma vida passada, como ainda é um ponto de partida, o solo fértil do qual brotará a vida futura”. (Monteiro, 2009 p.14)

Iberê Camargo, artista plástico, por sua vez, no âmbito da criação artística afirmava que as coisas só existem quando são feitas com verdade, com todo o nosso corpo. Não se faz arte na ponta dos dedos. Faz-se, sim com todo corpo, e acrescentaríamos, e alma. Funcionando livremente, de acordo com nossa natureza intrínseca, em lugar de reagir compulsivamente a forças externas e internas.

A alma escolhe a ferramenta de cura. Às vezes, pensamos, como facilitadores, ser melhor argila e tintas. Por hora, montamos uma bancada muito especial com objetos tridimensionais e nosso companheiro de jornada artística busca, no espaço clínico, em algum canto da sala um brinquedo sonoro e personagens para montar uma peça de teatro. E entre surpresa, surpreendido, e surpreendente, um duplo sorriso inclassificável de quem propiciou e viveu um momento estético, lúdico, catártico, velando e revelando a si mesmo. Aprendendo e apreendendo símbolos e significados. Um processo construído na confiança e crença na melhora. Respeitando vontades internas, a voz interior que busca

no externo caminhos para sua auto regulação psíquica. Em determinado momento, em minha sala de aula, no ambiente escolar, com outro participante, em outro tempo e espaço, a realização de uma idéia muito antiga de resgate através da arte e da natureza. Algo como dispensando todo o material disponível no espaço de sala de aula, com uma simples pergunta: *Posso trabalhar no jardim?* Sim. E o que vem antes?

O que é que se encontra no início? O jardim ou o jardineiro? É o jardineiro. Havendo um jardineiro, mais cedo ou mais tarde um jardim aparecerá. Mas, havendo um jardim sem jardineiro, mais cedo ou mais tarde ele desaparecerá. O que é um jardineiro? Uma pessoa cujo pensamento está cheio de jardins. O que faz um jardim são os pensamentos do jardineiro...(Rubem Alves, 2002)

Havendo sustentação e abertura no olhar e mente do facilitador, compreensão, observação e acompanhamento, abre-se um novo espaço. Adeus à bancada com pincéis e tinta, lápis, giz, argila e caixa de areia. Um jardim... Tão material como qualquer outro suporte, tão relacionável, como qualquer outro e o que é mais importante, especial e vital em suas possibilidades de metáforas e analogias. O crescimento aqui fluiu de forma simbiótica. Quase por osmose. Posso aceitar que a semente que plantei foi perdida, ao mesmo tempo em que posso aceitar que o que não plantei foi gerado e que algum movimento meu, ou a ausência de meu movimento gerou estes fatos. Flexibilidade diante da vida. Tolerância a si e ao outro. Cooperação não mais apenas ao individual, mas ao coletivo. Consciência de si e do meio. Ser, quase que sem palavras, apenas observando as relações entre os seres do jardim, insetos, plantas e animais. Entre as formas vivas nas sementeiras, verificar a energia que brota e que rompe seus próprios limites e faz surgir as raízes e as folhas, de forma única em cada tubete, umas com mais folhas outras com menos, diversidade quanto quantidade de ramificações na raiz, mas todas alimentadas pela mesma terra e em igual condições de iluminação e alimentação, com simples desejo de acontecer, silenciosamente, dentro de sua própria natureza. Assim como nós, partes de um todo, todo em partes atuando de forma consciente e inconsciente em um universo maior. Um encontro visceral em meio à natureza, com e pela natureza, uma vez que ela nos promove um retorno a nossa existência e essência como ser vivo - entre seres vivos - diversificados, relacionáveis e em comunhão. Nossas sessões invariavelmente começavam ou acabavam no jardim anexo ao atelier, e ela sempre que possível, comparecia trazendo em suas mãos mudas ou sementes como que a provocar as idas ao jardim.



Trabalhando junto à janela...



com vista para o jardim.



No jardim...



na sala de aula

Em outra situação, observamos que uma paciente com quadro de depressão profunda, mesmo sendo capaz de relacionar-se de maneira plenamente satisfatória com tintas - de aquarelas a óleo - em qualquer suporte, a ferramenta utilizada para a canalização da energia criadora e reestruturadora, foi a sucata. Tampinhas diversas, embalagens de remédios, embalagens de iogurte e garrafinhas. Conjugava as peças de tal sorte que ao uni-las em um só corpo, através de um pequeno elástico, gerava uma estrutura capaz de manter-se sozinha, de auto sustentar-se em sua base de tampinhas mesmo que o corpo fosse muito maior que a base. Incrível os caminhos trilhados pela vontade de sair do caos interno. A alma buscando sua cura em caminhos trilhados por sua própria necessidade.

Ao reformar, reciclar, organizar, experimentar, não sendo impostos modelos, mas deixando a alma ensaiar passos em direção a criação livre e espontânea, e através destes movimentos perceber e intuir diretamente na matéria, tomando ciência de sua infinita capacidade de criar e produzir e encontrando assim, a sua própria expressão.

Nas palavras de Bachelard, o trabalho com as mãos restitui ao nosso corpo, as nossas energias, as nossas expressões, as próprias palavras de nossa linguagem nossas forças originais. Por meio do trabalho com a matéria, nosso caráter adere de novo a nosso temperamento.





Organização do material...



Formas criadas

Mesmo que a idéia inicial tenha sido apropriada de um outro, copiada, que não seja ela a idealizadora, a imagem não deve ser descartada enquanto reveladora do conteúdo inconsciente. De uma necessidade inconsciente. Ao escolher este material e esta forma a ser gerada, estava realizando uma imagem interna, sua e que intitulou posteriormente : Robôs.

Do caos a coisa. Do descartar, a uma nova ordem, a uma nova desordem, e a uma nova ordem. Não eliminar o material que seria descartado por todos, resistir as pressões de eliminação, de destruição e construir novos objetos transformados a partir do material original só que agora em novas configurações.

Em Nagem (2009), a integralidade pela transformação. O individuo sai em busca do próprio caminho e assim, reconhece que o caminho é construído durante a caminhada. E que nesta caminhada, a energia psíquica, regride e progride, contrai e expande, transcende. Não é possível acelerar artificialmente o processo. A definição de tempo e quantidade de manifestações através da materialidade sobre outros corpos dependerá da necessidade de cada envolvido no próprio processo de crescimento e descobrimento.

Reaproveitando tampinhas e pets, fazendo arte com algo que não serviria mais para mais nada, desconsiderando como lixo, deixando a imaginação fluir de forma a espelhamentos internos de reaproveitar conteúdos psíquicos, retirando deles vantagens e proveitos, transformando-o em construções renovadoras e renovadas, oferece a psique um novo sentido, um novo sopro, essencial no caminho da individuação.

Denise Nagem, em Caminhos para transformação, aponta a utilização de materiais recicláveis como tornar a ciclar, fazer um novo ciclo.

“Sob o olhar do material psíquico, toda a vida humana é uma oportunidade de renovação e reciclagem de valores e prioridades. Maiores transformações exigem maior esforço e decisão. Quando não é mais possível apenas interferir em um acontecimento, quando toda história se transforma em material usado e inutilizável, quando a realidade não corresponde mais à necessidade é necessário reciclar...restaurando, reformando, reaproveitando ou reciclando o indivíduo que cria e recria sua história de escolhas estará configurando sua forma e identidade, sua matéria e psique, seu corpo e espírito, sua mente e alma” .(Nagem, 2009)

Um dos efeitos psicológicos das atividades criativas e expressivas é o desempenho catártico realizado através delas. Toda a energia contida flui, e é redistribuída.

A trilha menos percorrida e provavelmente a mais correta, sempre será aquela em que encontramos nosso reflexo. Um encontro com o que acreditamos ser um espelhamento nosso. Como esta imagem que buscamos desde que nascemos... Nossa verdadeira face, a que repercute em todo nosso ser de forma silenciosa, autêntica e identificatória. A que não conseguimos negar internamente, pois é de uma autenticidade quase cruel, pois revela o melhor e o pior de cada um de nós.

Seja qual for à face que encontramos em nossas produções, ela é nossa. É fruto do potencial latente e interno de cada um, construídos pelas próprias mãos em um momento de entrega e criatividade. Assim é que se desenvolve o trabalho em um espaço de criação. ”Fazemos espelhos, não faces”. Avisava a guilda de fabricantes da Florença renascentista, como coloca Alberto Manguel em

seu livro *Lendo Imagens*. Este é o caminho.

Sócrates aponta “conhece-te a ti mesmo”. Para conhecer quem realmente somos, objetivamente, devemos nos ver fora de nós mesmos, em formas construídas e que nos identificam, tocam, sopram em nossos sentimentos um sentido de pertencimento e de autoria. Algo que contenha a nossa imagem e energia, mas não somos nós no sentido representativo, mas sim simbólico, que contém a nossa imagem, mas não é parte de nós.

Em um trabalho realizado por ocasião do estágio, após reconhecer em sua escultura detalhes de um problema que possuía e cuja verdade lhe era ocultado, ao ser pontuada visualmente na estrutura-escultura criada o problema, tornando a verdade ocultada descoberta, o participante rapidamente colocou uma máscara sobre sua escultura.

E assim são os espelhamentos em criações artísticas, instrumentos físicos, sentimentos e idéias materializadas para o autoconhecimento.

Em todos, a própria apreciação do trabalho, o vencer a si mesmo diante do material desconhecido, a possibilidade de errar e aceitar a dificuldade inerente às relações, e a satisfação da concretização de uma idéia mental através de habilidades motoras e cognitivas, de sua atuação frente aos desafios apresentados, por si só os capacitam internamente, promovendo e valorizando a auto estima.

“Veja se você é aquele em que Ele fala... Se você não é ainda esse ser reze para que venha a ser. Deus vai lhe mostrar as suas feições... e o seu esplendor vai lhe mostrar quem você é realmente. Se você vê a si mesmo com defeitos, vai desgostar de si mesmo e já estará no caminho da beleza. Mostrando suas falhas vai aprender a se tornar belo”. Santo Agostinho, apud Manguel, 2001, P. 193)

A arte flui em nossa alma com um sentido de pertencimento quando de alguma forma sopra o sopro da vida que nos vivifica. A Arte nada mais é do que a linguagem da alma. Produzida por nós ou selecionada no universo artístico como imagem que nos toca interiormente, seja de forma poética, musical, plástica, cênica ou através do movimento corporal da dança é um poderoso agente na trilha do caminho dão desenvolvimento e da transformação, aliada do processo de individuação.

No caderno Ponto e Vírgula, uma citação de Mário Quintana nos exemplifica : “Qualquer idéia que te agrada, por isto mesmo, é tua. O autor nada mais fez do que vestir a verdade que dentro de ti se achava inteiramente nua”. (Quintana, apud Schmidt. 1997, p.31)

O que reflete a arte, as imagens produzidas nos espaços criativos? Nosso espelhamento, a verdade, a sinceridade o que vai dentro de cada coração, consciente e inconsciente, em um tempo e espaço de tempo. Um encontro marcado. Com nós mesmos.

*Se (...) pergunto se está tudo bem,
de espelho a espelho,
não é por vaidade:
estou a procura do rosto que tinha
antes de o mundo ser criado “
.W.B.Yeats, apud Manguel, 2001p.174).*

Para conhecer a face que possuímos precisamos trazer para a consciência o que está submerso em nosso inconsciente. E o inconsciente, conforme Jung, é reativo: ele age, produz, alerta, abre horizontes e elucida, sobretudo por meio de imagens. Traduzindo as emoções em imagens a pessoa readquire a paz . Ao visualizar seu próprio conflito, desejo ou dificuldade, que por vezes as palavras não encontram formas de verbalização e por sentir na materialidade expressa sua voz interior sem palavras, com a mesma energia usada para criar a forma, redefine e orienta o fato conflitante, dando um novo caminho e significado ou apenas aceitação como uma forma de libertação, como experiência de liberdade e criatividade que acompanha o ato criador que por si só já fornece um impulso terapêutico eficaz.

No embate com as materialidades, o embate com sua materialidade. Uma via que se desloca em dois sentidos. A forma externa e a forma interna, em uma dança sincronizada que somente o criador e a criatura conseguem dimensionar o seu alcance.

Não buscamos nos trabalhos criativos desenvolvidos em sala de aula - “obras de arte”, de irromperem grandes artistas nas mais diversas áreas expressivas, mas sim seres plenos da sua própria capacidade criativa, capacidade de viver e não apenas sobreviver diante das esferas onde é convidado a participar.

Dra. Jeanne Achterberg, finalizando sua palestra magna proferida na Abertura do XXVIII Congresso da Associação Americana de Arteterapia, em 1997, faz o seguinte discurso:

“Assim , quero terminar sublinhando que a arte como poder de cura se espalha hoje em dia em todos os hospitais. Não para levar as pessoas a serem artistas do pincel e do lápis, mas para que possam ser artistas do manter-se vivos e bem”. (Ciornai, IMAGÉTICA E CURA,1997)

E as ferramentas? O processo dirá ao escutar o som de seu coração ao fazer suas escolhas durante os encontros no atelier terapêutico.

“Seguir a força maior. É determinismo sim. Mas seguindo o próprio determinismo é que se é livre. Prisão seria seguir um destino que não lhe fosse o próprio. Há uma grande liberdade em se ter um destino. Este é o nosso livre-arbítrio” (Lispector, apud Monteiro, 2009 p.85)

No coletivo não temos a responsabilidade plena de nossas vidas. As escolhas não são totalmente nossas. A moda dita, a propaganda aponta a direção. O que queremos, o que precisamos, o que é melhor, como fazer, o que não fazer, o que fazer... Informam o mesmo fato de diferentes ângulos, partindo de sua natureza e intencionalidade. Parecemos ser o coletivo, mesmo que apenas um reflexo deste em nós mesmos. Continuamos vivendo. Um entre tantos. Um? Quem? Embriagados no coletivo, a fim de participar e atestar nossa existência. De que existência estaremos falando?

Desta que começa de forma solitária em nosso nascimento e termina de forma igualmente solitária e particular, em nossas vivências distintas e íntimas?

Esta que no reino vegetal e animal aponta a tríade de nascer, crescer e morrer? E que, de forma silenciosa, neste crescer potenciais vão aflorando permitindo que cada organismo seja realmente único, mesmo proveniente de uma mesma espécie, em um mesmo tempo e espaço?

Este mesmo ser que entre as estações do ano possui a certeza do recomeçar, em uma simbiose cronológica do vir a ser e de um eterno transformar, reformar, acontecendo?

“Para conhecermos a nós mesmos, precisamos trazer para consciência o que está submerso em nosso inconsciente. Nossos pensamentos inconscientes chegam até nós por meio da linguagem inconsciente dos sonhos, da pintura e dos desenhos.” (Gregg Furth, 2004 p. 48)

Em minha infância existia um instrumento capaz de facilitar cópias de desenhos que consistia em um vidro colorido, com dimensões entre 15cm x 20 cm, que era sustentado por duas pequenas bases distintas e que colocado entre uma folha branca e uma imagem a ser reproduzida, projetava na transparência do vidro a forma-imagem desejada. Bastava olhar para superfície do vidro estando do lado da imagem escolhida para ser copiada que a visualizássemos projetada sobre o papel em branco.

O mágico e interessante deste processo era justamente a obediência da mão à forma espelhada no vidro. O encantador deste instrumento era que sem regras ou réguas escolhíamos e produzíamos cópias praticamente fiéis aquela que se conservava mais próxima ao nosso corpo, uma vez que a inclinação da cabeça deveria praticamente pousar sobre a imagem escolhida, resultando assim em uma imagem feita pela mão, de uma projeção de uma imagem que estava tão próxima a nós, aos nossos olhos, que praticamente olhava conosco o próprio reflexo.

Quando penso em espelhos d’alma vejo o corpo como uma incrível janela de acesso. O corpo, um poderoso instrumento de realização da alma. Assim como permite o externo, permite também o interno. E a criatividade, conforme Jung, um de nossos instintos, instintivamente, nos coloca diante de nós mesmos em nossas produções.

O fazer artístico é este instrumento de minha infância. Projeta na materialidade de papéis ou

qualquer outro suporte ou meios expressivos, nossas imagens e escolhas internas, oriundas do nosso inconsciente.

É como se a materialidade visualizada dissesse: 'EU ESTOU AQUI'... Eu estou aqui e estamos realmente com nossa alma projetada. Um mediador impreciso e sem forma fixa uma vez que para cada ser o suporte escolhido ecoa de suas profundezas que seleciona no exterior o que pode realizar a forma interna desejada.

As mãos e o corpo, entregues ao fazer, tornam visíveis as forças que atuam nas profundezas da alma. São mediadoras entre o sonhado e o realizado, entre no mundo externo e o mundo interno. São pontes, verdadeiros elos de ligação entre a visão de dentro e de fora da janela da alma, que nos permite debruçar em seu parapeito de forma quase imperceptível.

A materialidade nos brinda com a possibilidade infinita de suportes. O trabalho me reproduz na mesma forma que o contemplo. Conduz-me a mim mesmo.

Não existem nem regras nem prazos no processo criativo. O olhar sustentador e aberto, uma fé entusiástica deve guiar o coração do facilitador, o amor a todas formas de vida e suas manifestações, e a esperança de ver surgir como nas sementes, a vida escondida por trás daquela forma-vida, capaz de guardar um potencial latente de autoconhecimento, crescimento e expansão. Conduzir o participante a si mesmo, ao seu destino, o caminho por ele desejado e não o que nós desejaríamos que fosse trilhado por ele é a premissa deste percurso.

São como espelhos d'alma... reflexo impar de um ser apenas... poderemos olhar simultaneamente a imagem projetada, mas as emoções e sentimentos suscitados nestes olhares tocam de diferentes formas em cada ser e a autenticidade, veracidade, propriedade mesmo é do indivíduo que a criou, que a possui. Como nas imagens fotográficas basta somente um olhar para despertar na memória uma infinidade de sentimentos e emoções. Com potencial para acordar-nos de um ostracismo temporário e dar a alma a certeza de ser feliz e de fazer-se novamente feliz. Símbolo de veracidade, de força, de desvelamento de uma vida inteira... em apenas um olhar... uma imagem.

Se Hugo Munsternberg, no início do século passado, apontava o terceiro estágio da imagem cinematográfica, a MENTE HUMANA, quem sabe através da desta mesma imagem, algo como usar do próprio veneno para fazer o antídoto, devêssemos concentrar nossos esforços de auto conhecimento, crescimento e desenvolvimento e cura, através de imagens, só que não apenas as móveis, rápidas, como nas mídias contemporâneas - que só permitem olhares descartáveis e desejos *fast foods* - mas as imóveis, onde será permitido a observação detalhada de sua forma e intencionalidade, da figura, do fundo, das cores, dos signos e símbolos apresentados. Destas expressões imagéticas internas construídas pela alma em completa entrega, descobrindo a neblina sobre o que é verdadeiro em nós e em nosso meio, buscando através da existência nossa própria essência... em um *Setting* de Criação.

Referências:

- AMMANN, Ruth . **A terapia do Jogo de Areia – Imagens que curam a alma e desenvolvem a personalidade.** São Paulo. Paulus, 2002.
- BACHELARD, Gaston. **A terra e os devaneios do repouso.** São Paulo. Martins Fontes. 1990
- _____. **A terra e os devaneios da vontade.** São Paulo. Martins Fontes. 1991
- CHALUB, Lílian Maria. O Daimon de Frida Kahlo. in MONTEIRO, Dulcinéia da Mata Ribeiro (org.) **Arteterapia Arquétipos e Símbolos : Pintura e Mídia.** Rio de Janeiro. WAK Ed. 2009.
- DINIZ, Lígia. **Arte: linguagem da Alma.** In MONTEIRO, Dulcinéia da Mata Ribeiro (org.) **Arteterapia Arquétipos e Símbolos : Pintura e Mídia.** Rio de Janeiro. WAK Ed. 2009.
- FURTH, Gregg M. **O mundo secreto dos desenhos: uma abordagem junguiana da cura pela arte.** São Paulo. Paulus. 2004.
- MANGUEL, Alberto. **Lendo Imagens: uma história de amor e de ódio.** São Paulo. Companhia das Letras. 2001.
- MONTEIRO, Dulcinéia da Mata Ribeiro et al. **Arteterapia Arquétipos e Símbolos : Pintura e Mídia.** Rio de Janeiro. WAK Ed. 2009.
- NAGEM, Denise. in PHILIPPINI, Ângela et al. **Arteterapia, Métodos e Processos.** Rio de Janeiro

WAK Ed. 2009.

ORMEZZANO, Graciela **Educação Estética, Imaginário e Arteterapia**. Rio de Janeiro. WAK Ed. 2009.

PHILIPPINI, Ângela et al. **Arteterapia, Métodos e Processos**. Rio de Janeiro WAK Ed. 2009.

SCHMIDT, Simone Pereira et al. **Cadernos Ponto & Virgula**. Porto Alegre. UE Ed. 1997.

URRUTIGARAY, Maria Cristina **Arteterapia: a transformação pessoal pelas imagens**. Rio de Janeiro WAK Ed. 2003.

ACHTEBERG, Jeanne. In CIORNAI, Selma. **Imagética e Cura**. Palestra magna proferida na abertura do XXVIII Congresso da Associação Americana de Arteterapia (AATA) em 1997. Revista ArteTerapia: Reflexões. SP – Departamento de Arteterapia do Instituto Sedes Sapientiae.

SANTANDER CULTURAL. Seminário **Cinema e Arte: A imagem necessária**. Módulo: **As promessas da Imagem** de Maria Ivone dos Santos e Giba Assis Brasil. Porto Alegre. Às 18h30 de 21 de novembro de 2001

JORNAL O SUL. Caderno de reportagem **.Nova terapia, no escurinho do cinema**. s/n. Porto Alegre, 15 de novembro de 2005.

Filme documentário **Nós aqui estamos por nós esperamos**. Marcelo Masagão. Brasil. 1998

Copacabana Filmes. Folder documentário **“Janela da Alma”** de João Jardim e Walter Carvalho.

ALVES, Rubens. 2002. pt.wikipedia.org/wiki/Rubem_Alves

O dispositivo rede integrada de atendimento à criança e ao adolescente e outras redes na operacionalização da lei 8069/90: Estatuto da criança e do adolescente

Marinês Sanhudo Ávila (SMED)¹

RESUMO

Este artigo, baseado principalmente em conceitos de Michel Foucault, Gilles Deleuze e Felix Guattari, aborda uma experiência de trabalho com o dispositivo Rede Integrada de Atendimento à Criança e ao Adolescente e outras redes na operacionalização do Estatuto da Criança e do Adolescente, Lei 8069/90 (ECA), na cidade de Porto Alegre. Ensaia-se uma breve genealogia da proveniência e da emergência de acontecimentos históricos, de saberes em jogo que a crítica faz emergir, de dispositivos estatais que respondem com a legislação, do modo de gerenciamento do Estado capitalista, da sociedade de normalização, e da bio-política que estampam atualmente os cuidados para com a criança e o adolescente no Brasil. A qualidade da ação do profissional, nesses espaços, depende, em grande parte, da clareza que ele tem das relações de poder, que gerenciam a sociedade. E isto potencializa a criação de dispositivos para além dos que vêm sendo ofertados. A operacionalização do Estatuto da Criança e do Adolescente, através do dispositivo Rede Integrada de Atendimento à Criança e ao Adolescente, facilita a construção de espaço mais amplo, o campo de luta das redes locais comunitárias e propõe saídas estratégicas de ação profissional. As parcerias e conexões em rede impulsionam a superação dos obstáculos enfrentados na correlação de forças.

Palavras-chave: Direito. Política. Bio-poder. Sociedade de normalização. Redes.

ABSTRAT

This article is mainly based on concepts by Michel Foucault, Gilles Deleuze and Felix Guattari. It approaches a work experience with the device called Integrated Network of Child and Adolescent Care and other networks used in order to implement the Statute of the Child and Adolescent, Law no. 8069/90 (Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA), in the city of Porto Alegre, RS, Brazil. This work presents a brief genealogy of the origins and emergence of historic events, the knowledge at play which criticism brings to light, state arrangements which respond with legislation, the way of management of the capitalist state, the society of normalization, and the biopolitics which design the child and adolescent care in Brazil nowadays. In these spaces the quality of the professional's action depends to a great extent on the clarity which he or she has of the power relations which direct society. This enables the creation of other devices besides those which have been offered. The implementation of the Statute of the Child and Adolescent, through the Integrated Network of Child and Adolescent Care, facilitates the construction of a larger space, the battlefield of the local community networks, and

¹ Professora da Secretaria Municipal da Educação.

proposes strategic alternatives of professional action. Partnerships and network connections give an impulse to the overcoming of the obstacles faced in the co-relationship of forces.

Keywords: Law. Politics. Biopolitics. Society of normalization. Networks

“A genealogia é cinza; ela é meticulosa e paciente documentária. Ela trabalha com pergaminhos embaralhados, riscados, várias vezes reescritos”²

Este é um ensaio sobre uma experiência de trabalho com o dispositivo Rede Integrada de Atendimento à Criança e ao Adolescente e outras redes na operacionalização do Estatuto da Criança e do Adolescente – Lei 8069/90 (ECA), na cidade de Porto Alegre. Também objetiva cumprir exigência de conclusão do Curso de Especialização do Direito da Criança e do Adolescente, 6^a. edição, da Fundação Escola Superior do Ministério Público do Rio Grande do Sul.

Na primeira parte, faz-se a análise da emergência do ECA, através da genealogia dos acontecimentos históricos que mapeiam a construção da concepção de criança e de adolescente no Brasil. Na segunda parte trata-se de exemplificar aspectos da prática nas redes locais de atendimento à criança e ao adolescente.

A constituição de uma Rede de Atendimento à Criança e ao Adolescente para a operacionalização do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), coloca inicialmente algumas questões que remetem à sua proveniência e emergência.

A proveniência estampa, numa genealogia, os acontecimentos e a intensidade com que ocorrem e no que se encarnam. Segundo Foucault: “A pesquisa da proveniência não funda, inteiramente ao contrário ela agita o que se percebia imóvel, ela fragmenta o que se pensava unido; ela mostra a heterogeneidade do que se imaginava em conformidade consigo mesmo.”³

A genealogia, através da análise da proveniência dos acontecimentos, faz emergir saberes, desmascarando as falhas, mostrando as fragilidades. Sem tomar algo como único, verdadeiro, torna-se campo fértil para o aparecimento de novos ou invisibilizados acontecimentos. Ela desloca e potencializa os encontros em busca do “sentido histórico”⁴ do fluxo de corpos que efetuam os acontecimentos.

O sentido histórico é um instrumento da genealogia, quando informa o percurso de uma quantidade infinita de acontecimentos no embate de corpos, numa dada relação de forças. A genealogia é, para Foucault, “[...] a tática que faz intervir a partir dessas discursividades locais assim descritas, os saberes dessujeitados que daí se desprendem. Isso para reconstituir o projeto de conjunto.”⁵

Na genealogia, a emergência é o lugar da luta, dos enfrentamentos, é o resultado da relação de forças, *aparecimento*. O aparecimento do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), em meio a um certo ordenamento, mostra a construção da concepção de criança, a direção e o sentido da história dela, marcando seu corpo.

Nos interstícios da sociedade brasileira, operam-se movimentos que fazem emergir o ECA. O dispositivo ECA é o efeito do embate de forças, que dá consistência ao pensamento gestor da regulamentação social. Apresenta-se um grande jogo, onde o Estado e a sociedade civil organizada se beneficiam com as regras em diferentes momentos e de diferentes modos. Na correlação de forças,

² FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2004, p.15.

³ *Ibid.*, p.21.

⁴ *Ibid.*, p.26.

⁵ FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no *Collège de France* (1975 – 1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.16.

podem se particularizar práticas em constante circulação das relações de poder.

A proveniência da Doutrina da Proteção Integral emerge da crítica a saberes legitimados, científicos, submetidos às normas e regulamentações, e responde a exigências atuais, remanescentes da sociedade de normalização. A crítica às instituições, às práticas que historicamente constituem a concepção de criança no Brasil, emerge de saberes locais, sujeitados, desprezados pelo saber científico. Esse embate entre saberes força a quebra de evidências e amplifica uma rede de relações nacional e internacional; forma conexões e potencializa a crítica.

A correlação de forças entre a crítica aos conteúdos históricos e a crítica das práticas locais obriga a transformação das práticas, cria um saber-poder novo. Engendram-se, então, forças potentes o suficiente para obrigar o Estado a responder com a regulação dos novos procedimentos em relação à criança e ao adolescente, através da Lei. Esse novo saber é então, recodificado para efeitos do poder estatal de regular. A regulamentação legitima novas verdades, saberes, a partir dos quais as regras reconstituem novas hierarquizações. A emergência do ECA empurra a modificação de práticas das instituições e do modo centralizador de operá-las.

Para a análise genealógica da correlação de forças, devem-se estudar os dispositivos e seus mecanismos que fazem eclodir o ECA. Fazer a análise genealógica da criança no Brasil é fazer uma carta, um mapa aberto e inconcluso, que descreve os movimentos em determinados períodos, é mostrar como se dão as correlações de força e os efeitos dela apropriados pela normatização das condutas. É fazer uma cartografia dos dispositivos ou arranjos e de seu funcionamento. Por dispositivos ou arranjos se concebe um conjunto heterogêneo de elementos relacionados entre si, corpos e eventos, capazes de operacionalizar funções, maquinismos, efeitos, reportações, em diferentes âmbitos sociais, com diferentes intensidades e sob diferentes modos. Tanto pode favorecer a dominação, quanto pode abrir vias de enfrentamento, de oposição à dominação. Dispositivo pode ser um discurso, um projeto, um programa social do governo que impõe uma racionalidade e que pode deslocar e conectar elementos, para novas racionalidades.

1 Análise da Emergência do Estatuto da Criança e do Adolescente

No Brasil, a preocupação com a criança e com o adolescente ganha evidência no final do século XIX, período marcado pelo crescimento acelerado das metrópoles, a abolição da escravatura, criação da força de trabalho livre que irá abastecer o mercado industrial. A “delinquência”, a “vagabundagem”⁶, a violência, eventos que se considera obstaculizar ou dificultar a revolução industrial em marcha, são manchetes de jornais, pejorativamente articulados com a pobreza. O código criminal de 1830, sob a Carta Constitucional do Império, imposta e jurada por D. Pedro I em 25 de março de 1824, se ocupa da regulação populacional brasileira sem distinção de idade. Ela emerge de conturbado período de governo de um imperador desprestigiado e repressor, forçado a abdicar do trono em 07 de abril de 1831.

Já o Código Penal de 1890, reforçado pelo governo provisório que se instala no Brasil logo após a proclamação da República por um golpe militar em 15 de novembro de 1889, cujo chefe é o Marechal Deodoro da Fonseca, também não contempla distinção etária no seu regulamento. Com a promulgação da Carta Constitucional da República em 24 de fevereiro de 1891, opera-se a

⁶ÁVILA, Marinês Sanhudo. **Negação da cidadania no contexto da violência**: uma experiência com meninos e meninas de rua no MNMMR: Comissão Local Porto Alegre. Trabalho de Conclusão Curso – Faculdade de Serviço Social, Unisinos, São Leopoldo, 1993.

federalização dos Estados e a conseqüente autonomização deles. Esta Carta surge, dentro da instabilidade política do novo regime, que regulariza as relações de trabalho de crianças e adolescentes absorvidos pelas fábricas, no que tange o limite de idade e carga horária.

Internacionalmente a Declaração de Genebra de 1924 recomenda: “a necessidade de proporcionar à criança uma proteção especial”.⁷

O início do século XX é marcado pela crítica à não diferenciação no trato à criança e ao adulto em caso de transgressão à lei. De um lado, crianças e adolescentes tratados com temor e repressão, de outro, a preocupação em diminuir suas carências. Esta ambigüidade entre réu e vítima, assistência e punição, permeia a construção do aparato legal de 12 de outubro de 1927, o primeiro Código de Menores. Trata-se de dispositivo que promove ação de tutela e coerção para “reeducação” que o Estado brasileiro passa a adotar. Tal legislação de cunho intervencionista, busca regular a situação a ser “corrigida” sem afetar-se com a vulnerabilidade e o risco do modo de vida de crianças e adolescentes.

No período de 1937 a 1946 (Estado Novo), o Governo Federal institui modificações no trato com a “menoridade”, o Código Penal é ampliado em relação ao limite de irresponsabilidade penal para 18 anos. São também criados Departamento Nacional da Criança (DNC), os Ministérios da Educação e Saúde subordinados ao Ministério do Estado. Fase esta marcada pelo corporativismo autoritário, caracterizado pelo populismo.

A Declaração Universal dos Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas escrita em Paris no ano de 1948, sugere: “direitos a cuidados e assistência especiais”.⁸

O ano de 1964 é pautado historicamente pelo golpe militar, o governo ditatorial substitui o SAM pela Fundação Nacional do Bem Estar do Menor (FUNABEM), sob a ideologia da segurança nacional.

A Convenção Americana sobre Direitos Humanos em 1969 no Pacto de São José, diz em seu art. 19: “Toda criança tem direito às medidas de proteção que na sua condição de menor requer, por parte da família, da sociedade e do Estado”.⁹

O Código de Menores de 1979 que vigorou até 1990, é pautado na teoria da situação irregular, que nos remete a questão do abandono e delinqüência relacionados já no Código de Menores de 1927.

O que faz emergir o ECA? Quais eventos produzem a crítica a procedimentos de violação de direitos? Que saberes fazem emergir a desnaturalização destas práticas? Acontecimentos, como o processo de redemocratização do Brasil, na década de 70 com o Movimento das Diretas Já (eleição direta para Presidência da República), que, apesar de toda organização social, não se efetiva ainda neste momento e ocorre uma transição indireta do governo militar para o civil. Só em 1989 é que a população brasileira elege, através de eleições diretas, o presidente do país. Estes movimentos anunciam o enfraquecimento do modelo ditatorial com a organização da sociedade civil (sindicatos, associações de moradores, grupos feministas, igrejas, comitês de defesa de direitos humanos, etc). Atraem a atenção, provocam a crítica da população e evidenciam construções locais, produzidas na luta pelos direitos sociais. Diversos movimentos sociais emergentes na década de 80, como o Movimento Feminista, o Conselho Nacional da Mulher, as Associações de Bairros na luta pela moradia e, principalmente, o Movimento Nacional de Meninos e Meninas de Rua, fundado em 1985, provêm de ações de grupos organizados da sociedade civil e produzem enfrentamentos na luta pelos direitos em geral e das crianças e adolescentes em particular. Ações internacionais questionam a situação da criança e do adolescente no Brasil. Surgem experiências alternativas por parte de educadores, de organizações comunitárias, que tentam romper com o assistencialismo de instituições religiosas, dentre outras. Desta forma, a emergência do ECA, está intimamente ligada à urgência do

⁷CURY, Munir. **Estatuto da criança e do adolescente comentado**: comentários jurídicos e sociais. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 18.

⁸*Ibid.*, p.18.

⁹CURY, Munir. **Estatuto da criança e do adolescente comentado**: comentários jurídicos e sociais. São Paulo: Malheiros, 2008. p.18.

Estado em responder às demandas da sociedade. Há uma exigência, seja pela pressão dos grupos organizados, seja pela necessidade de fazer avançar as normas da regulação da sociedade de normalização, de legitimar um conjunto de procedimentos e de coibir um outro. Os movimentos sociais organizados e articulados, capazes de produzir uma crítica ao procedimento adotado com a criança e com o adolescente no Brasil, fazem emergir um saber. Trata-se de um saber desqualificado, de um saber sujeitado. São saberes construídos nas práticas locais, pelas comunidades, a partir de suas necessidades imediatas. Quando regulamentados, tornam-se funcionais a ponto de corresponderem às necessidades bio-políticas do Estado. Tornam-se saberes sujeitados à tarefa de “estatização do biológico”¹⁰, saberes que encarregam de exercer uma tomada de poder sobre o humano como ser vivo.

Trava-se um enfrentamento, um combate, em que o Estado é pressionado a criar novos dispositivos bio-políticos, para gerenciar a vida, para legitimar certas relações de força em detrimento de outras, para exercer controle sobre a vida. Mostra-se um poder que toma a seu cargo “a vida em geral”¹¹, o corpo – população: “um bio-poder”¹², conforme Michel Foucault. Tratam-se de forças que buscam controlar a vida, para a normalização da sociedade.

Com a emergência do bio-poder, o Estado se apropria do processo de ração das espécies vivas, próprio da biologia, e o faz funcionar, dentro do seu mecanismo, como “uma maneira de distinguir, no interior da população, grupos uns por reportação aos outros”.¹³ Selecionar, segregar, escolher, impedir a perturbação da “pureza” dos segmentos, eliminar a degeneração dos segmentos escolhidos tornam-se tarefas do Estado.

Trata-se do racismo de Estado, que tem como primeira função “fragmentar, fazer cesuras no interior deste continuum biológico ao qual se endereça o bio-poder”¹⁴. Neste caso, é extrair, fabricar contornos para o grupo criança e adolescente, na população brasileira.

Então, num primeiro momento, a crítica aos procedimentos adotados nos cuidados com a criança e com o adolescente brasileiros cria uma relação de forças que desloca um saber histórico, científico e institucional, legitimado pelas universidades, pela regulamentação em voga. Emerge daí um processo de luta que consiste em fazer aparecer saberes ainda não legitimados pela norma, fora do jugo do Estado. Num segundo momento, o dispositivo criado a partir deste deslocamento incorpora-se ao fazer normalizador do Estado. A gerência bio-política estatal se apresenta na intercessão dos fluxos institucionais, pelos quais o processo segue os trâmites jurídicos. Os procedimentos instaurados de acordo com a norma jurídica percorrem um caminho determinado, demandam um prazo determinado por Lei.

Estes enfrentamentos produzem um campo de lutas. Este campo de lutas é uma rede de relações de forças que também faz circular competições, individualismo, lucro, consumismo. Atualmente, o consumo, a distribuição e a produção, cada vez mais se submetem ao livre mercado, à ausência e precarização do trabalho, e a conseqüente degradação das condições de vida aumentam o grau de brutalidade das relações sociais. Para Foucault, “O homem-máquina...o corpo é objeto de investimentos tão imperiosos e urgentes [...]”¹⁵, se reificam sob a égide de um contexto que prioriza o consumo.

A Constituição Federal de 1988 emerge de movimentos pela busca de “abertura política”, com a reorganização social e política de eleições diretas para escolha à presidência da República, após longo período ditatorial. Tal Carta Constitucional traz para o direito brasileiro a Doutrina de Proteção

¹⁰ FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no *Collège de France* (1975 – 1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005, p.286.

¹¹ *Ibid.*, p. 302.

¹² *Ibid.*, p. 302.

¹³ *Ibid.*, p. 304.

¹⁴ *Ibid.*, p. 305.

¹⁵ FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2005. p.118.

Integral, defendida pela Organização das Nações Unidas (ONU), investindo no avanço da proteção à infância e à juventude. Expressa no seu artigo 227:

“É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão”.¹⁶

A concepção da proteção integral rompe com a idéia de situação irregular até então defendida pelo Código de Menores e estende a noção jurídica de direito à criança e ao adolescente, com novo dispositivo de regulação social, implicando a sociedade em geral na prática da defesa dos direitos da criança e do adolescente e explicitando a importância da condição peculiar de pessoa em desenvolvimento e em situação de vulnerabilidade e risco. Rompe com práticas de reeducação e coerção, impõe uma prática de construção do indivíduo pela intervenção pedagógica, numa ação articulada entre as políticas públicas. Coloca-se frente às práticas sociais dos diversos dispositivos operadores como grande desafio. Conforme Konzen: “Um desafio maior porque depende da adoção de práticas diversas daquelas até então vigentes, mudança somente suscetível de êxito se bem compreendido o real significado das providências arroladas na legislação”¹⁷.

Com a emergência do dispositivo Estatuto da Criança e do Adolescente, em 13 de julho de 1990, foram criados outros dispositivos para aplicação da Lei e para a criação de condições necessárias à busca de garantia dos direitos e ampliação de espaços e poderes. Numa perspectiva descentralizadora, criam-se os Conselhos de Direito da Criança e do Adolescente, Fóruns representativos de Entidades que trabalham com crianças e adolescentes, Fundo Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente e os Conselhos Tutelares, visando à operacionalização da nova política de defesa e atendimento. Diz o ECA, em seu art. 88:

“São diretrizes da política de atendimento: I – municipalização do atendimento; II – criação de conselhos municipais, estaduais e nacional dos direitos da criança e do adolescente, órgãos deliberativos e controladores das ações em todos os níveis, assegurada a participação popular paritária por meio de organizações representativas, segundo leis federal, estaduais e municipais; III - criação e manutenção de programas específicos, observada a descentralização político-administrativa; IV – manutenção de fundos nacional, estaduais e municipais vinculados aos respectivos conselhos dos direitos da criança e do adolescente; V – integração operacional de órgãos do judiciário, Ministério Público, Defensoria, Segurança Pública e Assistência Social, preferencialmente em um mesmo local, para efeito de agilização do atendimento inicial a adolescente a quem se atribua autoria de ato infracional; VI – mobilização da opinião pública no sentido da indispensável participação dos diversos segmentos da sociedade.”¹⁸

Em 1991, dá-se a primeira gestão do dispositivo Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA) na cidade de Porto Alegre, que têm a competência de deliberar, fiscalizar, controlar e gerenciar a política de atendimento ofertada à criança e ao adolescente. Quanto ao dispositivo Conselho Tutelar, diz o ECA, em seu art. 131:

¹⁶ BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988. 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2006. cap. 7. p. 68.

¹⁷ KONZEN, Afonso Armando. **Pertinência socioeducativa**: reflexões sobre a natureza jurídica das medidas. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005. p. 16

¹⁸ BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Porto Alegre: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2007. p. 18.

“O Conselho Tutelar é órgão permanente e autônomo, não jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos da criança e do adolescente, definidos nesta Lei”.¹⁹

Em 1992, o CMDCA organiza a primeira eleição para conselheiros tutelares, encarregados de defesa e de aplicação da lei no que refere-se a medidas protetivas.

Em 1993, estas ações são reforçadas por um dispositivo pontual, e um evento não menos importante, a I Conferência Mundial dos Direitos Universais, que propõe um pacto pela garantia dos direitos básicos, assinado por todos os países, independente das diferenças existentes.

Em 1994, acontece em Porto Alegre a I Conferência Municipal para a Infância e Adolescência de Porto Alegre – Pacto pela Infância – evento ocorrido nos dias 21,22 e 23 de outubro, cujas resoluções dão cumprimento ao ECA. Diz o ECA, em seu art. 86: “A política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente far-se-á através de um conjunto articulado de ações governamentais, da União, dos Estados, do Distrito Federal e do Municípios.”²⁰

Criam-se, então, Redes Integradas de Atendimento à Criança e ao Adolescente na Cidade de Porto Alegre, que se instituem conforme divisão e organização dos Conselhos Tutelares, considerando especificidades próprias. Cada dispositivo Rede de Atendimento à Criança e ao Adolescente compõe-se de uma gama de segmentos sociais da comunidade em cada região da cidade. Cada segmento se conecta a Rede via escola, assistência social, saúde, que atendem à criança e ao adolescente. Suas ações devem ser planejadas e articuladas em cada região. O trabalho deve acontecer de forma conjunta, com o propósito de articular ações dos diversos programas de atendimento existentes. Portanto, a Rede Integrada de Atendimento à Criança e ao Adolescente é um dispositivo de articulação das diversas políticas públicas para a efetivação do ECA, no sentido de romper com o paralelismo de ações, visando a Proteção Integral. A formulação de uma política, que atenda essa articulação entre as políticas públicas, exige várias discussões dentro do CMDCA.

Inicialmente, o trabalho de organizar as Redes Integradas de Atendimento à Criança e ao Adolescente nas regiões da cidade de Porto Alegre, fica sob a coordenação dos Conselhos Tutelares. Ao longo do tempo, gera-se um equívoco importante: uma hierarquização que coloca os outros dispositivos à disposição incondicional do Conselho Tutelar. Esse modo de gerenciamento é discutido pelo conjunto de dispositivos da Rede, chegando-se à proposta de um gerenciamento colegiado, visando um funcionamento transversal. Cada Rede, a partir daí, passa a ser coordenada por um grupo escolhido em reunião, e constituído prioritariamente pela representação das diversos setores: educação, saúde, assistência social, conselhos tutelares, ONG's, grupos organizados da sociedade civil, entre outros. A Secretaria Municipal de Educação (SMED) prioriza a ação do grupo de assessores regionais nas escolas, que representa a educação nas Redes e mobiliza a participação das escolas em cada região da cidade de Porto Alegre.

Simultaneamente, faz-se a discussão do paralelismo das ações dos dispositivos de atendimento à Criança e ao Adolescente. Grupos/núcleos familiares passam por diversos dispositivos de atendimento, que superpõem os mesmos benefícios de forma assistencialista, sem um acompanhamento que provoque um processo de autonomia. Esta distorção no atendimento gera modos clientelistas de relação, que servem para o fortalecimento dos mecanismos de dominação e manipulação de partidos políticos na busca de redutos eleitoreiros.

Apesar da descentralização das ações, proposta pelo ECA, há, atualmente, um enfraquecimento dos dispositivos Redes Integradas de Atendimento à Criança e ao Adolescente pela priorização de

¹⁹BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Porto Alegre: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2007. p.27.

²⁰*Ibid*, p.18.

ações assistencialistas, clientelistas. O estímulo a este modo de relação tem provocado maior dependência dos núcleos familiares às vontades dos dispositivos governamentais. Com isso, a Rede se despotencializa em muitas regiões da cidade.

Neste dispositivo enfraquecido a discussão, necessária e obrigatória, sobre a violação de direitos, não se faz ou se faz muito precariamente. Seja por falta de clareza, por informação equivocada ou por desinformação, o que acontece, na maioria das vezes, é uma ação isolada na tentativa de encaminhamentos, ocasionando um prejuízo para população usuária dos serviços. O pensamento que circula ainda é permeado por uma concepção menorista, que herda, do Código de Menores de 12 de outubro de 1927, a palavra “Menor” para referir-se à criança e ao adolescente. É herança jurídica da época em que o termo é aproximado de “vagabundagem”, “marginalidade”. Constrói-se um sujeito marginal, inferior, submetido. Segundo Konzen, a concepção menorista “implica na crença da situação irregular, defende a inimputabilidade do indivíduo com idade inferior à 18 anos. Falta reconhecimento da medida socioeducativa enquanto pena aplicada ao adolescente autor de ato infracional. Há idéia de que é dispensável a defesa do adolescente, por não reconhecer a punição”²¹ posta pelo ECA. Diz Emílio Garcia Méndez, citado por Konzen, que:

“[...] neomenoristas, porque pregam a permanência dos critérios subjetivistas e discricionários da Situação Irregular, em nome de uma pretensa bondade com o autor do ato infracional, produtor de resultados em tudo assemelhados ao produzido pelo modelo do controle social repressivo, ultrapassado inclusive para o tratamento da conduta delitativa do adulto.”²²

Aliado a isto, há ações autoritárias, com o uso de termos pejorativos como “vagabundos” e “delinquentes”. Há dificuldade de lidar com a concepção, trazida pelo ECA, de que a criança e o adolescente encontram-se, em determinado momento, em situação vulnerável e que não se pode admitir que essa situação seja ad infinitum. A ação isolada perpetua a noção de que os atos indisciplinados e infracionais são insolúveis. A fragilização das ações conjuntas reforça uma política de criminalização. Além disso, há falta de uma política local que intensifique os trabalhos em Rede para incentivar o compromisso do poder público para com a população atendida.

Este pensamento que impõe a política da criminalização remete às questões postas por Ana Paula Costa²³. A autora apresenta fatores que contribuem para esse pensamento: falta de proteção pelo núcleo familiar, de participação dos indivíduos nos espaços sociais (como é a Rede) e da ação do poder público; ações clientelistas por parte do Estado; ganho imediato de renda pelo tráfico de drogas; institucionalização da violência, entre outros.

A Rede é um dispositivo que viabiliza tanto uma ação de dominação quanto um trabalho de emancipação dos grupos através de ações solidárias. Há uma bivalência, que depende do modo de racionalização, que a conduz. A autonomia e a independência são eventos próprios de um processo de dessubjetivação, pelo qual as relações de sujeição e de servidão vão se dissolvendo, de modo a deslocar o indivíduo, acomodado aos bens e serviços ofertados pelo estado de forma assistencialista. Este sistema assistencial contribui para estados de dependência e desvalia que se perpetuam por gerações. As políticas públicas do chamado Estado Provedor podem ser coerentes com a constituição de uma sociedade do lucro. Os programas assistenciais das políticas compensatórias, confirmam esta coerência. Trata-se do atendimento para suprir as chamadas “carências sociais” da população, com o fim de garantir a subsistência dos segmentos pauperizados, tentando compensar direitos que as

²¹KONZEN, Afonso Armando. **Pertinência socioeducativa**: reflexões sobre a natureza jurídica das medidas. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005. p. 55.

²²*Ibid.* p. 61.

²³COSTA, Ana Paula Motta. **As garantias processuais e o direito penal juvenil como limite na aplicação da medida socioeducativa de internação**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005. p. 27-46.

políticas de educação, transporte, saúde, habitação, entre outras, não garantem. Estão diretamente relacionadas com a manutenção da desigualdade social, através dos benefícios da assistência social. Apresentam-se de forma fragmentada e isolada. A imposição deste tipo de assistência social, acaba por desqualificar o atendimento às populações, através de um racismo de Estado que implementa a cisão entre o que se faz viver e o que se deixa (ou até deve) morrer, próprio da sociedade de normalização.

No atendimento à criança e ao adolescente, em que momento se trabalha para provocar a construção de autonomia? O quanto se trabalha na perspectiva de deslocar os indivíduos para novas conexões? O quanto a prática bem intencionada pode levar à sujeição da criança e do adolescente? O quanto se é sujeitado e/ou se sujeita a um modo fragmentado de conceber e fazer? O quanto se está a serviço da seleção e da segregação do racismo de Estado?

Nesta abordagem, conforme Foucault, fatores políticos e sociais, que se constituem no interior das instituições, na conduta das pessoas, nas relações de poder, constroem sujeitos. Trata-se de um modo de sujeição, que opera em um grau de violência. Portanto, afirma Foucault: “[...] a verdade é uma verdade que só pode se manifestar a partir de sua posição de combate,[...], de certo modo no limite da própria sobrevivência do sujeito que está falando.”²⁴. Este processo se constitui a partir de contradições, de um modo de mascarar as desigualdades sociais engendrados pelas relações de poder que escolhe e hierarquiza para legitimar conhecimentos tomados como verdadeiros. Legitima o saber-poder para exercer o controle das relações. “Verdade não existe fora do poder”²⁵. Vale-se de regras, leis, de todo ordenamento jurídico. Desta forma os indivíduos ficam sujeitados a verdades selecionadas e submetidos a elas. A produção daquilo que é evidenciado como verdade, em última análise, sustenta um modo de funcionamento social. Para tanto, há uma institucionalização do discurso e institucionalização dos indivíduos presos à uma máquina que molda a vida, seguindo normas aplicadas através de mecanismos e efeitos dessa verdade. “É um tipo de discurso que a ‘política geral’ acolhe a faz funcionar como verdadeiro”²⁶. Esta sujeição é construída nas instituições, na conduta regrada dos indivíduos que são constituídos política e socialmente. Fabricam-se subjetividades respondendo à sociedade de normalização. É um processo que implica na produção de identidade. É um modo de estar submetido. “O problema está no regime político econômico, institucional de produção da verdade”²⁷

Grupo ou segmento social está sempre imerso, política-social-econômica-biologicamente, num meio que o fabrica e que, simultaneamente, é fabricado em conjunto. Desta forma, deslocar-se é poder produzir conexões e trocas capazes de transformar constantemente o meio que produz mudanças em cada um. Trata-se da efetivação de processos interpenetrados, constituintes do mundo, que implica numa ruptura permanente do instituído. Deste modo, concebe-se um funcionamento rizomático²⁸, cuja transversalização das ações efetiva tramas/redes, possibilitando a conexão entre elementos heterogêneos que as constituem. Interpenetradas, uma ação fecunda a outra. É necessária a constituição de redes para organização política e econômica que dê corpo ao discurso e às lutas sociais. “Sistemas em rizomas”²⁹ ou em treliça podem derivar ao infinito, estabelecer conexões transversais sem que se possa centrá-los e enclausurá-los.

Num funcionamento rizomático, as redes se constituem por conexões, das quais só apreende a proveniência e a emergência. É apenas entrelaçamento. Rizoma é aliança!

Então, se podem criar ações em Rede que efetive, de forma resolutiva e qualificada, um

²⁴FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no *Collège de France* (1975 – 1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 61.

²⁵FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2004. p. 12.

²⁶FOUCAULT, Michel. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2004. p. 12.

²⁷*Ibid.*, p. 14.

²⁸DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Trinta e Quatro, 1995. v. 1 (Coleção TRANS). p. 18.

²⁹*Ibid.*, p. 31.

trabalho inovador com à criança e com o adolescente.

A ação conjunta, proposta num trabalho rizomático de Rede, pode construir, a longo prazo, algo para além do que vem sendo ofertado cotidianamente. O campo de luta para a operacionalização do ECA é desafio permanente e deve ser construído com clareza nos processos particulares e processos sociais, contra a violação dos direitos. É necessária também a qualificação permanente dos dispositivos para encaminhamentos, num fluxo de Rede.

Experiências de organização de seminários da Rede em cada região da cidade permitem a análise de processos de violação de direitos e a transversalização das ações dos diversos dispositivos de políticas públicas. Com a transversalização, se rompem estruturas, eixos, se rompem cadeias de saberes pressupostos e se conectam, coisas e eventos novos. Com o cruzamento desses elementos, há singularização das práticas e deslocamentos de percursos.

A discussão de casos de adolescente em conflito com a Lei por ato infracional, nesta perspectiva, exige analisar os processos particulares e os processos sociais envolvidos. Agressão física, abandono da escola, escolaridade deficiente, pais desempregados, alcoolismo paterno e/ou materno, abandono afetivo, adolescente em situação de rua, excessiva responsabilização materna na manutenção da família, são tecidos freqüentemente com violência generalizada (estatal e institucional), com dispositivo escola excludente, com crescimento do desemprego, com importância econômica do consumo de bebidas alcoólicas, com políticas públicas deficientes, dentro de processos sociais cotidianos.

Processos de violação de direitos, em caso de ato infracional, quando tomados como um problema privado, mascaram a desigualdade social, que resulta de condições sociais de vida adversa, intensificadoras do risco pessoal e social do adolescente em conflito com a Lei.

Lembrando Maria da Graça Turck³⁰, o trabalho de atendimento em Rede requer articulações capazes de envolver a família no processo. Pois o envolvimento da família, pais e/ou responsáveis diretos, tem como proposta desconstituir a forma perversa com que os dispositivos estatais manejam a responsabilização da mulher/mãe/responsável unicamente. A ação do pai não deve ser excluída da ação conjunta. Aqui o objetivo é trabalhar o núcleo familiar, já que a situação de vulnerabilidade é extensiva ao grupo. A articulação e a transversalização das ações dos dispositivos das políticas públicas precisam oferecer ao núcleo familiar a proteção integral, proposta pela Carta Constitucional em vigor e devem ir além do planejamento conjunto de ações. Através delas, as políticas sociais básicas se imbricam umas nas outras, entrelaçadas de forma que uma ação potencialize a outra. Em Rede, mais facilmente os trâmites podem corresponder às peculiaridades de cada caso. As diversas dimensões da trama das ações em constante ruptura constituem um mapa dos movimentos de modo a propiciar modificações no processo de intervenção.

O campo de luta da Rede abre um espaço fértil à articulação das regiões, envolvendo as diversas manifestações comunitárias num projeto que responda as demandas locais. Também são necessárias alianças e parcerias para viabilizar os projetos, o que leva à uma prática transversal entre as diversas políticas. Essas parcerias legitimam o trabalho na e da comunidade, desencadeando um processo conjunto de construção de novas práticas sociais, que fabriquem um saber viver junto, e um saber ser diferente, para melhor intervir na realidade: novas práticas para uma nova ética nas relações sociais.

Portanto, não basta a existência da Lei. O ECA implica um movimento de conquista para sua efetivação; exige um saber proveniente da legislação pertinente, clareza das dimensões do corpo constituído e do movimento, capaz de reinventar relações sociais e disposição à experimentação de novas vias. É preciso considerar que, entre a Lei e sua aplicação, há ação profissional, envolvendo não só competência técnica, mas autonomia política para tal. A inserção do ECA no processo de luta política envolve ações profissionalizadas num fazer que atravessa o tempo institucional e também seu

³⁰TURCK, Maria da Graça Maurer Gomes. **Rede interna e rede social**: o desafio permanente na teia das relações sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001. p. 54.

espaço.

Para o aluno infrequente, há uma política de educação pela qual a necessidade primeira é de que o aluno volte para sala de aula. Geralmente, a este aluno falta atendimento na área da saúde, da assistência social, entre outras. Com isso, se percebe a ação isolada, que integra mas não articula. É preciso criar dispositivos que atendam ao aluno, possibilitando o atendimento das necessidades básicas para efetivar seu direito de estar na escola. Diz o ECA, em seu artigo 53:

A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:

I – igualdade de condições para o acesso e permanência na escola;

II – direito de ser respeitado por seus educadores;

III – direito de contestar critérios avaliativos, podendo recorrer às instâncias escolares superiores;

IV – direito de organização e participação em entidades estudantis;

V- acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.

Parágrafo Único. É direito dos pais ou responsáveis ter ciência do processo pedagógico, bem como participar da definição das propostas educacionais.³¹

A permanência na escola tem sido grande desafio do sistema educacional brasileiro, segundo Estatuto Comentado, a doutrina da proteção integral hierarquiza os objetivos da ação educativa no artigo 53 do ECA, o que significa: “[...] devendo as esferas da política e da produção levarem em conta este fato na estruturação e no funcionamento de suas organizações”.³²

Quando não se obtém resposta de algum dispositivo de uma região para os casos encaminhados, quando não há resposta aos chamados, a Rede pode oficializar uma solicitação. Diante da negativa e em último caso, a Rede pode buscar junto ao Ministério Público resposta aos encaminhamentos paralisados. A Rede é um dispositivo que oferece as mais diversas saídas e entradas. A subutilização dos recursos se deve muitas vezes à ignorância de sua potência. Interesses políticos partidários em jogo têm comprometido grande parte do poder de efetivação e aplicabilidade da Lei, na medida em que sujeitam certos dispositivos, como os Conselhos Tutelares. A criança e o adolescente inscritos nesta relação, também se tornam uma peça dessa maquinaria que lhes dificulta o acesso. Assim, a Rede de atendimento de uma determinada região é um espaço estratégico no manejo das relações de força. As ações ganham força quando uma política fecunda a outra. A região, que trabalha articulada, alcança o encaminhamento e a efetivação da resposta à demanda que faz e promove o atendimento integral, mais amplamente.

O campo político, na qual acontece a luta para efetivação dos direitos da criança e do adolescente, envolve forças de diversos vetores e grandezas. A transformação da distribuição desigual dos instrumentos de produção, ou seja, do acesso às políticas públicas, passa pela participação efetiva no processo de construção dessas políticas que, em última análise, se dá na construção social.

Trata-se de trabalhar, estratégica e criativamente, as instituições, pois são estes dispositivos que estão legitimados no campo político para a execução das políticas públicas em questão. A intercessão profissional deve realizar sua principal tarefa: “mostrar como são as relações de sujeição efetivas que

³¹BRASIL. **Estatuto da criança e do adolescente**. Lei Federal nº 8069, de 13 de julho de 1990. Porto Alegre: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2007. p. 14.

³²CURY, Munir. **Estatuto da criança e do adolescente comentado**: comentários jurídicos e sociais. São Paulo: Malheiros, 2008. p. 205.

fabricam sujeitos”.³³

2 Aspectos da Prática nas Redes Locais de Atendimento à Criança e ao Adolescente

Que interesse institucional está posto quando se deixa de inserir em pauta a legitimidade do direito de fato? O que se oferta quando se descuida da necessidade em romper com a violação de direitos?

Um trabalho para além da Rede Integrada de Atendimento à Criança ao Adolescente constitui relações para além de um dispositivo institucional. Sob relações locais, singulares, muito mais soltas, constitui-se uma rede autogestora, sem deixar de ter ações planejadas para fortalecer as ações solidárias da comunidade local. Um exemplo desta rede está na ação “Transformando Sonho em Realidade”, que acontece no ano de 2008, é coordenada pela equipe Abrindo Espaços na Cidade que Aprende, da Secretaria Municipal de Educação (SMED). Esta equipe é responsável também pela coordenação de vários projetos e programas que envolve o trabalho com escolas. O Abrindo Espaços na Cidade que Aprende coordena o Programa Federal Escola Aberta no município de Porto Alegre, que provém de uma parceria entre a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), que assessora tecnicamente e o Ministério da Educação (MEC), que financia. Incorporado à Rede Municipal de Ensino de Porto Alegre, com a adesão voluntária das Escolas em 17 de dezembro em 2005, objetiva ampliar os espaços de integração entre escola e comunidade. Abre as escolas nos finais de semana para as práticas de lazer, arte, tecnologia, cultura e formação para a comunidade escolar, e tenta realizar ações de combate à violência e cuidados com o patrimônio. Propõe a transversalização com diversas ações internas da SMED: demandas de Educação de Jovens e Adultos, acessibilidade à pessoas com necessidades educacionais especiais, e, nas Redes de Atendimento à infância, projetos de leitura, relações étnicas e de gênero, educação ambiental, Cidade Escola – Escola de Tempo Integral. Faz o acompanhamento da frequência escolar e empreende a luta contra a discriminação e favorece o exercício da diferença. A escola que atende no final de semana, torna-se referência de convivência e de formação para a comunidade, rompe com muros que a distanciam do cotidiano da população. Procura, com isso, influir na organização da escola durante a semana, no currículo, na participação dos alunos. No ano de 2007, 35 escolas têm o programa implantado e incorporação de mais três em 2008.

Via Programa Federal Escola Aberta, chega uma proposta de trabalho com as escolas envolvidas, por indicação da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO) feita à ONG internacional Shirley Ann Sullivan Educational Foundation (SASEF – Rhonda Staudt), estadunidense ligada ao Consulado Alemão. A ONG SASEF propõe uma ação nas escolas abertas da cidade de Porto Alegre com parceria do governo do Estado do Rio Grande do Sul, da Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), da ONG Junior Achievement – RGS, que é um Fundação educativa estadunidense, sem fins lucrativos e mantida pela iniciativa privada, criada em 1919, dedicada à prática de economia e negócios, do Serviço Social da Indústria (SESI), do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), do Centro Integrado de Estudos e Estágios (CIEE), do Instituto Cultural Brasileiro Norte Americano (ICBNA).

A ação pretende desenvolver nos adolescentes, especificamente, a noção de empregabilidade. As Redes Integradas apoiam a ação, socializam o trabalho, articulam boa parte das ações, no espaço da escola aberta, nos finais de semana. No início, 30 adolescentes procuram o trabalho implementado na Escola Municipal de Educação Fundamental Alberto Pasqualini, no bairro Restinga. Um grupo de 6 participantes se reúne aos domingos. Após várias discussões, o grupo propõe um trabalho focado na

³³FOUCAULT, Michel. **Em defesa da sociedade**: curso no *Collège de France* (1975 – 1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005. p. 51.

profissionalização futura. Como fazer isso, tendo presente nossos entraves sociais?

O modo capitalista através da moldagem da linguagem e da percepção, da elaboração de uma racionalidade, da construção de necessidades, age nos micro-espacos, e implica procedimentos diversos de normalização. O trabalhador no capitalismo contemporâneo está inscrito nesta relação, de forma que é inevitável um sofrimento de “sujeição ou servidão”.³⁴

Emerge no grupo a proposta de construir maquetes dos sonhos. Cada adolescente constrói uma maquete, mostrando seu sonho de trabalho. Ao final unem-se as maquetes, constituindo uma cidade: “A Cidade dos Sonhos”. Esse trabalho fez a articulação do grupo de adolescentes com a comunidade, em busca de ajuda nas diversas atividades, dentre as quais, a própria construção de maquetes. Mobiliza-se a comunidade local da Restinga. Para a coordenação dessa equipe (de construção de maquetes), conta-se com o trabalho voluntário de um dos participantes do Programa Escola Aberta, que exerce uma liderança comunitária na luta pela qualificação de condições e adequações às pessoas com necessidades educacionais especiais.

A partir da idéia de profissão futura, gera-se uma discussão do modo como se vive e qual a prática profissional futura. Disso, o grupo constrói uma cidade onde é considerado o atendimento interligado das necessidades da população especificamente em relação ao esporte, lazer, saúde, educação. Esta cidade interliga todas as maquetes por fios em trama; fios que fazem a rede elétrica que ilumina a cidade.

A discussão grupal avança para a preocupação com o atendimento de pessoas que se encontram em situação de vulnerabilidade e risco. Como atender a essa população?

É preciso expandir os circuitos dessa cidade, outras conexões se fazem necessárias. Em fluxo, constante a busca por recursos, condições e parcerias para o atendimento populacional se efetiva na cidade. As conexões com outras cidades perfazem os circuitos mais eficientes. O Grupo pensa diversos modos de operar o atendimento, partindo de parcerias que dão subsídios à ação, dentre elas, a cooperação e responsabilização dos habitantes da cidade, cujos circuitos operam através dos movimentos vivos de seus habitantes. A cidade é aberta, com entradas e saídas. As entradas acontecem em cada conexão, em cada encontro, ao mesmo tempo ocorrem saídas, são as trocas nos momentos de negociação.

No decorrer da construção das maquetes, o grupo exercita uma cooperação e uma corresponsabilidade: um cuida da maquete do outro, pois sabem que necessário juntá-las para formar a cidade, uma não existe sem a outra. Trata-se de transversalidade no agir. Nada fica fora. Tudo faz parte. Todos estão inscritos nessa construção coletiva.

A perspectiva de profissionalização futura, expressa em G. “[...] mas quanto eu vou lucrar com isso [...]”, decorre da noção de lucro e consumo posta na sociedade atual.

Elaboram-se ações de conhecer a si e ao outro, de dialogar buscando alternativas, de criar parcerias, de valorizar as ações em grupo, de construir vínculos co-responsáveis, de agir com compromisso. Também se exercita o trabalho conjunto, onde se percebe a importância de cada um no planejamento e execução da ação. Esta articulação gera novos contatos, conexões e trocas, que viabilizam a ação, concluída em outubro de 2008. Faz-se uma vinculação que permite consultas, socializações, novas ações conjuntas para inserção de adolescentes em outros espaços, de acordo com seus desejos, necessidades e empenhos.

A análise genealógica da ação “Transformando Sonho em Realidade” permite perceber que esta rede possibilita maior flexibilidade, liberdade de ação, socialização entre os parceiros locais e entusiasmo na ação engendrada nas e pelas comunidades locais. E permite constatar que o grupo se esforça por buscar novas conexões, outros dispositivos, que contribuam na ação. Vínculos se criam e fortalecem ações futuras. A construção coletiva, se dá desde a construção da idéia de que cidade se quer para viver. O trabalho monta um mapa, faz uma carta do grupo em ação. A “cidade dos Sonhos”,

³⁴DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Trinta e Quatro, 1997. v. 5 (Coleção TRANS). p. 101.

feita de maquetes, é a cartografia da ação “Transformando Sonho em Realidade”. A apresentação conjunta proposta pelo grupo rompe com a competitividade, quando faz a abolição da premiação prevista e provoca surpresa, no último encontro da ação Transformando Sonho em Realidade, em outubro de 2008, no Centro Integrado de Estudos e Estágios (CIEE). Com a construção coletiva, todos se fecundam, na medida em que a luta por trabalho é de todos e precisa passar do âmbito individual das ações isoladas, da busca perversa de inserção profissional, para o âmbito da construção coletiva de políticas públicas de trabalho.

Aqui surge uma singularidade quando se particulariza uma prática, pelas conexões, essa trama feita para viabilizar uma proposta, provoca outras idéias, novos saberes. Abre-se um processo estratégico em busca de outros caminhos, que inicialmente, não se sabem quais. Inesperados, dependem de negociações, discussões, deliberações. A cidade em que se quer viver pode ser pensada pelos circuitos que a compõem. É preciso tornar o sonho realidade.

Este tipo de rede oferece uma ação estratégica diferente da rede enquanto dispositivo legal (criada pelo ECA), por ser mais solta, mais ágil, prática, rompe com o saber estabelecido, trabalha com saberes locais, gerados nas experiências realizadas nas comunidades, e luta pelos direitos de atendimento às necessidades imediatas.

Essas redes, se interligam sempre, há uma necessidade em conectar-se uma na outra. O dispositivo institucional serve para legitimar as estratégias construídas nas redes solidárias locais no momento do enfrentamento das dificuldades de implementação de ações cotidianas. Não há hierarquia de importância entre uma e outra. Os saberes legitimados do dispositivo Rede Integrada de Atendimento à Criança e ao Adolescente, criada por uma Lei, assumem um caráter oficial, o que na correlação de forças contribui de forma estratégica. Enquanto que na rede local, singular, os novos saberes são construídos através das experimentações dos indivíduos que estão em constante conexão, segundo as peculiaridades. Há um processo de entrelaçamento dos saberes locais do dispositivo redes comunitárias com os saberes legais do dispositivo Rede Integrada de Atendimento à Criança e ao Adolescente. O encontro entre estes saberes pode resultar na melhoria de vida da população assistida.

A crítica capaz de provocar deslocamentos de percursos, os eventos capazes de transformar o meio pela participação social, fazem o enriquecimento da implementação do ECA. As comunidades locais têm um duplo desafio para a efetivação de suas lutas. Um são ações locais, construção local de estratégias para viabilizar atendimento de suas necessidades imediatas; outro são conexões para viabilizar tais ações, via instrumentação legal. Portanto, fazer com que as redes se inter cruzem é assumir a indispensabilidade das ações conjuntas locais com os preceitos jurídicos mais amplos.

A qualidade da ação profissional, nestes espaços, depende, em grande parte, da clareza que ele tem das relações de poder, que gerenciam a sociedade. E isto potencializa a criação de dispositivos para além dos que vêm sendo ofertados.

A operacionalização do Estatuto da Criança e do Adolescente, através do dispositivo Rede Integrada de Atendimento à Criança e ao Adolescente, facilita a construção de espaço mais amplo, o campo de luta das redes locais comunitárias e propõe saídas estratégicas de ação profissional. As entradas propostas pelas conexões e parcerias, engendra ao mesmo tempo saídas, vias de superação dos obstáculos enfrentados na correlação de forças.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, Marinês Sanhudo. **Negação da cidadania no contexto da violência**: uma experiência com meninos e meninas de rua no MNMMR: Comissão Local .Porto Alegre. Trabalho de Conclusão Curso – Faculdade de Serviço Social, Unisinos, São Leopoldo, 1993. 90 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 05 de outubro de 1988.

2.ed. São Paulo: Saraiva, 2006. cap. 7.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente**. Lei Federal nº 8069 de 13 de julho de 1990. Porto Alegre: Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, 2007. 104 p.

COSTA, Ana Paula Motta. **As garantias processuais e o direito penal juvenil como limite na aplicação da medida socioeducativa de internação**. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 2005. 173 p.

CURY, Munir. **Estatuto da criança e do adolescente comentado**: comentários jurídicos e sociais. São Paulo: Malheiros, 2008. 992 p.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. Rio de Janeiro: Trinta e Quatro, 1995. v. 1. (Coleção TRANS).

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. **Mil Platôs**: capitalismo e esquizofrenia. São Paulo: Trinta e Quatro, 1997. v. 5. (Coleção TRANS).

FOUCAULT, Michel. **Em defesa da Sociedade**: curso no *Collège de France* (1975 – 1976). São Paulo: Martins Fontes, 2005. 382 p.

_____. **Microfísica do poder**. Rio de Janeiro: Graal, 2004. 295 p.

_____. **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. Petrópolis: Vozes, 2005. 288 p.

KONZEN, Afonso Armando. **Pertinência sócioeducativa**: reflexões sobre a natureza jurídica das medidas. Porto Alegre: Livraria do advogado, 2005. 140 p.

TURCK, Maria da Graça Maurer Gomes. **Rede interna e rede social**: o desafio permanente na teia das relações sociais. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001. 64 p.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

FERREIRA, Aurélio Buarque De Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. São Paulo: Positivo, 2009. 2120 p.

FERREIRA, Olavo Leonel. **História do Brasil**. São Paulo: Ática, 1978. 384 p.

FREITAS, Marcos Cezar. **História social da infância no Brasil**. 5. ed. São Paulo: Cortez, 2003. 336 p.

GUATARRI, Felix. **As três ecologias**. 4.ed. Campinas: Papyrus, 1993.56 p.

MAGNOLI, Demétrio. **Uma gota de sangue: história do pensamento racial**. São Paulo: Contexto, 2009. 398 p.

MATURANA, Humberto. Emoções e linguagem na educação e na política. Belo Horizonte: UFMG, 1998. 98 p.

MORIN, Edgar. Os sete saberes necessários à educação do futuro. São Paulo: Cortez; Brasília (DF): UNESCO, 2001. 118 p.

RICO, Elizabeth Melo (Org.). Avaliação de políticas sociais: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, 1999. 155 p.

RIZZINI, Irene. A institucionalização de crianças no Brasil: percurso histórico e desafios do presente. São Paulo: Loyola, 2004. 94 p.

NORMAS PARA PUBLICAÇÃO

Todos os artigos serão previamente avaliados por uma equipe da EGP antes de serem publicados no site. Os temas podem ser de acordo com os eixos de formação e capacitação profissional da Escola de Gestão Pública:

EIXO 1: GESTÃO DE PESSOAS (gerencial, gestão de estagiários, capacitação profissional, carreiras, saúde e segurança do trabalho)

EIXO 2: GESTÃO PÚBLICA (legislação, administrativo, gestão orçamentária e financeira, gestão estratégica, gestão municipal e comunicação institucional)

EIXO 3: EDUCAÇÃO (métodos e técnicas de ensino, educação formal, educação ambiental e educação para o transito)

EIXO 4: INFORMÁTICA (introdução a informática, aplicativos e operacionalização de sistemas).

1. Os artigos devem ser encaminhados por e-mail para escolagestao@sma.prefpoa.com.br, em arquivo Word, fonte Times New Roman, corpo 12, espaçamento um e meio, margem de 2 cm;
2. Os artigos não devem exceder as 3 páginas;
3. Nos artigos devem constar informações sobre a formação pessoal e vinculação institucional do (s) autor (es), e-mail e telefone para contato;
4. Notas devem ser devidamente numeradas e constar no final do trabalho e não no pé da página. Referências de autores no corpo do texto deverão seguir a forma (AUTOR, data).
5. Referências bibliográficas devem ser listadas ao final do trabalho, em ordem alfabética, e observar as normas ABNT.
6. Os trabalhos que se adequem à linha temática da EGP serão submetidos a apreciação de 3 servidores da EGP ou outros designados para tal função, com vistas a publicação;
7. A publicação dos textos está sujeita à análise prévia da EGP, os quais se reservam os direitos de sugerir modificações ao autor.
8. Se aceitos, os artigos ficarão armazenados no site da escola por tempo a ser determinado;
9. O autor (es) autorizam a Escola a divulgar os artigos em seu site e em outros veículos de divulgação institucional.